

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Maria Gisele Peres

Espaços e Linguagens: marcos de memórias nas histórias de
Araguari-MG / 1888-1988

UBERLÂNDIA

2014

Maria Gisele Peres

Espaços e Linguagens: marcos de memórias nas histórias de
Araguari-MG / 1888-1988

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em História.

Área de concentração: História Social

Orientadora Prof^{fa} Dr^a Célia Rocha Calvo.

UBERLÂNDIA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

P437e Peres, Maria Gisele, 1981-
2014 Espaços e linguagens : marcos de memórias nas histórias de Araguari-
MG / 1888-1988 / Maria Gisele Peres. -- 2014.
205 f. : il.

Orientadora: Célia Rocha Calvo.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. História social - Teses. 3. Araguari (MG) -
História - Teses. I. Calvo, Célia Rocha. II. Universidade Federal de
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Célia Rocha Calvo (UFU/MG)
(Orientadora)

Profª Drª Heloisa Helena Pacheco Cardoso (UFU/MG)

Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais (UFU/MG)

Prof. Dr. Carlos Alberto de Oliveira (UESC/BA)

Profª Drª Rejane Meireles Amaral Rodrigues (Unimontes/MG)

*À memória de Geraldo Peres Garcia,
meu pai.*

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste percurso envolve, sem dúvida, o agradecimento a muitos. Foi um caminho longo que contou com diferentes formas de apoio e incentivo. Agradecer é também uma forma de lembrar, de não deixar apagar memórias da trajetória percorrida.

Embora correndo o risco de não conseguir traduzir em palavras o significado de tantos momentos vividos ao longo do curso de doutorado, traço algumas linhas de agradecimentos sinceros a pessoas que jamais poderão ser esquecidas.

À professora e orientadora Célia Rocha Calvo que apresentou sempre um olhar crítico sobre as reflexões aqui propostas, apontando caminhos para a pesquisa, sem os quais, certamente, não conseguiria ter chegado neste texto final. Agradeço pela vivência que vem desde o período da graduação e mestrado e que possibilitou experiências que me acompanharão por toda a vida. Com você aprendi muito em minha formação acadêmica, percurso ao longo do qual sua contribuição foi fundamental para que eu repensasse muitas teorias, conceitos e ideias que deixaram de ter um lugar confortável e transformaram-se em incômodos.

À professora Heloisa Helena Pacheco Cardoso pela leitura dos primeiros esboços desta tese ainda nas disciplinas Seminário de Tese I e II, seus valiosos apontamentos, que se fizeram presentes também na banca de qualificação, estimularam reflexões fundamentais que podem ser apreendidas ao longo do texto final. Obrigada por aceitar fazer parte da banca de defesa, sei que mais uma vez sua leitura será fundamental para este momento de encerramento.

Aos professores Sérgio Paulo Morais, Leandro José Nunes, Dilma Andrade de Paula, Paulo Roberto de Almeida, Regina Ilka de Vasconcelos, Marta Emísia Jacinto Barbosa, Wenceslau Gonçalves Neto – dentre eles incluo também as professoras citadas acima – com os quais tive o prazer de partilhar inúmeros momentos de reflexão, desde a graduação até o doutorado, e que, sem dúvida, tiveram uma importância enorme em minha formação. A vivência com vocês transformou-me na profissional que hoje sou. Por isso, sou imensamente grata à disposição em pensar junto e apontar caminhos que possibilitaram crescimento, não apenas intelectual, mas também humano, em todas as dimensões que esta palavra pode significar.

Ao professor Carlos Alberto de Oliveira, pelas preciosas sugestões que, na medida do possível, busquei incorporar ao texto final. Obrigado por se dispor a vir de longe para a banca de qualificação e por ter aceitado retornar para a defesa.

Aos membros da banca de defesa: professora Rejane Meireles Amaral Rodrigues e professor Sérgio Paulo Moraes. Agradeço a disponibilidade em participar desta etapa final e, de forma antecipada, a leitura e os apontamentos que sem dúvida contribuirão para o aprofundamento das reflexões.

À Juliana Lemes Inácio pela valiosa amizade que sempre me fez sentir acolhida. Por se dispor a discutir a tese comigo, propor reflexões, dividir dúvidas e angústias, mas principalmente por dividir sorrisos que fizeram mais leves muitos momentos de ansiedade e insegurança. Pelas inúmeras conversas ao telefone e pelos agradáveis momentos de convivência que vêm desde a graduação e que, sem dúvida, não terá seu fim com a defesa desta tese.

À Janaína Ferreira Silva, não só pela disponibilidade em acompanhar a produção desta tese, mas principalmente pela amizade, carinho e apoio que ajudaram a me fortalecer nos momentos mais difíceis. Sua presença e solidariedade, a disposição para partilhar reflexões e ouvir os dilemas que se fizeram presentes nesse processo, sem dúvida foi fundamental para que eu pudesse ir até o fim.

Aos colegas de doutorado: Fabrício, Cleodir, Paulo Roberto, Filomena, Renata, Christian, Maria Aura e Ludmila pelas reflexões, conversas nos corredores, boas risadas nos momentos de descontração e pela acolhida nos momentos mais difíceis.

Aos funcionários do Instituto de História e da secretaria do PPGHIS pelas orientações necessárias sobre os trâmites burocráticos da vida acadêmica, o que contribuiu para o bom aproveitamento de todo o curso de doutorado em História.

Àqueles que generosamente se dispuseram a dialogar comigo sobre suas vivências na cidade de Araguari, concedendo seu tempo e compartilhando suas memórias: Sr^a Inês Aguiar Pinto, Sr. Wilson Borges, Sr. Augusto Gilberto Tormim, Sr. Josias Vieira de Lima (*in memoriam*), Sr^a Cleusa Aparecida Vieira dos Reis, Sr. Nivaldo Alves da Silva, Sr^a Maria Consuelo Ferreira Montes Naves e o Sr. Bruno Viera pela disponibilidade em dialogar comigo sobre seu pai, Geraldo Vieira.

Aos funcionários das instituições onde realizei pesquisa que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho: Cristiane Alves Marques Alamy, Aparecida da

Glória Campos Vieira e Juscélia Abadia Peixoto, no Arquivo e Museu Histórico Municipal “Dr. Calil Porto”; Alexandre Jairo Campos de Souza (*in memorian*) e Maria Consuelo Ferreira Montes Naves, na Divisão do Patrimônio Histórico de Araguari e Maria das Dores Pelegrini e Cleusa Aparecida Vieira dos Reis na Câmara Municipal de Araguari.

À Thais Cristina Simamoto por ter me ajudado a encontrar um caminho para enfrentar minhas dúvidas e receios.

À Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais, pelo afastamento concedido nos anos de 2011 e 2012, que contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento da pesquisa.

À amiga Vera Lucia Farinelli Message pelo apoio, pela compreensão, e por ter me ajudado, quando foi necessário, a adequar meus horários de trabalho à produção da tese.

Agradeço ao apoio afetivo de minha mãe Zeila Rodrigues Peres, meus irmãos, cunhadas e sobrinhos, especialmente a Jaqueline que acompanhou mais de perto a pesquisa ajudando com a transcrição de algumas entrevistas. Foi essa grande família que contribuiu decisivamente na produção desta tese, ao fornecer forças para que eu conseguisse seguir em frente quando, ao perder meu pai, pensei que não seria mais possível continuar a caminhada.

Ao meu pai, Geraldo Peres Garcia (*in memorian*), a quem dedico esta tese. Obrigado pelas maravilhosas lembranças de alegria, força, humildade, dignidade e honestidade. Embora “*a curva da estrada*” me impeça de vê-lo, ela não me impede de reconhecer a importância de sua presença em minha vida e o papel decisivo que você teve nas escolhas que fiz.

Por fim, agradeço a Davi Rosa Galego por assumir comigo um projeto de vida. Obrigado pela paciência e companheirismo que marcaram todos estes anos.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo principal compreender a forma como foram produzidas, selecionadas e publicizadas memórias sobre a cidade de Araguari-MG. O foco principal esteve em refletir e problematizar como as memórias das vivências de trabalhadores foram incorporadas ou rejeitadas, assim como esses sujeitos se colocaram nesse processo a partir das disputas pelo direito à cidade. Disputas que se constituem no social também como luta pelo direito ao passado e à sua história. As reflexões desenvolvidas permitiram recolocar relações sociais e modos de viver produzidos na cidade em um processo no qual as categorias de tempo e de espaço não podem ser dissociadas. Esta opção fez compreender que a construção de marcos de memória ancora-se em sentidos que lhes são atribuídos e que deixam de lado a multiplicidade de vivências que, se investigadas, apontam para o processo conflituoso de produção de memórias sobre a cidade. Para isso, a produção final desta tese se pautou no enfrentamento, não apenas dos debates no interior da produção acadêmica, mas, principalmente, com os processos de produção social de memórias no âmbito mais amplo, isto é, das relações sociais e contradições que envolvem as disputas engendradas no tempo pelos protagonistas da história com os quais dialoguei. Estes emergem na análise a partir do diálogo construído com linguagens produzidas socialmente que foram pesquisadas e que são de naturezas diferentes: imprensa, narrativas orais, fotografias, planos de intervenção na cidade, livros de memorialistas, mapas, Atas da Câmara Municipal, entre outros. Estes suportes, ao serem problematizados, foram se transformando em evidências que oportunizaram aprofundar os objetivos que impulsionaram a produção desta tese.

Palavras-chave: Memórias. Histórias. Culturas. Espaços. Linguagens. Modos de viver.

ABSTRACT

The main objective of this thesis is to understand the way how memories about Araguari-MG city were produced, selected and publicized. The main focus was to reflect and problematize how workers experiences memories were incorporated or rejected, as well as, these subjects were placed in this process from the disputes over the right of the city. Socially constituted disputes also for the right to the past and its history. Reflections developed allowed social relations to be replaced and ways of living produced in the city in a process in which time and space categories cannot be dissociated. This option made me understand that building landmark memory anchors itself to meanings attributed to them and leave aside the multiplicity of experiences that, if investigated, point to the memories production conflictual process about the city. For this, the final production of this thesis was based not only on interior academic production confronting debates, but mostly with memories social production processes in a larger ambit, i.e., of social relations and contradictions involving disputes engendered on time for the history protagonists with whom I have dialogued. This emerge on the analysis from the constructed dialogue with social produced languages that were researched and are from different natures: press, oral narratives, photographs, city intervention plans, books of memoirists, maps, Minutes of the City Council, among others. These supports, when problematized, were transforming itself in evidences which gave opportunity to deepen the goals that drove the production of this thesis.

Key-words: Memories. Histories. Cultures. Spaces. Languages. Ways of living.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	14
CAPÍTULO 1 Encontros e estranhamentos nas memórias e nos espaços da cidade.....	35
CAPÍTULO 2 Marcos de memórias na produção social dos espaços.....	86
CAPÍTULO 3 Espaços e memórias: outros marcos, outros viveres.....	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	180
ACERVOS E FONTES.....	185
REFERÊNCIAS.....	190

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 –	Trajeto da extinta Companhia Mogiana de Estradas de Ferro em 1970.....	94
Figura 2 –	Trajeto da extinta Estrada de Ferro Goiás (sem data).....	95
Fotografia 1 –	Rua do Lazer no Bairro Miranda - janeiro de 1988.....	71
Fotografia 2 –	Rua do Lazer no Bairro Miranda - janeiro de 1988.....	72
Fotografia 3 –	Comemoração do centenário da abolição - maio de 1988, Praça Getúlio Vargas.....	75
Fotografia 4 –	Rua Marciano Santos - década de 1940.....	77
Fotografia 5 –	Avenida Tiradentes - década de 1940.....	78
Fotografia 6 –	Praça Manoel Bonito – 1925.....	79
Fotografia 7 –	Praça Manoel Bonito - década de 1930.....	80
Fotografia 8 –	Praça Manoel Bonito - década de 1950.....	80
Fotografia 9 –	Praça Manoel Bonito – 1966.....	81
Fotografia 10 –	Rua da Estação - atual Rua Marciano Santos.....	97
Fotografia 11 –	Rua das Mangueiras.....	98
Fotografia 12 –	Avenida Tiradentes.....	102
Fotografia 13 –	Rua Marciano Santos.....	103
Fotografia 14 –	Praça Manoel Bonito - década de 1920.....	126
Fotografia 15 –	Praça Manoel Bonito - década de 1950.....	127
Fotografia 16 –	Abertura do leito do Córrego Brejo Alegre (antiga Avenida Sanitária) - década de 1950.....	131
Fotografia 17 –	Estação Ferroviária da Estrada de Ferro Goiás - década de 1940....	148
Fotografia 18 –	Estação Ferroviária da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro - ano: 1942.....	148
Fotografia 19 –	Hotel Aguiar - aproximadamente década de 1950.....	150
Fotografia 19a –	Detalhe da Fotografia 19.....	151
Fotografia 20 –	Vila da E. F. Goiás - década de 1950.....	153
Fotografia 21 –	Vila da E. F. Goiás - década de 1950.....	154
Fotografia 22 –	Praça Manoel Bonito - década de 1950.....	157
Fotografia 22a –	Detalhe 1 da Fotografia 22.....	158
Fotografia 22b –	Detalhe 2 da Fotografia 22.....	158
Fotografia 23 –	Criança assistindo desfile cívico na Praça Manoel Bonito - década de 1950.....	159
Fotografia 24 –	Local não especificado - década de 1960.....	161

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 –	Delineamento de bairros em Araguari-MG – 2013.....	57
Mapa 2 –	Planta geral da cidade de Araguari (1944).....	112

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 –	População residente no município de Araguari (1970-2000).....	54
Gráfico 1 –	Alterações na distribuição da população urbana e rural residente no município de Araguari (1970-2000).....	54

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A narrativa daquele que volta seu olhar para a cidade causa fascínio. A Berlim da infância de Walter Benjamin nos leva, a partir de suas experiências, a reencontrar nossas próprias experiências construídas nas cidades de nossas vidas¹. O turbilhão de sentimentos que nos arrebatam ao longo de sua narrativa nos conduz a um passado cheio de desejos, esperanças e mesmo de melancolia, o qual, ao mergulharmos nas lembranças da infância, nos impulsiona às nossas próprias lembranças, as mais antigas e distantes. Lembranças que, em muitos momentos, surgem de um lampejo, semelhante a um sonho, mas que trazem as marcas que aquele tempo de descobertas deixou em nossas vidas.

Benjamin, de forma lúcida e crítica, ao romper com a noção de um tempo cronológico e ao focalizar o espaço referente de memórias, revela-nos não apenas a visão de um menino ou sua memória individual. A beleza de sua narrativa está em ser capaz de, ao falar de suas experiências, trazer à tona as possíveis experiências de muitos que viveram aquela cidade, naquele tempo. Por meio de suas impressões surgem sons, aromas, lugares e sensações que traduzem a Berlim que Benjamin busca não apenas narrar, mas também oferecer, sobre ela, diferentes possibilidades de leitura.

Motivada pela narrativa de Benjamin percebi que falar do processo de construção desta tese significa apresentar não apenas o caminho de volta da pesquisa que empreendi ao longo do curso de doutorado em História, mas também tornar público parte de minhas próprias vivências que, de uma forma ou de outra, me conduziram até aqui e influenciaram as escolhas que permeiam todo este trabalho.

Por isso, refletir sobre Araguari não é para mim tarefa fácil. Sendo assim, a delimitação da problemática e a forma de abordá-la constituiu-se em um dilema constante, afinal, como discorrer sobre ela àqueles que não conhecem essa cidade e também àqueles que acreditam já saber tudo sobre ela? Quais caminhos percorrer? Qual história narrar?

Dentre as inúmeras possibilidades abertas ao longo da pesquisa, minha opção foi compor um texto que problematizasse o processo no qual foram produzidas,

¹ BENJAMIN, Walter. Infância em Berlim por volta de 1900. In: _____. **Rua de mão única**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 71-142. (Obras Escolhidas, v. II).

selecionadas e publicizadas memórias sobre Araguari-MG e que conduziu à construção de uma versão sobre a história dessa cidade, a qual deixou de fora outras histórias, especialmente as relacionadas aos viveres de trabalhadores.

Esta abordagem dialoga diretamente com os motivos que me levaram a escolher estudar a cidade de Araguari. Poderia fundamentar essa opção partindo da ideia de que sempre chamou-me atenção a forma como sua história é apresentada. Estudei toda a etapa da educação básica nessa cidade e por isso ainda ressoa em minhas lembranças diversas comemorações e aulas sobre o que era considerado como sua história.

Porém, esses não são os únicos, nem os principais motivos. Minha história de vida também está profundamente relacionada com essa escolha: sou filha de uma das muitas famílias de pequenos agricultores que, nas décadas de 1970 e 1980, escolheram Araguari, não apenas como uma saída para sobrevivência, mas principalmente para a construção de uma vida². Dessa forma, essa cidade em minha vida relaciona-se à experiência da mudança, da idade escolar e da constituição de um círculo de amizades que congregavam vivências próximas à realidade da minha família.

Para quem não a conhece alguns dados iniciais ajudam a situar o leitor que se propôs a acompanhar esta história. Araguari está localizada no Estado de Minas Gerais, na região denominada Triângulo Mineiro. Segundo o censo demográfico do IBGE realizado em 2010 a sua população é de 109.801 habitantes, sendo sua área territorial de 2.729,507 Km². Faz divisa com as cidades de Uberlândia-MG, Cascalho Rico-MG, Indianópolis-MG, Estrela do Sul-MG, Tupaciguara-MG e com o Estado de Goiás.

No entanto, para uma família vinda de uma pequena cidade do oeste do Paraná, Araguari era muito mais que apenas uma cidade deste imenso Brasil. Embora munidos de algumas informações sobre o clima, o tamanho da cidade e o quão distantes ficaríamos do restante da família, não tínhamos naquele momento clareza de qual cidade iríamos encontrar.

² Além da minha família também nossos vizinhos e muitos conhecidos que viviam em Jesuítas-PR vieram para Araguari. A escolha da cidade foi feita anos antes, quando alguns desses vizinhos – impulsionados pelas notícias que chegavam sobre esta região – viajaram em grupo para conhecer o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Interessava, naquele momento, principalmente as cidades de Indianópolis, Patrocínio e Araguari. Embora a relação de amizade tenha sido mantida, a relação de vizinhança se alterou com a mudança. Ao chegar aqui, cada família foi trabalhar e viver em sítios distantes uns dos outros o que modificou a convivência, que antes se dava de forma mais cotidiana, e abriu espaço para a construção de outras relações de sociabilidade.

Ela surgia diante de nossos olhos como uma incógnita, mas também como um lugar para se construir uma vida, por isso a buscamos não só naquilo que prometia em relação ao trabalho com a produção de café, mas também naquilo que poderia oferecer em termos de acesso à saúde, educação e lazer.

Dessa forma, minha experiência em Araguari liga-se diretamente à experiência do campo, e ao trânsito entre ele e a cidade, em busca por atender demandas que tínhamos naquele momento³. No entanto, não significa falar de um lugar isolado, de uma experiência individual, mas principalmente de vivências que foram compartilhadas com muitos outros sujeitos que viveram em Araguari, seja no campo, seja na cidade⁴.

Quando iniciei a elaboração do projeto de pesquisa, também chamava atenção que a cidade onde vivi essas experiências era exaltada por cronistas por seu passado glorioso, propagandeada em folders, jornais e revistas pela qualidade de sua água, riqueza de suas terras e por ser formada por um povo alegre e acolhedor⁵. Todavia, a história que ganhava relevância nesses materiais, e que também me havia sido ensinada na escola, parecia deslocada da historicidade das referências presentes nas memórias de minha infância.

A busca por informações sobre os espaços que ganharam visibilidade como marcos de constituição histórica da cidade conduziu aos acervos que se tornaram suportes da memória que foi inventariada e preservada. Tanto o Arquivo Histórico Municipal e Museu “Dr. Calil Porto”, quanto a Divisão de Patrimônio possuem um rico acervo documental que é organizado como testemunho da história de Araguari.

Em contato com os materiais neles arquivados, percebi que a forma como esses são organizados e apresentados ao pesquisador reforçavam a valorização de memórias ligadas aos “desbravadores”, às famílias consideradas de prestígio - especialmente aquelas ligadas ao comércio e a indústria, assim como, proprietários rurais -, empresas

³ Essas percepções foram suscitadas a partir de reflexões propiciadas pela leitura do livro “O direito à cidade” de Henri Lefebvre no qual o autor instiga a olhar a cidade enquanto um direito. Assim, a cidade não é mera abstração, mas prática social de muitos e diferentes sujeitos que nela constroem suas vidas e que buscam os benefícios que nela podem alcançar, propiciando melhores condições de vida. Cf. LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

⁴ Cabe salientar que tampouco é uma realidade experimentada apenas em Araguari. Trata-se de um processo mais amplo, vivido nos anos de 1980 por toda a sociedade brasileira e que se materializou na busca pela cidade enquanto um direito. Nesse período temos as lutas por moradia, trabalho, saúde, educação, terra, enfim, por melhores condições de vida, incluindo, portanto, saneamento básico, energia, água, telefonia, serviços que, até então, estavam restritos a uma pequena parcela da população. Conforme: SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.

⁵ Esses atributos foram encontrados de forma recorrente ao longo da pesquisa em diversos materiais com os quais tive contato.

ferroviárias, jornais, praças, ruas, escolas, pessoas públicas e influentes na cidade, deixando de fora ou diminuindo a presença dos trabalhadores em Araguari.

Por isso, o objetivo principal desta tese é desconstruir consensos, problematizando marcos de memórias instituídos, para que seja possível encontrar outros sentidos sobre o viver nessa cidade.

Foi tendo em vista este horizonte que busquei, no movimento da escrita desta tese, construir uma narrativa que expressasse não somente questões colocadas pela academia, mas que, somadas a essas, entrelaçasse vivências e tensões que se encontravam de uma forma ou de outra com meus próprios caminhos.

Essa opção levou à necessidade de firmar um compromisso com o social, voltando aos acontecimentos passados, não apenas para conhecer sua história, mas fundamentalmente para encontrar as razões que os engendraram. Esse compromisso requeria a construção de um olhar político do qual fala Beatriz Sarlo⁶ e que implica na necessidade de o historiador colocar-se como também protagonista do conhecimento que produz.

Isso significa, conforme a autora, fazer da história uma autobiografia, ou seja, não buscar fundamentações apenas na teoria ou fugir para o campo das abstrações, mas ter consciência da necessidade de avaliar o próprio percurso, reconhecendo que a validade de sua produção encontra-se no campo limitado das questões que foram colocadas pelo pesquisador. O que pressupõe o reconhecimento da responsabilidade sobre a reflexão histórica que foi por meio dele elaborada. Um conhecimento provisório, incompleto e transitório, mas nem por isso inverídico.

Essa postura não apenas teórico-metodológica, mas, sobretudo política, pressupõe também inverter a relação passado/presente insistindo em refletir sobre o passado não como acabado, mas “*enquanto uma experiência inegável do presente*”⁷, por isso, cheio de anseios, expectativas e tensões, rupturas e continuidades, conformações e resistências que não podem ser reduzidas a formas fixas.

⁶ Aqui tomo como referência: SARLO, Beatriz. Um olhar político. In: _____. **Paisagens imaginárias:** intelectuais, arte e meios de comunicação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 55-64.

⁷ WILLIAMS, Raymond. Estruturas de sentimento. In: _____. **Marxismo e literatura.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 130.

Esta proposta seguiu a trilha das inquietações que me acompanhavam e que delimitaram as questões que foram lançadas aos materiais pesquisados, especialmente com a intenção de dismantelar consensos que se multiplicaram nos modos de ensinar e de “preservar” o passado da cidade.

Esta opção teve sempre em seu horizonte o objetivo de problematizar sentidos que foram atribuídos ao passado e a constante preocupação de evidenciar as tensões, contradições e disputas que se colocaram neste processo. Foi a partir dessa escolha teórico-metodológica que foi possível encontrar outros modos de viver, outros espaços e versões de uma história que é tecida por culturas plurais.

Nessa direção, esforcei-me em me aproximar teórico e metodologicamente do Núcleo de Pesquisas e Estudos em História, Cidades e Trabalho (NUPEHCIT), na proposta de olhar a cidade em sua pluralidade, buscando nela as marcas de homens e mulheres que, a partir de seus sonhos, necessidades e projetos constituíram seus espaços. A intenção foi aproximar-me de reflexões que concebem a História como *“terreno comum a muitos e diferentes sujeitos e que esta diversidade apresenta-se como dimensão necessária para a compreensão crítica da realidade social”*⁸. Esse foi o compromisso que assumi na produção desta tese.

Assim, a versão final deste trabalho resultou do esforço em refletir sobre a cidade conforme as proposições colocadas por Déa Ribeiro Fenelon, segundo as quais:

a cidade nunca deve aparecer como um conceito urbanístico ou político, mas sempre encarada como um lugar da pluralidade e da diferença, e por isso representa e constitui muito mais que o simples espaço de manipulação do poder. E ainda mais importante, é valorizar a memória, que não está apenas nas lembranças das pessoas, mas tanto quanto no resultado e nas marcas que a história deixou ao longo do tempo em seus monumentos, ruas e avenidas ou nos seus espaços de convivência ou no que resta de planos e políticas oficiais sempre justificadas como o necessário caminho do progresso e da modernidade.⁹

Tendo no horizonte esta perspectiva de reflexão na qual a materialidade da cidade expressa diversos viveres nas marcas deixadas por seus habitantes, busquei, a

⁸ CALVO, Célia Rocha. Narrativas orais, fontes para investigação histórica: culturas, memórias e territórios da cidade. **Revista Projeto História**, Uberlândia, n. 42, p. 11-29, jan./jun. 2010, p. 13.

⁹ FENELON, Déa Ribeiro. Introdução. In: _____. **Cidades**. Pesquisa em História, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, PUC-SP. São Paulo: Olho d'água, 1999, p. 7.

partir dela, indícios que levassem a diferentes modos de vivê-la e que estão entrelaçados a valores, sentimentos, sonhos, desejos e projetos que são diversos.

Todavia, apenas consegui traçar um caminho capaz de expressar minhas inquietações no momento em que iniciei o processo de transformar em texto tudo aquilo que havia pesquisado. Este se tornou o momento mais difícil, cheio de idas e vindas, quando muitas escolhas foram feitas, transformando a proposta inicial que se fechava sobre a preservação do patrimônio histórico-cultural e a constituição de memórias hegemônicas na cidade.

A proposta apresentada no projeto de pesquisa ficava restrita aos “patrimônios instituídos”, ou seja, bens e espaços tombados por meio de leis municipais e/ou estaduais e não conseguia chegar a outras memórias que não aquelas consagradas como a história da cidade. Ao pensar apenas o institucionalizado, ficava presa às políticas culturais, leis e ações técnicas que permeavam as práticas de preservação. Assim, a reflexão se restringia à crítica ao tombamento, não avançando na discussão que permitiria trazer à tona as disputas, pressões, conformações e rupturas que compõem a vida nessa cidade.

Para isso, foi importante compreender que aquilo que estava sendo tombado como patrimônio histórico, a partir da década de 1990, eram os mesmos espaços que ganharam visibilidade especialmente nas comemorações do centenário de elevação de Araguari à categoria de cidade em 1988.

À vista disso, a temporalidade que esta tese abarca, a qual foi enunciada em seu título (1888-1988), não quer apenas delimitar um período, ou simplesmente marcar um tempo cronológico. Em momento algum houve o propósito de realizar uma pesquisa que abarcasse um século de sua história. Tal temporalidade refere-se diretamente aos marcos de memórias que ganharam relevância nas comemorações do centenário de Araguari em 1988, momento no qual sua elevação à categoria de cidade (1888) é reafirmada como um marco fundante que foi ativado como explicativo da natureza histórica da própria cidade.

Seguindo este caminho de reflexão e com a intenção de apresentar uma cidade que vai sendo delineada nas disputas¹⁰, tomei, então, como ponto de partida a década de

¹⁰ FENELON, Déa Ribeiro. Introdução. In: _____. **Cidades**. Pesquisa em História, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, PUC-SP. São Paulo: Olho d'água, 1999.

1980, momento no qual teve início um “inventário” de dados e fatos sobre Araguari que, posteriormente, deram vida ao Arquivo Público Municipal deste município.

Nesse momento, o diálogo com textos de Raymond Williams¹¹ permitiu amadurecer algumas reflexões sobre as escolhas realizadas para compor a história de Araguari e que me haviam sido apresentadas durante a pesquisa no Arquivo Público Municipal de Araguari e Museu Histórico “Dr. Calil Porto”.

De acordo com Williams, a tentativa de forjar uma tradição não ocorre de forma neutra, ela é sempre seletiva e expressa pressões e limites dominantes e hegemônicos, sendo um meio prático de incorporação que para isso toma um passado como modelo para o presente, na busca de definir uma identificação social e cultural. Segundo o autor:

num nível filosófico, no verdadeiro nível da teoria e no nível da história das várias práticas, há um processo que chamo de **tradição seletiva**: aquilo que, no interior dos termos de uma cultura dominante e efetiva, é sempre transmitido como “a tradição verdadeira”, “o passado importante”. Mas o principal é sempre a seleção, o modo pelo qual, de um vasto campo de possibilidades do passado e do presente, certos significados e práticas são enfatizados e outros negligenciados e excluídos. Ainda mais importante, alguns desses significados e práticas são reinterpretados, diluídos, ou colocados em formas que apoiam ou ao menos não contradizem outros elementos intrínsecos à cultura dominante e efetiva.¹²

A leitura desse texto de Williams fez pensar sobre como “*as escolhas, vistas como naturais, devem ser compreendidas como expressão da dominação de uma determinada classe*”¹³. Essas proposições instigaram a refletir sobre os sentidos que vêm sendo atribuídos ao passado dessa cidade, levando à necessidade de investigar quais interesses permeiam essas escolhas.

Ao problematizar as disputas que se colocavam pela cidade naquele tempo presente (1988) foi possível entender como aquelas escolhas contribuíram para a produção social do esquecimento por meio do silenciamento e/ou pela apropriação e expropriação dos sentidos que referenciavam outros modos de viver.

¹¹ Em especial o conjunto que compõe o livro **Marxismo e Literatura** e o texto “Base e superestrutura na teoria cultural marxista”, relacionados na bibliografia final.

¹² WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **Revista USP**, n. 66, p. 212-224, jul./ago. 2005, p. 217.

¹³ Ibidem, p. 216.

Essa percepção foi aguçada quando entrei em contato com o livro produzido em comemoração aos 100 anos da cidade: “Araguari Cem Anos de Dados e Fatos”¹⁴ é a reunião e talvez um resumo de vários documentos considerados oficiais – especialmente decretos, atas e fotografias – que narram a história de sua “evolução”: de arraial até o momento no qual foi publicado. De caráter informativo, a história que por meio dele ganha visibilidade anula as tensões vividas.

A problematização de sua produção apontou caminhos para a reflexão sobre o que naquele momento era considerado importante para ser lembrado, comemorado e preservado, ao mesmo tempo em que conduziu à necessidade de compreender e problematizar como se deu, ao longo do tempo, a produção daquelas memórias que estavam sendo ativadas.

A leitura a contrapelo – lançando novas questões aos mesmos suportes de memórias que foram utilizados como meios de fundamentar os marcos explicativos sobre o passado de Araguari que estavam sendo produzidos e/ou reforçados na década de 1980 – possibilitou novos olhares sobre ela, abrindo a oportunidade de acompanhar diferentes dimensões da vida na cidade e a recorrente busca por projetar a imagem de uma cidade “desenvolvida”. A partir daí foi possível problematizar também escolhas que contribuíram para produzir social e espacialmente diferenciações na cidade.

Assim, foi a partir dessa percepção que se impôs, de forma mais contundente, a necessidade de compreender sua natureza histórica. Afinal, quais são os sentidos de sua existência?

Na busca por essa compreensão deparei-me com seus espaços saturados de memórias. O traçado que ganhava forma e sentido nos suportes pesquisados indicava diferentes tentativas de ordenar e delimitar seus espaços com a intenção implícita – outras vezes explícita – de estabelecer o lugar social que caberia às classes que a compõe.

À vista disso, importa dizer que o espaço tornou-se uma categoria importante para a compreensão das relações que instituem e que se constituem na cidade. Por isso propus trabalhá-lo como uma produção social, “*resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais*”¹⁵. Expressão dessas relações que se fizeram tanto no

¹⁴ PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI. **Araguari: cem anos de dados e fatos**. Araguari: Edição Prefeitura Municipal de Araguari, 1988.

¹⁵ SANTOS, Milton. **Por uma nova geografia**. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1978, p. 171.

passado quanto no presente. Portanto, uma categoria historicamente produzida e que, por isso, não pode ser analisada de forma atemporal. Produção que visa atender aos interesses dos grupos sociais que ocupam esse espaço, por isso, construído e reconstruído pelos sujeitos que, com o passar do tempo, imprimem nele os sentidos de suas práticas sociais, sendo delimitado também pelas relações de poder vividas.

Essa maneira de abordá-lo fez ver com desconfiança o modo como foram ativadas algumas memórias que estavam diretamente relacionadas à valorização dos espaços de famílias abastadas e que silenciavam sobre outros viveres, que também nele deixaram suas marcas, mas que não ganharam lugar nas páginas da história “institucionalizada” de Araguari.

Nessa direção, o processo de amadurecimento das reflexões conduziu à percepção de que o fundamental não é apenas apontar que existe uma história sobre a cidade que se tornou “oficial”, mas sim, buscar apreender os diversos sentidos e interesses que fazem da memória um campo de disputas: as tensões, os conflitos, as resistências, aceitações e conformações que compõem o viver nesta cidade e que conduziram à produção de tal história.

Por isso, a categoria memória não pôde ser vista como um simples campo de preservação, mas primordialmente como um campo de lutas. Isso porque o embate entre os diferentes interesses produzidos socialmente nas relações que são classistas não pode ser desvinculado da produção de memórias e, conseqüentemente, dos sentidos que são atribuídos ao passado.

Foi tendo em vista essas reflexões, que ganharam força ao longo do processo de pesquisa, que optei por produzir um texto final que fosse capaz de expressar ao leitor desta tese a estranheza que sentia ao entrar em contato com a história escrita sobre Araguari e como esta estranheza me conduziu à busca por compreender sua natureza histórica, problematizando os marcos que foram construídos com a intenção de delimitar e tornar pública memórias sobre a cidade.

Ao falar sobre memórias públicas refiro-me àquelas memórias que ganharam projeção no espaço público por meio das escolas, dos poderes públicos, da imprensa, de livros, de celebrações, nos nomes de ruas e praças, assim como por meio de monumentos. Dialogando com as proposições colocadas pelo Grupo de Memória Popular, considero que refletir sobre essas memórias possibilita refletir também sobre o

processo de produção social da memória, uma produção que, segundo o Grupo, é coletiva, na qual “*todos participam, embora, de maneira desigual*”¹⁶.

Nessa direção, se fez importante compreender o processo dessa produção questionando como e por quê ocorreu a cristalização de algumas versões sobre o passado da cidade, buscando problematizar especialmente o lugar reservado às memórias dos trabalhadores em Araguari: como elas foram incorporadas ou silenciadas ao longo de um processo de institucionalização de uma história sobre a cidade?

Na busca por outras evidências que ajudassem a trazer à tona não apenas as memórias que se cristalizaram sobre a cidade, mas principalmente que indicassem outros modos de viver, encontrei no diálogo com fontes de natureza diferentes – especialmente jornais, Atas da Câmara Municipal, acervo fotográfico do Arquivo Público de Araguari, mapas, planos que regula(va)m intervenções na cidade e nas narrativas de seus moradores – caminhos para refletir sobre as memórias enquanto campo de tensão, expressas nas disputas que se fizeram nas relações e que ganharam materialidade nos espaços que constituem esta cidade.

A leitura a contrapelo, e a consequente problematização desses diferentes materiais, contribuiu sobremaneira para compreender melhor as transformações ocorridas e encontrar outros sujeitos que não ganharam visibilidade na versão da história divulgada e ensinada sobre a cidade.

Nesse processo de pesquisa um dos desafios colocados esteve em lidar com os materiais pesquisados sem perder de vista que eles também são interpretações elaboradas a partir de interesses diversos. O que levou a olhá-los como partes de um quebra-cabeça que precisava ser compreendido para que fosse possível encontrar a cidade que pulsa.

Para isso foi fundamental refletir sobre eles enquanto linguagens constitutivas e constituintes do próprio ser humano. Linguagens, no sentido atribuído por Raymond Williams, como expressões das experiências sociais vividas¹⁷. Logo, abordadas ao longo deste trabalho a partir do diálogo com as articulações existentes entre elas, as

¹⁶ GRUPO Memória Popular. Memória Popular: teoria, política, método. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2004, p. 283.

¹⁷ WILLIAMS, Raymond. Língua. In: _____. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 27-49.

quais indicavam tensões que foram produzidas nas relações experimentadas por diferentes grupos sociais.¹⁸

Nessa direção, também foi imprescindível a reflexão sobre a abordagem proposta por Marcos Silva segundo a qual é fundamental não dissociar História e Linguagem, mas sim “*desenvolver um conhecimento histórico que se saiba prática política e enfrente a necessidade de desmontar os discursos que o constituem como lugar da erudição neutra, à maneira da História historicizante.*”¹⁹.

Essa opção de abordagem fez com que emergissem dessas linguagens disputas pela cidade, as quais transformaram seus espaços e conduziram a uma organização física marcadamente excludente. Também permitiram refletir sobre modos de viver e práticas sociais que foram silenciadas na história que foi instituída como “oficial”, além dos espaços constituídos pelos trabalhadores em Araguari num processo marcado por experiências de desigualdade e estratificação social.

Dentre as linguagens sobre as quais refleti ao longo da pesquisada foram importantes os jornais que compõem a hemeroteca do Arquivo Público Municipal de Araguari e Museu Histórico “Dr. Calil Porto”. Em meio aos periódicos ali arquivados, ganhou relevância o jornal Gazeta do Triângulo. Ele recebeu espaço significativo nesta tese à medida que consegui enxergá-lo como um agente social que produziu sentidos ao compartilhar e difundir projetos, modos de viver e pensar a cidade, por isso não podendo ser entendido como simples fonte fornecedora de informações.²⁰

A escolha da Gazeta do Triângulo liga-se não apenas ao fato de ser o jornal mais antigo a circular em Araguari²¹, mas principalmente pela possibilidade que encontrei ao perceber como esse periódico se colocou como força ativa no processo de produção de memórias, compartilhando e disputando projetos para a cidade. Além disso, pude

¹⁸ Reflexões impulsionadas também pela leitura do livro: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras Histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d'água, 2006.

¹⁹ SILVA, Marcos A. da. O trabalho da linguagem. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 45-61, set. 1985/fev.1986, p. 52.

²⁰ Para as reflexões realizadas a partir dos jornais procurei me aproximar das proposições colocadas por: CRUZ, Heloisa de Faria. A cidade do reclame: propaganda e periodismo em São Paulo – 1890/1915. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, v. 13, p. 81-92, jun. 1996; CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta**: periodismo e vida urbana – 1890-1915. São Paulo: Educ: FAPESP: Arquivo do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial SP, 2000; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; CRUZ, Heloisa de Faria. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, v. 35, p. 253-270, dez. 2007.

²¹ Fundado em 1937 está em circulação até hoje.

perceber também que ele foi transformado em fonte de informação por muitos pesquisadores que o utilizam como referência em livros, artigos e trabalhos acadêmicos.

É relevante destacar a dificuldade encontrada para identificar o alcance das vendas desse jornal, uma vez que nele não era publicada sua tiragem. Por isso foi necessário seguir algumas pistas: na década de 1950 vinha impresso abaixo do seu nome: “Jornal de grande circulação no Triângulo e em todo o estado de Goiás”; em 1962 aparece o nome das cidades nas quais existiam representantes: Rio – A. S. Lara; São Paulo – A. S. Lara; Belo Horizonte – Serviço de Imprensa e Propaganda; Uberlândia – Uberlândia Propaganda. Na coluna “Nossa Orientação”, do dia 16 de abril de 1967, em um momento em que o jornal passava por dificuldades, encontrei a seguinte frase: “*Gazeta tem sido bem a imagem de Araguari. Vai devagar, mas vai. Ignorada pelos de fora e incompreendida pelos domésticos*”, o que faz pensar que seu alcance nos anos de 1960 já não era o mesmo do que parece ter sido na década anterior.

Embora não tenha sido possível precisar o alcance desse jornal em números, procurei encontrar seus destinatários implícitos a partir da coluna social que anunciava casamentos, noivados, nascimentos, festas de aniversários, formaturas; telegramas enviados à Gazeta felicitando por seu aniversário; visitas feitas à sede do jornal, horários de missa, sétimo dia, aprovação em concurso, editais, balancetes, serviços de baldeações, boletins da administração, horários, etc. das estradas de ferro Mogiana e Goiás, que eram publicados com frequência, além da oferta de cursos e matrículas de colégios particulares, da programação dos cinemas e as inúmeras propagandas nas quais figuravam, em sua maioria, reclames de casas comerciais, fábricas, concessionárias, transportadoras, hospitais, escritórios de advocacia e colégios, cujos donos, representantes ou diretores, ou eram os próprios acionistas da Gazeta, ou seus familiares e amigos. Disso depreendo que também as ideias e campanhas que veiculava estavam voltadas aos interesses desses grupos.

Desta forma, para além de mobilizar opiniões, esse jornal se constituiu em um espaço de articulação dos projetos de cidade defendidos pelo grupo que representava e tornou-se produtor de referência de memórias deste mesmo grupo ao naturalizar suas ações e silenciar sobre outras.

Procurando evidências que permitissem trazer à tona os debates que nos jornais apareciam como fundamentais para a cidade nos períodos estudados, pesquisei também as Atas da Câmara Municipal de Araguari. É importante dizer que elas se encontram

guardadas no Museu da Câmara Municipal²², este se resume a uma pequena sala com duas portas por onde circulam as pessoas que naquele espaço retiram as senhas de atendimento para fazer o documento de identidade. Suas paredes estão recobertas principalmente por fotografias de vereadores e presidentes da Câmara e os livros de Atas ficam “expostos” em um suporte com uma tampa de vidro.

Para ter acesso às Atas foi necessária uma autorização do presidente da Câmara Municipal, solicitada por meio de um ofício, além da adequação do meu horário de pesquisa ao horário de trabalho da funcionária que cuida do Museu, ao mesmo tempo em que fornece as senhas para a identidade. De forma improvisada foi colocada uma pequenina “mesa” e uma cadeira para que eu pudesse fazer a pesquisa. Embora reconheça o excelente tratamento e o esforço das funcionárias que me atenderam, faz-se necessário registrar que o Museu da Câmara Municipal não tem estrutura para receber o pesquisador.²³

Importa destacar que as Atas pesquisadas são registros do poder legislativo e por isso falam principalmente de interesses vinculados ao grupo que o compõe, muito mais do que sobre os interesses da população como um todo. Importa também falar sobre seus limites: são recorrentes os registros de que determinado vereador discorreu longamente sobre certo assunto sem que sejam fornecidas maiores explicações sobre o tema tratado. Também é comum encontrar registros de que, após ser lida a ata da sessão anterior para sua aprovação, algum vereador peça para incluir algo que havia dito, mas que não foi registrado ou ainda faça correções afirmando que a forma que foi registrada sua fala não condiz com o que havia sido dito.

Todavia esses limites não tolhem a importância da pesquisa nesses materiais, visto que, por meio deles foi possível encontrar caminhos para refletir como os viveres urbanos passaram a ser foco de intervenções. As reflexões proporcionadas pela leitura de inúmeras e diferentes propostas de intervenção na cidade conduziram a questões que se relacionavam com o interesse de encontrar o lugar que foi destinado aos trabalhadores em Araguari: quais espaços constituíram na cidade? Como esses suportes registraram seus modos de viver e de constituir seus espaços?

²² O Museu da Câmara foi inaugurado em 2005 e recebeu o nome de “Jofre Alves Martins”, conhecido como “Patesco”, vereador de Araguari de 1958 a 1988.

²³ O mesmo problema se repetiu quando fui procurar as Leis municipais. Nenhum acesso me foi negado, no entanto, não há espaço para pesquisa dentro da própria procuradoria do município, local onde as leis ficam arquivadas. O ideal seria que o Arquivo Público Municipal recebesse as cópias tanto das leis quanto das Atas da Câmara Municipal.

Embora tenham apontado caminhos de reflexão, as respostas a essas questões não puderam ser facilmente obtidas apenas com as Atas da Câmara. Por isso, para aprofundar a reflexão que a pesquisa nesses materiais gerou foi necessário buscar outras linguagens. Produções que oportunizassem adentrar esses espaços e descortinar as relações e práticas que os produziram.

Nesse momento fez-se importante a pesquisa no acervo fotográfico disponibilizado no Arquivo Público Municipal e Museu “Dr. Calil Porto”. Nele, espaços públicos e privados compõem um “enredo” que permite a seu “leitor” “descobrir” Araguari de diferentes formas.

Por meio das fotografias foi possível encontrar elementos que indicavam um processo nada tranquilo de apropriação de seus espaços, assim como experiências de viver esta cidade que foram algumas vezes reinterpretadas e incorporadas como parte de uma versão da história de Araguari, outras vezes simplesmente silenciadas ou “esquecidas”. Este foi um dos caminhos trilhados e que forneceu pistas para ampliar a discussão e encontrar outros espaços e sujeitos num processo conflituoso de constituição da cidade.

Importa dizer que, diante da diversidade das fotografias encontradas, foram escolhidas aquelas cujo foco, para além de trazer hábitos, costumes, festividades, possibilitava refletir sobre as sociabilidades e as relações que se constituem na cidade produzindo seu espaço e transformando-o continuamente.

Para refletir sobre os procedimentos de pesquisa com fotografias, busquei diferentes vertentes de análise o que possibilitou compreender o amplo universo que compõe os estudos sobre fotografia. Essas leituras também contribuíram para assentar minhas próprias escolhas teórico-metodológicas, delineando, assim, aproximações e distanciamentos que se fizeram necessários para a construção da reflexão que propus na busca pelas respostas das questões que foram levantadas ao longo da pesquisa.

Nessa direção, a Revista do IPHAN, cujo nº 27 foi todo dedicado à fotografia, ofereceu uma visão interessante sobre uma vertente que tem como foco a história da fotografia. Embora a proposta fosse ampla, buscando abarcar

às relações entre fotografia e patrimônio; fotografia, objeto de coleção e objeto da história; fotografia e representações simbólicas da cidade, da nação, do trabalho, da religiosidade; fotografia e identificação/pesquisa/preservação/valorização do patrimônio

histórico, artístico e natural; fotografia e criação cultural, especialmente no Brasil.²⁴

O que prevaleceu foi a relação entre ciência/tecnologia e uma concepção de arte cujo foco são os estilos e tendências. Desta forma, apresenta-se em diversos artigos o inventário da produção de fotógrafos considerados célebres – dentre eles os chamados pioneiros – no intuito de encontrar uma lógica preservacionista em suas coleções. Em outros textos, a fotografia surge na relação com a lógica documental, enquanto um registro que comprova.

Diferindo dos textos da Revista do Iphan tornaram-se mais interessantes os de Ana Maria Mauad e Boris Kossoy que, embora se distanciem em alguns pontos entre eles, propõem pensar a fotografia como um objeto de estudo. Esses autores se afastam de análises puramente estéticas ou de uma visão sobre a fotografia enquanto espelho da realidade. Desta forma, produziram importantes contribuições para os estudos sobre a produção de imagens, além de terem construído reflexões sobre seu uso enquanto fonte pelo historiador.

Todavia, embora reconheça seus trabalhos como aportes significativos para a pesquisa com fotografias, me distancio de alguns de seus supostos, em especial, no tocante às noções advindas da semiologia que Ana Maria Mauad defende em seus textos, nos quais a fotografia é tratada como uma mensagem composta por signos não-verbais que devem ser decodificados para que a imagem possa ser compreendida²⁵.

Nessa direção, embora também compartilhe com Boris Kossoy a necessidade de buscar compreender as intenções do fotógrafo e fazer uma leitura do período fotografado, levando em consideração o momento político, econômico e social vivido, a ideia não é “*recuperar micro-histórias*”, nem “*reviver o assunto registrado no plano do imaginário*”²⁶, mas sim refletir sobre a natureza de sua linguagem, buscando nela sua perspectiva histórica.

²⁴ TURAZZI, Maria Inez (Org.). **REVISTA DO IPHAN**. Fotografia, n. 27, 1998, p. 6.

²⁵ Cf. MAUAD, Ana Maria. “O Olho da História”. Análise da imagem fotográfica na construção de uma memória sobre o conflito de Canudos. **Acervo, Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, v. 6, n. 1-2, p. 25- 40, jan./dez. 1993; _____. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996; _____. **Sob o signo da imagem**. A produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX. 1990. 340f. Dissertação (Mestrado em História)– Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 1990.

²⁶ KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 123.

Assim, para o trabalho com as fotografias parto do suposto de que elas permitem refletir sobre múltiplos significados, isso porque, ao mesmo tempo em que podem ser entendidas enquanto experiência capturada, as fotografias registram, mas também inventam, denunciam e consagram, atribuindo sentido e importância àquilo que é fotografado. Todavia, embora busque capturar a realidade, a fotografia é sempre uma interpretação daquele que a produziu, desta forma, ao mesmo tempo em que revela também oculta. Além disso, a vida não se constitui de fragmentos ou instantes fixos, mas de um processo que se faz no tempo.²⁷

Para dialogar com as questões propostas nesta tese produzi também entrevistas com a intenção de apreender os diferentes sentidos atribuídos a alguns espaços que, ao longo do tempo, foram sendo cristalizados como significativos. Buscava, assim, por meio delas, encontrar memórias que não faziam parte da versão institucionalizada como história da cidade.

Por isso, para além das ambiências e trajetórias pessoais as entrevistas foram produzidas a partir de uma pauta social. O diálogo proposto aos entrevistados referenciava-se na presentificação de políticas culturais de preservação do patrimônio histórico-cultural da cidade que objetivavam transformar alguns de seus espaços em “lugares de memórias”.²⁸

Todavia, suas narrativas desconstruíam o valor que fora atribuído a eles pelas práticas de preservação. Aqueles que foram escolhidos por mim para serem meus pares não falavam sobre isso, mas sobre suas vivências na cidade. Por isso, a opção que se tornou definitiva foi a de redirecionar o foco desta pesquisa que se fechava sobre tais práticas a fim de aprofundar as reflexões que permitiram o desfazimento de consensos e a problematização de marcos de memória que foram instituídos.

²⁷ Várias foram as leituras que influenciaram e enriqueceram as reflexões sobre a pesquisa com fotografias, dentre elas destaco especialmente o livro *Sobre fotografia* de Susan Sontag. É dela que tomo emprestado o conceito de “experiência capturada” enquanto uma possibilidade de ver nas fotografias não apenas o que o instante e o espaço registrados revelam, mas, principalmente, os sentidos, valores e práticas que por meio dela podem ser perscrutados. Segundo Sontag “*as fotos são indícios não só do que existe, mas daquilo que um indivíduo vê; não apenas um registro, mas uma avaliação do mundo*”. SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 105. Além de Sontag, Anne Marie Granet-Abisset, Olga Brites, Laura Antunes Maciel e Marta Emília J. Barbosa, todas relacionadas na bibliografia final, tornaram-se leituras obrigatórias das quais passei a compartilhar a concepção de fotografia enquanto um projeto socialmente elaborado, o que indica, portanto, o seu caráter de intervenção social, seja para propor soluções, seja para perpetuar memórias.

²⁸ Categoria aqui referenciada em: NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, Educ, 1993, dez, v. 10, p. 7-28.

Os entrevistados atribuíam sentidos aos seus modos de viver a cidade a partir de suas experiências de classe trabalhadora. Nessa direção, é que as narrativas que foram produzidas são entendidas como evidências de um processo social mais amplo, possibilidades compartilhadas possivelmente por outros trabalhadores no viver nesta cidade. Por meio delas ganharam sentidos os modos de viver e as práticas sociais que a história escrita sobre Araguari e ensinada nas escolas negaram a eles.

Ao longo da pesquisa foram realizadas várias entrevistas, todavia, escolhi refletir em profundidade e dialogar diretamente com sujeitos que narraram sobre como as disputas e transformações da cidade foram vividas por eles.

A senhora Inês Aguiar Pinto, conhecida como dona Nenê, então com 82 anos de idade, foi apresentada para mim pela amiga e colega do curso de doutorado em História Janaína Ferreira Silva que, conhecendo o tema da minha pesquisa, intermediou o encontro com ela que é avó do seu marido. Produzi duas entrevistas (em 10 de junho de 2009 e em 12 de julho de 2011) que foram gravadas em sua casa em Uberlândia, cidade em que vive desde 1999.

A senhora Inês é filha e esposa de ferroviários. Seu pai foi dono do Hotel Aguiar que ficava em frente a Estação de Passageiros da Estrada de Ferro Goiás e ela, depois que se casou, abriu também a Pousada Alvorada que ficava ao lado do Hotel. O diálogo com ela enriqueceu a reflexão sobre como o espaço da estação era vivido por sujeitos que faziam dele um espaço também de moradia, trabalho e sociabilidade.

Com essa mesma perspectiva, produzi a entrevista com o senhor Augusto Gilberto Tormim, então com 75 anos. Ferroviário aposentado, ele trabalhou como supervisor de eletricidade para a Estrada de Ferro Goiás durante trinta anos, aposentando-se em 1983.

Em sua narrativa este espaço ganha sentido a partir do trabalho que realizava, mas também das relações familiares e de amizade, as quais fizeram com que ele me levasse também para outros espaços da cidade.

Assim como a estação, este e outros espaços compuseram os enredos construídos por outros entrevistados. Sobre eles narra também o senhor Wilson Borges, 67 anos de idade, marceneiro aposentado que no momento da gravação da entrevista estava atuando como radialista (programa de música de viola) e era também presidente da Associação de Moradores do Bairro Santa Helena. Conheci o senhor Wilson na

FAEC – Fundação Aragarina de Educação e Cultura – fazendo o controle do patrimônio da Prefeitura, cargo que conseguiu por ter apoiado o então prefeito – Marcos Coelho – durante a campanha eleitoral.

Sua narrativa, embora permeada pela tentativa de demarcar sua atuação política na cidade, contribuiu para aprofundar as reflexões sobre os limites e pressões vividos pelos trabalhadores em Araguari.

Foram esses os mesmos temas que marcaram a narrativa do senhor Josias Vieira de Lima (96 anos). Importa dizer que cheguei até ele por intermédio da minha família, que o conhecia por morar próximo à casa da minha mãe e participar das missas na Capela de Nossa Senhora das Graças no bairro do Bosque – ou Parques. Quando o procurei e informei sobre as intenções da produção de uma entrevista, ele prontamente aceitou compartilhar comigo memórias de algumas de suas experiências que foram historicamente produzidas nas relações que constituiu ao longo de sua vida.

O enredo construído por ele foi marcado por suas idas e vindas pelos trabalhos que realizou, o que fez com que ele me conduzisse pela cidade a partir dessas experiências que, dando o tom à sua narrativa, fizeram com que ele se colocasse como um sujeito ativo na produção da cidade.

O desejo de entrevistar alguém que tivesse trabalhado na área considerada central de Araguari fez com que eu chegasse até o senhor Nivaldo Alves da Silva (69 anos). Todavia esta não foi uma escolha aleatória, o senhor Nivaldo é barbeiro e eu já havia entrado em sua barbearia, pois meu pai algumas vezes cortava seu cabelo lá. Do pouco contato que tive me restou a lembrança de algumas fotografias antigas que decoravam os espelhos do salão. Sendo assim, foram essas referências que me conduziram até ele que se dispôs a gravar uma entrevista comigo. Esta aconteceu na própria barbearia durante seu horário de trabalho.

Sua narrativa contribuiu sobremaneira para as reflexões sobre como as intervenções na cidade alteraram também os sentidos atribuídos por seus moradores aos seus espaços.

Já a entrevista produzida com a senhora Cleusa Aparecida Vieira dos Reis (54 anos) foi a última a ser gravada. Conheci dona Cleusa, Cleusinha como é carinhosamente chamada por seus colegas de trabalho, enquanto pesquisava no Museu da Câmara Municipal de Araguari os livros de atas da câmara. Nos dias em que lá estive

contei sempre com a sua presença. Dona Cleusa é funcionária concursada da Câmara Municipal e trabalha cuidando do museu e entregando as senhas para aqueles que lá chegam para fazer o documento de identidade.

Enquanto eu fazia a pesquisa no museu fui conversando com ela, o que tornava mais agradável o trabalho enfadonho de leitura daquele material. Concluída esta etapa da pesquisa, solicitei a ela que gravássemos uma entrevista. Embora inicialmente colocando-se no lugar de quem pouco poderia ajudar, aceitou meu pedido, demonstrando seu interesse em colaborar no que fosse possível, tendo também a consciência de que suas vivências fazem parte da história da cidade.

Nascida em Araguari e moradora do bairro Santa Helena desde os quatorze anos de idade, quando a entrevista foi produzida contava com 54 anos de idade. Além deste trabalho na Câmara, trabalhou também como doméstica, em colheitas de café e na fábrica de suco Maguary.

Sobre o trabalho com narrativas orais importa dizer que compartilho da concepção de que elas dizem respeito às memórias do entrevistado produzidas no diálogo com o entrevistador. Elas falam de um processo que não é individual, pois ocorre em um meio social dinâmico e compartilhado. Desta forma, embora as memórias de duas pessoas nunca sejam iguais, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas²⁹. São evidências da experiência do sujeito que narra, por isso entendidas por mim não como uma representação do real, mas como evidência do real, uma vez que é elaborada a partir do vivido, não estando desconectada das relações de poder e de suas experiências³⁰.

Também nessa perspectiva, busquei dialogar com as proposições colocadas por Yara Aun Khoury quando, ao falar sobre o trabalho com fontes orais, apresenta uma proposta de abordagem que as vê como “*atos interpretativos, processos constantes de*

²⁹ Conforme: PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, Educ, v. 15, p. 13-33, abr. 1997.

³⁰ Ao utilizar o termo experiência busco aproximar-me da visão assumida por E. P. Thompson na qual a entende como indispensável para o historiador, uma vez que ela “*compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo, ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento*”. THOMPSON, E. P. “Mesa, você existe?”. In: _____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 15.

atribuição de significados, expressões da consciência de cada um sobre a realidade vivida”.³¹

Isso faz olhar para as narrativas não como um depósito de dados, mas como um processo elaborado a partir das questões apresentadas por mim e profundamente moldadas pelo momento da vida de cada entrevistado, seus desejos, projeções para o futuro, a forma como se veem no presente e o lugar social que ocupam. Por isso busquei, no diálogo com as narrativas orais mais do que com os fatos, as interpretações das experiências vividas e as possibilidades compartilhadas no social como evidências de um processo de disputas pela cidade, por modos de viver e pela própria memória.

Desta forma, ao trabalhar com fontes orais minha intenção não foi a de descobrir o que “realmente” aconteceu, utilizando as narrativas produzidas como testemunhos, mas, sim, buscar nelas, juntamente com as outras fontes pesquisadas, caminhos que levassem o leitor desta tese a encontrar uma cidade mais próxima daquela que conheci, saturada por uma pluralidade de memórias capazes de oferecer diferentes sentidos sobre o passado.

As narrativas ajudaram a “descongelar” uma história de “dados e fatos”, contribuindo de forma fundamental para que, aos poucos, a cidade fosse “ganhando vida”, fazendo compreender que os trabalhadores não foram simplesmente “vencidos”, afinal:

Eles estavam vivos e de maneiras mais complexas criaram nesse processo social de lutas, de contradições, a consciência de sua existência, explicitada no modo de viver no campo e na cidade, na família, na escola, na igreja, nas normas reguladas pela moral, pelos costumes e tradições, enfim, em suas culturas constituídas nas práticas ordinárias de viver e de lutar diante das pressões e das mudanças sociais.³²

Esse encaminhamento da pesquisa conduziu a organização da tese em três capítulos. No primeiro capítulo – *Encontros e estranhamentos nas memórias e nos espaços da cidade* – busco refletir sobre Araguari a partir da década de 1980, momento no qual foram organizadas as festividades do centenário de elevação de Araguari à categoria de cidade (1888-1988). Essas comemorações compõem um processo de

³¹ KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). **Muitas Memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2000, p. 123.

³² CALVO, Célia Rocha. Narrativas orais, fontes para investigação histórica: culturas, memórias e territórios da cidade. **História e Perspectiva**, v. 23, n. 42, p. 11-29, jan./jun. 2010, p. 16.

convencimento que procurou mostrar o que na cidade era importante, atribuindo sentidos ao passado que deveriam ser publicizados e compartilhados por todos. Significaram, assim, um esforço por criar uma memória para Araguari.

Nele apresento a cidade a partir do meu próprio ângulo de visão, o que conduz à explicitação da estranheza frente às versões que foram produzidas sobre sua história. Esta opção permite compreender com maior clareza como a memória construída sobre a cidade não é natural, mas advém de disputas. Disputas que se fizeram pela própria cidade e pela hegemonia de classe de grupos que nela se fizeram dominantes.

Nessa direção, no segundo capítulo – *Marcos de memórias na produção social dos espaços* – seguindo a trilha de evidências que conduzem à construção de sentidos sobre o passado, vou encontrando, em narrativas de viajantes e memorialistas, fotografias, mapas e códigos que objetivavam organizar os espaços da cidade, a oportunidade de desconstruir versões que foram produzidas sobre ela, aprofundando as reflexões sobre esse processo de produção social de lembranças e esquecimentos que excluiu e/ou incorporou algumas práticas e memórias.

O terceiro capítulo – *Espaços e memórias: outros marcos, outros viveres* – foi elaborado com a intenção de encontrar modos de viver que foram produzidos nas desiguais relações sociais experimentadas na cidade e que tensionam os sentidos do passado que ao longo do tempo são disputados tornando-se ou não hegemônicos.

Para isso trabalhei principalmente com narrativas orais e fotografias, nas quais fui perseguindo evidências que permitiram refletir sobre a pluralidade de modos de viver que compõem a cidade.

CAPÍTULO 1

ENCONTROS E ESTRANHAMENTOS NAS MEMÓRIAS E NOS ESPAÇOS DA CIDADE

Uma descrição de Zaira como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaira. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.

*Ítalo Calvino.*³³

Zaira, Isaura, Maurília, Fedora, entre tantas outras, são as cidades criadas por Ítalo Calvino e que servem como labirintos nos quais, ao percorrermos seus trajetos, vamos encontrando, em um fluir permanente, tantas outras cidades³⁴. São cidades extraordinárias, cercadas por aventuras e mergulhadas em sensações contraditórias que, por meio das pistas que Marco Pólo vai apresentando, ganham vida para aqueles que, junto com ele, as imaginam.

Nelas também vamos reencontrando anseios, antigos e novos, que marcam nossas experiências de viver a cidade. Desta forma, ao adentrarmos em cada uma delas vai emergindo a impressão que de alguma maneira já as conhecemos. Como que num efeito de *dèjà vu* surge a percepção de que essas histórias fantásticas permeiam também de algum modo as cidades reais quando o autor descortina as múltiplas cidades que cabem em apenas uma.

Inspirada por essas narrativas, busco por Araguari que, assim como as cidades de Calvino, apresenta-se a mim como um convite para adentrar em uma história fantástica, mas real. Tão complexa quanto um mosaico do qual derivam não apenas cores, mas também sons, sabores e dissabores que ganham forma nas relações sociais vividas por homens e mulheres. Histórias que, constituídas no tempo-espaço dessas relações, expressam muito mais do que funções ou dados demográficos. Expressam

³³ CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 14-15.

³⁴ Ibidem.

também sonhos, desejos e necessidades que, ao entrarem em contradição, geram disputas que vão delimitando a luta por sua apropriação, pelo direito de nela ser cidadão e ter garantidos seus modos de viver e de construir sentidos e memórias.³⁵

Ao caminhar por Araguari, seja buscando os caminhos já percorridos por mim muitas vezes, seja me permitindo perder-me, vou encontrando na materialidade de suas formas diversas memórias que exprimem, nas marcas de suas diferentes temporalidades, vivências de homens e mulheres que construíram suas histórias ao transformar seus espaços.

Partindo desse olhar sobre a cidade, produzi este capítulo com o intuito de problematizar as práticas sociais que em Araguari foram delimitando o que em sua história deveria ser lembrado ou esquecido. Essa proposta nasce da estranheza que sempre me acompanhou ao viver em Araguari, e que foram aprofundadas ao longo da pesquisa, ao perceber que algumas memórias que se tornaram públicas ganharam força para serem transformadas em história da cidade em detrimento de outras que foram relegadas ao “esquecimento”.

Tendo em vista estas perspectivas de reflexão haveria muitas formas de conduzir o leitor a entrar nesta cidade. Todavia, minha opção é adentrá-la pelos espaços que fizeram parte de minhas vivências e que influenciaram minha visão sobre ela. Essa opção está diretamente relacionada aos meus próprios referentes de memória sobre a experiência de ter vivido durante alguns anos em um sítio próximo à cidade, no qual minha família trabalhava principalmente com a produção de café.

Desta forma, busco a década de 1980 – tempo da minha e de muitas outras “chegadas” a Araguari – como ponto de partida. Esta opção faz encontrar nas comemorações do centenário de elevação de Araguari à categoria de cidade (1988) um marco fundante de memórias sobre ela. Nessa perspectiva, este capítulo tem como cerne a problematização da construção de uma versão de história sobre a cidade que tem prevalecido no circuito de difusão da cultura letrada, bem como o que foi escolhido como significativo para ser recordado e preservado para a posteridade em um momento de comemoração e de início de organização de um acervo que, posteriormente, na década de 1990, passou a constituir o Arquivo Público Municipal de Araguari.

³⁵ Essas reflexões foram suscitadas a partir da leitura do texto: RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984. v. 8, p. 396-487.

Tendo em vista estas preocupações problematizo neste capítulo a construção de memórias sobre Araguari presentes em diferentes suportes: produção acadêmica, livros de memorialistas, fotografias, jornais, Atas da Câmara Municipal, narrativas orais, entre outros. A intenção foi construir um diálogo entre essas diferentes linguagens na tentativa de encontrar o contraditório e explicitar os elementos que compõem minha própria estranheza.

Ao chegar com minha família ao município de Araguari no ano de 1986 o trânsito entre o campo e a cidade tornou-se uma experiência constante. Vivíamos no campo, trabalhávamos nele, modificávamos suas formas, construindo nele nossa história. Todavia, é difícil estabelecer limites claros entre as memórias de viver no campo, das memórias das minhas vivências na cidade.

Nas lembranças dos caminhos que percorri durante boa parte de minha vida e que me levavam do campo à cidade, ou da cidade ao campo, ficaram as marcas da experiência de ter visto pela primeira vez um trem de cargas. Muitas vezes, ao seguirmos pela MG-028, que liga Araguari à Indianópolis, estrada que utilizávamos para ir do campo até a cidade, encontrávamos com o trem que seguia por alguns trechos às margens dessa estrada.

Esta experiência ainda pode ser vivida por outras pessoas, uma vez que, em todas as direções, aquele que chega a Araguari, seja pela BR-050 em direção à Brasília, seja pela MG-223 ou 413 que a liga ao Estado de Goiás, pode encontrar em algum momento do seu caminho as linhas férreas que ainda permanecem e que são operadas pela empresa Centro Atlântica que, desde as privatizações de 1996, atua na região como veículo de escoação da produção agrícola.³⁶

Dos espaços vividos naquele tempo, ainda marcam minhas memórias os primeiros anos na escola estadual anexa ao Educandário Eunice Weaver³⁷, na qual

³⁶ De acordo com o sítio eletrônico desta empresa: “A malha operada pela Ferrovia Centro Atlântica (FCA) é originária da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA). Incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND), por meio do Decreto nº 473/92, a RFFSA transferiu suas malhas para a iniciativa privada por um período de 30 anos, prorrogáveis por mais 30. A FCA obteve a concessão da Malha Centro-Leste da RFFSA em leilão realizado em junho de 1996. Em agosto do mesmo ano, a outorga da concessão foi efetivada por Decreto Presidencial e, em 1º de setembro iniciamos a operação dos serviços públicos de transporte ferroviário de cargas.”. Ver: FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA. Disponível em: <<http://www.fcasa.com.br/sobre-a-fca/historia/>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

³⁷ Escola localizada no interior deste educandário, também chamado de Preventório do Triângulo Mineiro. Nela era ministrado o ensino para as séries iniciais do ensino fundamental e tinha como objetivo atender as crianças que lá viviam como internos, além de contar com alguns alunos que

estudei por ser próxima à minha casa. Em um período no qual não havia transporte público escolar para aqueles que viviam no campo, esta foi uma alternativa encontrada por meus pais para minha alfabetização. Nela conheci a história da cidade narrada a partir do marco do “desbravamento do Sertão da Farinha Podre”, dos eventos comemorativos e do hino da cidade que cantávamos enquanto a bandeira de Araguari era hasteada, na qual, entre seus símbolos, está escrito: “Araguari, cidade surpresa”³⁸.

Daquele momento ficou a sensação de que “tudo era novidade”. Começava, a partir desta escola, a descobrir uma cidade e a criar relações nela muito distintas da versão da história que nos era ensinada. História que, localizada no passado, não tinha vínculos com os sentidos daquele presente vivido na década de 1980.

Cidade cheia de praças, onde muitas vezes passei horas brincando nos parquinhos infantis, que naquele tempo ainda existiam, enquanto esperava meus pais em seus afazeres que os conduziam à cidade: compras, serviço de banco, telefonia, correios, serviços de saúde entre tantos outros.

Em minhas referências está também a feira livre, uma novidade que não fazia parte de nossas experiências no Paraná. Nela meu pai, como sitiante, vendeu legumes e verduras durante alguns anos para nossa sobrevivência, enquanto a lavoura de café ia sendo formada.

A igreja também era um espaço importante, assim como as festas juninas realizadas nas casas de vizinhos e conhecidos e que tinham seus sentidos mais ligados à confraternização do que ao sentido propriamente religioso. Essas festas reuniam muita gente, inclusive os que viviam distantes e que vinham especialmente para este momento, no qual à reza do terço se sucediam os fogos, a dança, as comidas e as histórias de assombração.

Outras escolas por onde passei também são espaços importantes que trazem à tona a diversidade que compõe a cidade que conheci. A Escola Estadual Eleonora Pierucetti, na qual estudei aproximadamente um ano e meio, reunia alunos principalmente dos bairros Amorim e Novo Horizonte.

moravam em sítios vizinhos a ele. Este Preventório foi inaugurado na zona rural de Araguari em 1952 e tinha como objetivo abrigar filhos de pais hansenianos. No período em que nele estudei havia poucas crianças que ainda permaneciam lá por esse motivo, afinal, a partir da década de 1980 já haviam sido elaboradas leis contra esta forma de segregação. Tratava-se, então, em sua maioria, de crianças e adolescentes que para lá foram enviados devido a um acordo firmado com a extinta FEBEM. Atualmente funciona em suas instalações uma penitenciária feminina.

³⁸ A Bandeira e o Brasão do Município foram inventados em 7 de julho de 1966 por meio da Lei nº 1.156.

Estes são bairros de trabalhadores, com pouca infraestrutura, marcados pela carência de recursos, com suas casas de meia-água, terrenos que abrigavam pequenas casas na qual a família toda ia ficando por ali e se arrumando como podia. As brincadeiras na rua e também as brigas, as pessoas sentadas na porta de casa conversando, a mercearia da esquina, o mercadinho da família do próprio bairro remetem a formas de viver a cidade e sociabilidades intrínsecas às classes trabalhadoras.³⁹

Ainda durante as séries iniciais estudei em uma escola rural denominada Centro Educacional Municipal José Inácio, localizada na região do distrito da Contenda, às margens da rodovia MG-028 – estrada para Indianópolis. Embora mais distante de nossa casa do que as escolas da cidade, a disponibilidade do transporte para os alunos da zona rural fez com que durante um ano eu convivesse com muitos outros filhos de agricultores, jovens que ainda muito novos se faziam trabalhadores nas lavouras de café, soja e tomate.

Mais tarde, já durante o ginásio – atual ensino fundamental II – quando passei a frequentar a Escola Estadual Paes de Almeida, localizada no Bairro do Bosque, tive colegas filhos de açougueiros, vendedores de pamonha, boias-frias, feirantes, moradores das imediações da escola e do curtume instalado próximo ao córrego Brejo Alegre, nas proximidades do Bosque John Kennedy.

Para mim, naquele momento, Araguari era basicamente esses espaços, talvez, extrapolando um pouco, a região central, utilizada para as compras ou por motivos de saúde. Foi apenas no ensino médio que meus caminhos encontraram de forma mais concreta a área considerada como centro da cidade. Passei a estudar na Escola Estadual Raul Soares e a frequentar o Cine Ritz – que funcionou na Praça Manoel Bonito até o

³⁹ Esse entendimento de que a cultura de classe se expressa na vida diária ganhou força a partir da leitura do livro “As utilizações da cultura”, de Richard Hoggart. Nessa obra o autor focaliza as classes trabalhadoras inglesas e traz para o centro das discussões a impossibilidade de aceitar uma cultura pura e original, assim como, problematiza a possível alienação dessa classe frente à massificação de suas maneiras de viver. Sem ser condescendente, mostra os avanços e retrocessos da tentativa de combater e reformular as tradições da classe trabalhadora impondo outros valores. O autor leva a refletir sobre a cultura a partir de uma perspectiva na qual ela é constituída por meio de clivagens nas relações entre as classes sociais sem que haja uma separação clara entre o que faz parte unicamente da cultura do “povo” e da cultura da classe dominante. Para Hoggart a cultura dos trabalhadores se constitui no momento de resistência a outras classes, sendo a partir dessas relações que os lugares são estabelecidos. Essa é uma concepção fundamental e que marca a perspectiva que busco construir ao longo de toda a tese. Ver: HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura 1 e 2**. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Lisboa: Presença, 1973.

final de 2007 –, ir nos finais de semana à Igreja Matriz, ponto de encontro com amigos de onde íamos para outros espaços.

Nesta escola estudei com colegas que viviam em diferentes bairros da cidade e que iam para lá principalmente porque no bairro em que moravam não havia ensino médio. Desta forma, os espaços considerados centro da cidade foi para muitos, assim como foi para mim, espaços de acesso a benefícios que não estavam disponíveis nos locais onde viviam.

Essas escolas são espaços públicos que congregam a pluralidade de vivências que constitui a cidade e cuja função principal é a alfabetização, objetivando a disseminação de uma cultura letrada. Nelas o ensino de História como disciplina obrigatória é um dos veículos de difusão de memórias públicas sobre a cidade, ensinando e produzindo sentidos sobre o passado referenciado em marcos que muitas vezes se distanciam das vivências sociais daqueles que ali estão presentes como alunos.

Nessa perspectiva, ao retomar a cidade na qual vivi parte de minha infância e adolescência, deixo-me seduzir pelas formas de seu traçado na tentativa de refletir sobre aquilo que Marcel Roncayolo chama de “*estratos históricos sucessivos*”⁴⁰, ou seja, a contribuição combinada e contínua de várias gerações para a produção histórica da cidade. Entendendo com o autor que “*as formas urbanas são o produto da história*” e que “*no termo ‘cidade’, mais do que o rigor de um conceito, acumula-se uma soma de experiências históricas*”⁴¹, interessa encontrar na historicidade de suas formas a multiplicidade de vivências que não ganharam projeção nos espaços de difusão da cultura letrada, o que impediu o reconhecimento de muitos sujeitos com a história que lhes foi ensinada.

Inicialmente, a busca por compreender a historicidade que engendrou esta cidade conduziu à reflexão da produção acadêmica sobre ela, afinal, como outros que se aventuraram em compreendê-la a interpretaram?

Na reflexão empreendida inicialmente sobre a produção acadêmica acerca de Araguari chamou atenção a incorporação de marcos que naturalizam versões sobre o passado e produzem socialmente esquecimentos, além de atribuir sentidos a alguns dos

⁴⁰ RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984. v. 8, p. 443.

⁴¹ Ibidem, p. 397.

espaços, ou “estratos” da cidade tomando como referência especialmente a fundação de instituições políticas.

Essa é a perspectiva que sobressai na monografia em história escrita por Rosani Aparecida Zilli, intitulada “Uma memória oculta”. Embora tenha como proposta analisar a inserção da mulher na vida política de Araguari, empreendendo uma pesquisa sobre a vida de Ilda Ferreira⁴², a autora dedica todo o primeiro capítulo à produção de um apanhado histórico da formação do município de Araguari. Essa opção é justificada por ela na introdução da seguinte forma:

Procuramos levantar uma bibliografia que nos permitisse conhecer ou pelo menos verificar o desenvolvimento de Araguari desde sua criação. Deparamos com a escassez de uma produção historiográfica voltada à reconstrução da memória do município.⁴³

Assim, buscando sanar uma dificuldade encontrada por ela ao longo da pesquisa que empreendeu, Zilli produz uma interpretação sobre a formação e gênese de Araguari retomando o “desbravamento” do Triângulo Mineiro pelos bandeirantes – em especial Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera – como marco de fundação desta região e, conseqüentemente, mais tarde do próprio município.

De acordo com Zilli:

a origem de Araguari data do início do século XIX, quando Antônio de Resende Costa, o “Major do Córrego Fundo”, comissário de Sesmarias na Região do Triângulo tomou posse de um terreno entre as sesmarias por ele demarcadas. Mais tarde doou este terreno à uma já existente capela sob invocação do “Senhor Bom Jesus da Cana Verde”. Ao redor desta foram-se concentrando fazendeiros das imediações que fundaram o “Arraial de Ventania”.⁴⁴

Nessa perspectiva, a autora produz uma interpretação na qual Araguari vai “evoluindo” de arraial para vila e de vila para cidade, fato provavelmente ocorrido em 1888.

Essa versão sobre as origens da região do Triângulo Mineiro e de Araguari, enquanto um município nela inserido, é retomada por Jhonny de Oliveira Borges em sua dissertação de mestrado em geografia. Nela a preocupação do autor está em entender o

⁴² Vereadora eleita em 1947, filiada ao PCB, mas candidata pelo PSD.

⁴³ ZILLI, Rosani Aparecida. **Uma memória oculta**. 1997. 88f. Monografia (Graduação em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1997, p. 16.

⁴⁴ Ibidem, p. 19-20.

processo de ocupação da comunidade rural do Fundão localizada no município de Araguari, suas atividades produtivas, relações sociais e práticas culturais. Todavia, assim como Zilli, Borges alega uma escassez de referências sobre a história de Araguari o que o conduz a tentar reparar este problema:

A pesquisa se justifica por entendermos que ela será uma contribuição para o resgate da história, não só da comunidade rural do Fundão, como também da cidade de Araguari. Pouco se escreveu sobre as origens de Araguari e das atividades produtivas que, inicialmente, foram instaladas no município.⁴⁵

Assim, nos dois capítulos iniciais o autor dedica-se a produzir um histórico da região do Fundão, assim como de Araguari. Nesse histórico, os bandeirantes paulistas ganham espaço como “*grandes desbravadores dos sertões do Brasil*”⁴⁶. Sua narrativa se aproxima sobremaneira da de Zilli ao enfocar a divisão de terras no Brasil para chegar então à Sesmaria do Sertão da Farinha Podre e, a partir daí, a demarcação das sesmarias do Serrote e da Pedra Preta, estabelecida pelo Major do Córrego Fundo, consideradas pelo autor “*como sendo o foco inicial de povoamento do município, que grande importância teve para a história do lugar*”⁴⁷.

Continuando nessa direção, o autor afirma:

Dezesseis anos depois da demarcação das duas Sesmarias, feito a pedido de Justa Inocência, mais exatamente no ano de 1834, o Sr. Antônio de Resende Costa fez um termo de doação no qual passava, para a Igreja do Patrimônio (nome dadas a estas terras doadas), uma grande área localizada entre as duas sesmarias, onde, durante a década de 1840, foi construída a primeira Igreja da então Freguesia do Brejo Alegre, em louvor ao Senhor Bom Jesus da Cana Verde.⁴⁸

A partir de uma perspectiva conservadora que se ancora em uma concepção histórica de evolução são produzidas interpretações sobre a natureza histórica da cidade relacionando-a aos marcos fundantes de suas instituições. Por isso, nela a área que abrange a Igreja do Senhor Bom Jesus da Cana Verde vai ganhando importância como espaço de formação inicial da cidade, no qual agregou ao seu redor as primeiras casas de fazendeiros que ali se instalavam para participar dos ritos religiosos.

⁴⁵ BORGES, Jhonny de Oliveira. **As ruralidades do Fundão**: origens, valores sócio-culturais e representações comunitárias no município de Araguari-Mg. 2006. 235f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006, p. 17.

⁴⁶ Ibidem p. 32.

⁴⁷ Ibidem, p. 34.

⁴⁸ Ibidem, p. 37.

De acordo com o autor, mesmo a vila sendo elevada à categoria de cidade, a produção voltada para a subsistência não despertava o interesse de bandeirantes e tropeiros que buscavam oportunidades em outras paragens. A cidade só passa a atrair pessoas com a instalação da ferrovia no final do século XIX.

O ponto ao qual Borges chegou, mas que não era sua preocupação central, aparece como tema de pesquisa na dissertação de mestrado em geografia produzida por Fábio Macedo Tristão Barbosa. Nela o autor discute a influência da ferrovia na constituição da cidade, tomando-a como elemento estruturador de seu espaço urbano. Por isso, classificada por ele como cidade-ferroviária.

Embora esse enquadramento não permita encontrar o social na estrutura na qual Barbosa restringe a cidade, a marcante presença dos trilhos de ferro encravados na paisagem social de Araguari e a visão da cidade a partir de uma das sacadas do prédio da extinta estação de passageiros da Estrada de Ferro Goiás – local que atualmente abriga a Prefeitura Municipal – do qual é possível ver ao longe o traçado de inúmeras ruas que para ela convergem, me levaram a aproximar minhas reflexões das proposições colocadas por este autor, segundo o qual “*a ferrovia teve papel sine qua non na estruturação urbana e no modo de viver a cidade*”⁴⁹.

Todavia, o que me chamou atenção em seu trabalho é que, ao buscar compreender o “*processo histórico-geográfico que fez surgir a cidade, sua gênese, e a subsequente evolução e desenvolvimento do espaço urbano*”⁵⁰, Barbosa, assim como os autores acima citados, retomava uma história que já me havia sido contada muitos anos antes quando na escola me foi ensinado o que o autor chama de “*história social do município que, de Sertão da Farinha Podre, evolui para formar a cidade de Araguari*”⁵¹. Ou seja, uma versão da história há muito divulgada nas salas de aula do município e que narra sobre suas origens a partir da epopeia de grupos de “desbravadores” que seriam os responsáveis pela introdução da “civilização”.

Assim, embora o autor destaque que a formação da região do Triângulo Mineiro foi um longo processo conflituoso de disputas entre tribos indígenas e entre estas e bandeirantes pelo domínio das terras e, em tom de crítica, comente a dominação

⁴⁹ BARBOSA, Fábio Macedo Tristão. **Ferrovia e organização do espaço urbano em Araguari (1896-1978)**. 2008. 179f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008, p. 18.

⁵⁰ Ibidem, p. 18.

⁵¹ Ibidem, p. 18.

imposta pelo homem branco, este continua sendo o marco de constituição da cidade. O mito fundador⁵², a partir do qual é atribuído às expedições religiosas e de bandeirantes o desbravamento da região, permanece como primordial para a fundação de Araguari.

Não há porque não reconhecer que este era um lugar de passagem de tropas, todavia, importa não reduzir a reflexão a esta simples constatação, mas buscar outras evidências que possibilitem problematizar sobre o porquê da versão de uma cidade feita pelos “de fora” prevalecer e o que esta versão silencia.

Essa versão fundamenta-se em suportes pertencentes ao Arquivo Público Municipal e Museu Histórico “Dr. Calil Porto” de Araguari. Este Arquivo foi inaugurado em 1994, mas sua proposta nasce no final da década de 1980 quando tem início o projeto de elaboração de um livro sobre a história da cidade. Esse livro foi produzido em 1988 para compor as festividades do centenário de elevação de Araguari à categoria de cidade (1888-1988) e fez com que fosse colocada em discussão a necessidade de criação de um arquivo municipal para guardar e disponibilizar para pesquisa o material que foi coletado para sua produção, assim como os documentos da própria Prefeitura que até então ficavam em mãos de particulares.⁵³

O livro, “Araguari, cem anos de dados e fatos”, foi produzido e lançado pela Prefeitura, como resultado do convênio firmado entre a então Fundação Educacional e Cultural de Araguari (FUNEC) e a extinta Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araguari (FAFI), sendo o curso de história o responsável pela sua organização.

Uma reportagem do Jornal Gazeta do Triângulo⁵⁴, especialmente dedicada à comissão formada pela FAFI para pesquisar e produzir o livro sobre a história de Araguari, evidencia que, em sua maioria, eram pessoas que estavam envolvidas com as

⁵² Sobre este suposto teórico ver: CHAUÍ, Marilena. **Brasil**. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

⁵³ A entrevista realizada em 15 de abril de 2011 com Maria Consuelo Ferreira Montes Naves, uma das autoras/organizados do livro e importante agente na criação do Arquivo Municipal, possibilitou refletir sobre os caminhos da produção do livro e como a partir das pesquisas para sua confecção foram sendo organizados os documentos que mais tarde possibilitaram a criação do Arquivo Público Municipal que até aquele momento não existia. Até então, os documentos públicos da cidade eram guardados por particulares que os transformaram em documentos privados, restringindo assim o acesso a eles.

⁵⁴ Fundado em 1937, é produzido ainda hoje pelo Grupo Amaral & Amaral Advogados Associados que efetivou sua compra em 2004. De caráter conservador, nasceu atrelado às ações da Prefeitura Municipal, sendo vendido no final da década de 1940 para a Paróquia do Senhor Bom Jesus da Cana Verde e novamente vendido em 1966 para Afif Rade, também ligado ao grupo católico e de proprietários do qual o adquiriu, dando continuidade a suas ideias e propostas até sua venda em 2004.

áreas de educação e cultura do município⁵⁵. Dentre elas também fizeram parte da comissão Abdala Mameri⁵⁶ e Afif Rade⁵⁷, ambos diretamente ligados à Gazeta do Triângulo, o que indica que este jornal se colocou como um sujeito ativo nesse processo, buscando fazer que as memórias que ajudou a produzir ao longo de sua existência se tornassem dominantes. Os componentes dessa comissão explicitam uma rede de relações de grupos que circulavam entre o governo municipal, a Gazeta do Triângulo que apoiava o governo, e a Faculdade da cidade, que era financiada pela Prefeitura Municipal por meio da FUNEC.

São os membros desse grupo que, referenciados como autoridades para pesquisar e escrever a história da cidade, deveriam fornecer ao livro o tom de veracidade, preocupação que, embora não seja possível afirmar ser de todos os integrantes da comissão, era ao menos da Gazeta do Triângulo, uma vez que envolvia principalmente “dados e fatos” dos grupos por ela representados.

Nesse sentido, consta na mesma reportagem sobre a formação da comissão alguns critérios que, segundo o jornal, deveriam ser utilizados para garantir a veracidade:

Pelo que se sabe as pesquisas, em caráter o mais sério possível, em se tratando de História de nossa Araguari, serão feitas em Cartórios, repartições públicas, documentos idôneos, através de entrevistas com pessoas de ilibada reputação, que se estenderão aos distritos de Piracaíba, Amanhece, Florestina, etc.

Vamos torcer para o êxito desta maravilhosa empreitada cultural, que poderá sanar grande lacuna desta cidade, a História de Araguari, narrada pelos seus próprios filhos, maior marco, sem dúvida, dos seus 100 Anos.

“A História é a mestra da vida”, já dizia Cícero.⁵⁸

⁵⁵ ARAGUARI, cidade centenária. Comissão para os 100. **Jornal Gazeta do Triângulo**, Araguari, n. 5.514, 11 jul. 1988.

⁵⁶ Conhecido como professor Abdala, foi funcionário do Banco do Brasil, redator-chefe do Jornal Gazeta do Triângulo, vereador na década de 1980 pelo PMDB, membro-fundador da Academia de Letras de Araguari, fez parte da comissão organizadora da Casa da Cultura, coresponsável pela organização do Arquivo Público Municipal. Mameri aparece como referência em muitos escritos sobre a história da cidade, inclusive no livro “Araguari cem anos de dados e fatos”. Em sua homenagem, a Casa da Cultura recebeu seu nome. Existe também uma sala com seu nome no interior da Escola Estadual Raul Soares.

⁵⁷ Libanês que chegou com sua família a Araguari em 1933, com 21 anos de idade. Trabalhou como mascate e radialista, além de contribuir com a Gazeta do Triângulo com notícias sobre esporte, antes de adquiri-la em 1966. Ficou à frente da Gazeta até 2004 quando, aos 91 anos de idade, decidiu vendê-la para que ela pudesse continuar a existir mesmo sem ele. O Grupo Amaral efetivou a compra e o jornal permanece em circulação até a presente data. CÉSAR, Edmar. **Afif Rade** – Um marco da imprensa de Araguari. Goiânia: Kelps, 2005.

⁵⁸ ARAGUARI, cidade centenária. Comissão para os 100. **Jornal Gazeta do Triângulo**, Araguari, n. 5.514, 11 jul. 1988.

A organização da pesquisa orientada pela faculdade, a utilização de documentos considerados oficiais por serem produzidos por instituições e a lembrança de pessoas sem manchas em sua reputação foram as bases para eleger o que seria escolhido como passado significativo. Porém, quem seriam essas pessoas de “reputação ilibada”?⁵⁹. Os documentos feitos em cartórios e repartições públicas preservam comumente as memórias de quais grupos?

Esses critérios indicam que nem todas as pessoas poderiam contribuir com a produção do livro. Nem todas as memórias poderiam entrar para a história, mas apenas aquelas que vinham de vozes autorizadas, ocorrendo, assim, a produção de um discurso competente, ou seja, um discurso instituído, *“aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância.”*⁶⁰.

A história produzida a partir desse discurso elaborado por pessoas escolhidas como competentes para falar e pesquisar sobre Araguari buscou sua fundamentação em documentos que foram, neste processo, transformados em monumentos de poder⁶¹, prática que conduziu à atribuição de sentidos ao passado que valorizaram marcos de poder instituído.

No prefácio, escrito pelo então prefeito Neiton de Paiva Neves, houve o cuidado de ressaltar os limites desta obra:

Não se trata, e fica evidenciado na sua leitura, de uma obra definitiva sobre a história de Araguari. O que se pretendeu foi fazer um registro dos principais fatos e dados de nossa história nestes cem anos passados, sem a preocupação de esgotar o tema.

Preocupação houve, sim, de guardar fidelidade às informações de que se compõe o livro, levantadas em pesquisas, entrevistas, depoimentos, documentos, jornais, fotografias, etc.

Críticos mais rigorosos poderiam dizer que este livro omite fatos e dados mais importantes e documenta outros nem tanto.

⁵⁹ Importa dizer que não foi possível encontrar referências sobre quem foram essas pessoas que concederam entrevistas, tão pouco se realmente estas foram produzidas.

⁶⁰ CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2006, p. 19.

⁶¹ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003, p. 525-539. Texto importante por refletir como o que persiste do passado é uma escolha, seja de historiadores ou daqueles que buscam preservá-lo.

Contudo, aqui não se faz juízo de valor; ficam por conta de cada um os critérios de avaliação.⁶²

Todavia, reconhecer seus limites não diminui os significados da seleção que foi empreendida por meio de sua produção. Trata-se de escolhas que foram feitas e como estas influenciaram outras pesquisas e trabalhos sobre a cidade ao se transformar em referência para a produção de artigos de jornais, revistas, livros, além de influenciar a própria produção acadêmica.

Desta forma, essa seleção contribuiu sobremaneira para a produção daquilo que o Grupo de Memória Popular chamou de “*campo das representações públicas da história*”⁶³ que irá afetar concepções sobre o passado e o presente, assim como, sobre as práticas de dominação impostas àqueles que têm sido “esquecidos”.

Os marcos a partir dos quais o Arquivo Público Municipal de Araguari foi organizado, e que são apresentados aos pesquisadores que para lá se dirigem interessados na história da cidade, foram valorizados, escolhidos e delineados a partir dessa obra. Por isso, importa problematizar quais interesses se entrelaçaram à sua produção e como estes dialogavam com os processos sociais vividos na década de 1980. Afinal, qual história era comemorada por meio dessa obra?

O conteúdo do livro, como o próprio nome sugere, é uma seleção de dados e fatos que procura estabelecer uma continuidade sem conflitos, organizando, assim, um referencial comum para o passado. Desta forma, têm-se uma leitura linear e homogênea do passado da cidade que surge da epopeia dos primeiros “desbravadores” – os bandeirantes – que, com “espírito aventureiro” foram abrindo caminhos até Goiás.

Os “desbravadores” são apresentados como aqueles que trouxeram “*as primeiras marcas da vida civilizada de que historicamente se tem notícia*”⁶⁴. Nessa direção, índios caiapós, quilombolas e “*ferozes silvícolas*”⁶⁵ que povoavam a região são apresentados na tensão entre o que se considerou como barbárie, representada por esses grupos, e civilização, que haveria sido trazida pelos “desbravadores”, delineando, assim, os

⁶² PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI. **Araguari: cem anos de dados e fatos**. Araguari: Edição Prefeitura Municipal de Araguari, 1988, p. 7.

⁶³ Grupo Memória Popular. *Memória Popular: Teoria, Política, Método*. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’água, 2004, p. 284.

⁶⁴ PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI. Op. cit., p. 14.

⁶⁵ Ibidem, p. 15.

desafios enfrentados para que o Sertão da Farinha Podre se transformasse em Triângulo Mineiro.

Por meio desses marcos, a história de Araguari vai surgindo do “progresso” estimulado por alguns povoadores que se sacrificaram pelas “*terras desconhecidas e maravilhosas do Brasil Central*”⁶⁶. A partir daí, através da criação de arraiais, acordos e alvarás surge a Freguesia de Brejo Alegre, concentração de habitantes que se estabeleceram ao redor da Igreja do Senhor Bom Jesus da Cana Verde. Entre decretos e esforços do Padre Lafayette de Godoy, deputado provincial entre 1888-1889, a Vila de Brejo Alegre é elevada à categoria de cidade.

Desta forma, a cidade resulta das ações dos poderes que se instituíram no bojo do que foi considerado “processo civilizatório” pelos grupos dominantes: executivo, legislativo e judiciário. E das práticas que buscaram impor: criação de impostos; instrução primária; nomeação de ruas; aprovação da planta da cidade; construção de cemitério; ferrovias; instalação de luz, telefone e água; abertura de estradas; entre outras ações apresentadas, como se não existissem disputas ou projetos diferenciados. Infere-se, assim, coesão social ao mesmo tempo em que busca dar validade a práticas de poder que atuaram na produção da cidade, mas que, todavia, não foram únicas.

Interessa observar que nele ganharam destaque alguns imóveis que referenciam esses poderes e equipamentos: a antiga Câmara e Cadeia Municipal, o Prédio da Cemig, a Estação de Passageiros da Estrada de Ferro Goiás e as escolas Raul Soares, Regina Pacis e Sagrado Corações de Jesus. Além desses, a Praça Manoel Bonito aparece como um ponto importante de referência para a história da cidade.

Na obra também é dada ênfase aos nomes de latifundiários ligados à pecuária e à agricultura e, como que simulando um movimento que indica “progresso” são apresentadas em seguida algumas das indústrias que foram instaladas na cidade nas primeiras décadas do século XX: olarias, charqueadas, frigoríficos, máquinas de beneficiamento de arroz, fábricas de banha, sabão, ração e adubo, botinas, macarrão e bolachas.

Algumas dessas indústrias ainda estão presentes na cidade, embora não atuem no mesmo seguimento de origem: a Indústria Serrador, fundada por Manoel da Cruz Pova

⁶⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI. **Araguari: cem anos de dados e fatos**. Araguari: Edição Prefeitura Municipal de Araguari, 1988, p. 15.

– atual Irmãos Povia – e a fábrica de carroças de Pedro Nasciutti – atual Lunasa. O comércio também ganha destaque. São apresentadas as primeiras casas de ferragens, fazendas, armarinhos, farmácias, armazéns de secos e molhados, porcelanas, artigos finos, padarias.

Além disso, esses estabelecimentos se tornaram referência na memória da cidade por meio, especialmente, de nomes de praças, ruas e avenidas que homenageiam seus proprietários: Pedro Nasciutti, Manoel Cruz Povia, Jaime Orsi, Nephtalli Vieira, Nicolau Dorázio, Joaquim Aníbal, Natal Mujalli, entre muitos outros.

Já os trabalhadores ganham espaço apenas em dois momentos da obra. Em um deles aparecem rapidamente como “boias-frias” que vieram para trabalhar nas lavouras de café:

A qualidade do café araguarino, segundo Roberto Silva Sartori, ‘é das melhores do Brasil, no tipo e na bebida. Ele assegura que os cafés do município, exportados para outros países, lá são conhecidos como ‘extra finos’.

‘Mas para que o precioso líquido... chegue à mesa... é preciso muito sacrifício, que começa com o trabalhador rural, ou até mesmo com o operário temporário, chamado ‘bóia-fria’... Este trabalhador, quase sempre não bem garantido diante das leis federais, não goza de benefícios da Previdência Social e muito menos não tem, a exemplo de outros profissionais, o seu 13º salário, o seu abono família, o período de férias e muitos outros atributos...’

Araguari possui mais de dois mil bóias frias, permanentemente, nas fazendas, colhendo, plantando, somados a outros, mais de 15 mil, que, na época da colheita, se associam a eles.⁶⁷

Há, assim, uma clara distinção entre os que foram selecionados e publicizados como “empreendedores” e que foram “imortalizados” por meio da atribuição de seus nomes a diversos espaços e vias públicas, e os inúmeros sujeitos “sem-nome” que aparecem apenas em um momento em que a possível qualidade da produção de café é exaltada. Eles surgem como números e por meio das dificuldades que enfrentam, embora estas pareçam ser atenuadas pelo fruto de seu trabalho: a produção do “melhor café do Brasil”.

⁶⁷ PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI. **Araguari Cem Anos de dados e fatos**. Araguari: Edição Prefeitura Municipal de Araguari, 1988, p. 126-127 (os recortes ao longo da citação estão conforme o original). O artigo “A Agricultura (Nossa principal atividade econômica)”, publicado no Jornal Gazeta do Triângulo, n. 6317, 07 out. 2000, chamou-me a atenção quando, ao falar sobre o fluxo migratório para Araguari e região, cita na íntegra o parágrafo acima citado, como que confirmando a significativa presença desses trabalhadores mais de uma década após o lançamento do livro.

Em outro momento, aparecem a partir das festas consideradas populares, como o carnaval, congos e moçambiques. Estes últimos apresentados como uma manifestação religiosa que se tornou folclórica, sendo o folclore assim definido no livro: “*O folclore existe em todos os povos, sendo o fruto da cultura popular, e é reconhecível através dos mitos, lendas, contos, ditos populares, rodas infantis, música, dança, artesanato, usos e costumes populares*”⁶⁸.

Trata-se de uma concepção que coloca como secundários os significados produzidos a partir das experiências e da consciência vividas por sujeitos no fazer-se enquanto classe trabalhadora. Valores que, inscritos nos modos de viver desta classe, são disputados socialmente. Por isso, não são estáticos e estão sendo continuamente recriados e incorporados no movimento de constituição das relações sociais ao longo do tempo.⁶⁹

É por meio desta disputa e atribuição de valores que essa definição que tenta isolar o que pertence ou não pertence aos grupos identificados como populares vai sendo produzida na tentativa de delimitar também outras “manifestações” artísticas que, na contraposição com a cultura das classes trabalhadoras, são consideradas como arte: esculturas, cerâmicas, artes plásticas, literatura, fotografia e música.⁷⁰

Essa contraposição ganha força na atuação de um grupo de letrados que produz uma versão sobre o passado da cidade, que anula a capacidade de uma maioria de ser sujeito de sua história, ocultando projetos diferenciados e os conflitos deles resultantes, na tentativa de construir a imagem de uma cidade harmônica.⁷¹

Todavia, para além do circuito da produção de uma cultura letrada, importa indagar: qual o lugar desses sujeitos na cidade e na produção de sua história?

Ainda marcam minhas memórias algumas das festividades que foram organizadas para as comemorações do centenário da cidade. Nos diversos eventos organizados, seja sob o luar do cerrado ou do forte sol do sertão das Minas Gerais,

⁶⁸ PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI. **Araguari: cem anos de dados e fatos**. Araguari: Edição Prefeitura Municipal de Araguari, 1988, p. 163.

⁶⁹ Sobre a tentativa de folclorizar práticas sociais das classes trabalhadoras, ver: THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: _____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

⁷⁰ PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI. Op. cit., p. 213.

⁷¹ Para essas reflexões foi salutar a leitura do texto: BRITES, Olga. Memória, preservação e tradição populares. In: DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1991. [Resoluções do Congresso “O direito à memória”], p. 18-19.

sujeitos de toda Araguari se reuniam para comemorar sua cidade, ao mesmo tempo em que imprimiam nela suas presenças.

Assim como eu, muitas dessas pessoas que viveram essas comemorações eram filhas de famílias de trabalhadores vindos de outras localidades. Muitos vieram do nordeste – em especial Bahia, Pernambuco, Piauí e Ceará – e dos estados do Paraná e São Paulo. Entre eles, também era possível encontrar trabalhadores vindos de cidades da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e do vizinho estado de Goiás.⁷²

Esses trabalhadores chegaram a Araguari principalmente entre os anos de 1970 e 1980 em busca de trabalho, sobretudo nas lavouras de café, tomate e maracujá. Este era um momento no qual o campo estava sendo modificado a partir da criação de projetos e programas dos governos militares para o “desenvolvimento” do cerrado mineiro. Esse “desenvolvimento” estava direcionado não aos trabalhadores, mas servia aos interesses dos grandes proprietários rurais que compartilhavam dos projetos da Ditadura Militar de diversificar e expandir a fronteira agrícola que, ao abrir novas frentes de colonização, buscava reordenar as relações capitalistas tanto nos campos quanto nas cidades.⁷³

Nesse processo, técnicas avançadas e insumos agrícolas, somados à orientação de um agrônomo – figura que desempenha um papel importante nesse processo, ora ensinando o manejo do solo e o cultivo da lavoura, ora introduzindo os defensivos agrícolas que se tornaram indispensáveis para a produção agroindustrial – são introduzidos como a solução para as terras do cerrado, consideradas improdutivas.

No caso de Araguari, essa tentativa de inseri-la nos programas propostos pelo governo militar de intervenção no campo significava conseguir um lugar junto aos projetos de “desenvolvimento” nacional financiados pelo governo federal e de fazer crescer também sua economia.

O debate sobre a necessidade de uma “volta” ao campo, como saída para a estagnação pela qual a cidade passava, materializou-se no livro “Rumo à Terra. Painéis Rurais”, de Adalberto de Amorim, médico e ex-prefeito de Araguari entre 1951 e 1955.

⁷² Sobre a origem desses trabalhadores, ver: CARMO, Maria Andréa Angelotti. **Lavradores de sonhos.** Saberes e (des)caminhos de trabalhadores volantes. 1980-2000. São Paulo: Educ, 2006. Também a revista Roteiro, ano I, n. 2, p. 5, indica alguns locais de origem desses trabalhadores.

⁷³ Para maior aprofundamento desta reflexão sobre como os projetos da Ditadura Militar foram apresentados e, inclusive, incorporados pela produção acadêmica como meios de modernização, desenvolvimento e progresso, ver: ARAÚJO, Flávia Aparecida Vieira de. **(Re)configurações espaciais na cidade média:** a análise de Araguari no Triângulo Mineiro (MG). 2009. 299f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

O livro, lançado em 1972, consiste basicamente de uma série de artigos que escreveu para os jornais Botija Parda e Gazeta do Triângulo, nos quais o autor, partidário da Arena, apoiava o prefeito Milton Lima Filho⁷⁴, do então MDB, que naquele momento alinhou suas propostas de desenvolvimento econômico da cidade aos projetos defendidos pela Arena, o que explica tal aproximação.

O prefácio, escrito por Abdala Mameri, indica os grupos envolvidos nesse empreendimento, além de explicitar o tom atribuído por Amorim a este debate:

Dr. Adalberto de Amorim gosta da terra, à qual vota entranhado amor, apoiando de maneira significativa as decisões da administração municipal do Dr. Milton de Lima Filho para iniciar a campanha de diversificação da agricultura, de esclarecimentos aos homens do campo, no sentido de proporcionar-lhes melhores condições de trabalho, impulsionado pelo Banco do Brasil, pela Acar, pelo Departamento de Assistência Rural, pelo Sindicato Rural, pela Secretaria da Agricultura de Minas Gerais e por outros departamentos.

A luta é grandiosa, para retomarmos o antigo ritmo de progresso rural, ocasionando fartura e bem-estar; os horizontes são promissores e Araguari haverá de levantar-se⁷⁵

Levantar Araguari envolvia, assim, muitos interesses e grupos que se colocavam como “vanguarda” para tal empreendimento. A terra é vista como a salvação e o homem do campo como aquele que precisava ser ensinado a produzir. Sob a divisa “Diversificação ou morte” – título de um dos capítulos – Amorim sentencia:

Quem alegrar esses campos tristonhos, quem repovoá-los e restituir-lhes vida e movimento, rasgando imensos e rendosos jardins agrícolas, este tal será dez vezes benemérito e terá a glória de levantar um município doente, cronicamente enfermo e os corvos agressivos e croscitantes serão expulsos do agouro diabólico diante das festas e das danças da felicidade.⁷⁶

Os projetos de “volta” ao campo defendidos por Amorim, embora proclamassem a necessidade de fixar a população rural à terra, não criou condições para sua permanência. Na prática, a opção por um modelo que utilizava modernas inovações tecnológicas expropriou muitas famílias que viviam da pequena produção, isso porque

⁷⁴ Prefeito de Araguari pelo MDB (Movimento Democrático Nacional) entre 1971-1973.

⁷⁵ AMORIM, Adalberto de. **Rumo à Terra**. Painéis rurais. Araguari: Tipografia São José, 1972, p. 7-8 [Destaques meus].

⁷⁶ Ibidem, p. 42.

os incentivos financeiros estiveram voltados principalmente para os médios e grandes proprietários.⁷⁷

Ao problematizar o processo que conduziu a mecanização do campo em Araguari, especialmente para a produção de café, Maria Andréia Angelotti Carmo aponta que a tecnologia utilizada para a produção agrícola não prendia o trabalhador ao campo, pelo contrário, acabava por expulsar pequenos produtores que foram obrigados a ir para a cidade. No entanto, esses sujeitos permaneciam ligados à terra por meio do trabalho sazonal no período da colheita ou mesmo como boia-fria ao longo de todo ano⁷⁸. Alegria os campos tristonhos significou, assim, uma guinada para o que nas décadas de 1980 e 1990 se consolidou como agronegócio.

Nessa direção, somente pela ideia de abandono e de atraso é que se justificava a introdução de um novo modo de fazer a terra produzir. Assim, frente às novas invenções tecnológicas, o campo estava morto, devendo ser ressuscitado por aqueles que tinham consciência para isso. Logicamente, para o grupo no qual Amorim fazia parte, esses homens conscientes não eram os trabalhadores rurais que haviam abandonado suas terras ou que produziam sem o uso das novas tecnologias. Os responsáveis pelo renascimento do campo seriam os homens citadinos, sujeitos que seriam capazes de levar o “progresso” da cidade para o campo. A esta concepção somava-se ainda uma visão nostálgica que colocava o campo como o lugar de esperança, felicidade, calma.⁷⁹

Corroborando estas reflexões estão os dados demográficos por meio dos quais interpreto que a mecanização da agricultura e a propaganda sobre Araguari, feita pelo então prefeito Milton Lima Filho em outras cidades e estados com o objetivo de atrair

⁷⁷ Sobre as políticas de incentivo à agricultura ver: ARAÚJO, Flávia Aparecida Vieira de. **(Re)configurações espaciais na cidade média: a análise de Araguari no Triângulo Mineiro (MG)**. 2009. 299f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009. Em especial o segundo capítulo no qual a autora oferece subsídios para reflexão sobre estes programas e seu impacto para as transformações do campo e da área urbana do município de Araguari.

⁷⁸ CARMO, Maria Andréia Angelotti. **Lavradores de sonhos**. Saberes e (des)caminhos de trabalhadores volantes. 1980-2000. São Paulo: Educ, 2006.

⁷⁹ Sobre essa problemática é instigante a reflexão desenvolvida por Inácio que em sua tese de doutorado vai desmontando argumentos que apresentam o campo ora de forma nostálgica, ora como um lugar morto que deve ser redimido pelo agronegócio. Ver: INÁCIO, Paulo Cesar. **Sudoeste goiano: seus trabalhadores, seus construtores, suas memórias – nossas histórias**. 2009. 229f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

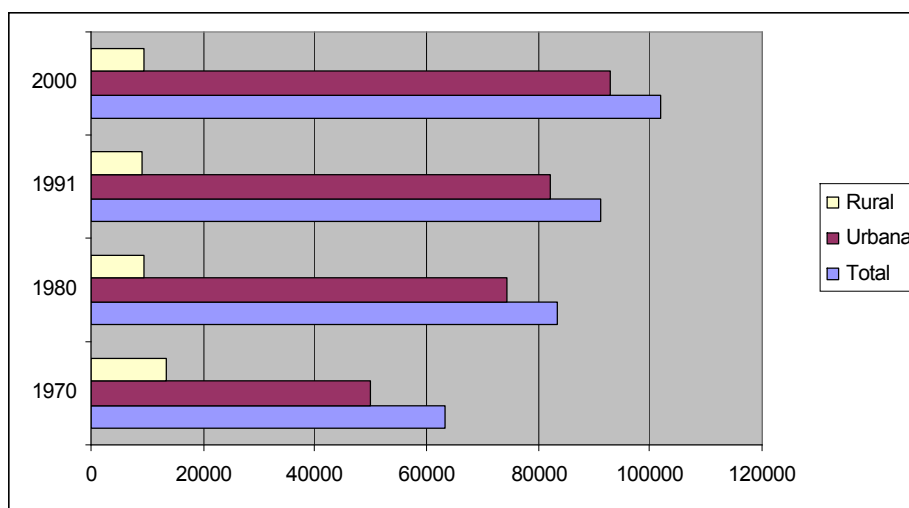
investidores, provocou a vinda de inúmeros sujeitos para o município, especialmente trabalhadores.

Tabela 1 – População residente no município de Araguari (1970-2000).

População residente – Município de Araguari				
	1970	1980	1991	2000
Total	63.368	83.519	91.283	101.974
Urbana	49.809	74.267	82.103	927.48
Rural	13.559	9.252	9.180	9.226

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico: dados distritais, tomo 3, v. 1, n. 14 (Minas Gerais). Banco de Dados do IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

Gráfico 1 – Alterações na distribuição da população urbana e rural residente no município de Araguari (1970-2000)



Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico: dados distritais, tomo 3, v. 1, n. 14 (Minas Gerais). Banco de Dados do IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

Por meio dos dados demográficos é possível inferir que a introdução da tecnologia não fixou o trabalhador no campo. A maioria deles, ainda que empregados na

zona rural do município, estabeleceram-se na cidade⁸⁰. Araguari, que contava em 1970 com 63.368 habitantes chega em 1980 a 83.519, ocorrendo um crescimento populacional de 24,2% em sua população total, ao mesmo tempo em que houve decréscimo no número de habitantes da zona rural que de 13.559 passa para 9.252.⁸¹

Importa dizer também que, em minhas memórias de infância, o que marca não são as propagandas estimuladas pelo prefeito. Possivelmente, os primeiros a se mudarem para Araguari vieram devido às primeiras notícias que foram veiculadas por jornais ou rádios. Todavia, assim como ocorreu com minha família, muitas outras vieram devido às notícias que chegavam de conhecidos que já haviam se mudado para o município de Araguari. Recordo-me claramente que nossos vizinhos em Jesuítas-PR mudaram-se todos para pequenos sítios próximos desta cidade e depois voltavam para visitar familiares e amigos que haviam ficado, ou ainda mantinham contado, especialmente por carta.

Assim, os próprios sitiantes contribuíram para a construção de uma imagem positiva sobre Araguari, como um lugar onde seria possível construir uma vida melhor do que aquela que haviam deixado⁸². Desta forma, a expansão da fronteira agrícola aconteceu também no “boca-a-boca”.

Além do trabalho no campo, grandes empreendimentos atraíram trabalhadores também para a construção civil. Muitos trabalhavam na construção do Ginásio Poliesportivo e da Usina Hidrelétrica de Emborcação, que chegou a empregar 4.000 operários⁸³. O impacto da construção dessa hidrelétrica foi tamanho que levou a

⁸⁰ Sobre os trabalhadores agrícolas do município e suas relações com a cidade são interessantes as reflexões contidas em: CARMO, Maria Andréa Angelotti. **Lavradores de sonhos**. Saberes e (des)caminhos de trabalhadores volantes. 1980-2000. São Paulo: Educ, 2006.

⁸¹ Os percentuais foram calculados por mim a partir dos censos demográficos do IBGE que foram apresentados na Tabela e no Gráfico acima.

⁸² Esta foi uma experiência vivida por outros trabalhadores em outros tempos e espaços. Embora não se trate de sitiantes, mas de trabalhadores rurais vindos do nordeste para trabalhar para fazendeiros, a dissertação de mestrado de Dalva Maria de Oliveira Silva sugere que a busca por um “eldorado” também aconteceu em Ituiutaba-MG, ainda na década de 1940, quando teve início a produção de arroz naquele município. Para atrair os trabalhadores foram veiculadas propagandas em jornais e rádios. Todavia, estes não foram os únicos meios de convencimento. As entrevistas que produziu mostram que muitos deles, ao retornar para suas cidades de origem a passeio, reforçavam a ideia de um “eldorado” ao ostentar objetos que antes não possuíam, ao afirmar que aquela região para a qual haviam mudado era um lugar muito bom e que sua escolha fora acertada. Isso acontecia mesmo se não fosse verdade e que a pessoa estivesse apenas sustentando uma imagem de si mesma enquanto alguém que havia melhorado de vida. SILVA, Dalva Maria de Oliveira. **Memória: lembrança e esquecimento**. Trabalhadores nordestinos no pontal do Triângulo Mineiro nas décadas de 1950 e 1960. 1997. 151f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

⁸³ EMBORCAÇÃO uma usina de posição estratégica. **Jornal Botija Parda**, n. 649, 20 fev.1983.

Construtora Andrade Gutierrez, responsável pelas obras, a construir na cidade uma vila para os trabalhadores, a vila Gutierrez.

Muitos desses trabalhadores que estavam chegando foram viver, principalmente, nas vilas Amorim, Lagoa Seca, Goiás e Santa Helena; enquanto muitos outros ocuparam novos espaços ampliando e modificando, assim, o traçado da cidade. Novas vilas como a Ouro Verde, Miranda, Santiago⁸⁴, São Sebastião⁸⁵, Vieno, Palmeiras do Império⁸⁶, Sewa, Brasília⁸⁷ são espaços da cidade que se expandem nesse período.

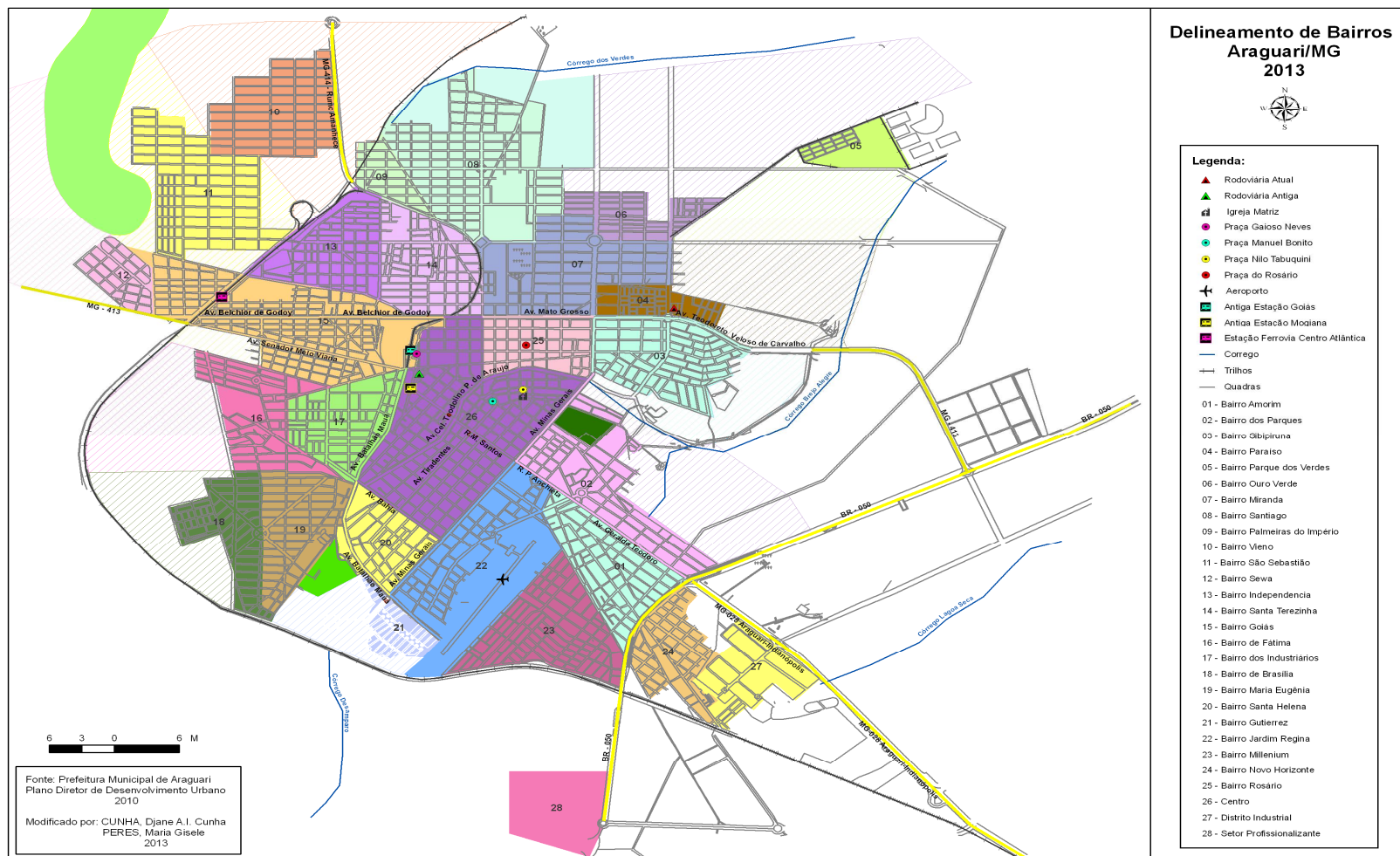
O Mapa 1 (Delineamento de bairros em Araguari-MG – 2013) a seguir demonstra esse processo de adensamento urbano:

⁸⁴ Teve início na década de 1960 com vinte famílias, muitos de seus moradores vieram de Goiás, Santa Catarina e Paraná. Ver: **Jornal de Domingo**, n. 15, 18 maio 2003. O Jornal de Domingo, criado em 2001, foi administrado pelo jornal Diário de Araguari e circulou por cerca de cinco anos na cidade. Lançado inicialmente com a tiragem de 5.000 exemplares, foi distribuído gratuitamente e teve como foco principal os bairros de Araguari. Ao trazer em cada edição a história de um bairro, falava sobre suas origens, no entanto, o tema principal não é esse, mas sim, a infraestrutura, ressaltando a situação na qual o bairro se encontrava e quais as dificuldades enfrentadas.

⁸⁵ Seu loteamento teve início em 1979. Ver: **Jornal de Domingo**, n. 15, 12 dez. 2004.

⁸⁶ Ambos considerados bairros pela Prefeitura apenas em 1991 e 1999, respectivamente. Ver: **Jornal de Domingo**, n. 13, 4 maio 2003.

⁸⁷ Criado aproximadamente na década de 1970. Ver: **Jornal de Domingo**, n. 11, 13 abr. 2013.



Essas inúmeras “chegadas” fizeram com que a cidade se transformasse. Esses trabalhadores viviam nela das mais diferentes formas e imprimiam nela seus modos de viver, a partir de seus valores e necessidades, tensionando, assim, a imagem da cidade buscada em um passado idealizado.

Uma matéria de capa da Gazeta do Triângulo constituiu-se em oportunidade para aprofundar as reflexões sobre as tensões que permeavam as disputas pela cidade nesse momento:

Araguari cresce. Ninguém pode deixar de reconhecer esta realidade. Nos últimos anos, com a vinda de diversas construtoras, a cidade espreguiçou-se, movimentou-se e deu início a uma nova marcha de progresso.

Com isso o aumento da população, principalmente da chamada população flutuante ou migratória, a busca maior de imóveis para compra e aluguel; a procura por terrenos para construção. Esse corre-corre, essa especulação, essa euforia por novos negócios, conquanto sejam um ponto positivo, não deixa de trazer certas dificuldades para a cidade.

É aí que deve se fazer presente o representante do Poder Legislativo [...]

E aí vem um apelo: Araguari precisa urgente de uma lei de uso dos solos. Um plano diretor. Um esquema de desenvolvimento. Um traçado-base. Um levantamento geográfico. Para que a cidade cresça organizada. Para que o Executivo e seus Departamentos possam planejar e administrar. Para que o dinheiro do povo possa ser bem aplicado. Para que as obras públicas possam ser definidas. Para que a tradição seja cultivada e os valores sentimentais sejam preservados.

Uma lei de usos dos solos urbanos, senhores vereadores, deve surgir, com detalhes, com perspectivas, com proveito. Esse o apelo!⁸⁸

Ao expressar a necessidade de um ordenamento urbano que deve ser respeitado pelos que chegam, a Gazeta almeja que seja regulada e homogeneizada uma cidade que é múltipla⁸⁹. Revela, assim, a utopia burguesa de uma cidade ordenada, entrelaçada à utopia de um planejamento urbano capaz de garantir essa ordem. Para isso é necessário obscurecer as tensões que a própria materialidade da cidade expressa, reprimindo a dialética do processo.⁹⁰

⁸⁸ ARAGUARI 90: Um apelo aos senhores vereadores. **Jornal Gazeta do Triângulo**, n. 4565, 11 jun. 1979 [Destaques meus].

⁸⁹ Importa destacar que, embora não tenha conseguido encontrar um exemplar do plano diretor da cidade para este período, as referências a ele remetem a 1950, sendo elaborado novo plano apenas em 2004.

⁹⁰ Para essa reflexão foi importante a leitura de: HARVEY, David. Espaços de utopia. In: _____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 181-238.

Nessa perspectiva, compreendo que as transformações no traçado urbano significaram, sobretudo, transformações nas relações vividas. Por isso, a presença desses trabalhadores “classificados” como migrantes pela Gazeta do Triângulo sugere recolocar algumas reflexões formuladas por Carmo. Segundo a autora:

Com a reorganização das terras produtivas no cerrado, registra-se de certa forma no município e na região o reordenamento de pequenos proprietários, parceiros, arrendatários, cuja atividade, voltada em parte para uma economia familiar, se vê diante da competição de uma estrutura produtiva que muitas vezes não lhes permite continuar a trabalhar a terra nos mesmos moldes, cedendo as áreas, até então por eles cultivadas, a essa nova forma de produção.⁹¹

Carmo analisa esse processo tendo como foco as vivências de trabalhadores que foram forçados a abandonar o campo e estabelecer moradia na cidade e sua luta diária pela sobrevivência por meio do trabalho temporário – principalmente no período da colheita do café – nas fazendas da região. Desta forma, conduz a reflexão sobre este processo como um movimento de reordenação das relações em Araguari, principalmente relacionadas à inserção na cidade de sujeitos que passam a imprimir nela outra dinâmica a partir de seus modos de vivê-la.

Interessa, ainda, destacar que a autora expõe não apenas este processo de expulsão do campo de pequenos produtores, mas também as pressões e limites experienciados na cidade frente às dificuldades em pagar as contas, como aluguel e água, que na zona rural não existiam em suas experiências enquanto trabalhadores no campo, mas também as tensões com outros trabalhadores, os chamados pela autora de sazonais, que chegam em Araguari apenas na época da colheita. Por meio de suas narrativas, a autora infere:

Esse crescimento do número de migrantes sazonais advindos do Paraná, da Bahia e do Ceará tem gerado descontentamentos entre a população de bóias-frias locais, pois chegam na região anualmente para trabalhar, ganhar algum dinheiro e retornam para suas casas. Levam muitas vezes o pouco que conseguem ao longo dos meses trabalhados nas lavouras de café para sustentar suas famílias, o que só é possível por um curto período, até a próxima colheita.⁹²

Ao trazer essas tensões, as formas como vivem na cidade, os trabalhos que realizam, as vivências com os vizinhos e as experiências com os intermediários e

⁹¹ CARMO, Maria Andréa Angelotti. **Lavradores de sonhos**. Saberes e (des)caminhos de trabalhadores volantes. 1980-2000. São Paulo: Educ, 2006, p. 178.

⁹² Ibidem, p. 183.

cooperativas, Carmo apresenta esses sujeitos para além de dados ou números na cidade.⁹³

Compartilhando deste propósito de refletir sobre as vivências de trabalhadores na cidade, embora não focalizando um grupo específico, gravei entrevistas com trabalhadores de Araguari com a intenção de dialogar com suas memórias, buscando caminhos que possibilitassem compreender as disputas colocadas nesse processo de mudanças na cidade, assim como as pressões e limites por eles vividos.⁹⁴

Tendo em vista esse horizonte, entrevistei a senhora Cleusa Aparecida Vieira dos Reis. Sua narrativa oportuniza ir além dos conceitos e projetos impostos pelo governo nas esferas federal, estadual e municipal, e encontrar os significados dessas práticas na vida das pessoas.

Ao dialogar com ela sobre os trabalhos que realizou, dona Cleusa foi narrando suas experiências entrelaçadas à vida em família, o que a fez tomar o falecimento de seu marido como marco para seu retorno ao trabalho fora de casa:

Aí eu voltei a trabalhar, aí eu ralei de novo. Aí eu fui colher café, era na época da colheita de café em Araguari [...] Ele faleceu em 82, meu marido, aí eu comecei trabalhar no café mais ou menos em 83. Fiquei de 83 até 85 trabalhando no café. Eu penei bastante também, eu tinha que largar minha filha com os outros, foi...⁹⁵

Mais importante do que projetos impostos é a ênfase atribuída pela narradora no diálogo com a pesquisadora que a conduziu às reflexões sobre processos que são sociais, neste caso, o trabalho nas lavouras de café.

⁹³ Nessa mesma direção tornou-se significativa a pesquisa de Fernandes ao trazer à tona as vivências de trabalhadores nas lavouras de tomate na fazenda Santa Cruz, uma das propriedades dos irmãos Okuba. Ao problematizar as experiências vividas no campo e as relações construídas na cidade, a autora traz à luz os embates por melhores condições de vida e as transformações nos modos de viver desses trabalhadores. Em especial o terceiro capítulo que trata sobre as relações desses trabalhadores com a cidade. Ver: FERNANDES, Vanusa Alves Viana. **Cultura e relações de trabalho na Fazenda Santa Cruz – Município de Araguari-MG (1985-2005)**. 2005. 134f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

⁹⁴ Para as reflexões sobre a pesquisa com fontes orais foi importante o workshop promovido em maio de 2011 pelo NUPEHCIT – Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Cidade e Trabalho: “Diálogos entre História Oral e Antropologia Visual. Temas, evidências e procedimentos nas análises de vídeos e de entrevistas orais”. Também foram fundamentais, especialmente para pensar a metodologia da pesquisa com fontes orais, os textos de Portelli, Santos (2003), Rodrigues (2005) e Inácio (2009), dentre outros, todos listados na bibliografia final.

⁹⁵ Entrevista realizada com a senhora Cleusa Aparecida Vieira dos Reis, 54 anos, no dia 28 de janeiro de 2013, em Araguari.

Dona Cleusa sempre trabalhou, seja dentro ou fora de casa; a diferença, naquele momento, era que ela estava sozinha e precisava garantir não apenas sua sobrevivência, mas também a de sua filha. Foi a partir dessa necessidade que ela buscou o trabalho no café como uma saída para aquele momento difícil.

Com o propósito de compreender como ela conseguiu arrumar esse emprego, perguntei se conhecia alguma pessoa que porventura inicialmente houvesse lhe ajudado e ela disse:

Não, o café era só a gente ir pra esquina da minha casa, a avenida que os caminhão passava, né? A gente entrava nos caminhão e ia trabalhar, porque naquela época era muito fácil, tinha os pontos nas esquinas de caminhão que pegava pra trabalhar no café.⁹⁶

Interessada em saber se havia muitos outros trabalhadores do seu bairro envolvidos nesse tipo de trabalho expus a ela minha dúvida e o diálogo aconteceu da seguinte forma:

Araguari, quase Araguari inteira, dos bairros tudo, todo mundo ia apanhar café, o que dava dinheiro aqui em Araguari na época era o café. Tinha a barragem [*refere-se à construção da barragem de Emborcação*], mas quem não trabalhava na barragem ia pro café. Era assim o que mais dava dinheiro, né? E o emprego mais, assim, que o povo ia, o serviço que mais tinha era roça. Era não só café, na época tinha o milho, tinha outras coisas, mas o café era o que a gente mais ganhava dinheiro.⁹⁷

Dona Cleusa revela em seu enredo experiências sociais profundamente entrelaçadas a vivências que conjugam campo e cidade. Dimensões que foram ocultadas nas memórias selecionadas para serem comemoradas. Embora ela mesma tenha nascido na cidade e nunca houvesse morado no campo, transitava constantemente entre eles como espaços difíceis de serem dissociados, o que indica que são categorias vividas nas relações e não conceitos abstratos e estanques.⁹⁸

Araguari funda-se e mantém-se a partir dessa relação por meio da qual a própria cidade se organiza para atender as demandas de produção e circulação de produtos que

⁹⁶ Entrevista realizada com a senhora Cleusa Aparecida Vieira dos Reis, 54 anos, no dia 28 de janeiro de 2013, em Araguari.

⁹⁷ Entrevista realizada com a senhora Cleusa Aparecida Vieira dos Reis, 54 anos, no dia 28 de janeiro de 2013, em Araguari.

⁹⁸ Para as reflexões sobre a relação campo e cidade foram importantes as proposições de Raymond Williams nas quais não existe cidade sem campo, nem campo sem cidade e, portanto, não podem ser pensados separadamente. Cf.: WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**. Na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

vêm desse campo. Essa percepção reforça minha visão de que campo e cidade só podem ser dissociados se interpretados a partir de conceitos alheios às relações instituídas e instituintes desses espaços.

Retomando a reflexão sobre as tentativas de impor “ordem” à cidade, a reportagem intitulada Êxodo Rural, publicada na Gazeta do Triângulo no início dos anos de 1980, permite inferir que estabelecer limites entre o campo e cidade significava mais do que indicar os espaços físicos nos quais os trabalhadores deveriam permanecer, mas, sobretudo, o lugar no social que lhes era reservado:

Não é difícil verificar se o afastamento de nosso trabalhador rural da vida do campo por um cantinho qualquer na cidade. A maioria dos serventes de pedreiro, biscateiros, carroceiros, ajudantes de carga e descarga de caminhões – os chamados praças – sabem manejar ferramentas agrícolas ou movimentar um rebanho, inclusive ordenhar (tiragem de leite), salientando se alguns que o fazem com perfeição. Atraídos, entretanto, por este ou aquele motivo preferem enfrentar a difícil vida da cidade, às vezes apenas com um salário mínimo. Não faz muito tempo, batemos papo com um rapaz casado, pai de dois filhos, criado na zona rural, exímio vaqueiro (segundo contaram nos mais tarde) atualmente empregado em depósito de madeira com o vencimento de três mil cruzeiros mensais. Não tendo casa própria e pagando, em consequência, mil cruzeiros por mês sobram lhe dois mil para o resto das despesas: vestuário, alimentos, calçados, remédios, etc... Não será muito difícil chegar se à conclusão de não ser possível viver com estes recursos. Comumente o fazendeiro, para um eficiente empregado, oferece lhe o ordenado de quatro mil cruzeiros, casa de residência nunca inferior ao casebre em que ele vive na cidade pagando mil cruzeiros mensais, leite, lenha, luz, quando a fazenda dispõe desse benefício, além de futuras vantagens como meação na engorda de um capado, criação de galinhas e até um pedacinho de terra para uma lavourinha a ser cuidada às tardinhas, aos sábados e domingos e da imprescindível horta de couves – assim chamada. Colocando tudo isto em termos de dinheiro, vamos chegar à conclusão de que a real remuneração do operário, na fazenda, seria de oito a dez mil cruzeiros. Todo o município possui rede de escolas primárias, carecendo os alunos percorrer a distância de um a dois quilômetros para frequentá las.

É preciso que nosso homem do campo entenda que viver na cidade com pouco recurso é um verdadeiro martírio ou estamos enganados? Está chegando a hora de tirarmos o melhor do pior!⁹⁹

O jornal evidencia também a indissociável experiência entre o campo e a cidade narrada por dona Cleusa e vivida por muitos trabalhadores de Araguari. Porém, propõe a necessidade de romper com ela, uma vez que colocava em xeque a manutenção de

⁹⁹ ÊXODO Rural. **Jornal Gazeta do Triângulo**, n. 4.638, 5 jan. 1980.

relações apresentadas como paternalistas, mas que na prática remetem à dominação e ao controle do trabalhador pelo fazendeiro.

Ao morar em um casebre na fazenda do patrão, o trabalhador dependia dele para ir à cidade, fazer compras ou mesmo para passear. Toda sua vida estava submetida ao olhar do patrão. Ao deixar o campo, o trabalhador rompia com essa relação de controle estabelecendo ele também limites às pressões vividas.

Desta forma, mesmo “ralando” dona Cleusa podia escolher em qual caminhão entrar. Embora seu universo de escolha fosse restrito, era possível escolher a cada dia em qual fazenda iria trabalhar. Ao receber o dinheiro, no final do dia ou da semana, não tinha compromisso com o fazendeiro em voltar no dia seguinte. Além disso, por morar em uma casa que não pertencia ao dono da fazenda, a forma como utilizava seu tempo fora do trabalho não podia ser controlado por ele.

Contudo, havia limites para essa autonomia advindos das necessidades reais que se fazem presentes na vida dos trabalhadores: contas a pagar, cuidado com a saúde, alimentação e outros, o que a fazia se dirigir diariamente aos caminhões que a levariam até as fazendas de café.

Não se tratava, portanto, apenas de tradições ou valores sentimentais, mas o que eles expressavam enquanto manutenção de controle e práticas sociais de dominação. Deste modo, colocar em discussão a necessidade de organizar a cidade significava colocar também em discussão limites aos modos de viver de trabalhadores que iam na contramão da ordem e de hierarquias dos setores que buscavam se hegemonizar como dominantes.

A chegada de inúmeros trabalhadores à cidade, sejam eles de outras regiões do país, ou ainda trabalhadores que viviam na zona rural do município, levaram à ruptura de algumas relações de trabalho como a meação, evidenciada pelo jornal. Desta forma, a matéria oportuniza refletir sobre as disputas nas relações de dominação que se constituem nos espaços da cidade¹⁰⁰. Relações estas que não são fixas, nem eternas, por

¹⁰⁰ Raquel Rolnik, ao tratar da reconstituição da regulação urbanística da cidade de São Paulo, forneceu subsídios para refletir sobre as disputas que engendram a constituição dos espaços da cidade. A autora chama atenção para os interesses em disputa na cidade, interesses que vão conduzir à tentativa de uma regulação urbanística excludente, sendo sua contraface a ruptura dos modelos propostos por aqueles que não se encaixam nas normas estabelecidas, mas que permanecem na cidade e a produzem a partir de suas necessidades. Cf.: ROLNIK, Raquel. Lei e política: a construção dos territórios urbanos. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, v. 18, p. 135-154, maio 1999.

isso se refazem continuamente, sempre na tentativa de manutenção e/ou ruptura do poder adquirido.

Nessa perspectiva, a pesquisa realizada nas Atas da Câmara Municipal da década de 1980, com intenção de trazer outros elementos para compreender essas transformações e disputas, evidenciam que esses sujeitos não queriam apenas o direito à moradia, mas, sobretudo, à cidade¹⁰¹. Nelas foram registradas as frequentes demandas dos moradores por água, luz, esgoto, encascalhamento e asfaltamento de ruas, colocação de meios-fios, calçadas, transporte coletivo, melhoria no sistema de saúde, reforma de praças e escolas, limpeza de ruas e coleta de lixo¹⁰², indicando que, naquele momento, nem todos tinham direito a esses equipamentos urbanos, ou o acesso era, muitas vezes, um privilégio de quem morava na região central da cidade.

As condições podiam ser tão precárias para os moradores das vilas que um requerimento para coleta de lixo da vila São Sebastião foi retirado de pauta porque, segundo os vereadores, a coleta só é feita em ruas asfaltadas e este pedido poderia abrir precedente para que outras vilas na mesma condição solicitassem tal coleta¹⁰³. Isso indica as diversas dificuldades pelas quais passavam os muitos trabalhadores que viviam nas vilas de Araguari.

Eram também recorrentes as solicitações para a instalação de telefones públicos nas vias das cidades, especialmente nos bairros mais afastados do centro, além de serem constantes os pedidos para instalação de aparelhos nos distritos que compõem o município.

Nesse momento, o telefone era um serviço caro, um artigo de luxo que poucos podiam ter, por isso, o uso da Central Telefônica da Telemig não se restringia “aos de fora” ou aos trabalhadores dos sítios próximos à cidade, era também uma realidade para os inúmeros moradores de Araguari que não possuíam linha telefônica e que, sequer, tinham um telefone público próximo de suas casas.

Em relação ao serviço público de saúde, os problemas eram ainda mais graves. Nas atas surgem solicitações de convênios com a Universidade Federal de Uberlândia

¹⁰¹ Aqui me referencio em Lefebvre, para quem o direito à cidade deve extrapolar a apropriação individual de seu espaço. Ver: LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

¹⁰² Essas e outras demandas apareceram com frequência nas Atas da Câmara Municipal da década de 1980. Sobre as que foram especificamente citadas acima, ver: **Atas da Câmara Municipal**, livros 24 a 29, de 19/09/1983 a 30/12/1988.

¹⁰³ CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. **Atas da Câmara Municipal de Araguari, Reunião Ordinária, 30 maio 1983**. Araguari, 1983. Livro n. 23, p. 118.

para “*assistência às pessoas carentes e que não tem assistência previdenciária*”¹⁰⁴. Surgem também reivindicações para construção de centros de saúde nos bairros, aumento do número de médicos e especialidades oferecidas, reformas nos centros já existentes, além de denúncias sobre a precariedade dos atendimentos que levavam pacientes à morte.¹⁰⁵

As filas no INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social – para conseguir atendimento médico era uma realidade que marcava as manhãs da cidade. Era necessário madrugar para conseguir uma das poucas senhas disponíveis, entre as também poucas especialidades oferecidas.

Essas experiências surpreendiam aqueles que imaginavam encontrar nesta cidade alternativas concretas para suas necessidades. Os sonhos de um futuro promissor – que haviam sido sonhados por meu pai, anos antes de nossa vinda a partir de notícias que chegavam sobre a produção do café no cerrado mineiro –, também foram se transformando frente à dura realidade que se impunha. Problemas para conseguir financiamento para a agricultora, secas prolongadas, desconhecimento da tecnologia necessária à produção no cerrado, orçamento apertado, dificuldade de acesso à saúde e escola pública para os filhos foram alguns dos enfrentamentos compartilhados com outros trabalhadores de Araguari, fossem eles moradores da cidade ou do campo.

A vivência dessas dificuldades fornecia contornos para as expectativas, embora jamais as destruíssem, e isso pode ser vislumbrado no esforço constante dos trabalhadores em ter seus direitos reconhecidos. A luta por direitos se dava de diferentes formas, seja por meio de abaixo-assinados, seja pela organização de associações de moradores que começaram a ser criadas.¹⁰⁶

Embora os registros feitos nas Atas da Câmara Municipal não traduzam as tensões que envolviam as respostas dadas pelo governo municipal aos seus anseios, ao fornecer pistas sobre quais eram as solicitações enviadas pelos trabalhadores, indicam que estes lutaram pelo reconhecimento de seus espaços.

¹⁰⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. **Atas da Câmara Municipal de Araguari, Reunião Ordinária, 18 abr. 1983**. Araguari, 1983. Livro n. 23, p. 68.

¹⁰⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. **Atas da Câmara Municipal de Araguari, Reunião Ordinária, 17 mar. 1987**. Araguari, 1987. Livro n. 27, p. 155.

¹⁰⁶ Sobre a criação ou declaração de utilidade pública das associações, ver: ASSOCIAÇÃO dos Moradores do Bairro Santa Teresinha. **Jornal Gazeta do Triângulo**, n. 5.098, Araguari, 10 ago. 1983; ASSOCIAÇÃO dos Moradores do Bairro do Bosque. **Jornal Gazeta do Triângulo**, n. 5.146, Araguari, 31 dez. 1983. Também nas Atas da Câmara Municipal da década de 1980 é possível encontrar referências sobre o surgimento das associações.

Essa luta por direitos certamente assustava. As propostas de governo participativo, que marcou a campanha que levou o PMDB a vencer as eleições de 1982¹⁰⁷, e a proposta de *“lutar unido por maior êxito da cidade”*, que aparece nos primeiros anos do governo e em discursos na Câmara Municipal¹⁰⁸, era permeada por tensões e tinha também seus limites.

Em uma das atas de 1984¹⁰⁹, na qual surgem divergências entre os vereadores sobre a contratação pela Prefeitura de um presidente de associação, é possível perceber que desavenças políticas poderiam dificultar a relação entre a Prefeitura e as associações.

Apoiar as ações do prefeito podia fazer com que alguns presidentes de associações conseguissem cargos ou funções na Prefeitura em detrimento de outros, no qual, devido a divergências políticas com o prefeito, sequer os pedidos da associação eram atendidos. Assim, acatar as muitas reivindicações da população pode ser compreendido não apenas como atendimento de seus direitos, mas também como a tentativa de estabelecer relações de favor e controle da vida na cidade.

Nessa direção, chamou a atenção a proposição nº 294/87, formulada com o objetivo de suspender e cancelar a permissão de “trailers”, quiosques e barracas em praças e logradouros públicos. Não sendo votada no dia em que foi proposta, abriu a discussão sobre essa forma de trabalho presente nos espaços públicos da cidade, problema que deveria ser resolvido com a alteração do Decreto 19/87 que, segundo o que consta na ata da reunião, foi elaborado inicialmente para atender pedidos da população, oferecendo emprego direto e indiretamente para mais de 200 pessoas.¹¹⁰

Além dos “trailers”, incomodavam também *“os equinos que andam soltos no centro da cidade”*¹¹¹, atrapalhando o trânsito e prejudicando sua “beleza”.

¹⁰⁷ Entre 1983 e 1988 Araguari foi governada pelo prefeito Neiton de Paiva Neves (PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro), redator-chefe da Gazeta entre 1964-1966. Na Câmara Municipal os vereadores se dividiam em dois grupos organizados sob a legenda do PMDB e do PDS – Partido Democrático Social, sucessor da extinta Arena.

¹⁰⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. **Atas da Câmara Municipal de Araguari, 19 set. 1983 a 22 maio 1984**. Araguari, 1983/1984. Livro n. 24.

¹⁰⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. **Atas da Câmara Municipal de Araguari, Reunião Ordinária, 14 ago. 1984**. Araguari, 1984. Livro n. 25, p. 41 (frente e verso).

¹¹⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. **Atas da Câmara Municipal de Araguari, Reunião Ordinária, 30 jun. 1987**. Araguari, 1987. Livro n. 28, p. 18 (verso) e 19.

¹¹¹ CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. **Atas da Câmara Municipal de Araguari, Reunião Ordinária, 29 mar. 1988**. Araguari, 1988. Livro n. 28, p. 162.

Tais requerimentos informam muito mais sobre as disputas, as tentativas de controlar a vida na cidade e o autoritarismo que marca as relações vividas, do que simplesmente o atendimento aos seus direitos. Dentre eles destacam-se os debates sobre a instalação na rodoviária do serviço de assistência ao migrante para “*evitar a mendicância em nossas ruas*”¹¹²; a necessidade de organização de um comissariado do menor para o combate à criminalidade de menores¹¹³ – questão que parece ter levantado preocupações durante muito tempo, pois em 1987 foi aprovado o Projeto de Lei nº 03/87, que declarava o ano de 1987 como o “Ano Municipal do Menor Carente” de Araguari¹¹⁴ – ; demarcação dos limites das feiras¹¹⁵; possibilidade da Secretaria de Saúde e Ação Social controlar os exames das “*senhoras e senhoritas que na periferia da cidade praticam a vida fácil, sendo portadoras de várias doenças venéreas*”¹¹⁶.

Compartilhando dessas mesmas perspectivas, se fizeram presentes nas páginas da Gazeta do Triângulo argumentos que ratificavam essa necessidade de maior controle sobre os trabalhadores. Interpretando as dificuldades pelas quais passava o país, a Gazeta trata a situação de Araguari como caso de polícia:

Araguari recentemente tem assistido cenas terríveis de furtos ou assassinatos horripilantes.

Até parece filme americano de terror. Mata-se para ver o sangue jorrar; dilacera-se o corpo já inerte pela tala.

É o fim dos tempos.

Por isso seria necessário um policiamento ostensivo e bem armado.

Em cada bairro deveria ter um número suficiente de soldados patrulhando constantemente as ruas.

Ouvindo os desconhecidos e exigindo a identificação, no momento.

Na estação e subestação rodoviária presenciando a chegada dos ônibus e com a sagacidade peculiar do policial observar os passageiros.

¹¹² CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. **Atas da Câmara Municipal de Araguari, Reunião Ordinária, 26 abr. 1983.** Araguari, 1983. Livro n. 23. Importa destacar que esta não é uma prática exclusiva da cidade de Araguari. Sobre ela ver: MORAIS, Sérgio Paulo. **Empobrecimento e “Inclusão Social”**: vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia/MG (1980-2004). 2007. 230f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Especialmente o terceiro capítulo.

¹¹³ CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. **Atas da Câmara Municipal de Araguari, Reunião Ordinária, 21 fev. 1984.** Araguari, 1984. Livro n. 23.

¹¹⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. **Atas da Câmara Municipal de Araguari, Reunião Ordinária, 20 jan. 1987.** Araguari, 1987. Livro n. 27.

¹¹⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. **Atas da Câmara Municipal de Araguari, Reunião Ordinária, 10 fev. 1987** Araguari, 1987. Livro n. 27.

¹¹⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. **Atas da Câmara Municipal de Araguari, Reunião Ordinária, 23 jun. 1987.** Araguari, 1987. Livro n. 28, p. 14 (verso)

Nas proximidades das Escolas – destaque – para as noturnas, pelo menos um soldado armado.

Assim, a cidade teria mais tranquilidade.

Talvez num esforço conjunto da Polícia Estadual guardas municipais (quem sabe?) para o centro comercial da cidade e colaboração decisiva do próprio Exército, teríamos assegurado para a população o que ela almeja: paz.

Guerra aos perniciosos.

Prisão aos malfeitores.

Menos flexibilidade para a Lei Fleury.

Assim teremos a verdadeira e esperada PAZ.¹¹⁷

Os “desconhecidos”, que certamente podiam ser reconhecidos não somente pela sagacidade dos policiais, mas principalmente pelos seus modos de vestir e falar – que são as primeiras características a serem notadas –, deviam ser barrados, questionados, vigiados e, quem sabe, impedidos de permanecer na cidade¹¹⁸. Por meio dessa prática autoritária, que vê o pobre como perigoso, um criminoso em potencial, jovens trabalhadores que frequentavam a escola à noite transformavam-se em suspeitos.¹¹⁹

Forma típica que uma sociedade autoritária como a brasileira tem de lidar com os conflitos e contradições que, segundo Marilena Chauí, “*são sinônimo de perigo, crise, desordem e a eles se oferece como única reposta a repressão policial e militar, para as camadas populares, e o desprezo condescendente, para os opositores num geral*”¹²⁰.

Essas práticas de controle social indicam a tentativa de estabelecer limites entre cidadãos e os considerados não-cidadãos, ou cidadãos considerados de segunda classe.

¹¹⁷ POLICIAMENTO. **Jornal Gazeta do Triângulo**. Araguari, n. 5.087, 7 ago. 1983. [Destaques meus]. A lei Fleury (Lei 5941/73), de que fala a reportagem, permitia que os réus primários aguardassem julgamento em liberdade. Ver: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L5941.htm>. Acesso em: 23 set. 2012.

¹¹⁸ Como desdobramento dessas tensões foi criada, em 2001, a ronda do migrante, na qual o objetivo principal é enviar, às suas cidades de origem, trabalhadores que não conseguiram emprego em Araguari. Isso ocorre principalmente durante o período da colheita de café, quando o número de trabalhadores que chega à cidade cresce. Ver: SECRETARIA implanta ronda do migrante. **Jornal Gazeta do Triângulo**, n. 6.358, 21 mar. 2001; MOVIMENTO é dobrado no Albergue Municipal. **Jornal Gazeta do Triângulo**, n. 6.845, 27 jul. 2005.

¹¹⁹ Sobre a criminalização dos viveres dos trabalhadores importa destacar que esta é uma prática que não se restringe à Araguari. Dentre os trabalhos que problematizam a criminalização destaco: MORAIS, Sérgio Paulo. **Empobrecimento e “Inclusão Social”**: vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia/MG (1980-2004). 2007. 230f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

¹²⁰ CHAUI, Marilena. O que comemorar? **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, v. 20, abr. 2000, p. 38.

Fico pensando o que significaria essa paz e segurança e quem era essa população amedrontada que tanto as almejava. Ao que tudo indica, a cidade estava de ponta-cabeça, os trabalhadores, que engrossavam os grupos dos “desconhecidos”, não respeitavam fronteiras sociais e faziam também eles uso do centro da cidade. A partir daí, torna-se possível compreender a busca por impor medidas de controle.¹²¹

Também indica limites e a tentativa de especialização de espaços, uma vez que em alguns lugares facilmente esses sujeitos poderiam ser encontrados, enquanto em outros seu acesso deveria ser regulado.¹²²

Todavia, o que estas concepções e propostas obscurecem, ao tratar essas práticas como “desordem”, são as maneiras encontradas por inúmeros trabalhadores para garantir seu sustento e de sua família.

Sobre essas diferentes maneiras de viver e de sobreviver, foi fundamental o diálogo com a senhora Cleusa. Ao longo da entrevista, ela fala sobre seu bairro, num tempo em que ainda era conhecido como vila, assim como os demais bairros da cidade. Ela relembra as dificuldades vividas e a luta por direitos.

Pensando naquilo que encontrei nas Atas da Câmara, dialoguei com ela sobre como se dava a coleta de lixo:

Depois que asfaltou que começou ter.

P: É, antes não tinha?

Não, antes não tinha não. Aí asfaltou aí passou a ter coleta de lixo.

P: E aí quando não tinha como que fazia?

Na época quando não tinha a gente tinha, é, é, principalmente no bairro que eu morava lá tinha muita data, sabe? Vazia e o povo pegava o lixo jogava nas data, porque, é, é, naquela época também o povo criava muito porco, a gente juntava lavage pra pessoal que tinha porco e, e, não tinha banheiro também antes do asfalto, né? Era, eles falava, a gente falava era privada, então não juntava o papel de banheiro, a gente juntava é lavage pro pessoal, então lixo era muito

¹²¹ A busca por estabelecer a ordem colocando cada qual em seu lugar, impondo limites e modelos do que deve ser a cidade não é uma novidade inventada em Araguari. Existe uma vasta literatura de diferentes áreas do conhecimento que trata este tema em diversos espaços e tempos e que foram listadas nas referências bibliográficas.

¹²² Levando em consideração as devidas diferenças históricas, a pesquisa de Carlos José Ferreira dos Santos sobre trabalhadores nacionais na cidade de São Paulo na virada do século XIX para o XX, contribuiu sobremaneira para as reflexões sobre o espaço e o comportamento considerado desejado. Indica caminhos para pensar como a pobreza pode ser relacionada à criminalidade, além de inferir a tentativa de expropriar hábitos de vida ao investigar a atribuição do termo vagabundagem a muitos grupos considerados indesejados na São Paulo daquele período. Ver: SANTOS, Carlos José Ferreira dos Santos. **Nem tudo era italiano**. São Paulo e Pobreza (1890-1915). São Paulo: Anablume: FAPESP, 1998.

pouco mesmo. Lixo era mais era terra mesmo, sabe? Então, aí o que juntava a gente jogava em uma data lá perto, colocava no carrinho e levava nas datas porque não tinha lixeiro.

P: E o pessoal que criava porco como que, porque depois acabou, né?

Acabou, aí com o tempo foi proibindo, né? Assim, é, é, demorou proibir, a pessoa, assim, cercava o seu quintal podia ter seu porco tranqüilo ali, não tinha... aí depois que asfaltou aí começou proibir, né? Mas antes não, antes não proibia não, o povo criava porco a vontade, galinha, era tudo solto no quintal as galinha, então, não, num, era tudo liberado, né?¹²³

Em sua narrativa, as intervenções na cidade, especialmente a chegada do asfalto, tornam-se um marco muito mais ligado a um processo que altera profundamente modos de viver do que as melhorias tão sonhadas. As regulamentações que acompanhavam o processo de urbanização da cidade buscavam imprimir nela novos hábitos, excluindo modos de viver advindos das relações desses sujeitos com o campo.

Estes eram modos de viver que permaneciam entre os trabalhadores/moradores dessas vilas como partes de suas culturas, compondo também as estratégias criadas para produção e reprodução de seus viveres. Muitos, vindos de sítios do próprio município e região, ou com algum tipo de ligação com o campo, costumavam manter hábitos tipicamente rurais, como a criação de porcos, galinhas, cavalos, a compra de leite direto do carroceiro que o trazia da roça em latões, e o hábito de preparar todas as refeições em casa, especialmente quitandas.

Diante de tudo isso, as comemorações do centenário de elevação de Araguari à categoria de cidade (1888-1988) devem ser compreendidas como intrínsecas a este tempo de mudanças. Por meio delas, foram selecionadas e publicizadas memórias e práticas que objetivavam fornecer sentidos ao passado, retornando a ele para ativar, no presente, memórias de grupos que na cidade disputavam hegemonia, ao mesmo tempo em que esvaziavam, nessa história que estava sendo construída, os sentidos políticos dos viveres das classes trabalhadoras.

Como forma de registrar essas comemorações que ocorreram ao longo do ano do centenário, foram produzidas inúmeras fotografias sobre os eventos promovidos principalmente pela Prefeitura Municipal. Essas fotografias evidenciam a tentativa de

¹²³ Entrevista realizada com a senhora Cleusa Aparecida Vieira dos Reis, 54 anos, no dia 28 de janeiro de 2013, em Araguari.

incorporar e/ou expropriar modos de viver comuns aos trabalhadores que viviam em Araguari.

Nessa direção, as fotografias que destaco a seguir corroboram essas reflexões¹²⁴. Importa destacar que a intenção não foi a de trazê-las como uma forma de expor o “exótico” ou o “inexplorado”, mas de abordá-las como uma linguagem social, objetivando desmontar discursos e práticas que têm o propósito de naturalizar a dominação.¹²⁵

Fotografia 1 – Rua do Lazer no Bairro Miranda - janeiro de 1988.



Fonte: Acervo do Arquivo Municipal e Museu Histórico “Dr. Calil Porto” (nº 8.24-1).
Fotógrafo: A Fotográfica.

¹²⁴ Existem inúmeras fotografias produzidas ao longo do ano de 1988, dentre elas selecionei aquelas que possibilitavam refletir sobre a participação de trabalhadores nas comemorações.

¹²⁵ Sobre a relação História e Linguagem, ver: SILVA, Marcos A. da. O trabalho da linguagem. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 45-61, set. 1985/fev. 1986.

Fotografia 2 – Rua do Lazer no Bairro Miranda – janeiro de 1988.



Fonte: Acervo do Arquivo Municipal e Museu Histórico “Dr. Calil Porto” (nº 8.24-8).
Fotógrafo: A Fotográfica.

Primeiramente importa problematizar as legendas que foram atribuídas pelo Arquivo Público Municipal de Araguari às Fotografias 1 e 2, reproduzidas acima¹²⁶. Elas indicam o nome que foi atribuído ao evento – “Rua do Lazer” – organizado no bairro Miranda (ver Mapa 1 acima) ao mesmo tempo em que conduzem o olhar a ver aquilo que foi registrado como “lazer”. Desta forma, reproduz uma concepção redutora que marcou a proposta deste evento, qual seja: a de atribuir a essas práticas o sentido de entretenimento. Todavia, elas são mais do que isso. O “lazer” deve ser visto como uma experiência cultural, um espaço de luta pela autonomia sobre o tempo, sobre a própria vida.

Trata-se de práticas que se fazem na rua como espaço público de vivência social; espaço de luta e também de subversão da dominação imposta sobre o tempo, da disciplina instituída pela lógica do trabalho. Por isso é visto pela classe dominante como

¹²⁶ Em “Escopofilia” Raphael Samuel chama atenção para a necessidade de problematização das legendas. Segundo o autor, elas nunca são puramente referenciais, mas são produzidas com a intenção de dizer o que e como devemos ver uma fotografia. SAMUEL, Raphael. Escopofilia. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, v. 21, p. 25-37, nov. 2000.

um espaço a ser controlado, uma vez que se constitui também em um lugar de resistência.

A pesar da tentativa implícita dos organizadores do evento de delimitar e atribuir valor a essas práticas, desvinculando-as dos sentidos produzidos por aqueles que as vivem, é possível apreender nas fotografias mais do que peculiaridades de um dia de diversão. Por meio delas o fotógrafo registrou também modos de viver e espaços de moradia destinados aos trabalhadores em Araguari, trazendo para o foco conformações diferentes da cidade. Evidências de modos de viver nas vilas, espaços ocupados especialmente por trabalhadores, trazendo à tona condições de existência que evidenciam as desiguais relações de poder.

Embora seja um evento organizado pela Prefeitura Municipal e que possa significar novidade no cotidiano dessa vila, visto que não ocorria todos os dias, a forma como ele é vivido por meio das brincadeiras na rua, dos jogos, da capoeira e da dança trazem muito da vida desses trabalhadores possibilitando encontrar outros sujeitos que constroem de diferentes formas a cidade.

São esses moradores, trabalhadores do campo e da cidade, que promoviam abaixo-assinados endereçados aos vereadores solicitando melhorias para sua rua ou vila e, conseqüentemente, para toda a cidade, multiplicando assim solicitações por creches, escolas, alimentação escolar, ampliação de horários de ônibus coletivo, melhorias no sistema de saúde, coleta de lixo, calçamento, limpeza de ruas e terrenos baldios, sistema de água e esgoto, empregos, entre muitas outras solicitações. São muitos deles que, ainda de madrugada, se espremiavam nos caminhões que levavam trabalhadores para fazendas da região, ou se dirigiam para matadouros, curtumes e fábricas da cidade.

O diálogo entre as fotografias acima e a narrativa da senhora Cleusa oportuniza aprofundar a compreensão sobre as experiências que faziam parte do dia a dia das vilas. Ao dialogar com ela sobre as brincadeiras, e se havia algum espaço específico para elas, como quadras ou campos de futebol, ela fala:

Não, tinha não nada disso não, a gente brincava lá na rua mesmo, na porta de casa. Geralmente as, as, as casas antigamente, elas tinha sempre uma frente enorme, ou fundo da casa grande, ou a frente, é, porque não tinha muro nem nada, então era tudo aberto. A gente brincava, naquele, naquele espaço ali na frente da casa, na rua. Não tinha tanto movimento, né? E as ruas ainda não era asfaltada, aí a gente brincava demais, brincava de roda, de pique, era muito bom.

Assim, eu me lembro quando eu era criança, era toda a noite, das sete horas juntava aquela turma e já ia pra rua brincar, era muito bom.¹²⁷

A narrativa da senhora Cleusa permite inferir que a instalação, no dia do evento, de alguns equipamentos como rede de vôlei e traves de futebol foi uma forma de incorporar práticas comuns aos trabalhadores que viviam nas vilas de Araguari: brincadeiras, rodas de capoeira e jogos praticados nas ruas de uma cidade que naquele momento não oferecia outros espaços de vivência. Evidencia a rua como extensão da própria casa, um espaço de vida coletiva apropriado pelos trabalhadores, não apenas em momentos estanques ou excepcionais de festividades, mas como parte de suas vidas.

Ao mesmo tempo, levar até as vilas tais equipamentos sugere, também, a tentativa de fazer com que essas pessoas permaneçam lá, uma forma de reconhecer suas práticas, mas desde que sejam mantidas naquele lugar. Desta forma, as desiguais relações de poder são transformadas em diferenças assimiláveis e a cultura, transformada em uma abstração, apropriada por meio de características isoladas, deixa de lado o social e suas implicações: a luta de classes.

Concordando com Marilena Chauí, é possível inferir que esta é uma prática de grupos que disputam hegemonia e que por isso buscam:

criar em todos os membros da sociedade o sentimento de que fazem parte dela da mesma maneira, e que a contradição não existe, ou melhor, a contradição deve aparecer como simples diversidade ou como diferentes maneiras, igualmente legítimas, de participar da mesma sociedade.¹²⁸

Por isso a comemoração do centenário de Araguari deve ser compreendida a partir das tensões classistas. Comemora-se para reinventar a memória de alguns grupos em detrimento de outros, para valorizar ideias e projetos da classe dominante, desqualificando os modos de viver dos trabalhadores e compartilhando do sentido, publicizado pela Gazeta do Triângulo de que a cidade não é lugar para eles.

É partindo dessa visão que vão surgir propostas de moralizar e reeducar o povo, buscando assim controlar seu viver¹²⁹. Por isso a preocupação com a criança carente,

¹²⁷ Entrevista realizada com a senhora Cleusa Aparecida Vieira dos Reis, 54 anos, no dia 28 de janeiro de 2013, em Araguari.

¹²⁸ CHAUI, Marilena. Cultura do povo e autoritarismo das elites. In: _____. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez Editora, 2006, p. 52.

¹²⁹ HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In: _____. **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 232.

possível marginal no futuro; com a mulher “de vida fácil” da periferia que pode continuar a se submeter a esse tipo de violência – como se sua vida fosse realmente fácil – desde que não propague doenças que, quem sabe, cheguem até às famílias que não vivem nas vilas.

Todavia, nesses eventos se encontrou nas ruas e praças uma diversidade muito grande de pessoas: homens, mulheres, jovens, crianças, idosos, negros, brancos. Todos, de alguma forma, evidenciando modos de pertencer à cidade. Cada um à sua maneira disputando e significando seu espaço, o direito de poder fazer parte daquela comemoração e da história da própria cidade.

Desta forma, as fotografias também indicam uma multiplicidade de práticas que constituem e instituem a cidade para além do momento da comemoração. Dentre elas destaco a Fotografia 3 a seguir que foi produzida em maio de 1988 como registro da comemoração do centenário da abolição da escravatura que foi integrada ao calendário de comemorações do centenário da cidade.

Fotografia 3 – Comemoração do centenário da abolição - maio de 1988, Praça Getúlio Vargas.



Fonte: Acervo do Arquivo Municipal e Museu Histórico “Dr. Calil Porto” (nº 8.25-25).
Fotógrafo: A Fotográfica.

A maneira como esses sujeitos ocuparam os espaços destinados à comemoração indica que, embora as festividades organizadas possam ter quebrado a rotina do dia a dia, elas não foram vividas em suspensão, mas conjugadas às suas experiências. Não é possível negar o incômodo presente na frase que aparece em um dos cartazes que estão sendo carregados: “Abolição, cadê? Onde?”. Essa indagação quebra a pretensa harmonia daquele 13 de maio que lhes foi reservado e indica que não havia consenso entre suas propostas e as dos poderes instituídos.

Onde está a liberdade, se durante o ano todo muitos desses sujeitos, trabalhadores que vivem nas vilas, nos distritos e na zona rural que compõem o município, encontram-se excluídos da cidade, muitos sem acesso às condições básicas para o viver?

Deste modo, festejar não significa esquecer a realidade, mas marcar presença e reivindicar direitos e que estes não se restrinjam a alguns dias do ano. Nessa perspectiva, as fotografias evidenciam a apropriação e expropriação das práticas culturalmente vividas pelos trabalhadores e como eles se fizeram sujeitos nos espaços que lhes foram destinados. Elas indicam que as formas de viver e comemorar foram continuamente tensionadas, não havendo assim simples cooptação.¹³⁰

Trata-se, portanto, de cultura enquanto um campo de forças. Valendo-me das palavras de Déa Ribeiro Fenelon, de cultura “*como expressão da experiência vivida no sentido de um duplo movimento de contenção e resistência que ela carrega*”¹³¹. Por isso, ao mesmo tempo em que se buscava incorporar e expropriar os sentidos dos modos de viver dos trabalhadores, selecionavam-se também memórias de grupos e espaços que deveriam ser referenciadas como a história da cidade.

Frente às muitas chegadas e a criação de novos espaços de trabalhadores que foram sendo formados evidencia-se no livro “Araguari, cem anos de dados e fatos”, produzido como parte das comemorações do centenário, a tentativa de restabelecer os

¹³⁰ Essas são proposições sustentadas a partir do diálogo com os seguintes autores: HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In: _____. **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006; HOGGART, Richard. Quem são as classes trabalhadoras?; “Nós” e “Eles”. In: _____. **As utilizações da cultura**. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Lisboa: Editorial Presença, 1973. v. 1 e 2; THOMPSON, E. P. O termo ausente: Experiência. In: _____. **Miséria da teoria ou um planetário de erros**; uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 180-201; WILLIAMS, Raymond. Cultura. In: _____. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

¹³¹ FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular. História de classe ou história do povo? **Revista História e Perspectiva**, Uberlândia, v. 40, p. 27-51, jan./jun. 2009, p. 50.

sentidos de centralidade da vida social a partir de espaços considerados como “começo” da cidade.

Nessa direção, faz-se importante destacar o capítulo intitulado “Praças e Ruas”¹³². Nele são elencados os espaços que os responsáveis pela produção do livro consideravam significativos para serem lembrados e comemorados e que foram incorporados e publicizados especialmente por meio de fotografias produzidas em formato de cartões postais. Tais espaços configuram a região central da cidade, com destaque especial para a Praça Manoel Bonito.

Dentre as imagens utilizadas, as Fotografias 4 e 5, reproduzidas abaixo, ajudam a refletir esta problemática. As duas foram produzidas na década de 1940, possivelmente no mesmo dia, uma vez que são ruas que se cruzam, além da perspectiva adotada pelo fotógrafo, o qual acompanhou o traçado da rua tendo ao fundo a linha do horizonte.

Fotografia 4 – Rua Marciano Santos - década de 1940.



Fonte: Acervo do Arquivo Municipal e Museu Histórico “Dr. Calil Porto” (nº 4.5).
Fotógrafo: Geraldo Vieira.

¹³² PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI. **Araguari: cem anos de dados e fatos**. Araguari: Edição Prefeitura Municipal de Araguari, 1988.

Fotografia 5 – Avenida Tiradentes - década de 1940.



Fonte: Acervo do Arquivo Municipal e Museu Histórico “Dr. Calil Porto” (nº 4.2).
Fotógrafo: Geraldo Vieira.

A Fotografia 4, publicada no livro com a legenda “Rua Marciano Santos”, coloca em evidência o palacete do Sr. José Jehovah Santos¹³³ do lado esquerdo. A fotografia, produzida em perspectiva, capta na linha do horizonte a antiga Estação de Passageiros da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, localizada no final da Rua Marciano Santos – antiga Rua da Estação.

Na Fotografia 5, que no livro recebeu a legenda “Avenida Tiradentes”, o fotógrafo estava na esquina da casa do Sr. Jehovah e colocou como foco, à direita, a Casa de Saúde São Sebastião e, à esquerda, na esquina, o palacete do pai do doutor Jehovah, coronel Marciano Santos, prefeito de Araguari entre 1923 e 1930.¹³⁴

Desta forma, a cidade que está sendo comemorada nesta obra é a cidade dos palacetes, com amplos jardins e muros com grades. A cidade da circulação, de ruas largas, avenida de duas pistas, recém-remodelada, fato evidenciado nas árvores ainda muito pequenas plantadas no canteiro central.

¹³³ Médico formado no Rio de Janeiro, fundador da Casa de Saúde São Sebastião, foi interventor da cidade de 1934 a 1944, durante a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas e prefeito de 1959 a 1963.

¹³⁴ Informações sobre o período dos mandatos, ver: GALERIA de Prefeitos de Araguari. Disponível em: <http://www.araguari.mg.gov.br/2010/index_historia.php?pg=ex-prefeitos>. Acesso em: 11 mar. 2012.

Nessa mesma direção, destaco as fotografias abaixo – 6, 7, 8 e 9 – da Praça Manoel Bonito que também compõem este capítulo do livro. Nelas o foco são espaços abertos e vazios em detrimento das práticas sociais, ganhando expressão a arquitetura, o traçado das ruas e praças, assim como seu desenho geométrico.

Fotografia 6 – Praça Manoel Bonito – 1925.



Fonte: Acervo do Arquivo Municipal e Museu Histórico “Dr. Calil Porto” (nº 2.8(3)).
Fotógrafo: Desconhecido.

Fotografia 7 – Praça Manoel Bonito - década de 1930.



Fonte: Acervo do Arquivo Municipal e Museu Histórico “Dr. Calil Porto” (nº 3.15-2).
Fotógrafo: Geraldo Vieira.

Fotografia 8 – Praça Manoel Bonito - década de 1950.



Fonte: Acervo do Arquivo Municipal e Museu Histórico “Dr. Calil Porto” (nº 4.2).
Fotógrafo: Geraldo Vieira.

Fotografia 9 – Praça Manoel Bonito – 1966.



Fonte: Acervo do Arquivo Municipal e Museu Histórico “Dr. Calil Porto” (nº 6.133).
Fotógrafo: Desconhecido.

Essas fotografias foram utilizadas como suportes para ativar em 1988 a memória de sujeitos que, em suas relações na cidade, tornaram-se dominantes, além de serem empregadas, na relação passado/presente escolhida, como instrumentos de confirmação da continuidade do poder desses grupos no tempo/espaço nelas registrados. Por meio delas, busca-se firmar uma hierarquia de ocupação dos grupos que se fizeram dominantes na cidade.

O coreto, em destaque na Fotografia 6, demarca a centralidade atribuída a este espaço, afinal, ele constituía o púlpito, lugar de exposição de políticas, de difusão de projetos, bem como de apresentações diversas como o de bandas de música, sendo uma de suas características a capacidade de agregar pessoas ao seu redor. Além disso, ao fundo, à direita, aparece de forma imponente a Estação de Passageiros da Estrada de Ferro Goiás, imprimindo no horizonte os limites da cidade.

As edificações de dois pavimentos – Fotografias 7, 8 e 9 – expressam modos de viver peculiares às classes dominantes. As casas comerciais que circundam a praça e as ruas próximas a ela vendiam produtos que chegavam pela ferrovia e que contribuíram

para a alteração de hábitos da população. Além disso, esse comércio relacionava-se profundamente com o campo por meio da compra e venda de produtos agrícolas.

Este é um espaço que agrupa também lojas de artigos finos, joalherias, casas comerciais, ponto de táxi, hospitais, hotéis, cinemas, portanto, considerado área “distinta” da cidade. É a cidade dos “empreendedores” e não dos trabalhadores.

Desta forma, o arquitetônico não se resume em paisagem da cidade. Ele conforma valores e disputas que traduzem relações que são classistas e que imprimem funções aos espaços da cidade¹³⁵. Nessa direção, valorizar este espaço significava valorizar os modos de viver dos grupos que se fizeram dominantes, em detrimento das vivências de outros sujeitos que neles se fizeram trabalhadores. Comemorar significava, assim, reafirmar sentidos e estabelecer os lugares que cada um deveria ocupar em sua história e em seus próprios espaços.

Essa percepção reforça minha posição de que “imagens” – sejam elas fotográficas ou não – construídas sobre a cidade não devem ser tomadas como meras representações do real que permitiriam compreender seu imaginário. Desta forma, a reflexão empreendida até aqui destoa de outras que assimilam o imaginário como contraface de uma cidade material.

Esse tipo de abordagem defendida por Sandra J. Pesavento em “Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias” conduz a uma divisão entre o concreto (a base) e o imaginário (a superestrutura). Segundo a autora:

trata-se de buscar essa cidade que é fruto do pensamento, como uma cidade sensível e uma cidade pensada, urbes que são capazes de se apresentarem mais ‘reais’ à percepção de seus habitantes e passantes do que o tal referente urbano na sua materialidade e em seu tecido social concreto.

Sem dúvida, essa cidade sensível é uma cidade imaginária construída pelo pensamento e que identifica, classifica e qualifica o traçado, o volume, as práticas e os atores desse espaço urbano vivido e visível, permitindo que enxerguemos, vivamos e apreciemos desta ou daquela forma a realidade tangível. A cidade sensível é aquela responsável pela atribuição de sentidos e significados ao espaço e ao tempo que se realizam *na* e *por causa* da cidade. É por esse processo mental de abordagem que o espaço se transforma em *lugar*, ou seja, portador de um significado e de uma memória.¹³⁶

¹³⁵ LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

¹³⁶ PESAVENTO, Sandra J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História** [online]. 2007, v. 27, n. 53, 2007. ISSN: 1806-9347. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882007000100002>>. Acesso em: 14 abr. 2011. p. 14-15.

Ao contrário do que sugere Pesavento, a cidade que ela define como sensível não é uma representação. Se aceitarmos essa proposta também as diferenças serão tratadas enquanto diferenças de representações mentais, perdendo de vista que o mental não está separado do real.¹³⁷

As imagens, ideias e projetos constituem e são constituídas pela ação dos homens que, ao promovê-las, não as dissociam de suas práticas. Por isso é que, ao serem problematizadas, permitem compreender a dinâmica conflituosa de produção da cidade enquanto um processo de luta que se faz no social, enquanto evidências das ações dos sujeitos.

A produção dessas fotografias não foi acidental, do mesmo modo que a escolha delas para compor os sentidos da comemoração não foi obra do acaso. Desta forma, não podem ser reduzidas a uma simples representação plástica da cidade ou como pura reminiscência nostálgica do passado.

A forma como este espaço foi ressaltado, mostrando o antes e o depois dessa praça, indicando uma possível evolução urbana, buscando apresentá-lo como representativo de toda a cidade, é uma forma de valorizar comerciantes, latifundiários, empresários, homens que, como Manoel dos Santos Laureano – conhecido como Manuel Bonito – “*investiram considerável fortuna*”¹³⁸ na cidade.

Os mesmos homens, espaços e memórias que são insistentemente considerados fundamentais para Araguari, fundadores de uma cidade que se urbanizou, e, por isso, comemorados durante o centenário como uma forma de estabelecer um vínculo com um passado, no qual suas práticas de dominação não cessam, sendo reinventadas naquele presente, não como dominação, mas como investimento, progresso, embelezamento, entre tantas outras justificativas ideológicas que lhes são atribuídas.

Nessa perspectiva, a fotografia é uma linguagem social ativa¹³⁹ que permite compreender as transformações vividas. Transformações que não se restringem à arquitetura, mas que se estendem também aos valores, modos de viver e concepção de

¹³⁷ Segundo Williams: “a criação social de significados por meio do uso de signos formais é, então, uma atividade material prática; é na verdade, literalmente um meio de produção. É uma forma específica daquela consciência prática que é inseparável de toda atividade social material.”. Ver: WILLIAMS, Raymond. Língua. In: _____. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 44.

¹³⁸ PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI. **Araguari: cem anos de dados e fatos**. Araguari: Edição Prefeitura Municipal de Araguari, 1988, p. 173-174.

¹³⁹ Para essa reflexão parto das proposições apresentadas em: WILLIAMS, Raymond. Op. cit., p. 27-49.

mundo. Sua apropriação não publiciza apenas espaços da cidade, mas relações que instituem esses espaços como importantes para serem resguardados. Espaços que estão sendo disputados porque ainda são considerados centrais na vida da cidade.

Por esse motivo, a escolha dessas fotografias para compor o livro é compreendida não como “representação” da cidade, mas como modelo de qual cidade se quer e qual cidade deve ser vista por quem não a conhece e terá contato com ela apenas por meio dessa obra. Assim, o significado das fotografias não é abstrato, nem um reflexo da realidade, mas produto de relações sociais.

Todavia, não é um produto pronto e acabado, como indicam os sentidos que foram a elas atribuídas no livro, décadas depois de sua produção, e que estavam vinculados a sentimentos e valores, projetos e intenções que não são os mesmos de quando foram produzidas. Por isso, não se trata aqui também apenas de técnica; nem são meramente representações do real¹⁴⁰, mas envolvem o processo de transformação do social e da memória.

Assim, embora o conteúdo da imagem seja imutável, seus significados podem mudar de acordo com a maneira pela qual é apropriada. Por isso, são evidências de um processo histórico que não se encerra no momento de sua produção, mas que se desdobra no tempo.

Essas fotografias, assim como outros suportes, transformaram-se nas bases para fundamentação de um processo de seleção que buscou atribuir um sentido ao passado e fixá-lo naquele presente, valendo-se de um momento de comemoração na tentativa de forjar uma versão institucionalizada sobre a história da cidade.

Partindo dessas reflexões, cabe indagar: se esses são os elementos que compuseram as comemorações da cidade centenária, de que maneira os marcos que se buscavam consagrar em 1988 foram construídos?

Tendo em vista este horizonte de reflexão, o próximo capítulo segue a trilha do processo de produção desses sentidos, no qual problematizo a construção desses marcos que ganharam espaço no circuito de difusão dessa história que foi dada a ler. Processo

¹⁴⁰ As reflexões metodológicas sobre o uso de fotografias enquanto fontes para pesquisa em história buscaram dialogar, aproximando-se, das proposições apresentadas em: BRITES, Olga. Retratos de infância. Infância, história e fotografia: São Paulo nos anos de 1930. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras Histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'água, 2006; MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio**. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”. São Paulo: EDUC, 1998.

que ao ser investigado descortinou também diferentes tentativas de intervenção nos espaços que constituem a cidade.

CAPÍTULO 2

MARCOS DE MEMÓRIAS NA PRODUÇÃO SOCIAL DOS ESPAÇOS

A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras”.

*Walter Benjamin*¹⁴¹

A maneira como o passado da cidade de Araguari foi comemorado em 1988 levou a refletir sobre a produção de memórias forjadas a partir de marcos de poder, especialmente aqueles ligados à fundação de instituições políticas e econômicas introduzidas na cidade no final do século XIX e início do século XX.

O modelo de cidade que nas comemorações do centenário foi retomado e divulgado fundamentava-se nesses marcos e, partir deles, na produção de sentidos que foram atribuídos ao passado e que valorizavam modos de viver e espaços que referenciavam grupos que se fizeram dominantes na cidade e que na década de 1980 disputavam hegemonia.

A principal consequência dessas escolhas e produção de sentidos não pode ser resumida na simples opção por uma determinada versão do passado. Ela deve ser pensada como uma via de mão dupla que, ao mesmo tempo em que consagrava as memórias de alguns grupos, produzia socialmente também o seu oposto: o esquecimento de outros modos de viver, especialmente de trabalhadores.

Nessa direção, interessa compreender e problematizar a construção desses marcos que foram escolhidos como dominantes, buscando o passado como “*uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana*”. Fazendo-se, portanto, necessário “*analisar a natureza desse ‘sentido do passado’ na sociedade e localizar suas mudanças e transformações.*”¹⁴².

¹⁴¹ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas v. 1), p. 229.

¹⁴² HOBBSAWM, Eric. O sentido do passado. In: _____. **Sobre História**. São Paulo: Editora Schwarc, 2005, p. 22.

Portanto, o objetivo deste capítulo é problematizar linguagens que referendam memórias que se fizeram dominantes, lendo-as a contrapelo como uma forma de encontrar fissuras que evidenciem disputas e outros modos de viver a cidade.

Afinal, se ao fechar os olhos posso me lembrar de muitas experiências que vivi em Araguari, quais outros modos de viver evidenciam-se na historicidade de seus espaços? Se a paisagem da cidade, como propõe Marcel Roncayolo, não é natural, mas uma construção histórica¹⁴³, quais as razões para seu traçado? Como ele se conecta ou não aos marcos de poder que foram instituídos?

Para isso, trabalho com narrativas de viajantes e memorialistas, fotografias, jornais e guias. Juntamente com esses suportes, tomo o próprio espaço como referente de memória, problematizando projetos de intervenção que foram propostos e que evidenciam interesses divergentes, contradições e disputas que se fizeram na tentativa de regular como a cidade deveria ser vivida.

Ao buscar compreender sua natureza histórica, a construção de marcos de poder e a historicidade dos modos de viver que nela se fizeram, especialmente de trabalhadores, encontrei no livro “Do Rio de Janeiro à Goiás – 1896. (A viagem era assim)” caminhos para a reflexão proposta.

Este livro foi organizado e publicado em 1961 por Maria Paula Fleury de Godoy, a partir do diário escrito por sua mãe, Augusta de Faro Fleury Curado, escrito em 1896, e que tinha como intenção registrar a viagem que esta empreendeu com sua família, como o próprio título indica, da então capital federal até a antiga capital do Estado de Goiás. A organizadora participou também da viagem, na época ainda criança, e fundamenta sua decisão em publicar as memórias de sua mãe como uma forma de homenageá-la.

Augusta de Faro Fleury Curado, filha do conselheiro André Augusto de Pádua Fleury, nasceu em Curitiba, quando sua família lá residiu no período em que seu pai foi Governador do Paraná, todavia viveu parte de sua juventude na cidade do Rio de Janeiro. Conheceu Paris quando seu pai representou o Brasil em um Congresso de Direito Penitenciário em Estocolmo. Também conheceu o Espírito Santo e o Ceará acompanhando sua família quando o conselheiro atuou como governador desses

¹⁴³ RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984. v. 8, p. 396-487.

estados. Além disso, viveu em São Paulo no período em que ele dirigiu a Faculdade de Direito.

O marido, Sebastião Fleury Curado, seu primo, foi advogado e político. Embora o tenha conhecido em São Paulo, este, nascido em Goiás, decidiu mudar-se do Rio de Janeiro para sua terra natal, daí o motivo da viagem.

No prefácio, escrito em 1961 pela filha, chama atenção a descrição da chácara onde viveram na Cidade de Goiás, os costumes de sua família e o temperamento de sua mãe. A partir dele é possível depreender que sua família gozava de privilégios típicos de uma família abastada. Sobre a casa em que viveram em Goiás, a filha diz:

A casa era uma alegre vivenda sôbre um outeiro, com uma porção de janelas verdes e um jardim na frente, comunicando com um terraço lateral. Jardim e terraços suspensos sôbre a cidade, desvendando um belo panorama.

O quintal – um vasto pomar...¹⁴⁴

O jardim e o terraço revelam uma casa grande e confortável, provavelmente um palacete que contrastava muito com as choupanas e casebres avistados pela família e registrados por Curado ao longo da viagem.

Sobre a autora do diário, é plausível dizer que, apesar de ter se resignado a deixar o Rio de Janeiro para viver em Goiás, nunca aceitou os costumes deste lugar. Embora a filha diga no prefácio que sua mãe “*Identificou-se de corpo e alma à terra do marido*”¹⁴⁵, o fato de que “*nunca soube sequer o gosto de um pequi, e mesmo de uma pamonha...*”¹⁴⁶, indica que havia algumas lacunas nesta identificação.

Todo o ambiente no qual viveu e no qual construiu suas referências deve ser levado em consideração para que seja possível compreender a visão que construiu dos lugares que conheceu ao longo da viagem empreendida, especialmente a cidade de Araguari, lugar que ganhou espaço em dois pequenos capítulos do livro. Nela Curado e sua família chegaram em 29 de agosto de 1896 e permaneceram durante vinte dias, quando então continuaram viagem rumo à Goiás.

¹⁴⁴ GODOY, Maria Paula Fleury. **Do Rio de Janeiro a Goiás – 1896**. (A viagem era assim). S. l.: s. n., 1961, p. 8. (Esta publicação encontra-se disponível no Arquivo Público Municipal de Araguari).

¹⁴⁵ Ibidem, p. 17.

¹⁴⁶ Ibidem, p. 8.

Levando em consideração a historicidade de suas vivências, busquei fazer uma interpretação dos registros de suas memórias sobre a vida social em Araguari sem perder de vista as condições nas quais foram produzidas, especialmente no que diz respeito à perspectiva que marca aquele momento histórico.

O momento de sua vida e da viagem que a levou a passar por Araguari coincide com um período no qual estava colocada a necessidade de integração nacional, no qual diversas frentes de colonização são organizadas a partir de projetos como expansão de ferrovias e telégrafos que, para colonizar o Brasil, justificavam suas práticas como uma missão civilizatória.¹⁴⁷

Ao pesquisar sobre a Comissão Rondon e a expansão de redes telegráficas como um projeto republicano que visava integrar e civilizar a nação, Laura Antunes Maciel traz elementos que corroboram as reflexões sobre este período. De acordo com a autora:

a nação brasileira nos primeiros anos republicanos estava por um fio; ela não estava pronta, mas, no constante fazer-se que caracteriza a nação, ela estava em expansão para o Norte e o Oeste do País – via expansão de uma cultura técnica e positivista –, tentando transformar espaços “vazios” em territórios e “populações dispersas” em brasileiros, produzindo uma população homogênea capaz de se reconhecer como uma unidade e parte de uma “comunidade nacional”. Essa ideia dá a dimensão da tensão cultural presente nesse fazer-se da Nação na sua busca por legitimidade, na afirmação de sua hegemonia e do poder republicano, enfrentando outras culturas e modos de vida, construindo identidades e homogeneidades onde antes existia uma diversidade – cultural, étnica e social.¹⁴⁸

Assim, não é à toa que Curado chega pelos caminhos traçados pela ferrovia. Ainda que a linha de tráfego de passageiros terminasse em São Pedro do Uberabinha – mais tarde, Uberlândia –, a família de Curado chegou à Araguari pelos trilhos da Estrada de Ferro, valendo-se de um trem de lastro – com seus vagões abertos – então utilizado por engenheiros.

A primeira impressão que Curado registrou da cidade evidencia a visão de um lugar no qual o projeto republicano de integrar e “civilizar” ainda não havia chegado, impressão que permanecerá ao longo de sua narrativa sobre Araguari:

Logo adiante, apareceu a primeira casa. Teto de palha, paredes de barro, uma choupana. Dormiam. Passamos. As choupanas foram se

¹⁴⁷ Para essas reflexões foi fundamental a leitura de: MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio**. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”. São Paulo: EDUC, 1998.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 38-39.

multiplicando até que em uma delas vimos à porta uma mulher, tendo na mão uma candeia de forma das candeias romanas. Seria uma pitonisa, procurando ler nos astros o destino dos homens? Ou algum espectro que, fugindo do túmulo, vagasse àquelas horas mortas? Nada disso. Era uma simples roceira, que acordava com o nosso tropel e vinha ver o que era! Corremos pressurosos para ela e indagamos da moradia de Alfredo. – “Lá embaixo, pra riba do hotel”. Tão mal informados, procuramos achar o hotel. Casinha branca, sem taboleta, que, felizmente, estava aberta e, numa sala, alguns homens bebiam cerveja.¹⁴⁹

O estranhamento ganha centralidade em sua narrativa. Se para ela e o grupo ao qual pertencia o Brasil era sinônimo de Rio de Janeiro e São Paulo, os lugares pelos quais passava, considerados como “interior”, passam a ser vistos como uma região de gente inculta, de um povo que, para fazer parte da nação, necessitava ainda ser inventado.

Valendo-me das palavras de Maciel, naquele momento, falar do interior, dos sertões do Brasil:

era falar da região pouco além de Bauru, do “vazio” que a partir daí se estendia até o Paraná, de vastas porções de Mato Grosso, Goiás e Amazonas, estados que, no alvorecer da República, “não tinham visto ainda a entrada triunfal da locomotiva”.¹⁵⁰

Trata-se de áreas de difícil acesso, por isso, tão estranhas a Curado e insistentemente registradas por ela como lugares abandonados. Essa concepção é construída e se fortalece ao longo de sua narrativa:

É uma cidade ainda nova; as casas são todas de telha *á vent*; não há um só sobrado. A Igreja data de tempos coloniais; os santos de colorido vulgar, muito vivo, parecem todos portugueses. O cemitério é um quadrado cercado por um muro branco. As sepulturas são rasas, tendo apenas uma cruz de madeira, onde se vê o nome do defunto. A grama cresce inculta, os animais lá entram a seu bel prazer; um cemitério abandonado, enfim. Junto do muro, do lado de fora, os tropeiros fazem fogo; não há respeito algum. No centro da cidade corre um riacho, que o divide em duas partes: de um lado tem nome de Goiás, e do outro, de Minas. A cadeia é velha e se assemelha a uma casa de banhos. O povo é bom e muito agradável. O comércio pequeno; há uma padaria, uma sapataria, duas farmácias e algumas

¹⁴⁹ GODOY, Maria Paula Fleury. **Do Rio de Janeiro a Goiás – 1896**. (A viagem era assim). S. l.: s. n., 1961, p. 36-37. (Esta publicação encontra-se disponível no Arquivo Público Municipal de Araguari).

¹⁵⁰ MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio**. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”. São Paulo: EDUC, 1998, p. 96.

casas de comércio. A cidade está a 750 metros acima do nível do mar. Venta sem cessar e a poeira é horrível! Um pó vermelho e pegajoso.¹⁵¹

Curado utiliza como mediadora a cidade do Rio de Janeiro a partir da qual traça comparações, identificando semelhanças e diferenças, construindo, assim, a partir dela, sua visão sobre Araguari. Por isso, certos valores e comportamentos por ela observados não condiziam com suas referências.

Partindo dessa perspectiva, reduz seus moradores a meros “roceiros ignorantes”: “há ainda muitas superstições e costumes africanos por aqui. Pobre gente!”¹⁵²; “Vi um índio da tribo dos Cherentes [...] A falar a verdade, tive medo”¹⁵³. Além de demonstrar surpresa no fato de que as conversas de homens e mulheres eram sobre “galinhas, ovos, chuva, sol, a queda da ponte, a carestia de alimentos”.¹⁵⁴

Possivelmente a desqualificação que faz da “pobre gente” que encontrou em Araguari esteja ligada à “tendência dos grupos dominantes” e intelectuais brasileiros naquele processo social vivido de transição para o regime republicano que negava as diferenças e idealizava um povo que deveria ser “fabricado”.

Essa foi uma problemática abordada por Carlos José Ferreira dos Santos em sua obra “Nem tudo era italiano”. A forma como estudou e desconstruiu o mito do imigrante europeu como modelo para formação da nação brasileira contribui para as reflexões sobre como os trabalhadores nacionais, especialmente negros e índios, eram vistos.

Ao estudar a cidade de São Paulo da virada do século XIX e início do XX, Santos, preocupado em encontrar os trabalhadores nacionais, apresenta as diversas formas como estes eram desqualificados frente aos imigrantes europeus. Estes aparecem nos materiais pesquisados pelo autor como “os elementos indiscutíveis do nosso progresso”¹⁵⁵, aqueles que “branqueariam” a cidade de São Paulo e quiçá o próprio país, contribuindo com o modelo de civilização cujo padrão idealizado era a Europa, assim como, era nela que deveria ser espelhado o “desenvolvimento” desejado.

¹⁵¹ GODOY, Maria Paula Fleury. **Do Rio de Janeiro a Goiás – 1896**. (A viagem era assim). S. l.: s. n., 1961, p. 38. (Esta publicação encontra-se disponível no Arquivo Público Municipal de Araguari).

¹⁵² Ibidem, p. 38.

¹⁵³ Ibidem, p. 39.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 38.

¹⁵⁵ SANTOS, José Ferreira dos Santos. **Nem tudo era italiano**. São Paulo e Pobreza (1890-195). São Paulo: Anablume: FAPESP, 1998, p. 41.

Ao relatar, Curado, fazendo distinção, necessita identificar que encontrou escravos e índios, o que indica um forte indício de que estes, assim como os nacionais pobres dos quais fala Santos, eram considerados fora dos padrões socioculturais considerados desejados para a época.

Por isso, nas versões produzidas nos registros de sujeitos que viveram este processo histórico, os trabalhadores são tratados como uma “*pobre gente*” não-civilizada. Todavia, embora vistos dessa forma, o que interessa é que aquelas “*pobres gentes*” – negros libertos, índios ou camponeses – se intrometeram no dia a dia de Curado durante o período no qual ficou em Araguari, ganhando visibilidade social nos registros que produziu e que guardam evidências de práticas e modos de viver do final do século XIX.

Eram sujeitos que viviam em choupanas – assim definidas por Curado –, ou seja, casas construídas por eles mesmos com os materiais disponíveis: barro, madeira, palha; vivendo principalmente da produção de produtos agrícolas e que utilizavam a água do córrego que dividia a cidade para beber e, possivelmente, também para lavar suas roupas.

Essas presenças são evidências de práticas sociais que não ganharam espaço nas produções que optaram por narrar a gênese do município focalizando “bandeirantes e fazendeiros”, mas que estavam ali na cidade real que nascia, imprimindo nela seus modos de viver.

Tendo em vista este horizonte de reflexão, e seguindo indícios deixados por Curado, importa destacar que naquele final de século ocorreu a inauguração da Estrada de Ferro Mogiana que passou a ligar Araguari ao Estado de São Paulo. Sobre esta inauguração, a viajante registrou as seguintes impressões:

Inaugurou-se a Estrada de Ferro durante a nossa estada em Araguari. Imaginem que barulhada. Veio da roça não sei quanta gente para ver o “bicho que lança fogo e tem partes com o diabo”... Houve uma mesa de doces, brindes, muita cerveja. As senhoras em grande toalete, na Estação, esperando a máquina que vinha tôda enfeitada com bandeiras. Quando, porém, ela apitou, foi uma corrida por ali a fora. Mulheres tiveram ataques, homens velhos juraram que nunca se serviriam de semelhante cousa, que urra feito bicho e tem fogo no corpo. Os moleques corriam de pavor, derrubando os tabuleiros de biscoitos. E enquanto isso a máquina entrava triunfal na pequena

estação de Araguari. Durante muitos dias só se falou na tal invenção do capeta.¹⁵⁶

Embora mais uma vez Curado demonstre surpresa e ridicularize a reação daqueles que desconheciam a máquina a vapor, a ideia de “*entrada triunfal*” sugere que aquele acontecimento é visto por ela como um momento inaugural, não apenas da ferrovia, mas principalmente da própria cidade. É a visão da ferrovia desorganizando modos de viver que a autora considerava antiquados.

Em que pese o menosprezo que a autora delega àquela “*pobre gente*” ou os que vieram da roça para a inauguração, a inegável historicidade que compõe o entrelaçar de trilhos e asfalto que permanecem em Araguari fez refletir que a “*tal invenção do capeta*” se constitui de fato em elemento fundamental para a compreensão da natureza histórica desta cidade que com a chegada da ferrovia vai se organizar e se expandir ao redor das linhas do trem.

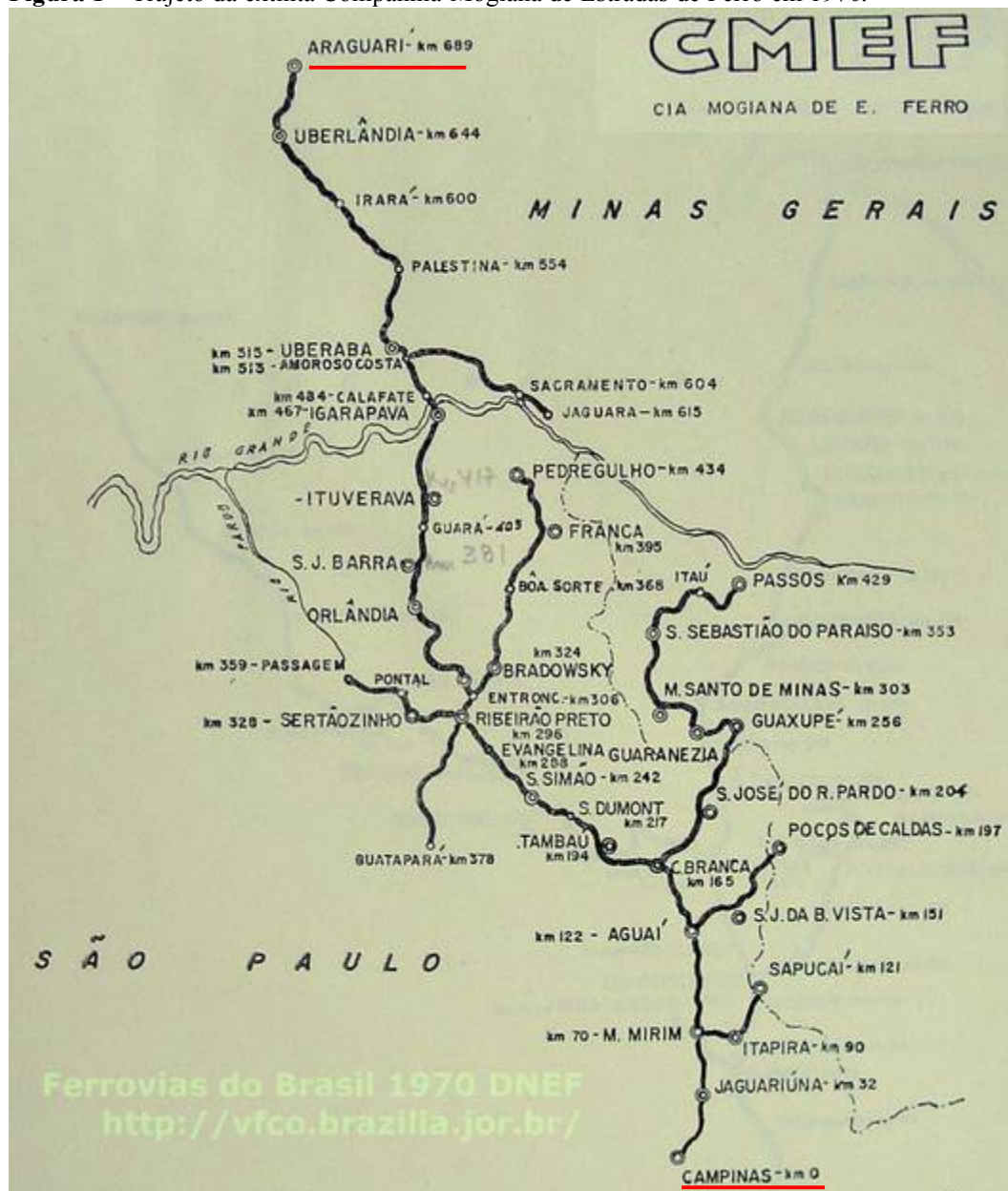
A partir dessa inauguração em 1896, Araguari passou a ser o ponto final da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro. Esta tinha como função ligar a região do Triângulo Mineiro ao estado de São Paulo, sendo sua sede a cidade de Campinas. Anos depois tornou-se, também, o ponto inicial da Estrada de Ferro Goiás, instalada em 1909, cujo objetivo era ligar o Estado de Goiás aos trilhos da Companhia Mogiana e com isso ao estado de São Paulo e, como consequência, ao litoral brasileiro. Seu ponto final era a cidade de Anápolis, mais tarde transferido para Goiânia, cuja estação foi inaugurada em 1950.¹⁵⁷

¹⁵⁶ GODOY, Maria Paula Fleury. **Do Rio de Janeiro a Goiás – 1896**. (A viagem era assim). S. l.: s. n., 1961, p. 39-40. (Esta publicação encontra-se disponível no Arquivo Público Municipal de Araguari).

¹⁵⁷ Importa dizer que ser o ponto final e inicial dessas empresas também significava colocar a cidade em um lugar de poder político e econômico na região. Lugar este que era constantemente disputado e que foi perdido com a transferência, em 1954, da diretoria da Estrada de Ferro Goiás para Goiânia. Em 1957 a Estrada de Ferro Goiás foi incorporada à RFFSA - Rede Ferroviária Federal S/A - permanecendo o funcionamento da estação de passageiros na cidade até 1973, quando, então, foi inaugurado um novo terminal ferroviário, na Avenida Coronel Belchior de Godoy, próximo à saída para Caldas Novas, encerrando na cidade o transporte de passageiros, o que levou à desativação da Estação da Goiás que voltou a ser utilizada apenas em 2005, quando passou a ser sede da Prefeitura Municipal. Também a Companhia Mogiana de Estrada de Ferro foi incorporada em 1971 pela FEPASA – Ferrovia Paulista S/A – e encerrou suas atividades em Araguari em 1973. No final da década de 1970 o prédio da estação desta companhia foi demolido para a abertura da Avenida Batalhão Mauá. Para compreensão desse processo foi importante a pesquisa nas Atas da Câmara Municipal e do Jornal Gazeta do Triângulo da década de 1950, assim como as seguintes leituras: PEREIRA, Viviane da Silva. **Memórias a todo vapor**: a transferência da sede da Estrada de Ferro Goiás (1954) na imprensa araguarina (1947-1954). 2006. 80f. Monografia (Graduação História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006; PEIXOTO, Juscélia Abadia; VIEIRA, Aparecida da Glória Campos. **A ferrovia em Araguari**. Goiânia: Kelps, 2012.

As figuras abaixo permitem visualizar os caminhos pelos quais passavam estas ferrovias:

Figura 1 – Trajeto da extinta Companhia Mogiana de Estradas de Ferro em 1970.



Fonte: <<http://oblogferroviario.blogspot.com.br/2013/01/cmef-n-980.html>>. Acesso em: 18 fev. 2014.

Figura 2 – Trajeto da extinta Estrada de Ferro Goiás (sem data).



Fonte: Acervo: Arquivo Público Municipal e Museu “Dr. Calil Porto”.

Elas atuaram durante décadas em Araguaia e estimularam uma profunda ligação entre esta cidade e o Estado de Goiás. De acordo com a Revista dos Estados, por Araguaia eram escoados produtos agrícolas, especialmente arroz, feijão, algodão, cana-de-açúcar, alho, trigo, mandioca e fumo, além de rebanhos de bovinos, equinos e suínos e produtos industrializados como charque, aguardente, farinha de mandioca, de trigo e de milho, manteiga, leite, banha, cortiça, guaraná, rapadura, calçados, doces, massas, biscoitos, café torrado e moído¹⁵⁸. Ou seja, uma produção que, vinda do campo, era transformada em outros produtos na cidade, ou ainda, apenas transportada para outras regiões, especialmente indo ou vindo do Estado de Goiás cujas cidades escoavam sua produção e adquiriam produtos por meio dessas empresas ferroviárias.

Além disso, as trocas não podem ser resumidas apenas ao movimento comercial. A ferrovia traz também pessoas que, por motivos diversos, começavam a utilizar o

¹⁵⁸ Esses são os produtos que encontrei de forma recorrente ao longo da pesquisa e que são referenciados também na REVISTA DOS ESTADOS, Rio de Janeiro, ano XLIX, n. 407, ago. 1955, p. 3.

transporte ferroviário. Para atendê-las foram construídos bares, restaurantes, hotéis, pousadas, etc.

Como parte do processo “civilizatório” aberto pelas ferrovias chegaram também padres holandeses da congregação dos Sagrados Corações de Jesus e Maria e freiras belgas da Congregação de Maria com a missão de evangelizar e “educar” a população desta região. Não por acaso foram fundadas por eles escolas confessionais particulares – o Colégio Sagrado Coração de Jesus (1919), para meninas, e o Colégio Regina Pacis (1926), para meninos – ambos voltados para o atendimento de filhos de famílias abastadas da cidade e região.

Assim, ao abrigar essas duas ferrovias, Araguari passava a ser um ponto estratégico para a circulação de mercadorias e pessoas que iam e vinham a partir dos trilhos da Mogiana e da Goiás.

Trata-se de um processo que foi vivido também em outros lugares, como parte do projeto de integração nacional e de alteração nos padrões de acumulação de capital. Ao pesquisar a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, Célia Rocha Calvo refletiu sobre a força transformadora que a ferrovia impelia aos locais por onde passava. Associada aos interesses de seus proprietários e de fazendeiros que necessitavam de mão de obra e de escoar sua produção, a expansão ferroviária foi responsável pelo crescimento de pequenos povoados, bem como pela fundação de cidades. Espaços estes que passavam a ser planejados para atender os interesses desses grupos.

Segundo Calvo, essas práticas foram responsáveis também pela alteração das relações sociais que podem ser observadas:

no movimento de remodelação do espaço público, na constituição de novos códigos para regular modos de viver e de comportar das pessoas, no fortalecimento dos poderes públicos locais, desencadeando novas práticas e instituições que procuravam estabelecer o controle da vida e do trabalho dos velhos e novos moradores.¹⁵⁹

Em Araguari, esse processo não foi diferente. Ao observar o traçado da cidade é possível perceber nele a forma como ela foi organizada ao redor dessas empresas

¹⁵⁹ CALVO, Célia Rocha. **Trabalho e ferrovia**: a experiência de ser ferroviário da Companhia Paulista. 1890-1925. 1994. 117f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994, capítulo 1, p. 27-28.

ferroviárias e de outras empresas que, a partir de suas relações com as ferrovias, foram nela se estabelecendo.

Com a chegada das ferrovias, a cidade, que no final do século XIX tinha apenas “*uma padaria, uma sapataria, duas farmácias e algumas casas de comércio*”¹⁶⁰, vai se expandindo no entorno do entroncamento entre a Companhia Mogiana de Estrada de Ferro e a Estrada de Ferro Goiás e próximo ao córrego Brejo Alegre. Indícios permanecem em sua arquitetura. Nessas áreas ainda podem ser vistos antigos prédios que serviram como hotéis, casas comerciais, armazéns, fábricas – principalmente serrarias, charqueadas, curtumes, máquinas de beneficiar arroz e olarias.

Nessa direção, as fotografias a seguir, produzidas no início do século XX, oportunizam aprofundar essas reflexões. Elas expressam a perspectiva das classes que se faziam dominantes de como a cidade deveria ser organizada.

Fotografia 10 – Rua da Estação - atual Rua Marciano Santos.



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico e Museu Municipal “Dr. Calil Porto”. Ano: 1914. (nº 1.16).
Fotógrafo desconhecido.

¹⁶⁰ GODOY, Maria Paula Fleury. **Do Rio de Janeiro a Goiás – 1896**. (A viagem era assim). S. l.: s. n., 1961, p. 38. (Esta publicação encontra-se disponível no Arquivo Público Municipal de Araguari).

Fotografia 11 – Rua das Mangueiras.



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico e Museu Municipal “Dr. Calil Porto”. Década de 1910. (nº 1.20). Fotógrafo desconhecido.

Nessas fotografias é possível perceber a preocupação do fotógrafo em registrar as ruas largas e alinhadas que foram abertas rumo à Estação da Estrada de Ferro Mogiana – Fotografia 10 – e em direção a uma fábrica da qual não obtive maiores referências – Fotografia 11.

Elas evidenciam uma cidade que se constitui no entrelaçamento do rural e do urbano: a Rua das Mangueiras, o cavalo como meio de transporte e de trabalho, bananeiras nos quintais, portas de entrada de produtos vindos ou direcionados principalmente para o campo.

São imagens que chamam a atenção para a tentativa de adaptação/organização de um espaço vivido. O próprio nome “Rua da Estação” indica que ela estava ali para atender a ferrovia que se localizava no seu término. A empresa e a fábrica na linha do horizonte são evidências de uma cidade que vai sendo constituída nas relações de trabalho, moradia e circulação, na qual as transformações que vão ocorrendo ligam-se diretamente às necessidades engendradas pelas relações capitalistas de produção. Fazia-

se necessário racionalizar seu plano, ou mesmo criar um “plano” para cidade, adaptando-a as exigências da circulação.¹⁶¹

Este plano foi solicitado pela Câmara Municipal e pelo Agente Executivo ao então engenheiro ferroviário Achilles Widulick que fora responsável pela construção do trajeto da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro entre Uberlândia e Araguari. O projeto apresentado por ele foi aprovado e sua proposta se materializou na Lei nº 50 de 1898 que determinava a demarcação, alinhamento e nivelamento de ruas e praças de Araguari.

Assim, junto com as ferrovias vieram também as reformulações do traçado da cidade. Em outras memórias, essas transformações foram foco de preocupação, evidências dessas profundas transformações. Dentre elas, destacam-se algumas considerações feitas pelo padre Elói Kee no livro que escreveu sobre a história do Colégio Regina Pacis.

Na introdução do livro, intitulado “Histórico do Colégio Regina Pacis”¹⁶², seu autor afirma que escreveu esta obra a partir da insistência de Abdala Mameri e com a intenção de deixar registrado “*alguns episódios da história do Regina Pacis*”¹⁶³, fundado em 1926 por padres holandeses da Congregação dos Sagrados Corações de Jesus e Maria.

Importa dizer que esses padres chegaram nesta região no início do século XX como missionários que, por meio da difusão do ensino formal, objetivavam também difundir, ou mesmo reafirmar, o catolicismo. Assim, seu livro fala das adversidades vividas por eles em “*benefício da Pátria e da Igreja*”¹⁶⁴.

Nele foram registradas memórias que dizem respeito a essas experiências. É, portanto, direcionado a um público leitor que seria principalmente o religioso, que porventura buscasse conhecer melhor como foi a atuação dessa congregação em

¹⁶¹ Sobre as necessidades que impulsionam a produção de planos para as cidades, ver: RONCAYOLO, Marcel. Região; Cidade. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984. v. 8, p. 440.

¹⁶² Embora não tenha sido publicado encontra-se disponível para pesquisa no Arquivo Público Municipal de Araguari e Museu Histórico Dr. Calil Porto. Trata-se de uma fotocópia de 186 páginas datilografadas e encadernadas, sem referência ao ano de sua produção, mas que, se levarmos em consideração que o falecimento do autor ocorreu no ano de 1975, é possível inferir que o livro foi escrito entre o final da década de 1960 e início de 1970.

¹⁶³ KEE, Padre Elói. **Histórico do Colégio Regina Pacis**. [Araguari]: [s.n.], [197-?] (Livro fotocopiado. Acervo do Arquivo Público Municipal), p. 5.

¹⁶⁴ Ibidem, p. 8.

Araguari, e ex-alunos. Estes eram provenientes de famílias que podiam arcar com os custos dessa educação formal, portanto, tratava-se especialmente de filhos de comerciantes e fazendeiros que naquela época estudavam nesta escola em regime de internato.

Todavia, embora o foco tenha sido o colégio, Kee registrou pautas que estavam presentes nas “rodas de conversa” daqueles que compartilharam desses projetos “civilizatórios” ou de expansão das relações capitalistas pelo “sertão”:

No começo deste século [XX], mormente após tornar-se terminal da Estrada de Ferro Mogiana, Araguari sentia-se colocada entre as cidades com grande futuro.

[...] Cochichavam que Araguari seria Nova Chicago; o progresso haveria de ser irresistível.

Bem acertadamente contrata-se urbanista famoso que projeta a planta perimetral, circundada de largas avenidas. Araguari estava preparada para receber o futuro. Até hoje merecem louvor os iniciadores desta medida previdente.

Contudo, embora as ruas novas se alargassem e as praças projetadas fossem respeitadas, Araguari provisoriamente continuava sendo cidadezinha do interior.

As ruas e praças planejadas ofereciam farto pasto aos equinos e bovinos e as datas espaçosas serviam otimamente de chiqueiros. As galinhas e demais galináceos vasculhavam livremente sem serem incomodadas, a não ser pelos vira-latas¹⁶⁵.

Sua narrativa descortina o elemento da contradição no interior desse projeto: ao que tudo indica, havia uma distância entre aquilo que era projetado e aquilo que de fato era vivido.

A forma que ele tinha de ver e de viver a cidade fundamenta sua comparação com Chicago, cidade que Kee tinha em seu horizonte de expectativas, ou seja, uma cidade industrializada que no final do século XIX já tinha uma população estimada em mais de um milhão de habitantes e que concentrava uma malha que agrupava dez linhas ferroviárias.¹⁶⁶

¹⁶⁵ KEE, Padre Elói. **Histórico do Colégio Regina Pacis**. [Araguari]: [s.n.], [197-?] (Livro fotocopiado. Acervo do Arquivo Público Municipal), p. 7 [Destaques meus].

¹⁶⁶ Sobre a cidade de Chicago (EUA) foram consultados os seguintes sítios eletrônicos: <<http://www.easyexpat.com/pt/guides/usa/chicago/visao-geral/historia.htm#Uvdg-fldXy0>>; <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/historia/24749/hoje+na+historia+1871+%96+centenas+morrem+no+grande+incendio+de+chicago.shtml>>; todos acessados em: 8 fev. 2014.

Para além dela, imaginando quais seriam as outras cidades de grande futuro, dentre as quais Araguari “poderia” se colocar, poderíamos tomar como possíveis referências as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro que neste mesmo período passavam por profundas transformações.

Muito já foi escrito sobre estas duas cidades, especialmente no que diz respeito ao final do século XIX e início do século XX, período marcado pelo início da República e pelo fim, na forma da lei, do trabalho escravo¹⁶⁷. Nelas são engendradas, nesse momento, novas formas de viver e pensar, novos projetos que entravam em choque com os interesses de grupos dominantes que tentavam manter seu poder que advinha de um passado colonial.

São cidades que começavam a se industrializar e atrair para elas inúmeras pessoas que as buscavam, seja para estabelecer diversos tipos de negócios, seja procurando oportunidades de trabalho. Essa atração levou a um grande crescimento populacional: São Paulo, que de 31.385 habitantes em 1872, chega a 1920 com 579.033 habitantes¹⁶⁸, e a cidade do Rio de Janeiro, que no mesmo período passa de 274.972 para 1.157.873 habitantes¹⁶⁹. Por isso, elas necessitavam ser abastecidas, além de servirem como escoadouro para a produção nacional.

O que difere Araguari de Chicago, e de outras cidades do Brasil, é o modo como a história é vivida, por isso, ainda que de formas diferentes, nela também se expressaram mudanças que fizeram das cidades um mercado de trabalho. Além disso, a comparação abre alguns caminhos para reflexão e instiga algumas indagações: o que a “*cidade futurista*” projetava sobre a cidade que de fato existia? O que naquele momento significava urbanizar?

As memórias registradas por Kee produzem sentidos e significados sobre as histórias vividas por ele, por isso trazem as contradições nesse processo de mudanças

¹⁶⁷ Dentre estes escritos destaco: CRUZ, Heloisa de Faria. **Trabalhadores em serviços**: dominação e resistência. (São Paulo - 1900/1920). São Paulo: Editora Marco Zero; CNPq, 1991; SANTOS, José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano**. São Paulo e Pobreza (1890-195). São Paulo: Anablume: FAPESP, 1998; CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta**: periodismo e vida urbana – 1890-1915. São Paulo: Educ: FAPESP: Arquivo do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial SP, 2000; CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecos da Folia**. Uma história do carnaval entre 1880 e 1920. São Paulo: Cia das Letras, 2001; SILVA, Lucia Helena Pereira da. **Luzes e sombras na cidade**: no rastro do Castelo e da Praça Onze 1920/1945. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2006.

¹⁶⁸ IBGE – Séries Históricas e Estatísticas. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD79>>. Acesso em: 9 set. 2013.

¹⁶⁹ Ibidem.

que ocorreram, não apenas no traçado da cidade, mas também nos modos de vivê-la. A cidade que estava sendo projetada ia na contramão dos modos de viver de trabalhadores que lembram muito aqueles encontrados por Curado em 1896 criando galinhas, bovinos e suínos para o próprio sustento e morando em casas construídas por eles mesmos com os materiais que encontravam disponíveis.

Todavia, a Araguari que Curado conheceu estava se transformando. Embora Kee também compartilhe da noção de “*cidadezinha do interior*”, as memórias que produziu sobre seu traçado indicam intervenções que trazem à tona projetos que buscavam ordenar a “*cidadezinha*” que, com a chegada da ferrovia, começava a se modificar.

As fotografias a seguir são compreendidas como evidências desse processo de modificação da cidade. Embora não tenha sido possível identificar qual foi o fotógrafo que produziu estas imagens, nelas está explícita a intenção de registrar as reformas que estavam sendo empreendidas.

Fotografia 12 – Avenida Tiradentes.



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico e Museu Municipal “Dr. Calil Porto”. Década de 1920. (nº 2.1). Fotógrafo desconhecido.

Fotografia 13 – Rua Marciano Santos.



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico e Museu Municipal “Dr. Calil Porto”. Ano: 1927. (nº 2.4).
Fotógrafo desconhecido.

Na Fotografia 12 o fotógrafo colocou em seu foco as obras que estavam ocorrendo na Avenida Tiradentes, ganhando destaque inclusive a construção do prédio da Escola Estadual Raul Soares.

Importa destacar que a fotografia foi produzida em um momento no qual não havia nenhum operário trabalhando o que indica a tentativa de valorizar as modificações que estavam sendo feitas, mas deixando de fora os sujeitos que estiveram nelas envolvidos.

Já na Fotografia 13 a escolha recaiu sobre a reforma da Rua Marciano Santos – anteriormente chamada de Rua da Estação. Esta rua conduzia aquele que entrava na cidade até a Estação da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro. Por isso, as reformas em seu traçado estavam diretamente ligadas à preocupação em atender as demandas de circulação desta ferrovia. Afinal, por essa rua circulavam produtos, nesse período, principalmente, em carros de boi que chegavam do campo para serem enviados para outras partes do país. Ela havia sido transformada em um dos principais caminhos que ligavam a produção do campo à cidade.

Nela ganham espaço os trabalhadores que haviam sido contratados para sua reforma. Isso indica que a cidade que estava sendo projetada não saiu das pranchetas de seus idealizadores automaticamente, como as fotografias escolhidas para compor o livro “Araguari, cem anos de dados e fatos” levam a pensar (ver Capítulo 1). As reformas da cidade passaram também pelas mãos dos trabalhadores, sujeitos que foram sendo apagados desse processo de transformação.

Essas tentativas de intervenção na cidade ganham espaço também no livro “Pelos Caminhos da História. Pessoas, coisas e fatos de Araguari”, escrito por Abdala Mameri. O capítulo dedicado à figura do alinhador contribui para aprofundar a compreensão e as reflexões sobre as necessidades que permeavam este projeto de uma “cidade do futuro”.

Embora o autor, possivelmente por não ter patrocinador financiando a produção de sua obra, não tenha referenciado nenhum “grande homem” da cidade, a história que escreveu fundamenta-se em decisões políticas registradas especialmente em decretos e atas, produzidas pelos poderes executivo e legislativo, por meio das quais a cidade vai sendo encontrada por ele.

No capítulo intitulado “O alinhador” fica explícita sua intenção de mostrar os esforços que foram empreendidos para que Araguari pudesse possuir o traçado que ele qualifica como invejável. Todavia, a contraleitura desse capítulo abre outros caminhos de reflexão e impulsiona a ideia de que a transformação ocasionada pela ferrovia conduziu a disputas e à tentativa de imputar valor de troca à terra urbana, subtraindo-lhe os sentidos de uso:

Desde os primeiros habitantes que para cá vieram, nas primeiras décadas do século 19, cada um procurou assenhorear-se de terrenos, quanto maiores melhores, para neles instalar residências e casas comerciais. Em volta eram propriedades rurais, a perder-se de vista pela sua imensidão e que foram depois sendo divididas, como consequência de heranças ou vendas parciais. Com o aumento da população, tornou-se necessária construção de mais prédios, o que obrigou o presidente da Câmara Municipal e agente executivo a tomar providências, no sentido de defender o traçado da cidade.

O assunto era inicialmente discutido na Câmara, onde o alinhador era indicado e seu nome deveria ser aprovado. Em seguida, dava-se a nomeação, ocasionando-lhe poderes para o desempenho do delicado cargo.¹⁷⁰

¹⁷⁰ MAMERI, Abdala. **Pelos caminhos da História**. Pessoas, coisas e fatos de Araguari. Araguari: Artgraf, 1988, p. 36.

Apesar de Mameri não falar sobre os possíveis motivos para o aumento da população de Araguari, dados demográficos indicam que o município que possuía 10.633 habitantes no início do século XX chega à década de 1930 a 35.000 habitantes, mais que triplicando sua população em curto espaço de tempo. Assim, embora não tenha sido possível encontrar pesquisas que indicassem os índices de natalidade, é possível inferir que esse aumento de mais de 300% da população tenha ocorrido devido à chegada de novos moradores à cidade que para ela vieram na esperança de encontrar oportunidades de emprego oferecidos pelas empresas ferroviárias ou por outras empresas que em função delas foram construídas.¹⁷¹

Tendo em vista esse horizonte, torna-se possível problematizar a interpretação apresentada por Mameri de que a contratação de um alinhador foi uma prática que visava organizar e embelezar Araguari. Frente a essa realidade que se apresentava, alinhar a cidade significava não apenas ordenar sua forma, mas principalmente, os usos de seus espaços por essa população de trabalhadores que passou a aumentar consideravelmente e, conseqüentemente, a criar novos espaços saturados por seus modos de viver.

A leitura e reflexão sobre esses e outros registros dos quais tratarei a seguir levaram a compreender que essas intervenções não se resumiram à tentativa de organizar fisicamente a cidade para atender os interesses ligados à circulação de mercadorias e pessoas, eles produziram também espaços diferenciados de práticas e modos de viver permitidos e/ou reprovados.

Nesse sentido, contribuem com esta reflexão algumas proposições apresentadas por Fábio Macedo Tristão Barbosa que, em sua dissertação de mestrado, trabalhou com

¹⁷¹ A escassa exatidão dos dados demográficos para o final do século XIX e início do XX para Araguari não invalida a reflexão proposta, uma vez que, ainda que precários, oportunizam inferir sobre as transformações que estavam ocorrendo no percentual populacional deste período na cidade. Esses números foram encontrados nas seguintes fontes: dados demográficos publicados no Jornal Gazeta do Triângulo em 18/10/1960; artigo publicado no Jornal Diário de Araguari sobre a “evolução” urbana da cidade no qual é feita referência à chegada de 352 trabalhadores no ano de 1911, contratados pela Estrada de Ferro Goiás. Ver: VOCÊ sabia? Araguari – Evolução Urbana – Parte I. **Jornal Diário de Araguari**, 29 e 30 mar. 2009.

o pressuposto de que “*a cidade e o urbano se organizam e são comandados em função de e a partir da ferrovia*”¹⁷². De acordo com o autor:

Embelezar também significava retirar os inconvenientes e os indesejáveis de determinados espaços da cidade, principalmente da região central; daí, temas como higiene e saúde figurarem entre as preocupações dos administradores públicos, legitimando ideologicamente suas ações na tentativa de erradicar a presença dessa população menos afortunada no centro da cidade, que passa a habitar sua periferia.¹⁷³

A pesquisa empreendida por Barbosa reafirma a posição de que a ferrovia e o consequente aumento da população conduziram à necessidade de uma redefinição territorial que vai sendo continuamente refeita ao longo do tempo por meio de leis que tentam impor um “ordenamento” que visa determinar o lugar que caberia aos trabalhadores nesta cidade.

Urbanizar significava, assim, interferir com o objetivo de modificar práticas sociais vividas, propondo um novo estilo de vida¹⁷⁴. Muitas dessas modificações, intervenções e legislação urbana datam do final do século XIX e início do século XX¹⁷⁵. Porém, a reflexão sobre elas se aguçou quando encontrei a Lei nº 271, de 3 de novembro de 1923, expedida anos antes da inauguração da Estação de Passageiros da Estrada de Ferro Goiás, cuja instalação dos trilhos teve início em 1909, sendo a estação de passageiros inaugurada apenas em 1929.

Ela traz evidências da produção de espaços de privilégio a partir da diferenciação social. Isso porque, ao propor normas para as intervenções nos espaços físicos da cidade, tentou delimitar o direito de acesso a eles a partir do lugar ocupado por seus moradores no social.

Essa Lei dividia a cidade em três zonas: a zona urbana, cujos limites eram a Avenida São Paulo, a linha de ferro da Estrada de Ferro Mogiana, as avenidas Bahia,

¹⁷² BARBOSA, Fábio Macedo Tristão. **Ferrovia e organização do espaço urbano em Araguari (1896-1978)**. 2008. 179f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008, p. 14.

¹⁷³ Ibidem, p. 97-98.

¹⁷⁴ Para essas reflexões foi importante ler: RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984. v. 8, p. 396-487.

¹⁷⁵ Dentre elas destaco a Lei nº 50, de 4 de fevereiro de 1898, que determinava o alinhamento e demarcação de vias públicas (anunciada apenas dois anos depois da inauguração da Estação de Passageiros da Estrada de Ferro Mogiana) e a Lei nº 96 de 1901 que alterava a referência de algumas ruas da cidade, substituindo os números que lhes foram atribuídos por nomes.

Minas Gerais e Moto Grosso; a zona suburbana que compreendia tudo o que estivesse fora desses limites e a zona especial, “encravada” na zona urbana da seguinte forma:

partindo da praça João Pinheiro [*atual Praça Manoel Bonito*], segue pela rua Ruy Barbosa até a rua da Estação [*atual Marciano Santos*]; por esta até a rua Rio Branco; por esta, até a praça da República; por esta, incluída toda a praça, e da mesma forma a de nome José Rodrigues Alves, até a rua João Peixoto; por esta e pela rua Tiradentes até a praça João Pinheiro; a direita, por esta praça, até o ponto inicial.¹⁷⁶

Para fins de regulação, de acordo com o artigo 90 dessa Lei as mesmas normas deviam ser aplicadas às seguintes ruas:

- a) – Affonso Penna e Estação, desde a rua Tiradentes até o extremo das mesmas;
- b) – Municipal e Boa Vista;
- c) - Liberdade e Goyaz, do seu inicio até a rua Boa Vista;
- d) – Matriz; do seu inicio até o largo do Rosário;
- e) – Rodolfo Paixão, entre Rio Branco e Tiradentes;
- f) – Maricota Santos;
- g) – Aureliano de Oliveira.¹⁷⁷

Essas são vias e espaços públicos que, além de compor o centro comercial da cidade, congregavam as residências de famílias abastadas que nesse espaço construíram seus palacetes, abriram suas clínicas e consultórios, comércio e empresas. Latifundiários, industriais, advogados, médicos, proprietários de jornais, enfim, pessoas que tinham seus nomes projetados publicamente e que desejavam manter essa área como seus espaços de vivência.

Desta forma, essa tentativa de delimitação de uma zona especial a partir de uma proposta que visava normatizar a cidade evidencia disputas por seus espaços, a partir do estabelecimento de regras para seu uso e ocupação.

Essa divisão em setores estabelecia diversos critérios para sua ocupação, dentre os quais a necessidade de licença para construção, reconstrução e demolição que apenas seria concedida mediante aprovação dos planos e projetos da obra pelo Agente Executivo.

¹⁷⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARY. Lei nº 271, de 3 de novembro de 1923. Regulamento das Construções, reconstruções e demolições de obras na cidade de Araguay, Araguari, 1923, p. 15.

¹⁷⁷ Ibidem, p. 15.

Os projetos de edificação deveriam informar, entre outras coisas: a divisão do prédio, o tamanho dos cômodos, espessura da parede e a qual fim se destinava. Previa também multa e possibilidade de demolição para obras que fossem modificadas clandestinamente. Todas as obras deveriam ter um construtor “diplomado” responsável e matriculado na seção de obras da Prefeitura Municipal. Ao assumir a obra, o construtor se tornava seu responsável, sendo obrigado a informar irregularidades, atrasos e outras ocorrências.

Inegavelmente nem todos poderiam atender às exigências estabelecidas e isso é tão claro que fica previsto na própria lei, que vai delimitar, também, o espaço no qual poderiam ser tolerados outros modos de viver: a zona suburbana, ou seja, a área que naquele momento era periferia da cidade. Esse limite era reforçado quando a lei proibia também na zona urbana:

- a) – construção de meia água, que não seja para despejo;
- b) – construção de chalet com oitão voltado para a rua;
- c) – cobertura de madeira, capim ou outro material inflamável; da mesma forma zinco liso ou enrugado, salvo nas fabricas e oficinas;
- d) – emprego de alvenaria de tijolo nas fundações;
- e) – uso de barro amassado na constituição das alvenarias das paredes das casas;
- f) – emprego de columnas de madeira para sustentação de cargas permanentes;
- g) – construção de paredes externas exclusivamente de madeira, salvo quando destinadas a oficinas, construídas em alinhamento afastado da rua;
- h) – construção de adobos ou esteios de madeira nas frentes das casas da zona especial;
- i) – construções capazes de polluir ou prejudicar para o uso ordinário a água do poço ou fonte alheia a ellas preexistentes;
- j) – construção de esgoto que despeje água servida na sargeta da rua.¹⁷⁸

Estabelecia ainda a altura mínima de quatro metros, bem como deveriam ser a pavimentação, a calçada, as portas e janelas, os banheiros, iluminação, forros, escoamento de água e telhados. Mas fazia exceções para a zona suburbana, na qual as

¹⁷⁸ PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARY. Lei nº 271, de 3 de novembro de 1923. Regulamento das Construções, reconstruções e demolições de obras na cidade de Araguay, Araguari, 1923, Artigo 53, p. 9.

construções poderiam ter pé direito inferior a quatro metros, além de não precisar ter forro e assoalho.

Ainda de acordo com esta lei, deveria ser oferecido “*gratuitamente os planos das casas suburbanas, de valor inferior a 1:500\$000, quando, a juízo do Agente Executivo, os respectivos proprietários não possam pagar as despesas do projecto*”¹⁷⁹.

O artigo 55 proibia na zona especial “*estabulos, estribarias, pocilgas e quaesquer outras construcções cujo destino seja prejudicial à saúde pública, salvo si obdecerem aos requisitos exigidos pelo regulamento da policia sanitária*”¹⁸⁰.

As proibições e “concessões” arroladas nessa lei evidenciam modos de viver que lembram muito a “*pobre gente*” da qual falava Curado. Casas de madeira, meia água, barro amassado, telhado de capim constituíam modos de morar das classes trabalhadoras que, além de construir suas casas sem seguir projetos, muito menos contratar construtor “diplomado”, também aproveitavam seus quintais para a criação de animais para consumo próprio, ou ainda, para abrigar outros que lhes servissem como meio de transporte e trabalho.

Todas essas exigências faziam com que a construção de casas nas zonas urbana e especial ficassem restritas aos poucos que detinham condições financeiras suficientes para cumprir tais imposições. Assim, a justificativa de preservar a saúde pública, garantindo condições sanitárias adequadas, restritas às zonas urbana e especial, indica que essa era uma forma de retirar delas grupos considerados indesejáveis e/ou que estes poderiam receber tratamento sanitário diferenciado, uma vez que, desde que longe do espaço reservado aos grupos dominantes, lhes era permitido manter alguns de seus modos de viver.

Por meio de códigos como esse, tentava-se impor limites a um espaço, então constituído por práticas plurais. Afinal, na zona especial também era constante a presença de engraxates, entregadores, charreteiros, vendedores, comerciantes de rua, enfim, trabalhadores que faziam dessa zona também um espaço de trabalho. Portanto, materializa-se nesse código a intenção de empurrar de forma seletiva alguns grupos para a periferia da cidade, fazendo da área denominada como zona especial um espaço de privilégio.

¹⁷⁹ PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARY. Lei nº 271, de 3 de novembro de 1923. Regulamento das Construções, reconstruções e demolições de obras na cidade de Araguay, Araguari, 1923, p. 4.

¹⁸⁰ Ibidem, p. 9-10.

Essas são práticas que não foram inventadas em Araguari. Elas são concernentes a um processo que não se restringe a esta cidade, mas que ocorreu em todo o Brasil ainda que com nuances diferentes. Por isso, é possível inferir que tais práticas se inspiravam em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo que, na virada do século XIX e início do século XX, empreenderam esforços para “modernizar” os espaços considerados como urbanos.¹⁸¹

Essa “modernidade” era imposta a partir da remodelação da cidade valendo-se da abertura de novas e largas avenidas; demolição de cortiços; campanhas sanitárias e de branqueamento da população, que se davam através de ações repressoras como o bota-abaixo empreendido no Morro do Castelo no Rio de Janeiro que objetivava expulsar da cidade uma população malquista.¹⁸²

Mais do que intervenções sobre o espaço, essas práticas significaram, sobretudo, tentativas de moralização e disciplinarização da classe trabalhadora, além da tentativa de expulsar da cidade os elementos considerados indesejáveis.

Nessa perspectiva, se faz salutar recolocar algumas proposições formuladas por Raquel Rolnik no livro “A cidade e a lei”. Preocupada em problematizar a legislação urbana da cidade de São Paulo, sua pesquisa estimula a pensar essas leis como tentativa de criação de uma cidade desejável na qual diferenças culturais e de classe seriam “organizadas” de forma hierárquica com o objetivo de garantir o poder e o espaço de grupos dominantes. Segundo Rolnik:

Mais do que definir formas de apropriação do espaço permitidas ou proibidas, mais do que efetivamente regular a produção da cidade, a legislação urbana age como marco delimitador de fronteiras de poder. A lei organiza, classifica e coleciona territórios urbanos, conferindo significados e gerando noções de civilidade e cidadania diretamente correspondentes ao modo de vida e à micropolítica familiar dos grupos que estiveram mais envolvidos em sua formulação. Funciona, portanto, como referente cultural fortíssimo na cidade, mesmo quando não é capaz de determinar sua forma final.¹⁸³

¹⁸¹ Sobre esse processo, foram fundamentais as leituras das seguintes obras: ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1997; SANTOS, José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano**. São Paulo e Pobreza (1890-1915). São Paulo: Anablume: FAPESP, 1998; SILVA, Lucia Helena Pereira da. **Luzes e sombras na cidade**: no rastro do Castelo e da Praça Onze 1920/1945. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural; Divisão de Editoração, 2006.

¹⁸² Ver: SILVA, idem.

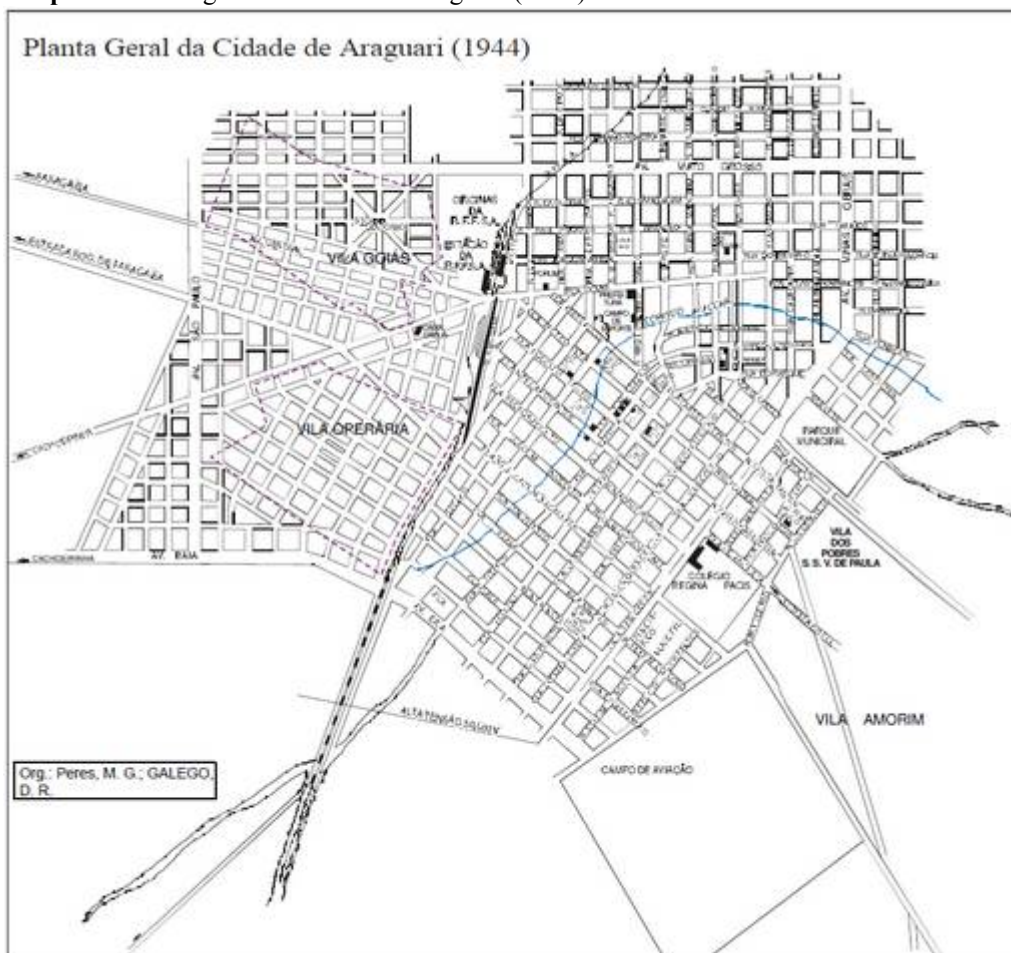
¹⁸³ ROLNIK, op. cit., p. 13.

Em Araguari, o marco delimitador de fronteiras de poder foram as ferrovias instaladas na cidade e circundadas por empresas e fábricas ligadas diretamente a elas. O marco de poder instituído pela estrada de ferro estimulou continuamente a divisão social do trabalho. Divisão que faz parte da lógica história de constituição da cidade capitalista e que engendra relações sociais pautadas pela imposição do domínio e exploração sobre a classe trabalhadora, expressando-se também nos espaços produzidos a partir dessas relações.

Nessa direção, ao me aproximar das reflexões sobre o processo de construção de uma legalidade urbana que tomou como referência um padrão único, foi possível compreender que essa diferenciação de tratamento entre as classes sociais, traçadas na legislação urbanística de Araguari, descortina o fato de que todas essas regulamentações sobre o uso da terra urbana, embora sejam apresentadas como um meio de organizar, higienizar e “embeleazar” a cidade, são, na realidade, evidências de práticas que reproduzem geograficamente diferenças sociais.

Se no início do século XX ocorreu a chegada de trabalhadores na cidade, como indicaram os registros apresentados acima, a Planta Geral da Cidade de Araguari produzida em 1944, após a instalação de diversas empresas, evidencia o fazer-se dessa cidade a partir de um processo histórico de diferenciação e constituição de classes. Diferenciação social que ganha expressão também na produção de seus espaços.

Mapa 2 – Planta geral da cidade de Araguari (1944).



Fonte: Arquivo Público Municipal "Dr. Calil Porto". Serviço de Obras da Prefeitura Municipal de Araguari 1944.

Observando a Planta reproduzida acima é possível inferir que, com a instalação das empresas ferroviárias, a cidade passa a ser dividida pelos trilhos do trem. As Estações das duas ferrovias foram construídas nos limites da cidade, porém, a cidade vai crescendo para além deles e espaços, que até então não eram ocupados, especialmente chácaras e fazendas, passam a ser loteados para a construção de vilas para trabalhadores.

Comparando esta Planta com o Mapa de Delineamento de Bairros de Araguari de 2013, reproduzido no primeiro capítulo, chama atenção que o atual Bairro dos Industriários (em destaque no número 17 do Mapa 1) nasce próximo aos trilhos e à Estação de Passageiros da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro. Na década de 1940, como indica a Planta, era conhecido como Vila Operária e, de acordo com o

Jornal de Domingo, congregava trabalhadores que se empregaram nas indústrias localizadas próximo às estações.

Segundo este Jornal, originariamente, este bairro compreendia uma gleba de dez alqueires que foi comprada, no início da década de 1940, pelo português Manoel da Cruz Pova. As terras “*compreendiam os trilhos da ‘Mogiana’ (hoje, avenida Batalhão Mauá), a Chácara Sinhazinha, a Casemg (hoje Dafruta) se estendendo até a estrada que dá acesso à Fazenda Cachoeirinha (Rua Dona Cesária), indo até a Igreja de Fátima*”¹⁸⁴. Nesta área Pova instalou uma indústria de cerâmica às margens dos trilhos da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, uma serraria e uma marcenaria, começando em seguida a lotear os terrenos e construir casas para os funcionários de suas fábricas.¹⁸⁵

Todavia, este não foi o único bairro que surgiu de investimento e loteamento de terras de particulares. Também o bairro Independência, que ficava fora da zona considerada urbana (ver número 13 do Mapa 1), nasce dentro dessas circunstâncias. Formalizado em 1948 pela Prefeitura Municipal como Vila Independência, de acordo com o jornal Diário de Araguari¹⁸⁶, fora inicialmente uma área de 1.064.800 metros quadros que pertencia a José Albino de Miranda, que mais tarde foi comprada e loteada pelos herdeiros de Manoel dos Santos Laureano (o Manoel Bonito).

Já o bairro Goiás, localizado nas imediações da estação de passageiros e das oficinas da ferrovia Goiás (ver número 15 do Mapa 1), recebeu este nome em referência à Vila Ferroviária da Estrada de Ferro Goiás. Esta vila foi estruturada inicialmente, na década de 1940, em 25 casas distribuídas por quatro ruas que receberam nomes de funções dos trabalhadores da ferrovia: Portadores, Limpadores, Foguistas e Tatus – denominada atualmente como Rua Jerônimo Fachinelli¹⁸⁷.

Também os bairros Santa Helena, Santa Terezinha, Amorim, Novo Horizonte e dos Parques (ver Mapa 1), originariamente conhecidos respectivamente pela população como Arranca Toco, São João, Penha, Lagoa Seca e bairro do Bosque¹⁸⁸, embora afastados da chamada zona especial, compõem os espaços que persistem na cidade como espaços produzidos por trabalhadores.

¹⁸⁴ **Jornal de Domingo**, n. 00, 22 ago. 2004, p. 3.

¹⁸⁵ **Jornal de Domingo**, n. 6, 17 nov. 2001; n. 00, 22 ago. 2004; e n. 10, 31 out. 2004.

¹⁸⁶ VOCÊ sabia? Araguari – Evolução Urbana – Parte II. **Jornal Diário de Araguari**, 5 e 6 abr. 2009.

¹⁸⁷ **Jornal de Domingo**, n. 11, 7 out. 2004.

¹⁸⁸ **Jornal de Domingo**, n. 1-5; 11-14.

A pesquisa sobre o processo de constituição de marcos de poder, que delimitam fronteiras sociais nos espaços da cidade e que exprimem diferenças de classes, conduziu ao Código de Posturas elaborado em 1949. Frente à cidade que se expandia, mais uma vez um novo aparato normativo é produzido, agora com a finalidade de regular os usos dos espaços públicos. Nele se fazem presentes especialmente concepções sobre o que seria a boa conduta e higiene. Trata, portanto, da regulação da produção do espaço social, enfim, de um conjunto de regras que objetivavam impor o cumprimento de deveres pelos moradores da cidade.

As preocupações contidas nesse Código de Posturas expressam um processo social que englobava a atribuição de sentidos aos modos de viver que eram produzidos em Araguari. Por isso, a condenação/proibição de certas práticas que perduravam na cidade:

Art. 154 – É absolutamente proibido nas ruas da cidade, das vilas e povoados do Município:

- I – conduzir animais ou veículos de tração animal em disparada;
- II – domar animais ou fazer provas de equitação;
- III – conduzir animais bravios sem a necessária precaução;
- IV – conduzir ou conservar animais sôbre os passeios;
- V – amarrar animais em postes, árvores, grades ou portas;
- VI – conduzir, a rasto, madeiras ou quaisquer outros materiais volumosos e pesados;
- VII – conduzir carros de boi sem guieiros;
- VIII – armar quiosques ou barraquinhas sem licença da Prefeitura [...]

Art. 178 – É proibida a criação ou engorda de porcos na cidade e vilas.

Art. 179 – É igualmente proibida [...] a criação na cidade e vilas de qualquer outra espécie de gado. [...]

Art. 186 – Fica ainda proibido [...]:

- I – Criar abelhas no centro da cidade e das vilas do município;
- II – Criar pombos nos forros das casas de residência;
- III – Criar galinhas nos porões ou no interior das habitações.¹⁸⁹

Nesse Código materializa-se formalmente a tentativa de restringir a apropriação da cidade pelos trabalhadores: as vias públicas não são mais espaços destinados à

¹⁸⁹ PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI. Lei nº 120, de 26 de novembro de 1949. Código de Posturas Municipais. Araguari, 1949.

circulação ou criação de animais, práticas recorrentes na cidade encontrada na década de 1920 pelo padre Eloi Kee.

A cidade que se projeta para o futuro nega lugar àqueles que buscam as ruas como lugar de trabalho ou que tentam fazer de seus quintais um meio de subsistência criando galinhas, porcos, cavalos, abelhas e outras tantas práticas que, embora não apareçam no Código, certamente eram comuns como o cultivo de hortas para subsistência. Indica, assim, a tentativa de romper com modos de viver rurais que permaneciam na cidade e que dificultavam o estabelecimento das novas formas de exploração capitalista que chegaram junto com as ferrovias.

Por meio dele, também, é refeita uma clara distinção entre cidade e vila. A vila não era considerada parte da cidade e essa divisão permanece ainda hoje na fala de muitos de seus moradores, quando utilizam a palavra cidade para se referir à região central.

Todavia, para além de ser um material no qual ficaram registradas as tentativas de impor novos códigos sociais, também é um registro sobre práticas potenciais que, na década de 1950, não eram mais toleradas:

Art. 48 - Para preservar, de maneira geral, a higiene pública, fica terminantemente proibido:

I – Lavar roupa em chafarizes, fontes ou tanques situados nas vias públicas; [...]

Art. 72 – Não serão permitidos banhos nos rios, córregos ou lagoas, da cidade, vilas e povoados. Poderá ser designado local próprio para banhos ou esportes náuticos, devendo as pessoas que nêles tomarem parte apresentarem-se com trajes apropriados e de modo decente.¹⁹⁰

Lavar roupa e tomar banho nos rios e córregos eram práticas que se articulavam aos modos de viver dos trabalhadores, sendo recorrentes na cidade, seja entre mulheres de famílias de trabalhadores, que lavavam roupa para fora como um meio de ajudar na economia da casa, seja entre crianças ou mesmo adultos que moravam nas imediações do córrego Brejo Alegre e o utilizavam também para o lazer.

Práticas que podem ser encontradas não apenas nesse Código, mas em outros suportes que indicam a vontade de coibir esses modos de viver a cidade: um requerimento registrado nas Atas da Câmara de 1955, solicitando que o prefeito

¹⁹⁰ PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI. Lei nº 120, de 26 de novembro de 1949. Código de Posturas Municipais. Araguari, 1949.

mandasse demolir um tanque existente na Praça Rodrigues Alves¹⁹¹, traz à tona novamente esses modos de viver indesejados e oportuniza descortinar mecanismos de repressão e tentativas de desarticulação de viveres, que iam na contramão da cidade que estava sendo projetada e idealizada.

Nessa direção, além da criação de gado, equinos, porcos e galinhas, práticas consideradas antiquadas, também foram condenadas as presenças de carroceiros que vinham das redondezas da cidade para oferecer seus produtos de porta em porta.

Importa dizer que, embora o Mercado Municipal só tenha se tornado uma realidade em 1961, a proposta para sua construção vem do final da década de 1940, durante o governo do então prefeito Oswaldo Pieruccetti¹⁹². Entre os motivos para sua construção chama a atenção a necessidade de ordenar essa prática, propondo retirar as carroças das ruas, reservando um espaço específico para a venda de produtos rurais.¹⁹³

Segundo a publicação “Araguari em Revista”, elaborada pela própria administração municipal com o objetivo de divulgar as ações da Prefeitura,

Cidade de trinta mil habitantes, Araguari ha muito tempo se ressentida da falta de um mercado onde a população urbana possa abaster-se com mais abundancia e conforto e onde os lavradores vizinhos possam negociar os generos de sua produção. A venda de legumes, de frangos, ovos e outros artigos de consumo diario ainda é feita em carroças que procedem das imediações da cidade; mas acontece que nem sempre as donas de casa vêm passar esses veículos, ou eles passam na hora em que elas não tomaram ainda conhecimento da necessidade das compras; além de que não ha onde escolher à vontade como será nas bancas.¹⁹⁴

O interesse pela construção do mercado para maior conforto das donas de casa não me convence. Já em 1948 foi elaborada a Lei nº 32¹⁹⁵, que criava as feiras livres

¹⁹¹ CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. **Atas da Câmara Municipal de Araguari, Reunião Ordinária, 15 mar. 1955**. Araguari, 1955. Livro n. 7.

¹⁹² Prefeito de Araguari pela UND (União Democrática Nacional) de 1948 a 1951. Galeria de prefeitos. Disponível em: <http://www.araguari.mg.gov.br/2012/index_historia.php?pg=ex-prefeitos>. Acesso em: 7 fev. 2014.

¹⁹³ O incômodo causado pela presença desses trabalhadores se refaz em outras temporalidades e espaços. Sobre eles ver: MORAIS, Sérgio Paulo. **Trabalho e cidade: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia. 1970-2000**. 2002. 168f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

¹⁹⁴ DADOS Históricos, Estatísticos e Comerciais. **Araguari em Revista**, Araguari, Prefeitura Municipal de Araguari, 1950, p. 10.

¹⁹⁵ PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI. Lei nº 32, de 4 de maio de 1948. Cria a Feira Livre. Araguari, 1948.

como uma forma de acabar com o comércio de hortifrutigranjeiros feito pelos pequenos produtores pelas ruas da cidade.

A lei estabelecia dias, horários e locais para o comércio desses gêneros, além de não deixar saídas: ou o trabalhador retirava uma licença na Prefeitura para poder se integrar à feira, ou seria taxado com impostos. Tratava-se, enfim, de um mecanismo que visava controle social. Para que as novas práticas de exploração capitalista pudessem se firmar, era imprescindível alterar esses modos de viver, de transportar, de vender, instituindo espaços específicos para a comercialização, alterando o significado da rua enquanto um espaço de todos.

Como evidências desse processo, encontrei nas atas da Câmara Municipal debates que corroboram esta reflexão. Nelas foram registradas as preocupações com a engorda de suínos no perímetro urbano¹⁹⁶ e solicitações ao Chefe do Centro de Saúde e Prefeito Municipal pedindo “*providências enérgicas, no sentido de coibir a prática de açougueiros de usarem jornais para embrulhar a carne destinada ao consumo público*”¹⁹⁷.

Esses debates foram também publicizados nas páginas da Gazeta do Triângulo que defendia a utilização de açougues, um modo de consumir considerado por ela “moderno”, em contraposição implícita aos modos de consumir e de subsistir das classes trabalhadoras:

Um grande industrial araguarino [Eugênio Nasciutti] pretende construir na rua Marciano Santos uma Casa de Carne.

[...] A Casa de Carne a ser instalada em prédio especialmente construído para a venda de carne e derivados, proporcionará ao consumidor umas tantas vantagens que não pode ser negada.

Consideremos a questão nos seus diversos aspectos:

O consumidor irá pagar por carne de vaca, de 1^a, segundo nos informaram, Cr\$ 28,00 o quilo;

Os animais só serão abatidos depois de verificadas detalhadamente as suas condições sanitárias pelo veterinário contratado pelo Governo;

Instalações modernas atendendo às condições de higiene sugeridas pelo Serviço de Saúde Pública e obedecendo as regras técnicas de operação do negócio;

¹⁹⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. *Atas da Câmara Municipal de Araguari, Reunião Ordinária, 25 fev. 1954*. Araguari, 1954. Livro n. 7, p. 238.

¹⁹⁷ CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. *Atas da Câmara Municipal de Araguari, Reunião Ordinária, 27 abr. 1955*. Araguari, 1955. Livro n. 7, p. 434.

Venderá além de carne de vaca, de porco e derivados [ilegível] [...] será trazido em caminhões frigoríficos, sendo guardado nesta cidade em modernas câmaras de refrigeração.¹⁹⁸

Entre os argumentos utilizados pela Gazeta, e presentes também nas Atas da Câmara Municipal, está a higiene e a possibilidade de impedir preços exorbitantes ao consumidor. Porém, a solução não estava apenas na fiscalização sobre a produção desta carne, mas no combate aberto à prática tipicamente rural de criar e abater animais para o consumo próprio e de vizinhos. Assim, além de trabalhadores, seriam também consumidores da produção das fábricas e casas comerciais.

Além dessas práticas, o Código de Posturas tentava regular também os modos de morar. Nele foi mantida a divisão de Araguari em três zonas, prática que delimitava os espaços que caberiam a cada classe social. O artigo 31, que regulava como deveria ser a venda de terrenos de propriedade do município, enquanto não fosse elaborado o plano de remodelação da cidade¹⁹⁹, evidencia os espaços destinados aos trabalhadores, ao (re)afirmar:

Art. 31 – Em igualdade de condições com os demais licitantes, terão preferência para a compra dos lotes situados na zona suburbana, observadas as disposições dos artigos 28 e 35 deste Código, os pequenos trabalhadores rurais e operários que preencherem os seguintes requisitos, até a lavratura do auto de arrematação:

- a) provarem ser operários ou trabalhadores rurais;
- b) terem boa conduta;
- c) acharem-se quites com os cofres municipais²⁰⁰.

Os trabalhadores, além de serem impelidos a viver na zona suburbana da cidade, deveriam ainda merecer o acesso a esse espaço por boa conduta, ou seja, não bastava ser trabalhador, este deveria também se conformar às regras que vinham sendo construídas sobre o viver nesta cidade. Regras que negavam seus modos de viver, e que na escrita

¹⁹⁸ CARNE melhor e mais barata. **Jornal Gazeta do Triângulo**, Araguari, n. 1.213, 10 jun. 1956.

¹⁹⁹ Importa dizer que na década de 1950 foi também elaborado o Plano Diretor de Expansão da Cidade. Encontrei referência a ele por meio da Lei 300 de 15 de dezembro de 1954, porém a cópia arquivada apenas dizia respeito sobre a aprovação do plano que seria publicado como anexo. O plano em si não foi arquivado e, embora tenha buscado por ele em várias seções da Prefeitura não foi encontrado. Esse fato me obrigou a trabalhar apenas com o Título II do Código de Posturas de 1949 que trata sobre a venda de terrenos do Patrimônio Municipal.

²⁰⁰ PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI. Lei nº 120, de 26 de novembro de 1949. Código de Posturas Municipais. Araguari, 1949, p. 16.

da lei, carregada de concepções que inferiorizavam aqueles a quem buscava-se disciplinar, relacionavam os trabalhadores à sujeira e à desordem.

Essa prática se evidencia neste Código de Posturas quando nele foi previsto também o fim de moradias denominadas “insalubres”, enquadradas como tais as construídas sobre terrenos alagadiços, com cômodos insuficientemente arejados ou iluminados, com superlotação de moradores, que não tinha abastecimento de água ou instalação sanitária suficiente e ainda “*com porões servindo simultaneamente de habitação para homens e depósito de materiais de fácil decomposição, ou de habitação para homens e animais em promiscuidade*”.²⁰¹

Enquanto as “concessões” oferecidas aos trabalhadores os colocavam em espaços fora da região central, propostas de projetos apresentadas pela Prefeitura Municipal ou pelos próprios vereadores objetivavam a concessão de favores aos interessados em “investir” na cidade.

De acordo com o que foi registrado nas Atas da Câmara Municipal do dia 7 de dezembro de 1950, o vereador Jorge Calil Canut foi autor do projeto que visava “*beneficiar aqueles que construísem construções de vulto para melhorar o patrimônio arquitetônico*”²⁰². Segundo o vereador, sua proposta era aprimorar um projeto já existente, “*fixando exigências definitivas para concessões por parte do governo municipal de isenções de impostos*”²⁰³. Sua proposta foi aprovada em caráter de urgência, devido às férias regulamentares da Câmara Municipal, e transformada na Lei nº 171, já em 11 de dezembro de 1950.²⁰⁴

Essas práticas sociais, materializadas em normas, códigos e projetos de isenção de impostos para o “melhoramento” do traçado da cidade, dizem respeito à força de valores classistas que instauram disputas pela produção do espaço urbano. Nelas está

²⁰¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI. Lei nº 120, de 26 de novembro de 1949. Código de Posturas Municipais. Artigo 58. Araguari, 1949, p. 20.

²⁰² Ver: CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. **Atas da Câmara Municipal de Araguari, Reunião Ordinária, 7 dez. 1950**. Araguari, 1950. Livro n. 6, p. 69.

²⁰³ Ver: Ibidem.

²⁰⁴ Dentre os beneficiários dessas concessões está a empresa Santa Helena que recebeu isenção de impostos de indústria e profissões, predial, territorial, urbano e taxas de água e esgoto para a construção do Cine Lux, instalado na Rua Marciano Santos. O projeto apresentado foi transformado na Lei nº 124 e, de acordo com a Ata, tinha como objetivo impulsionar o “*esforço de dois cidadãos bem intencionados e progressistas [Milton e Hermano Lemos], cooperadores no embelezamento urbanístico de nossa cidade*”. A data da aprovação deste projeto em março de 1950, anterior à Lei 171, publicada em dezembro do mesmo ano, indica que esta já era uma prática recorrente em Araguari. Sobre a concessão de incentivos fiscais à empresa Santa Helena, ver: CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. **Atas da Câmara Municipal de Araguari, Reunião Ordinária, 7 mar. 1950**, Araguari, 1950. Livro n. 6, p. 3.

implícita a visão de que os modos de morar dos trabalhadores são inferiores, o que justificaria a coibição de práticas consideradas “indesejáveis” e a tentativa de definição de como a cidade deveria ser vivida.

Todavia, não bastavam códigos estabelecendo regras de comportamento. Para que novos hábitos fossem introduzidos e substituíssem práticas que advêm da cultura das classes trabalhadoras, colocava-se como fundamental discipliná-la desde sua infância.

Estas reflexões encontraram sentido na percepção de como este tema se colocava no social ganhando visibilidade nas páginas dos jornais. Uma pequena reportagem da Gazeta do Triângulo evidencia o valor atribuído ao trabalho desde a infância enquanto um meio de formar cidadãos e moldar o caráter. Nela o jornal noticia a construção de um muro na escola Costa Sena por alunos de sete anos de idade da seguinte maneira:

O fato, que pode ser verificado “in loco” naquele estabelecimento, é um exemplo vivo do que pode fazer uma infância bem orientada.

Cumprimentamos os pequenos obreiros do Costa Sena, que assim ofereceram a seu grupo um belo presente, com o valor todo especial de ter sido feito inteiramente por eles, e às professoras que desde cedo inculcaram nas mentalidades jovens o amor ao trabalho.²⁰⁵

O amor ao trabalho, a disciplina e a organização são valores e práticas publicizados e aplicados para tornar a cidade produtiva, inserindo a população na lógica capitalista do trabalho. Domesticar práticas sociais tornava-se assim um meio para garantir o avanço de práticas capitalistas, por isso, tudo o que fugia a essa lógica era ligado ao atraso. Esse era um caminho para adequar a cidade ao capitalismo, daí a busca por disciplinar espaços e modos de viver.

Essa concepção da criança enquanto um trabalhador em potencial marcou as páginas da Gazeta do Triângulo. Durante décadas – especialmente as de 1940 a 1960 – o jornal, naquele momento ainda propriedade da igreja matriz do Senhor Bom Jesus da Cana Verde, colocou-se ao lado de projetos de controle social, nomeados por ela como “caridade”, e que tinham como objetivo interferir nos modos de viver de parcelas empobrecidas da população, atuando como mecanismo de controle social.

²⁰⁵ MENINOS de sete anos constroem muro. **Jornal Gazeta do Triângulo**, Araguari, n. 1.900, 23 abr. 1959.

Vistos como inferiores, os “pobres”, assim identificados pelo jornal, deveriam ser “ajudados” pelos grupos que a Gazeta representava. Estes eram referenciados em suas páginas com uma elite, no sentido financeiro, moral e intelectual e que, devido a essas características, era considerada superior, por isso “autorizada” a interferir em modos de viver que destoavam dos padrões desejados por essa mesma “elite”. De acordo com a Gazeta:

O bom senso não permite que se considere a elite como um grupo de homens que apenas domina o povo.

Não.

Achamos que a elite tem mais deveres, do que direitos.

Porque um homem recebeu mais educação e instrução, porque ele se acha socialmente mais elevado pelo seu conjunto de qualidades morais e mesmo físicas, e porque seus bens materiais naturalmente o colocam em superação altaneira, por isto mesmo suas responsabilidades sociais são maiores.

Vê-se portanto que um homem de elite não nasce.

Ele se faz, se cria lentamente, mercê de um tremendo esforço individual que comporta altos e baixos, e que um ambiente apropriado naturalmente favorece, como também um meio deseducado e impróprio desfavorece e muitas vezes impede.

Mas graças a Deus ainda temos elite, o que desvanece os nossos homens e nossa cidade, que faz o ambiente.

Quem duvidar, que vá ver a obra de Mario Abdala, à frente do Preventório “Eunice Weaver”, em Araguari²⁰⁶.

A Gazeta publiciza a concepção dos grupos que representa sobre o que significa ser elite: um grupo de homens que, para além da dominação, deve intervir no social instruindo e reformando os modos de viver do “povo” que, vivendo em um ambiente “deseducado” não conseguiria sozinho elevar suas qualidades físicas e morais.

Ser “elite” seria, assim, algo acessível a qualquer homem, desde que desfrutasse de um ambiente saudável e se esforçasse para isso. No caso de Araguari, isso poderia ser facilitado uma vez que os próprios homens da “elite” da cidade trabalhavam para “ajudar” o “povo”, bastando, portanto, que esse se colocasse aberto para “aprender” e, assim, crescer por meio da mediação desses sujeitos.

Nesse sentido, são recorrentes as notícias sobre as ações de instituições de “caridades” e pequenas notas pedindo doações principalmente para o Asilo dos Pobres

²⁰⁶ AINDA temos elite. **Jornal Gazeta do Triângulo**, Araguari, n. 1.076, 1º maio 1955.

para idosos desamparados, o Lar das Crianças para meninas órfãs, a Creche Santa Terezinha, para as famílias mais necessitadas, e o Preventório do Triângulo Mineiro – também denominado Educandário Eunice Weaver –, mencionado no artigo anterior, destinado a filhos sadios de pais hansenianos.

Além desses espaços de controle, em 1957, foi colocada em debate a ideia de criação de um Patronato para Menores Abandonados, destinado a atender exclusivamente meninos. A ação liderada pela Igreja Católica foi divulgada pelo jornal *Gazeta do Triângulo* como um importante complemento à rede de associações “benéficas” do município.

Nele chamou atenção a forma como a presença dessas crianças nas ruas e praças, portanto, nos espaços públicos da cidade, foi interpretada. Segundo este jornal, “*os meninos não dispõem de uma entidade que os amparem, ficando por aí, sem orientação, na vagabundagem, adquirindo vícios e muitas vezes chegando ao extremo da criminalidade*”.²⁰⁷

Ao imputar a eles adjetivos como “vagabundos” e “criminosos” a *Gazeta do Triângulo* justificava intervenções sobre a infância como uma prática civilizadora. Isso fica explícito também no artigo de capa sobre a reforma do Código de Menores, o qual, segundo a *Gazeta*, atendendo as “*exigências sociais e jurídicas*” possa “*engrandecer o direito pátrio*” e reafirmar “*as nossas tradições de país culto e civilizado*”.²⁰⁸

É relevante ressaltar que este artigo estava disposto logo abaixo de outro sobre arrombadores que estavam roubando as casas comerciais no centro da cidade, assim, para além das providências policiais cabíveis seria importante também evitar que os “*menores abandonados e delinquentes*”, dos quais trata o artigo sobre o Código de Menores, se transformem em futuros arrombadores.

O modo de viver e a presença desses meninos pobres pelas ruas da cidade são considerados, portanto, um problema de ordem social. Dar abrigo e orientação significava, assim, ao mesmo tempo “educá-los” preparando-os para o trabalho. Apenas aprendendo algum ofício, tornando-se um bom trabalhador, esses meninos poderiam

²⁰⁷ O PATRONATO de menores abandonados será uma realidade. **Jornal Gazeta do Triângulo**, Araguari, n. 1.388, 30 mar. 1957. Outros artigos relacionados: O PATRONATO será construído em Fátima. **Jornal Gazeta do Triângulo**, n. 1.395, 3 abr. 1957; SERÁ reformado o código de menores. **Jornal Gazeta do Triângulo**, n. 1.464, 23 maio 1957.

²⁰⁸ Ibidem.

sair da “*vagabundagem*” e contribuir para uma cidade melhor e, conseqüentemente, para a grandeza da nação.

O adjetivo beneficente, muitas vezes, esconde o autoritarismo com que os “beneficiados” eram tratados²⁰⁹. Vistos como necessitados, ficavam sujeitos a todo tipo de intervenção em seus modos de viver, a fim de serem corrigidos a ponto de se tornarem cidadãos ordeiros e desempenharem o papel que lhes era atribuído: o de trabalhador disciplinado.²¹⁰

As intervenções que se iniciavam na infância, alcançavam a vida adulta desses sujeitos, como pode ser inferido a partir das discussões contra os jogos, classificados como de azar, que foram registradas na Atas da Câmara Municipal da década de 1950. Prática amplamente conhecida pela população, os jogos de azar, especialmente o popular jogo do bicho, faziam sucesso juntamente com as rifas que eram vendidas de porta em porta e pelas ruas da cidade. Tratado como contravenção desde 1946, quando foram proibidos os jogos de azar no Brasil por meio do decreto-lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946²¹¹, foi condenado por ser uma forma de apostar na sorte para ganhar a vida sem trabalhar, prática que, segundo alguns vereadores, degradava o caráter, a moral e os bons costumes.

²⁰⁹ Sobre esta questão faz-se interessante a dissertação de mestrado de Gisélia Maria Campos, na qual a autora propõe a necessidade de repensar a problemática da infância e adolescência carentes no Brasil. Para isso Campos trabalha com as memórias de meninos que viveram na Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM – em Viçosa, entre 1964 e 1989, e coloca em xeque a visão pejorativa que identifica o menor carente como infrator. Cf.: CAMPOS, Gisélia Maria. **“Vou procurar o melhor lá dentro”**: vivências e memórias de crianças e adolescentes na FUNABEM (Viçosa, 1964-1989). 2007. 181f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

²¹⁰ A positividade do ato de trabalhar como uma prática moralizadora e regeneradora é um preceito vindo do Estado Novo no qual o Estado passa a intervir no social com o objetivo de neutralizar conflitos em nome de uma nação que deveria ser una, embora não igualitária, para que fosse possível alcançar o progresso econômico. Nesse sentido, a leitura da obra de Alcir Lenharo contribui sobremaneira para essa reflexão. Lenharo analisa o reordenamento da sociedade a partir de 1930, no qual o Estado, para garantir a dominação, passa a apoiar-se na ideia de organicidade do corpo. Por meio dela se postulava que o organismo social, assim como o corpo, deveria subjugar as partes em relação ao todo, assim cada um teria o seu lugar imutável neste corpo hierárquico. Desta forma, faziam-se necessárias medidas de normalização do corpo como instrumento de transformação do próprio corpo social, daí o cuidado com a saúde e a higiene, e o incentivo à educação física. O cuidado com a infância vem ao encontro desses preceitos ao ver nela os futuros trabalhadores nacionais. Ver: LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas, SP: Papirus, 1986 (em especial o capítulo 3, “A militarização do corpo”).

²¹¹ Ver: BRASIL. Decreto-lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946. Proíbe a prática ou exploração de jogos de azar em todo o território nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9215.htm>. Acesso em: 12 nov. 2012.

Na Câmara Municipal foi formada uma comissão para tratar exclusivamente dessa questão, o que acabou por trazer à tona o envolvimento do próprio delegado²¹² e de frequentadores do Clube Recreativo²¹³ o que certamente dificultava sua coibição. Por isso, a necessidade de envolver outras instâncias em busca de apoio a esta causa, o que foi feito por meio de ofícios, telegramas e representações que eram elaborados e enviados ao governador do Estado, promotores e juízes pedindo a repressão do jogo na cidade.

Todos os jogos eram apresentados como perniciosos, sendo, portanto, necessário combater os considerados proibidos e regular e taxar os permitidos. Isso porque, participar de jogos era uma prática vista por vereadores e pela Gazeta do Triângulo como afronta aos “bons costumes” sendo possível encontrar duras críticas feitas a ela no final da década de 1960, o que indica também a dificuldade de encontrar uma solução definitiva:

E o cidadão araguarino não tinha mais por onde se virar: de um lado os vendedores de rifas, de outro, os cambistas do jogo do bicho. O mau exemplo campeando no seio da sociedade. Entre menores, entre jovens, que viam no comportamento de seus pais e parentes, ou de seus patrões, o caminho do enriquecimento rápido, embora ilícito, com as costumeiras consequências, que acabam definidas em múltiplos artigos do Código Penal.

Nós temos recebido apóio e aplausos, pela campanha encetada contra as rifas, não só por cartas como também por inúmeros telefonêmas. E vêm sugestões diversas, lembrando outras espécies de jogos que infelicitam muitos lares, cujos chefes madrugam nas mesas de clubes e casas especializadas dos chamados jogos permitidos. Dizem, mesmo, que na esteira dos permitidos os proibidos são praticados com a maior naturalidade, sem nenhum respeito às leis, sem pudor nenhum dos banqueiros e dos jogadores.

Neste caso, endereçamos à polícia o apêlo que nos é dirigido. Que sejam fiscalizadas as referidas casas, os salões de jogos dos clubes. Se procedente a denúncia, que se lhes cassem a licença para funcionar, autuando os recalcitrantes para que acertem contas com a justiça.

É triste, principalmente nos dias difíceis que atravessamos, ver meninos passarem fome, estudantes sem livros e sem cadernos, mães sacrificadas nos seus lares, passando privações, só porque os pais, os maridos e muitas vezes os filhos mais velhos desbaratam os ordenados, os seus vencimentos e o patrimônio da família, na jogatina desenfreada pelas noites a dentro, semanas inteiras.²¹⁴

²¹² CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. *Atas da Câmara Municipal de Araguari, Reunião Ordinária, 15 maio 1951*, Araguari, 1951. Livro n. 6.

²¹³ CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. *Atas da Câmara Municipal de Araguari, Reunião Ordinária, 21 ago. 1951*, Araguari, 1951. Livro n. 6.

²¹⁴ O JÓGO do bicho. *Jornal Gazeta do Triângulo*, n. 2.570, 26 maio 1968.

A Gazeta do Triângulo fala diretamente para aqueles que ela representa: comerciantes, proprietários, industriais, católicos, grupos que financiam sua publicação, seja por meio de propagandas pagas, seja por doações. Por isso a campanha empreendida por ela e a solicitação à polícia de uma ação eficaz. Todavia, essa matéria instiga a refletir não apenas sobre o alcance que as consequências atribuídas ao jogo teriam para a vida dos trabalhadores, mas principalmente em relação a sustentação da imagem de uma cidade ordeira e a garantia de trabalhadores disciplinados. “*Filhos mais velhos*”, jovens cheios de vitalidade que jogam a semana inteira e a noite toda certamente não seriam aptos para manter a família, ou seja, não seriam aptos ao trabalho.

Assim, embora camufladas como caridade, filantropia ou humanismo, todas essas práticas e intervenções visavam à garantia de um ordenamento no social que assegurasse a existência de bons trabalhadores: livres de vícios e adestrados desde a infância ao trabalho pesado, servindo assim de mão de obra para as fábricas da cidade.

Nesse processo, a Gazeta do Triângulo se colocava como um agente ativo na construção de marcos de “civilidade”. Por isso, nela são recorrentes artigos produzidos com a intenção de falar sobre a cidade desejável, cujo modelo era a zona especial. Dentre eles chama atenção a forma como a Praça Monoel Bonito vai sendo transformada ao longo do tempo em cartão postal da cidade, expressão máxima desta área que ganhou tratamento diferenciado.

A edição de 8 de março de 1956, com matéria intitulada “A marcha do progresso”, apresenta a fotografia reproduzida a seguir da Praça Manoel Bonito referente ao ano de 1926.

Fotografia 14 – Praça Manoel Bonito - década de 1920.



Fonte: Jornal Gazeta do Triângulo, n. 1.164, 8 de maio de 1956.

Juntamente com ela foi elaborado um texto que, voltando-se para aquele presente, no qual o jornal estava sendo publicado – 1956 –, buscava conduzir o olhar do seu provável leitor sugerindo que a comparação daquela imagem com o momento então vivido seria capaz de dizer das transformações que ocorreram na cidade:

Quem lançar os olhos para qualquer retrato de Araguari antigo, verá o quanto a cidade evoluiu. Prédios modernos e de traçados arquitetônicos se erguem, em substituição aos velhos, deixando apenas a recordação de sua existência.

Vejam, por exemplo, em poucos anos, o quanto de arrojado progresso existe na Praça Manoel Bonito.²¹⁵

A construção desta matéria, valendo-se da interpretação dessa fotografia para seus leitores, não abre espaço para dúvidas: a cidade havia “evoluído”. No espaço, que por meio da fotografia foi registrado, e que foi tomado também pela Gazeta como símbolo da cidade, em sua totalidade não havia mais casarões antigos como em 1926. Araguari havia se transformado e prova disso estava na modificação de seu traçado e no espaço público higienizado.

Todavia, embora o jornal tenha como objetivo conduzir à ideia de que as intervenções planejadas foram de fato efetivadas nessa área, salta aos olhos a forma como a própria fotografia escolhida foi produzida: nela a cidade é um cenário, um espaço limpo e vazio.

²¹⁵ A MARCHA do progresso. **Gazeta do Triângulo**, n. 1.164, 8 maio 1956.

A cidade dos carroceiros, charreteiros, engraxates, lavadeiras, operários desaparece nessa construção que, falando de “*prédios modernos e de traçados arquitetônicos*” tenta atestar uma “evolução” que seria garantida pelos grupos que financiaram materialmente a construção física desse espaço.

Somente eliminando a presença de outros sujeitos torna-se possível valorizar aqueles que essa “arquitetura” representaria: proprietários de casas comerciais, palacetes, lojas de artigos finos e cinema que ganham espaço no jornal, especialmente por serem seus anunciantes e patrocinadores. Grupos que se apropriaram desta área como referente de seus modos de viver e que tentavam transformá-la em expressão da própria cidade.

Em outros momentos, este espaço surge novamente associado à época que a reportagem está sendo produzida reforçando, por meio do texto que a acompanha, a visão de “desenvolvimento”.

Fotografia 15 – Praça Manoel Bonito - década de 1950.



Fonte: Jornal Gazeta do Triângulo, n. 1.374, 7 de março 1957.

Comparando-se este clichê com o outro que publicamos²¹⁶, refletindo um aspecto atual daquela via pública, sentir-se-á a pujança de Araguari.

²¹⁶ Trata-se, possivelmente, da Fotografia 14 reproduzida acima, publicada em: A MARCHA do progresso. **Gazeta do Triângulo**, n. 1.164, 8 maio 1956.

[...] O jardim e os prédios ali focalizados provam que o araguarino trabalha e faz progredir esta bela cidade.²¹⁷

Trata-se de uma imagem publicizada para reafirmar que a cidade, tanto para os grupos que este jornal representa, quanto para aqueles que ele quer convencer, é um lugar “pujante”, propício ao investimento.

O “progresso” novamente é atestado a partir de construções empreendidas na Praça Manoel Bonito, por meio da imagem de um espaço sem gente, prática que nega a diversidade e os conflitos que compõem a cidade ao mesmo tempo em que reafirma um modelo que se quer impor para Araguari como um todo.

A percepção de que a propaganda foi uma das formas de dar visibilidade a essas tentativas de produção de fronteiras de poder na cidade orientou meu olhar para o Guia Prático de Araguari, produzido em 1948, como uma evidência do que, dentro desse desejo e disputa, seria a cidade “ordenada”.

Esse “Guia” deve ser compreendido como um roteiro de seleção que reafirmava as tentativas de homogeneizar modos de viver ao mesmo tempo em que contribuía para fortalecer padrões culturais de consumo e circulação que estavam sendo construídos.

Ele foi produzido por J. Castor Sobrinho, sobre quem não encontrei nenhuma referência. A versão, à qual tive acesso no Arquivo Público Municipal e Museu “Dr. Calil Porto”, é uma cópia que se constitui em um guia não apenas de informações, mas principalmente de propagandas que foram distribuídas ao longo de 57 páginas numeradas. Traz também um pequeno resumo histórico do município, a planta da cidade de 1944, seus limites e distâncias.

Não foi possível identificar o número de cópias, como foram distribuídas ou ainda se, para aparecer no guia, foi necessário pagar, embora a diferença de espaços para cada “informação” tenha variado muito, algumas possuem cerca de três linhas, enquanto outras ocupam a página toda.

O objetivo proposto pelo autor na apresentação “*era reunir assim em um pequeno folheto umas tantas coisas que, num conjunto representam economia de tempo quando compulsadas no momento oportuno*”²¹⁸.

²¹⁷ ARAGUARI de ontem e de hoje. **Gazeta do Triângulo**, n. 1.374, 7 mar. 1957.

²¹⁸ SOBRINHO, J. Castor. Apresentando... In: **Guia Prático de Araguari**. Araguari, nov. 1948, p. 3.

Para além do objetivo explicitado pelo autor, de economizar o tempo daqueles que o utilizassem, importa sondar sentidos que nele ficaram latentes. Este “Guia” reúne e apresenta significados para o viver urbano, por isso, deve ser encarado como uma tentativa de guiar aqueles que com ele entrassem em contato: no final da década de 1940, quando foi elaborado: consumidores e viajantes; décadas depois, disponível para pesquisa no Arquivo Municipal: pesquisadores que se dedicam a estudar a cidade. Isso significa que seu vigor se refaz ainda hoje, ao ser arquivado e apresentado como referência para pensar a cidade de setenta anos atrás.

A leitura atenta sobre o material nele reunido indica a tentativa de conduzir o seu leitor/consumidor pelos espaços considerados urbanos. Desta forma, a cidade que nele ganha visibilidade é novamente a cidade do capital, lugar de negócios e do lazer pago. Onde se compra e se vende de tudo: roupas, tecidos, calçados, peças para automóveis, automóveis, materiais para construção, remédios, brinquedos, discos, joias, relógios, louças e cristais.

Lugar onde o interessado encontraria atendimento a saúde, estadia, entretenimento, além de um amplo e diversificado ramo de prestação de serviços: cartórios, bancos, correios e telégrafos, escolas – com destaque apenas para as particulares, apresentadas como sendo os principais estabelecimentos de ensino –, alfaiataria, confeitaria, armazéns para cereais, transportadoras, empresas de viação e aéreas.

Importa destacar que em algumas partes do guia o autor produziu uma lista do que foi por ele considerado como as principais indústrias, bares, hotéis e pensões que, somados com os serviços que foram destacados acima, estavam todos localizados na zona considerada urbana, sendo muitos estabelecidos na zona especial, ganhando relevância os seguintes espaços: Praça Manoel Bonito e da Matriz, ruas Marciano Santos, Rio Branco, Padre Lafayete, Rodolfo Paixão, da Liberdade, Dr. Afrânio e a área da Esplanada da Goiás.

Ao produzir e difundir visibilidade sobre alguns espaços, seu autor instituiu, propagandeava e/ou reforçava a zona urbana e especial como sendo a cidade, além de produzir valores sobre como vivê-la ao destacar o que nela deveria ser utilizado.

É a cidade regida pelo relógio, seja o do expediente da Prefeitura e da Câmara municipais, seja dos bancos, das ferrovias ou ainda das empresas de transportes aéreo

ou terrestre, todas listadas no guia juntamente com os horários de atendimento ao público, chegadas e partidas.

A ênfase dada a esses espaços e aos produtos e serviços que ofereciam evidência uma forma de reafirmar essas práticas negando outras que, naquele momento, podiam ser um empecilho para que elas se firmassem como válidas.

Concordando com as proposições apresentadas por Henri Lefebvre no livro “A Revolução Urbana”,

A cidade, ou o que resta dela, ou o que ela se torna, serve mais que nunca à formação do capital, isto é, à formação, à realização, à distribuição da mais-valia. Por outro, tais lógicas e tautologias negam a natureza. Rejeitando as particularidades, a racionalidade industrial devasta, pura e simplesmente, a natureza e tudo o que é de domínio da “naturalidade”.²¹⁹

Nessa perspectiva, evidencia-se no “Guia” a idealização de uma cidade na qual não há lugar para modos de viver que advêm de experiências rurais. Nela a carne é processada em charqueadas, manteiga e sabão são produzidos em fábricas, os cereais são armazenados, selecionados e vendidos em casas comerciais, pães e quitutes são fornecidos em padarias, medicamentos relacionados diretamente a drogarias e farmácias. Ou seja, por meio do “Guia” não encontramos mais criações de porcos e galinhas correndo soltas pela cidade, nem vendedores de produtos agrícolas pelas ruas.

Essas tentativas de interferir nos modos de viver das classes trabalhadoras são refeitas ao longo do tempo. Valendo-se de códigos, normas e concessões elas tiveram nas reformas empreendidas durante décadas sobre o leito do Córrego Brejo Alegre uma de suas maiores expressões.

Importa dizer que as obras de remodelação foram realizadas em várias fases. Assim, embora tendo seu início na década de 1940, as intervenções chegaram até o início dos anos 2000 com a canalização do córrego com tubulação fechada, o que indica que este é um espaço vivido que está em constante disputa e por isso também passa por constantes intervenções.

²¹⁹ LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 41.

A Fotografia 16 a seguir, na qual o fotógrafo Geraldo Vieira²²⁰ captou operários trabalhando na abertura do leito do Córrego Brejo Alegre para a remodelação da antiga Avenida Sanitária²²¹, evidencia a tentativa de higienizar um espaço que, para além de ter sido inicialmente um limite geográfico que dividia a cidade em duas partes, demarcava também uma fronteira social.

Fotografia 16 – Abertura do leito do Córrego Brejo Alegre (antiga Avenida Sanitária) - década de 1950.



Fonte: Acervo do Arquivo e Museu Histórico Municipal “Dr. Calil Porto” (nº 5.23)
Fotógrafo: Geraldo Vieira.

Importa dizer que, embora não tenha sido possível saber quais fotografias foram produzidas por iniciativa própria e quais foram financiadas, por meio do jornal Gazeta do Triângulo tomei conhecimento de que, no caso específico das obras de revestimento e retificação do Córrego Brejo Alegre, Geraldo Vieira foi contratado pelo então prefeito municipal em exercício Moises de Carvalho Alves (1957-1958).

Com a intenção de se enaltecer por ter sido o divulgador da ideia que depois foi acatada pela Prefeitura, foi explicitado nas páginas deste jornal que o objetivo de

²²⁰ Fotógrafo que trabalhou em Araguari entre os anos de 1935 e 1978. Seu acervo foi doado ao Arquivo Público Municipal e Museu “Dr. Calil Porto” e sua coleção de negativos foi tombada em 2006 como patrimônio histórico-cultural de Araguari.

²²¹ Popularmente conhecida como Avenida Sanitária, chamava-se Avenida Brasil e, por meio da Lei nº 1.260, em 1967 recebeu o nome de Cel. Teodolino Pereira de Araújo.

fotografar seria para produzir álbuns fotográficos de locais da cidade que estavam sendo modificados para que no futuro pudesse ser comparada “*a cidade moderna com a cidade antiga*”. Assim seria possível ter “*elementos fotográficos para a reconstituição da evolução da cidade, sob o aspecto urbanístico*”²²².

Embora a legenda produzida pelo Arquivo Público Municipal de Araguari dê ênfase ao empreendimento, a questão aqui ultrapassa uma simples obra de “melhoria” ou “modernização” da cidade, como propunha no final da década de 1950 a Gazeta do Triângulo. De um lado, considerado como o lugar de fundação da cidade, temos a Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus da Cana Verde, espaço que, como já fora dito anteriormente, foi ocupado principalmente por fazendeiros e comerciantes e, oposto a ele, do outro lado do córrego, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário que demarca, no social, um dos espaços vividos por trabalhadores, especialmente dos negros que moravam nas proximidades desta Igreja.

Portanto, “*a evolução da cidade, sob o aspecto urbanístico*”²²³, ou seja, a urbanização que estava sendo colocada em marcha, faz parte das contínuas intervenções que vão sendo impostas à cidade como um forma de submeter a realidade vivida “*às exigências do mundo supostamente lógico, sem contradições nem conflitos, da mercadoria*”²²⁴. Por isso, concordando com as reflexões de Henri Lefebvre, a redução do urbano ao urbanismo deve ser entendida

como parte fundamental das tentativas de estender ao conjunto das atividades sociais os pressupostos, intencionalidades, representações que governam a divisão manufatureira do trabalho, com suas ordens e coações.²²⁵

Portanto, se a cidade não é uma realidade acabada, mas uma prática social em constante transformação, ao olhar para esta fotografia, mais do que comparar “*a cidade moderna com a antiga*”, importa refletir sobre o que as obras, realizadas nesta área do córrego Brejo Alegre, buscavam de fato sanitarizar. Afinal, para além do “embelezamento”, qual o efeito para aqueles que moravam nesta área da cidade?

²²² NOSSA sugestão foi atendida. **Jornal Gazeta do Triângulo**, n. 1.485, 23 jun. 1957.

²²³ Ibidem.

²²⁴ LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 9.

²²⁵ Ibidem.

Nessa direção, fez-se importante as entrevistas que produzi com moradores da cidade sobre suas experiências de viver em Araguari. Dentre essas narrativas, a entrevista realizada com a senhora Cleusa Aparecida Vieira dos Reis ganha destaque.

Embora tenha vivido muitos anos no bairro Santa Helena, dona Cleusa, ao falar sobre sua vida em Araguari, inicia sua narrativa dizendo que nasceu na rua Dr. Alberto, em uma “casinha” “na beira do córrego”, região considerada por ela como centro da cidade.

Buscando compreender os motivos que levaram sua família a deixar este lugar por volta do ano de 1973 para viver no bairro Santa Helena, vai sendo produzida uma narrativa na qual dona Cleusa fala mais sobre as condições de vida que foram impostas a muitos trabalhadores de Araguari, do que um simples problema particular. Segundo dona Cleusa:

A gente não tinha condições, o aluguel foi apertando pro lado de cá, aí começou a fazer a canalização de água, porque antes era, não sei se você já ouviu falar que era cisterna, a gente tirava água da cisterna. Aí a gente, começou a ficar difícil porque aí a gente, a energia a gente até tinha, mas a gente não usava muito. Devido a situação a gente acendia era vela, era lamparina na época, não sei se você já ouviu falar da lamparina. E começou canaliza, colocar água, né? Na, na, nas ruas, foi aí que passou a ter as torneira, aí foi apertando pra gente pagar água, né? Pagar energia. Aí o que que aconteceu, a gente foi pra Santa Helena mudar pra casa que não tinha água, a gente não tinha que pagar água, era na cisterna que a gente tirava. É uma situação muito difícil, situação muito difícil mesmo.

[...] Daí puxava água da cisterna. A gente mudava várias vezes porque a gente não tinha condições de pagar o aluguel. A gente morava um mês numa casa, não pagava o aluguel, a gente mudava pra outra casa e, e era uma vida difícil demais, muito difícil.²²⁶

Ao narrar as experiências de sua família, a senhora Cleusa reelabora em suas memórias vivências que também faziam parte do horizonte de possibilidades de outros trabalhadores na cidade. A energia elétrica e a água encanada eram benefícios que pesavam na economia doméstica, além de valorizar a área que atendia, produzindo o aumento do aluguel.

Portanto, o que estava colocado nas reformas empreendidas neste espaço, era a valorização daquelas áreas cortadas pelo córrego e a transformação de seu valor de uso

²²⁶ Entrevista realizada com a senhora Cleusa Aparecida Vieira dos Reis, 54 anos, no dia 28 de janeiro de 2013, em Araguari.

em valor de troca. Assim, tais remodelações ligam-se diretamente ao interesse de estimular neste espaço outras formas de ocupação por meio da valorização comercial que a solidificação de terrenos ribeirinhos impulsionaria.

Nesse sentido, sua narrativa se transforma em uma evidência de que, enquanto para alguns a “modernidade” propagandeada pela Gazeta do Triângulo podia significar mais conforto, melhores condições de moradia, acesso a bens e serviços que lhes garantiriam não apenas bem-estar, mas, sobretudo *status* social, para outros foi experimentada como aprofundamento da desigualdade social, uma nova tentativa de transferir os trabalhadores para as vilas, juntamente com o esforço para controlar o comportamento, os modos de trabalhar e viver.

Essas tentativas de intervenção e regulação reiteram a concentração de poder nas mãos de alguns grupos que vão se firmando como modelos de como viver a cidade, mas que, no entanto, não foram capazes de eliminar os modos de viver dos trabalhadores. Afinal, se a cidade idealizada destinava-se àqueles que se submetessem às normas estabelecidas, a maneira como essas normatizações são recolocadas ao longo do tempo indica que não havia um projeto único de como viver a cidade. Por isso, as propostas de intervenção tiveram que ser continuamente recolocadas objetivando a manutenção da hegemonia do grupo composto por comerciantes, industriários e latifundiários que nesse processo competem para se manter como dominantes.

Quando cheguei a Araguari, no final dos anos de 1980, algumas práticas típicas da classe trabalhadora de áreas rurais ainda permaneciam²²⁷. Recordo-me especialmente do canto de inúmeros galos que marcavam o amanhecer na cidade, principalmente no horário de verão quando o dia ainda estava escuro e meu irmão, alguns vizinhos e eu já nos encaminhávamos para a escola. Nessa época, a figura do leiteiro também fazia parte desse amanhecer, levando seu produto diretamente da roça para os moradores da cidade.

A permanência de práticas que foram, durante décadas, alvo de interferências indica que os projetos de cidade estão em disputa e mesmo aqueles que se colocam como hegemônicos não podem ser vistos como onipotentes.²²⁸

²²⁷ Na verdade elas são recorrentes até hoje, especialmente a venda de leite, ovos, doces e queijo por produtores que vão até a casa do comprador entregar o produto.

²²⁸ A dissertação de mestrado de Sérgio Paulo Morais, ao tratar da relação trabalho e cidade, contribui com esta reflexão ao inferir sobre a necessidade de vermos as práticas dos trabalhadores e as transformações impostas a seus modos de viver, a partir de intervenções rotuladas de modernização, não como arcaicas ou anacrônicas, mas como disputas que se fazem no social pelo direito à cidade e

Tendo em vista este horizonte de reflexão, surgem as questões: sobre quais práticas sociais a cidade que estava sendo continuamente produzida a partir desses marcos de poder silenciava? O que foi incorporado, interpretado e/ou expropriado nesse processo que tentou delimitar espaços e constituir memórias hegemônicas sobre a cidade? Qual o lugar desses e de outros espaços na vida das pessoas que não tiveram lugar nos jornais, nem produziram livros que pudessem perpetuar suas memórias?

A partir dessas questões, que orientaram meu olhar a buscar os trabalhadores na cidade, convido o leitor a me acompanhar ao próximo capítulo à procura de outras memórias sobre Araguari, buscando encontrar nelas diferentes modos de vivê-la constituídos nas relações de trabalho, moradia e de sociabilidades. Ele tem o objetivo de dar inteligibilidade aos marcos instituídos, desnaturalizando, assim, uma cidade que foi transformada em “cenário” dos grupos que se fizeram dominantes.

aos valores que vão sendo transformados. Segundo Morais: *“O processo de constituição e luta pelo espaço urbano é efetivamente um processo forjado no cotidiano da vida e trabalho de vários sujeitos. Por ser fruto de ações múltiplas e dispersas (e muitas vezes opostas), não é facilmente controlado por uma vertente ou um grupo mesmo que esteja este diretamente ligado ao poder público”*. MORAIS, Sérgio Paulo. **Trabalho e cidade**: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia. 1970-2000. 2002. 168f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002, p. 71.

CAPÍTULO 3

ESPAÇOS E MEMÓRIAS: OUTROS MARCOS, OUTROS VIVERES

...memória não apenas como preservação de informação, mas como sinal de luta e como processo em andamento. Encaramos a memória como um fato da história; memória não apenas como um lugar onde você “recorda” a história, mas memória como história.

*Alessandro Portelli*²²⁹

Ao problematizar marcos de memória que remontam aos processos sociais de intervenção sobre a cidade foi possível sondar como foram sendo produzidos e impostos padrões sociais que buscavam estabelecer como a cidade deveria ser vivida. Tratava-se de “organizar” a cidade para atender as demandas de fábricas que tinham como base de produção produtos que vinham ou eram destinados ao campo: ferragens, charqueadas, selarias, beneficiadoras de grãos, fábricas de sabão, entre tantas outras.

Essas novas práticas de produção, exploração e circulação, que foram estimuladas sobremaneira com a chegada das ferrovias entre o final do século XIX e início do XX, introduziam novos hábitos de consumo e com eles novos códigos sociais. Assim, não era apenas a estrutura física da cidade que deveria ser submetida às necessidades advindas das ferrovias, das fábricas e do comércio, mas principalmente seus moradores, assumindo socialmente seus lugares expressos no interior da divisão social do trabalho.

As intervenções impostas à cidade tinham como objetivo ser um instrumento de facilitação da produção capitalista, por isso, estavam diretamente voltadas para a regulação e disciplinarização dos espaços e das relações sociais que os produziam.

Essa percepção conduziu ao enfrentamento do debate e a problematização de práticas que foram se cristalizando no social como naturais e não como a opção e construção de grupos, que neste processo estudado, se fizeram dominantes.

²²⁹ PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia M. Dias e ALBERTI, Verena (Org.). **História Oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fiocruz: FGV, 2000, p. 68-69.

Ao seguir esse caminho de reflexão foi possível desnaturalizar práticas que, décadas depois – especialmente a partir dos anos de 1980 –, foram selecionadas para compor a versão “oficial” da história de Araguaí²³⁰. Assim, ao compreender que esses sentidos do passado expressam projetos que tinham como foco a dominação de uma classe social sobre outra, se impôs como fundamental compreender também como os espaços que constituem a cidade são vividos por seus moradores “*mediante práticas e crenças de natureza social*”²³¹, e não como simples respostas a tentativas de controlar seus modos de viver.

Afinal, se a cidade não se faz por ela mesma, mas é um processo em constante transformação, cabe agora encontrar as fissuras nesse processo. Viveres, práticas e memórias alternativas aos sentidos que foram atribuídos ao passado, sentidos que produziram versões que silenciaram sobre a multiplicidade que compõe a cidade.

Nessa perspectiva, construí este capítulo com o propósito de refletir sobre como os trabalhadores interpretam as transformações que ocorreram no social, assim como eles se fizeram sujeitos nessa cidade. A intenção é encontrar outras memórias que não se encerram nos critérios de escolha e de produção dos marcos de memória, trazendo para o texto uma cidade constituída nas relações sociais que expressam culturas plurais.

Para isso, trabalho com fotografias e com narrativas orais de moradores/trabalhadores da cidade, produzidas por mim ao longo desta pesquisa, como uma forma de vislumbrar memórias alternativas às que foram selecionadas como significativas para Araguaí. Para que isso fosse possível, procurei nessas linguagens possibilidades compartilhadas e pontos de fusão que oportunizam encontrar uma memória social que, ao mesmo tempo em que se relaciona com memórias que se tornaram dominantes, se mostra alternativa a elas.

A partir do diálogo com os entrevistados sobre seus viveres em Araguaí, fui encontrando diferentes práticas e experiências de sujeitos que não foram latifundiários ou industriais e que por isso falaram sobre a cidade valendo-se de outros critérios para atribuição de valor a ela. Nas temporalidades de suas memórias são refletidas as relações vividas, principalmente a partir do trabalho, indicando outros sentidos aos espaços que a compõem, às intervenções empreendidas e aos processos sociais vividos.

²³⁰ Ver Capítulo 1.

²³¹ RONCAYOLO, Marcel. Território. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984. v. 8, p. 270.

Assim, em suas narrativas e também nas fotografias, espaços que foram referenciados em memórias que se tornaram públicas, como áreas distintas da cidade, insistentemente ligados aos modos de viver de grupos que neles se fizeram dominantes, ganharam sentidos como ponto de encontro e de trabalho, como centro de convívio. Isso fez pensar o “centro” para além dos marcos de poder, como um espaço também de sociabilidades. Essa percepção faz compartilhar da concepção de Marcel Roncayolo, na qual a *“centralidade não é o resultado de opções puramente utilitárias, nela se fundem sentimentos e simbolismos”*.²³²

Tendo em vista este horizonte, tomo o diálogo construído com o senhor Josias Vieira de Lima como ponto de partida para as reflexões aqui propostas. As idas e vindas pelos diversos trabalhos que realizou compõem o enredo tecido por ele.

Inicialmente, quando decidiu sair do campo pela primeira vez, o senhor Josias tentou trabalhar no comércio abrindo um armazém na cidade de Araguari²³³. De acordo com ele, *“esse comércio durou pouco porque eu era inexperiente pra negócio no comércio, porque o homem do campo não entende nada do comércio e o do comércio não entende nada lá do campo também”*.²³⁴

Essa tensão entre modos de viver no campo e na cidade, especialmente em relação ao tempo do trabalho, surgiu em sua narrativa sempre que dialogávamos sobre o trabalho. Assim, quando o senhor Josias falava sobre a busca por emprego na Estrada de Ferro Goiás como uma saída para sustentar sua família no momento em que teve que fechar seu armazém, as experiências como portador de sacaria aparecem em suas lembranças como expressão de um novo modo de trabalhar:

Chegava, assinava o ponto, compreendeu, e ia pro trabalho. Entrava, entrava lá sete horas da manhã e largava a cinco horas da tarde, né? E só tinha intervalo de almoço e voltava, é isso aí... De segundas a sextas, de segunda a sábado também, naquele tempo não tinha esse negócio de pará sábado não, tinha que trabalha a semana toda. Então, é, surgiu outra vez de voltá a mexe com lavoura.²³⁵

²³² RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984. v. 8, p. 458.

²³³ Não fica claro em sua narrativa se este armazém localizava-se na Praça Juvenil Alves ou próximo da Igreja Matriz, uma vez que, ao longo da entrevista ele faz referência a esses dois lugares.

²³⁴ Entrevista realizada com o Sr. Josias Vieira de Lima, 96 anos, em sua casa na cidade de Araguari no dia 5 de maio de 2011. (Falecido em 25/09/2011).

²³⁵ Entrevista realizada com o Sr. Josias Vieira de Lima, 96 anos, em sua casa na cidade de Araguari no dia 5 de maio de 2011. (Falecido em 25/09/2011).

Embora o trabalho marque toda sua vida²³⁶ esse, ainda que constante, não era regido pelo tempo do relógio²³⁷. Agora, trabalhando nessa empresa, é submetido a “novas” regras que fazem com que ele tenha que seguir uma jornada de trabalho fixa.

Sua narrativa expressa como as transformações foram vividas por ele a partir do lugar social que ocupava, e como lutou para modificar as relações de dominação buscando alternativas a elas. Expressa também a interação entre os modos de viver no campo e na cidade, indicando uma cidade que existia em função desse campo. Afinal, a sacaria com a qual lidava era constituída por produtos bem conhecidos por ele: “*Arroz, feijão, frigorífico, carne de frigorífico vinha também, né? Todas as sacarias que existia, todas as sacarias, mexia com tudo*”²³⁸.

A não submissão à disciplina imposta pela empresa fez com que voltasse ao campo para trabalhar na terra de um cunhado. Lugar onde ficou pouco tempo, retornando à cidade para trabalhar como carroceiro, fazendo entregas de produtos para empresas.

Esse ir e vir de trabalhadores do campo para a cidade e da cidade para o campo como estratégia de vida e de luta, também fazem parte das vivências de outros entrevistados. A entrevista com Wilson Borges, marceneiro aposentado que viveu com sua família no campo até os oitos anos de idade²³⁹, evidenciou esse movimento. Ao longo de sua narrativa ele foi produzindo, a partir das questões que fui lhe colocando, uma explicação sobre os motivos da vinda de sua família para a cidade:

Meu pai veio à busca de melhoria, né? Porque ele sempre foi lavrador. João Borges, Andrezina Fernandes Borges. Meu pai sempre foi lavrador. Eu me lembro muito bem que ele veio pra cidade uma vez, ele me conto, eu era pequeno, a gente quase não lembra, que ele veio pra cidade e cabou com tudo. Não tem experiência, o homem da zona rural ele vem pra cidade, ele não tem uma estrutura não é? Pra viver numa cidade, né? Aí ele veio, ele falou assim, ele falava pra mim “ó meu filho aquele senhor Lorentino eu oro muito por ele, porque – Alcântara – porque quando eu vim pra cidade que eu cabeí com os meus negócios tudo, não tinha nem nada pra vocês come, aí eu pedi a ele, calcei a cara e falei pra ele assim se ele permitia deu voltar pra fazenda. Ele falou que permitia sim”. Aí ele falou pro Seu Lorentino,

²³⁶ Ao falar sobre sua infância o senhor Josias narrou como desde a mais tenra idade já ajudava sua mãe descaroçando algodão para que ela tecesse no tear.

²³⁷ Para aprofundar as reflexões sobre este tema ver: THOMPSON, E. P. Tempo, trabalho e capitalismo industrial. In: _____. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 267-304.

²³⁸ Entrevista realizada com o Sr. Josias Vieira de Lima, 96 anos, em sua casa na cidade de Araguari no dia 5 de maio de 2011. (Falecido em 25/09/2011)

²³⁹ Muda-se para cidade por volta de 1952.

“ó Seu Lorentino eu num tenho um grão de arroz”, aí ele falou assim e eu quase choro, viu? Ele falou assim “ê, vai João, que hoje mesmo eu mando um pedido pra você”. Pedido de arroz que ele não tinha. Então eu, é isso. Então a gente participou disso aí.²⁴⁰

Embora o senhor Wilson fale de uma possível bondade do antigo patrão de seu pai, sem fazer referências explícitas aos interesses latentes nesse ato de aceitar o empregado de volta, ao trazer em sua narrativa memórias de vivências de sua família no campo, ele fala sobre as relações de dominação vividas pelos trabalhadores rurais nas décadas de 1940-1950.

Assim como o senhor Josias, também a família do senhor Wilson viveu esse processo de busca pela cidade como uma alternativa às relações de exploração que o trabalho no campo impunha aos trabalhadores. Suas idas e vindas expressam estratégias para a manutenção de alguma forma de autonomia sobre seus modos de viver e trabalhar. Suas narrativas refletem, portanto, como as relações de dominação, sejam elas no campo, sejam elas na cidade, são vividas.

Embora ao falar dessas experiências eles compartilhem de uma concepção ideológica de que o trabalhador rural não sabe viver na cidade, ao narrarem sobressai a luta travada pela manutenção de suas culturas. As diferentes “*experiências*” ou “*estruturas*” das quais falam – forjadas nas relações sociais vividas – e não a falta delas, entram em conflito com as relações de poder e exploração que estão sendo engendradas nos processos sociais de transformação do campo e da cidade. Assim, suas idas e vindas expressam a tensão entre diferentes modos de viver e trabalhar.

É o constante mover-se entre esses espaços que faz do campo e da cidade categorias indissociáveis, visto que são produzidos na inter-relação por sujeitos que os experimentam como constituídos e constitutivos de seus viveres. Por isso, concordando com Raymond Williams:

A vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e ideias, através de uma rede de relacionamentos e decisões.²⁴¹

²⁴⁰ Entrevista gravada com o Senhor Wilson Borges, 65 anos, na cidade de Araguari, no dia 14 de abril de 2011.

²⁴¹ WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**, na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 21.

São espaços vividos a partir de uma cultura de classe que se faz nas relações familiares, nos hábitos e costumes compartilhados com outros trabalhadores, nos espaços de trabalho ou de sociabilidades.²⁴²

É a partir dessa cultura que o senhor Wilson fala das experiências que viveu e narra sobre sua infância na Fazenda Fundão que ficava próxima da Estação Steversson²⁴³:

Então a estação lá até tá assim velha lá, então eu vivia ali. Eu nasci numa fazenda de lá pra cá, fica do lado direito mais abaixo. Eu me lembro muito bem que eu era criança pequeninha ainda e minha mãe falava assim, meu pai tirava leite, minha irmã, minha mãe com os meus irmãos falava assim, ela punha a farinha, farinha de mandioca mesmo, feita em casa e também o açúcar de fôrma e falava “vai lá pro seu pai tirar o leite”. Aí eu levava o copo e ficava no curral pequeninho e tomava o leite quentinho da vaca preta. E meu pai tirava cem litros de leite, cem litros de leite dessa fazenda do senhor Lorentino Alcântara, um homem muito bom, generoso, já falecido. Então ele tirava cem litros de leite com minha mãe, a minha mãe morreu com resguardo quebrado de tirar leite que dava a luz e tinha que tirar leite e molhava, morreu no sofrimento danado, ela ajudando meu pai, uma mulher trabalhadora²⁴⁴.

Embora o trabalho oferecido pelo patrão seja inicialmente apresentado como uma forma de doação, afinal, ele poderia dar ou não este que seria também uma forma de proteção, a primeira tentativa de seu pai de deixar o trabalho no campo estava ligada à vontade de romper com o “*sofrimento danado*” no qual viviam, ou seja, com práticas de dominação constituídas nas desiguais relações de poder com o patrão “*muito bom*” e “*generoso*” que tentava fazer dos atos de “caridade” formas de manter a exploração.

O elemento da contradição caminha junto com aquilo que seria a conformação: o patrão “*generoso*” que sem “ressentimentos” os aceitam de volta é o mesmo que os explora fazendo com que sua mãe tirasse “*cem litros de leite*” e morresse “*com*

²⁴² Nesse sentido, me aproximo das proposições de Fenelon, segundo as quais cultura é mais do que belas artes: “*É memória, é política, é história, é técnica, é cozinha, é vestuário, é religião etc. Ali onde os seres humanos criam símbolos, valores, práticas, há cultura. Ali onde é criado o sentido do tempo, do visível e do invisível, do sagrado e do profano, do prazer e do desejo, da beleza e da feiúra, da bondade e da maldade, da justiça e da injustiça, ali há cultura*”. FENELON, Déa Ribeiro. Políticas culturais e patrimônio histórico. In: DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1991. [Resoluções do Congresso “O direito à memória”], p. 31.

²⁴³ Localizada às margens da BR-050, tombada como patrimônio do município de Araguari, foi restaurada após a produção desta entrevista.

²⁴⁴ Entrevista gravada com o Senhor Wilson Borges, 65 anos, na cidade de Araguari, no dia 14 de abril de 2011.

resguardo quebrado de tirar leite que dava a luz e tinha que tirar leite e molhava... uma mulher trabalhadora”²⁴⁵.

Assim, as memórias do senhor Wilson expressam modos de trabalhar e viver que foram constituídos em uma cultura de classe: *“meu pai tirava leite, minha irmã, minha mãe com os meus irmãos falava assim, ela punha a farinha, farinha de mandioca mesmo, feita em casa e também o açúcar de fôrma e falava ‘vai lá pro seu pai tirar o leite’”*²⁴⁶. É a partir desta cultura de classe que serão produzidas estratégias de luta e também conformações que entrelaçam campo e cidade, transpondo as fronteiras artificiais que foram forjadas entre eles.

Ao sair da área considerada rural, esses trabalhadores passavam a construir suas relações na área considerada urbana a partir de seus modos de viver. Modos de viver que se firmavam em crenças, valores e sentimentos e que se (re)faziam nas relações de trabalho, de moradia e de sociabilidades que iam na contramão de códigos e intervenções projetados para o “ordenamento” da cidade.²⁴⁷

Por isso, importa refletir sobre como esses trabalhadores vão significando os processos históricos vividos em Araguari a partir dessas relações, ao mesmo tempo em que constroem, por meio delas, sentidos de pertencimento que vão muito além dos marcos que foram instituídos e das tentativas de controle sobre seus modos de viver.

Interessada em saber mais sobre o momento no qual o senhor Wilson, ainda criança, foi morar com sua família na cidade de Araguari procurei dialogar com ele sobre como era a cidade daquele período (início da década de 1950) e ele narrou:

Não lembro muito. Não, eu sei só que a cidade começou aqui na praça aqui na Igreja da Matriz, né? Até tem aqui no Arquivo Público aí a Juscelia mais a Aparecida, a menina Cristiane, a Raquel são pessoas que já até foram homenageada o trabalho tão perfeito que elas fazem. Então eu num me lembro muito bem, eu sei só dizer que aonde a gente fez a casa da gente na rua Natal Mujali a gente morou na Eurípedes Barsanufi no bairro Santa Helena. Meu pai até apossou dum terreno lá, então naquela época aí eu consegui construir uma casa na rua Natal Mujali que eu estou até hoje, aí eu me casei e mudei pra lá, a gente fez uma casa lá com todo o sacrifício e sou casado com a dona Maria José Peixoto Borges, linda, bonita, olhos verde e nós combinamos, nós

²⁴⁵ Entrevista gravada com o Senhor Wilson Borges, 65 anos, na cidade de Araguari, no dia 14 de abril de 2011.

²⁴⁶ Entrevista gravada com o Senhor Wilson Borges, 65 anos, na cidade de Araguari, no dia 14 de abril de 2011.

²⁴⁷ Ver Capítulo 2.

moramos é quarenta e quatro anos junto, tenho cinco filhos e uma neta...²⁴⁸

O senhor Wilson conhecia as intenções que permeavam o processo de produção de sua entrevista, por isso dialoga diretamente com elas colocando-se, assim como outros moradores com quem conversei informalmente ou mesmo com alguns dos quais gravei entrevistas, como não apto para falar sobre a cidade cujo marco de fundação é a “Igreja Matriz”, ou seja, a região central, ou zona especial como estabelecia a Lei nº 271 de 1923. Uma vez que esta história “oficializada” fala sobre vivências que lhes são estranhas, que pouco têm a ver com suas experiências, aptos a falar sobre a “história” da cidade passam a ser os funcionários do Arquivo Público Municipal.

Ele não lembra muito bem porque essa memória que se tornou pública distancia-se da cidade que conheceu em suas vivências. Outros são os “marcos” que fazem sentido em sua vida: o bairro onde vivia, o valor atribuído à moradia, a vida construída junto com sua esposa, a família que constituiu. Relações e valores pelos quais lutou a vida toda e partir dos quais tensionou e/ou se conformou às pressões vividas.

O enredo construído por ele fornece sentidos ao seu viver, que foi constituído nas relações desiguais de poder, e expressa como ele se colocava nessas relações. Isso pode ser percebido em sua narrativa quando, ao falar sobre o período no qual conheceu sua esposa, narrou:

E nesse período aí foi uma luta danada, então de pé no chão, levava, eu me lembro muito bem viu, que quando eu fui trabalhar na Garoti, que a Goroti é inovadora agora, primeiro era selaria, é um tal de cobrar dos outro, fulano falava “vem, vem sábado, vem depois, vem semana que vem”. Então eu trabalhei ali na serraria, na, na selaria, então era pesão no chão aí eu me lembro muito bem que eu fui trabalha lá e o senhor Garoti o senhor [*Evonerado?*] me arrumou trabalho e falou assim, “ó meu filho só que tem que de pé no chão você não pode trabalhar aqui”.

[...] Aí eu falei, e agora tá enrolado, aí ele pegou e falou “não, vou arruma um sapato pra você”. Sapato antigo de bico, de bico redondo e a gente quando é, é jovem a gente é assim, você diz é, como é que fala gente se que como se diz aparecer, né? Aí eu falei “ah não esse sapato aqui”, gostava de calçar pequeno aí ele pegou me arrumou um sapato marrom de bico redondo, aí eu calcei, e bermuda, até eu ganhei umas roupas...²⁴⁹

²⁴⁸ Entrevista gravada com o Senhor Wilson Borges, 65 anos, na cidade de Araguari, no dia 14 de abril de 2011.

²⁴⁹ Entrevista realizada com o Sr. Wilson Borges, 65 anos, na cidade de Araguari no dia 14 de abril de 2011.

Embora, mais uma vez, o padrão apareça em sua narrativa como uma pessoa “caridosa” – a ênfase está no ato da doação e não necessariamente que, naquele momento, esta se fazia necessária para que ele pudesse explorar sua força de trabalho – a luta “*danada*” era o elemento central na relação que o colocava socialmente entre as pessoas de “pés no chão”²⁵⁰. É por meio da luta, produzida na resistência, mas também nas conformações, que eram delineados os limites e pressões vividos nas práticas e estratégias de uma cultura de classe.

Assim, esse viver se fazia na contradição, na qual, se em alguns momentos modos de trabalhar e códigos sociais, que lhes eram estranhos, eram incorporados, em outros eram negados, tensionando, assim, de formas diferentes, as tentativas de dominação produzidas socialmente.

Nas memórias de outros narradores as constantes trocas de emprego podem ser interpretadas como forma de resistir às pressões produzidas e impostas nas desiguais relações de dominação enfrentadas. No enredo construído pelo senhor Josias, o trabalho em uma fábrica de macarrão e bolachas torna-se uma saída, não apenas à sobrevivência, mas à exploração que, embora continue se refazendo em outros espaços de trabalho, naquele momento, no qual era reconstruída em outra relação, transformava-se em uma possibilidade alternativa até o momento no qual novas pressões o conduzisse à busca por outro trabalho.

Nessa direção, chama atenção a forma como elaborou o enredo de sua narrativa dando destaque ao seu protagonismo em Araguari. A partir dos diversos trabalhos que realizou e de alguns acontecimentos que fornecem sentido para sua vida, ele vai construindo e projetando a forma como se colocou ou gostaria de ter se colocado na própria cidade. Ao narrar sobre os trabalhos que realizou ele se colocou na história de Araguari como um sujeito que não apenas viu acontecer as alterações pelas quais a cidade passava, mas que esteve envolvido nelas como agente dessa transformação.

A forma como se projeta em sua narrativa conduz seu interlocutor a vê-lo como um sujeito atuante, como alguém que tentava tomar para si o controle de seu viver, não

²⁵⁰ Essa foi uma prática recorrente entre os membros da classe trabalhadora. Tinham geralmente apenas um par de sapatos guardado para ocasiões especiais, como casamentos e batizados. Nas histórias que ouvi muitas vezes sobre minha família, uma delas foi sobre minha avó materna que só teve seu primeiro par de sapatos quando chegou à idade adulta.

sendo apenas um mero empregado da Fábrica de Bolachas e Macarrão “Trineiro”. Sobre seu trabalho nela ele narra:

Eu fazia de tudo. Era carpinteiro, eu era ajudante de caminhão pra leva mercadoria, trabalhava dentro também da, das máquina de faze macarrão e bolacha, essas coisas eu ajudava também, fazia de tudo.

Bom, dentro daquilo, trabalhando lá, lá tinha uma máquina de abana saco pra tira a farinha do saco de trigo, pregava no pano, né? E esticava bem, então veio uma máquina lá de São Paulo, ela era elétrica que ligava, batia e limpava cada pano que deixava limpinho, que dava pra aproveita. O dono da indústria falou comigo “Josias, você dá conta de fazer uma máquina dessa?” Eu falei “se você me der o material eu faço”. Porque precisa do material pra faze a, a máquina. Aí ele “é pra agora, vou compra agora”. E saiu, comprou os material e consegui, fiz a máquina, né?²⁵¹

Projetando sentidos para sua vida, o senhor Josias inverte a noção de dependência que perpassa a relação entre patrão e empregado. Ao se apresentar como um “faz-tudo” colocava-se como essencial dentro dessa fábrica. Portanto, não está ali apenas para cumprir tarefas, sua presença é um favor para o patrão que passava a depender de suas habilidades pessoais para alavancar seus negócios e que por isso atendia seus pedidos de forma rápida: “é pra agora, vou comprar agora”.²⁵²

Após conseguir construir uma réplica da máquina de limpar os sacos de farinha de trigo o senhor Josias foi enviado para prestar os mesmos serviços em uma filial localizada em Goiânia:

“Olha Josias agora você vai faze uma viagem, você vai pra Anápolis, você vai”. Anápolis não, é em Goiânia. Eu tô, a filial lá tinha uma filial deles também de macarrão também. “Você vai pra lá em, em função de serviço e além disso você vai leva essa máquina lá pra assenta porque lá não tem”, né? Aí eu fiquei uns quinze dias trabalhando lá, em Goiânia, vai ali naquele tempo tinha aerovia aqui. Ai “vai lá na praça, vai lá e tira passagem pra você ir de avião”. Aí ele achou graça e ele falou “ah, por quê?” “Olha seu José”, o dono da indústria lá chamava José, “eu tando no chão, eu vou de qualquer coisa, de carro qualquer coisa que for eu vou, mas lá encima eu não vou não”. Ele riu, achou graça, “então tá você vai de ônibus”, eu falei “bom”.

Eu fui pra lá pra assentá esses objetos, bom cheguei lá e fiquei lá, assentei uns vinte, vinte e cinco máquina de macarrão que todos de macarrão e assentei a circular, assentei o portão de entrada que ele fazia mais derrubava e arrumei umas máquina também de macarrão

²⁵¹ Entrevista realizada com o Sr. Josias Vieira de Lima, 96 anos, em sua casa na cidade de Araguari no dia 5 de maio de 2011. (Falecido em 25/09/2011).

²⁵² Entrevista realizada com o Sr. Josias Vieira de Lima, 96 anos, em sua casa na cidade de Araguari no dia 5 de maio de 2011. (Falecido em 25/09/2011).

que tava travada e dei uma corrigida nelas também, arrumei, né? Isso terminou tava com uns quatorze dias que eu estava lá, falei pro filho dele, falei “Zezinho como é que é, você que vai compra a minha passagem?” Eu era um atrevido. “Você que vai compra a minha passagem pra volta pra Araguari?” “ Não, você não vai agora não”. Brincando comigo também, né? “Você vai ter muito serviço ainda aí” Eu falei “não, não vou fica não, chega, chega.” “Se o senhor for voltar eu peço, agora mesmo chega aí”. Eu falei “não, eu vou lá pega”. “Então tá bom”. Foi lá e tirou a passagem pra mim de ônibus.²⁵³

Ao contrário da forma como o senhor Wilson fala dos patrões com os quais se relacionou, o senhor Josias em nenhum momento os apresenta como “bondosos”. A maneira como se coloca na relação com eles, negando a vontade pessoal do patrão, o qual passa a atender a sua vontade, seja comprando imediatamente o material do qual necessitava, seja providenciando passagens quando ele não queria mais ficar em Goiânia, indica como ele tensionava as relações de dominação às quais estava submetido. Era ele quem dizia “*chega, chega*” quando essas relações ultrapassavam os limites por ele aceitos.

Qualificou-se como atrevido porque era consciente das regras existentes na relação patrão/empregado, todavia, ao longo de toda a narrativa, e possivelmente ao longo de toda a sua vida, ele tentou inverter o trato de mando e obediência.

Os processos sociais vividos são, assim, tensionados nas narrativas que foram produzidas, ganhando relevância a forma como esses narradores, no momento da entrevista, buscaram se colocar como protagonistas na história. Nelas eles foram desfazendo consensos e descortinando alternativas que permitiram encontrar uma cidade que é plural. Desta forma, fazem pensar que, ainda que sejam os proprietários de estabelecimentos como esse que, ao longo do processo de produção de memórias que se tornaram públicas sobre Araguari, tenham ganhado destaque como “investidores” e “industiários”, emprestando seus nomes a ruas e praças, eles não estavam sós. Outros sujeitos produziam seus espaços na relação com aqueles que nela se fizeram dominantes. Suas narrativas levam a refletir que, embora as memórias dos trabalhadores tenham sido silenciadas, a cidade da “circulação” é a cidade constituída nas relações de trabalho.

²⁵³ Entrevista realizada com o Sr. Josias Vieira de Lima, 96 anos, em sua casa na cidade de Araguari no dia 5 de maio de 2011. (Falecido em 25/09/2011).

Nesse sentido, foi importante encontrar e refletir sobre o terreno comum que liga esses sujeitos, moradores/trabalhadores da cidade. Terreno comum que não diz respeito necessariamente à ocupação de um espaço físico/geográfico específico, mas sim, às experiências e valores de classe por eles compartilhados nesses espaços. É a partir desse terreno comum, desse lugar social, que eles também produziram, na relação com outras classes, memórias sobre Araguari.

Tendo conhecimento de que estava interessada em pesquisar sobre o que na cidade havia sido selecionado como símbolo de sua história, o senhor Wilson informou à pesquisadora que lhe entrevistava que iria colocar em seu programa de rádio uma gravação da sirene que tocava na Estação da Estrada de Ferro Goiás. Ao introduzir este tema propus dialogar sobre as lembranças que esta lhe trazia, e o diálogo aconteceu da seguinte forma:

A lembrança porque meu pai foi charreteiro ali quando ele veio da roça... Aí eu vim pra cidade com oito anos. Eu me lembro que ele era charreteiro. E lembro das oficinas também lá, né? Assim, eu fiquei conhecendo mais depois que o batalhão veio pra cá que ali foi uma grande oficina profissionalizante.²⁵⁴

Ao narrar o senhor Wilson fala sobre sentidos e valores que foram construídos a partir das relações e sentimentos vividos por ele enquanto filho de uma família de trabalhadores que utilizou os arredores dessa Estação para o trabalho no setor de serviços.

Assim, a Estação ganha significado para ele no trabalho realizado por seu pai e, mais tarde, em seu próprio trabalho aperfeiçoado nas oficinas onde trabalhou num tempo em que já não existia a empresa Estrada de Ferro Goiás, mas no qual aquele espaço continuava a ser utilizado. Isso indica que os significados atribuídos a este espaço podem ser muito mais diversos e complexos, não podendo ser reduzido à história da ferrovia, ou daqueles que trabalharam diretamente nela como ferroviários.

As fotografias a seguir contribuem para aprofundar as reflexões abertas a partir do diálogo com o senhor Wilson. Nelas evidencia-se a presença desses trabalhadores do setor de serviços que atuavam nos arredores das estações das estradas de ferro Goiás e também da Mogiana.

²⁵⁴ Entrevista gravada com o Senhor Wilson Borges, 65 anos, na cidade de Araguari, no dia 14 de abril de 2011.

Fotografia 17 – Estação Ferroviária da Estrada de Ferro Goiás - década de 1940.



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Araguari-MG. (nº 4.35).
Fotógrafo desconhecido.

Fotografia 18 – Estação Ferroviária da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro - ano: 1942.



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Araguari-MG. (nº 4.81).
Fotógrafo desconhecido.

A narrativa do senhor Wilson e a presença dos charreteiros nas fotografias acima levam a refletir sobre como as alterações introduzidas por essas empresas se fizeram presentes na própria composição social da cidade. As ferrovias atraíram para Araguari não apenas sujeitos que passaram a trabalhar nelas como ferroviários nos diversos setores dessas empresas – oficinas, almoxarifado, telégrafo, na linha, entre tantos outros –, mas atraíram também outros trabalhadores, diferentes sujeitos que, a partir de seus modos de viver e trabalhar, marcaram presença atuando ativamente na produção desse espaço.

Nessa direção, interessada em entender as relações vividas por esses sujeitos nesse espaço, dialoguei com o senhor Wilson sobre as lembranças que ele tem do trabalho que foi realizado por seu pai e ele disse:

Ah, eu lembro que ele, ele puxava gente pra ganhar o pão, né? Chegava o, os, como é que fala os P, chamava de P, né? Que é o passageiro... Quando chegava, vinha de Goiás, da Mogiana lá vem de cá de Ribeirão Preto, né? Fazia baldeação não sei se é em Campinas, aí vinha de São Paulo, maria-fumaça, aí chegava aqui e meu pai ficava lá pra pegar uma, um carre..., um, é frete, então, nós vivíamos disso.²⁵⁵

Suas memórias sobre o tempo do trabalho de seu pai, movido pelo tempo do trabalho das ferrovias, indicam não apenas a dificuldade enfrentada pelas classes trabalhadoras. Indicam, especialmente, como essas vivências se fazem no social a partir das necessidades que são criadas, seja da sobrevivência, seja das demandas das próprias empresas ferroviárias, e como essas vivências não podem ser deslocadas da historicidade das memórias que fizeram desse espaço da cidade um espaço também de trabalhadores.

Nessa direção, com a intenção de compreender os sentidos que esse espaço teve para outros sujeitos que tiveram suas vidas ligadas a ele, procurei pessoas que nele viveram e trabalharam, não sendo necessariamente empregados das empresas ferroviárias: pequenos comerciantes, donos de pousadas, bares, entre outros.

Nessa busca, conheci e produzi duas entrevistas com a Sra. Inês Aguiar Pinto. Conhecida como dona Nenê, filha e esposa de ferroviários, cuja família era proprietária do Hotel Aguiar, sendo ela mesma, depois de casada, dona da Pensão Alvorada, ambos

²⁵⁵ Entrevista gravada com o Senhor Wilson Borges, 65 anos, na cidade de Araguari, no dia 14 de abril de 2011.

localizados em frente à estação de passageiros da Estrada de Ferro Goiás. Sua narrativa expressa relações que se constituíram no entorno e em razão da ferrovia.

Para a entrevista, que foi realizada em sua casa em Uberlândia, cidade em que vive desde 1999, pedi a ela que mostrasse algumas fotografias do tempo em que viveu em Araguari²⁵⁶. Ao lhe indagar sobre quais memórias as imagens que ela havia escolhido lhe trazia, ela, mostrando a fotografia abaixo, diz:

Fotografia 19 – Hotel Aguiar - aproximadamente década de 1950.



Fonte: Acervo pessoal de Inês Aguiar Pinto. Fotógrafo: Geraldo Vieira.

Ah, traz muita lembrança porque, aqui embaixo tinha o bar ó e aqui ficava cheio de mesinha e aqui era muito movimentado, ficava cheio de rapazinho, nós passeava aqui, namorava. Aqui entrando ó, era um jardim grande que tinha no hotel, agora tá tudo cheio de ferro velho, e a gente ficava sempre por ali. Aí era o lugar de encontro durante a semana, a gente ia no cinema só nos domingos, no mais era aí que ficava.

[...] E a gente ficava passeando, fazendo vai e vem ali no jardim, pra lá e pra cá também. Agora o, durante a semana a gente ficava lá na porta de casa mesmo porque reunia muita gente lá e por causa da estação ser em frente, ficava cheio de carro, charrete, usava muita

²⁵⁶ Para as reflexões sobre o diálogo entre fotografias e narrativas orais foi importante ler: GRANET-ABISSET, Anne Marie. O historiador e a fotografia. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, v. 24, p. 9-26, jun. 2002.

charrete naquele tempo, então o povo ficava andando pra lá e pra cá, entre o nosso bar e a estação. Assim, fazia vai e vem por ali, a gente passava as tardes por ali mesmo, não saía não.²⁵⁷

Em sua narrativa dona Nenê, tendo como referência o Hotel Aguiar, situa o tempo do trabalho em seu viver, relacionado especialmente à estação de passageiros, como uma forma não apenas de ganhar a vida, mas como o lugar onde cresceu, brincou, namorou, fez amigos e também trabalhou junto com sua família.

A Fotografia 19, escolhida por ela para lembrar-se de suas vivências naquele espaço, foi produzida na década de 1950 pelo fotógrafo Geraldo Vieira. O foco de Vieira foi a rua vista a partir da praça da estação. Nela podemos ver muitas crianças, mas também homens, alguns que poderiam ser viajantes hospedados no hotel, outros, trabalhadores que viviam e/ou trabalhavam naquele espaço como pode ser evidenciado em suas roupas simples e ainda no homem que, mais ao longe, estava carregando ou descarregando a carga de seu cavalo como pode ser observado no recorte abaixo feito por mim a partir da ampliação do fundo inferior direito dessa mesma fotografia:

Fotografia 19a – Detalhe da fotografia 19.



Assim, se por um lado, para dona Nenê, essa fotografia é importante porque permanece como um registro das relações que viveu, simbolizadas nesse espaço, no qual morou e trabalhou durante muitos anos, por outro, percebo na forma como foi produzida a possibilidade de refletir sobre ele, enquanto um espaço vivido de diferentes formas por outros sujeitos.

²⁵⁷ Entrevista realizada com a Sra. Inês Aguiar Pinto, 82 anos, em sua casa na cidade de Uberlândia no dia 10 de junho de 2009.

Isso significa que, embora seja a partir desses espaços que algumas memórias foram escolhidas para compor versões sobre o passado da cidade que se tornaram públicas, eles também carregam marcas da dinâmica de um processo imerso em modos de viver que, ainda que tenham sido relegados a uma posição secundária, são fundamentais para a compreensão das vivências de trabalhadores na cidade de Araguari.

Nessa mesma direção, a entrevista produzida com o ferroviário aposentado Augusto Gilberto Tormim conduziu à reflexão sobre um enredo no qual vida e trabalho, assim como trabalho e cidade, não se dissociam.

Ao pedir para que falasse de sua vida em Araguari, uma vez que havia dito antes de iniciar a entrevista que nasceu e viveu toda sua vida nesta cidade, o Sr. Augusto narrou tendo sempre como referência seu trabalho: *“Eu morava, quando eu era criança, lá na esplanada da Goiás, porque o meu pai era ferroviário também”*²⁵⁸.

Sua narrativa começa e se encerra tendo como fio condutor um enredo no qual o tempo de sua vida liga-se profundamente ao tempo do trabalho na ferrovia. Na continuidade de sua fala à primeira pergunta, lançada por mim para iniciar nosso diálogo, sua narrativa evidencia o espaço saturado de memórias:

Eu morava lá [*referindo-se à esplanada da Goiás*], aí depois nós viemos aqui pra [*rua*] Joaquim Anibal quando o papai aposentou, viemos aqui pra Joaquim Anibal, ali em frente à Casa Aníbal [*extinta casa comercial da cidade que mais tarde deu nome a esta rua*]. Moramos ali algum tempo, o papai morou lá até falecer, né? Agora eu saí de lá quando casei, aí eu fui morar lá na rua Angelino Gomes, lá no centro. De lá eu fui lá pra Esplanada novamente, porque a ferrovia me forneceu uma casa e eu fui morar lá, uma casa boa. E eu fui morar lá, morei até aposentar. Quando eu aposentei dia trinta de setembro de mil novecentos e oitenta e três, eu comprei essa casa aqui. Reformei e vim pra cá. Demorei um pouco a vir porque eu estava arrumando, né?²⁵⁹

O senhor Augusto fala sobre um espaço de trabalho e de sociabilidades no qual construiu sua história e no qual retoma para dar sentido ao seu passado, assim como ao tempo presente no qual a entrevista estava sendo produzida. Foi nele que viveu toda sua vida, onde brincou, viu seu pai trabalhar, fez amizades, namorou, constituiu sua família,

²⁵⁸ Entrevista realizada com o senhor Augusto Gilberto Tormin, 75 anos, no dia 7 de dezembro de 2011, em Araguari.

²⁵⁹ Entrevista realizada com o senhor Augusto Gilberto Tormin, 75 anos, no dia 7 de dezembro de 2011, em Araguari.

criou seus filhos, compartilhou de longos anos com sua esposa e onde espera viver até seus últimos dias.

Enfim, um lugar constituído nos sentidos de pertencimento, no qual teceu uma rede de relações afetivas que foram engendradas não apenas ao longo do tempo, mas também a partir da própria produção que ele também empreendeu nesse espaço, por meio de seus sentimentos, valores e práticas sociais. Essas são marcas que caracterizam esse espaço como seu, e que vão muito além das edificações, embora estas também façam parte dos referenciais de seu viver.

Em conjunto com a narrativa do senhor Augusto, as fotografias a seguir, produzidas na década de 1950, possibilitam refletir sobre modos de viver de trabalhadores na Vila Goiás, vivências que provavelmente não se distanciavam muito do cotidiano de outras vilas que constituíam a cidade de Araguari.

Fotografia 20 – Vila da E. F. Goiás – década de 1950



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Araguari-MG. (nº 5.98).
Fotógrafo desconhecido.

Fotografia 21 – Vila da E. F. Goiás - década de 1950.



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Araguari-MG. (nº 5.98-1).

Fotógrafo: Desconhecido.

Ao capturar as particularidades de um fragmento do vivido, o fotógrafo trouxe para o foco diferentes modos de viver a cidade. As brincadeiras na rua, as conversas com os vizinhos, a espiada na janela para espreitar o fotógrafo que ali também estava a espreitá-los, trazem muito do dia a dia dos trabalhadores.

Evidencia a diversidade de sociabilidades constituídas na cidade e os múltiplos espaços nos quais estas sociabilidades eram vividas, possibilitando encontrar os trabalhadores – que tanto incomodavam os legisladores e os articulistas da Gazeta do Triângulo, entre tantos outros que desejavam “embelezar” Araguari – como sujeitos transformadores desta cidade.

A casa, de muros baixos e janelas para a rua, certamente não escondia o cotidiano da família que compartilhava com seus vizinhos expectativas e dificuldades semelhantes: a educação dos filhos, a alimentação, a luta por manter uma vida digna, embora as condições não fossem as melhores.

A ausência de homens em idade adulta indica como a rotina diária era vivida a partir do lugar que cada um ocupava como membro da família: os homens, neste caso, iam para o trabalho na ferrovia, enquanto as mulheres se responsabilizavam pela casa e pelos filhos, criando assim condições para o viver. Já as crianças possivelmente

ajudavam suas mães nas atividades domésticas ou mesmo cuidavam de irmãos menores.²⁶⁰

Nessa perspectiva, tornam-se importantes as reflexões produzidas por Luciana Lemos Pereira da Silva na monografia intitulada “A Vila Operária, um lugar da cidade”: memórias e experiências de trabalhadores ferroviários. Araguari-MG”.²⁶¹ Ao propor interpretar os significados construídos sobre as vivências desses sujeitos sociais moradores dessa vila, a partir dos sentidos que compõem em suas memórias sobre este viver, a autora contribui sobremaneira para a compreensão dos modos de viver e trabalhar desses sujeitos na cidade.

Em seu trabalho, o espaço da vila Goiás ganha maior visibilidade nas memórias das mulheres e esposas dos ferroviários. Por meio delas encontramos um espaço que não está apenas atrelado ao trabalho e ao rígido controle disciplinar imposto pela empresa. Elas falam do trabalho, mas tendo a família como referência. Em suas memórias a vida doméstica e as relações familiares e de vizinhança se organizam a partir das relações de trabalho, mas passam a organizá-las também.

A entrevista que Silva produziu com a senhora Olinda Squissato da Silveira, esposa de ferroviário, favorece o diálogo com as fotografias reproduzidas acima. Ao dialogar sobre a vida doméstica a senhora Olinda narra:

Ficava às vezes até quinze dias fora né? Mas deixava tudo arrumadinho pra mim, o pouco que tinha ficava tudo pra gente não passá falta né? E ele levava os mantimentos tudo nuns embornalzinhos, tudo que eu costurei... uns embornalzinho... ele colocava tudo os alimento pra levar também né? Aí voltava, era do mesmo jeito na volta, né? E eu ficava com essas criança aqui. E às vezes o gás acabava, eu mesmo pegava um prazinho em casa eu pegava o carrinho de pedreiro e ia lá no armazém buscar gás, às vezes tava chovendo e eu ia buscar mesmo. Então o que ele pôde fazer da parte dele com essa luta que foi muito grande e eu também contribui com tudo e... tive muita paciência e ele também... foi bastante sofrido mas hoje a gente agradece e põe as mãos pro céu, porque a gente venceu muito nesse trabalho dele né?²⁶²

²⁶⁰ Essa é uma realidade que pode ser inferida ao relacioná-la aos modos de viver das classes trabalhadoras. Para essas reflexões foi importante: HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura 1 e 2**. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Lisboa: Presença, 1973.

²⁶¹ SILVA, Luciana Lemos Pereira da. “A Vila Operária, um lugar da cidade”: memórias e experiências de trabalhadores ferroviários. Araguari-MG. 2008. 65f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

²⁶² Entrevista com a senhora Olinda Squissato da Silveira, 73 anos, realizada por Luciana Lemos Pereira da Silva em Araguari, no dia 20 de abril de 2007. SILVA, op. cit., p. 37-38.

A entrevistada narra tendo como referência as experiências que viveu como esposa de um trabalhador da ferrovia que realizava principalmente as funções de servente de pedreiro, auxiliar de serviços gerais, artífice e supervisor de obras. O trabalho que realizava o obrigava a viajar para efetuar reparos na linha de tráfego, fazendo com que ela ficasse sozinha por vários dias.

Sua narrativa explicita modos de viver delimitados pelas relações de dominação que buscavam submetê-los à exploração da empresa, mas que não podem ser restritos a elas, ganhando sentidos nas relações familiares nas quais eram criadas estratégias para a própria sobrevivência e que garantiam a organização e a permanência na vila.

Sendo assim, são os diferentes sentidos produzidos e atribuídos a esses espaços que encontrei nas memórias de sujeitos que viveram suas vidas entrelaçadas a eles que impedem de reduzi-los a um mero consenso e conduzem a refletir sobre eles levando em consideração essa multiplicidade.

Tendo em vista este horizonte de reflexão, as fotografias tornam-se suportes importantes que permitem refletir sobre como os trabalhadores se faziam sujeitos ativos na cidade a partir de seus modos de viver e de lutar.

Nessa direção, a fotografia abaixo da Praça Manoel Bonito, produzida no formato de cartão postal, contribui para aprofundar estas reflexões.

Fotografia 22 – Praça Manoel Bonito - década de 1950.



Fonte: Acervo do Arquivo e Museu Histórico Municipal “Dr. Calil Porto” (nº 5.32-4).
Fotógrafo: Foto Postal.

Pelo formato e perspectiva escolhidos, trata-se de uma fotografia que foi elaborada com a intenção de ser uma imagem “oficial” da cidade. Embora não tenha sido possível saber o alcance desta imagem, ela foi produzida para dar visibilidade à Praça Manoel Bonito como expoente representativo de toda Araguari. É uma imagem que projeta a cidade para fora e não para seus moradores.

Todavia, em que pesem as intenções que permearam sua produção, o que importa é que por meio dela faz-se possível aprofundar as reflexões sobre os processos vividos pelos trabalhadores na cidade, encontrando os sentidos desses espaços em suas vidas.

Nessa direção, chama atenção alguns elementos que compõem esta fotografia. Eles foram destacados por mim nos recortes abaixo:

Fotografia 22a - Detalhe 1 da Fotografia 22.**Fotografia 22b** – Detalhe 2 da Fotografia 22.

Embora não seja possível saber se o fotógrafo queria ou não registrar a presença de pessoas nesta praça, o fato é que elas estavam ali no momento em que a imagem foi capturada. Evidencia, assim, um espaço que não é apenas cenário, mas que é vivido.

No primeiro detalhe, é possível observar no canto inferior esquerdo duas mulheres em pé conversando; no chafariz estão também alguns homens em pé, enquanto outros estão sentados na mureta que o cerca. Há também inúmeras crianças brincando – algumas talvez sejam filhas dessas pessoas? Elas utilizam este espaço para suas brincadeiras, inclusive uma delas está dentro do chafariz – é possível ver apenas sua cabeça – o que indica que para elas ele não era apenas um equipamento para “embelezar” a praça.

No segundo detalhe, colocando em foco o canto inferior esquerdo desta praça, evidenciam-se vários homens adultos passando pela calçada, alguns sentados em seus bancos e outro, junto com algumas crianças, olhando na direção em que estava o fotógrafo. Nesta parte da praça localizava-se – e ainda localiza-se – um ponto de táxi, o que indica que este era um espaço produzido também pelas relações de trabalho.

As fotografias – e as narrativas – indicam que esses são espaços que congregavam diferentes práticas sociais. Por isso, embora os sentidos que lhes foram atribuídos tenham anulado a multiplicidade que os constituía, eles só podem ser compreendidos a partir da reflexão sobre a diversidade de modos de viver que neles foram produzidos.²⁶³

²⁶³ Para essas reflexões foi importante a leitura de: CALVO, Célia Rocha. Uma praça, numa cidade: patrimônio histórico e cidadania cultural. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006, p. 61-75. Neste texto, a autora aponta para a necessidade de refletir sobre a cidade a partir da

Nessa direção, ao observar esta e também outras fotografias, chamou atenção a quantidade expressiva de crianças pelas ruas e praças da cidade. Suas presenças e as memórias dos trabalhadores sobre a infância em Araguari conduziram o olhar a buscar como estes sujeitos, ainda meninos e meninas, vindos de famílias das classes trabalhadoras, também se faziam sujeitos ativos na produção desses espaços da cidade.

A Fotografia 23, reproduzida abaixo, guardada no Arquivo Público Municipal de Araguari como registro de um momento do calendário cívico ocorrido na década de 1950, oportuniza aprofundar essas reflexões. Nela é possível encontrar elementos que indicam um processo nada tranquilo de apropriação de seus espaços.

Fotografia 23 – Criança assistindo desfile cívico na Praça Manoel Bonito - década de 1950.



Fonte: Acervo do Arquivo e Museu Histórico Municipal “Dr. Calil Porto” (nº 5.121).
Fotógrafo: Geraldo Vieira.

A fotografia registra jovens alunos desfilando sob o sol do meio dia na Rua Dr. Afrânio, trecho onde se localiza a Praça Manoel Bonito. Possivelmente, a intenção do

forma como seus moradores se apropriam e imprimem significados a seus espaços a partir de sentimentos de pertencimentos que são forjados partindo de suas vivências e experiências sociais.

fotógrafo foi, evidenciando o contraste, denunciar a situação que não se encaixava nos padrões idealizados da época.²⁶⁴

Todavia, chama a atenção o modo como a desigualdade é registrada: o foco é o menino nu, desprovido, porém a imagem foi abertamente dividida, de um lado a organização e a disciplina, do outro uma população, composta por várias crianças também descalças, as quais parecem assistir ao desfile como um evento distante da realidade em que viviam. Evidências de modos de viver e de se fazer sujeito ativo na cidade, tensionando os projetos impostos pelos grupos que nela se faziam dominantes.

Nessa direção, a Fotografia 24 a seguir, assim como a anterior, também registrou a rua como espaço vivido pelas crianças das classes trabalhadoras. Embora a legenda da fotografia no Arquivo seja “Aparece Miguel Domingos de Oliveira²⁶⁵ lendo a Gazeta Esportiva”, acredito que o fotógrafo registrou muito mais que um homem público da época lendo seu jornal.

²⁶⁴ Sobre como as crianças foram tratadas no social, os projetos e imagens elaborados como soluções para a infância, especialmente da classe trabalhadora, ver: BRITES, Olga. Retratos de infância. Infância, história e fotografia: São Paulo nos anos de 1930. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras Histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d'água, 2006; _____. **Infância, trabalho e educação**. A Revista Sesinho (1947/1960). Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004; _____. **Imagens da Infância**. São Paulo e Rio de Janeiro, 1930-1950. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, v. 19, p. 251-264, nov. 1999.

²⁶⁵ Miguel Domingos de Oliveira foi prefeito de Araguari entre 1963-1966 e 1993-1996.

Fotografia 24 - Local não especificado - década de 1960.



Fonte: Acervo do Arquivo e Museu Histórico Municipal “Dr. Calil Porto” (nº 6.127).
Fotógrafo: Geraldo Vieira.

Em que pese o olhar do fotógrafo, ora de denúncia, ora condescendente, essas crianças viviam os espaços públicos das ruas e praças como partes de seus modos de viver e lutar.

A forma posada da fotografia, na qual, em primeiro plano, o menino trabalhador entrega o jornal a um homem, faz pensar que também havia a intenção de explicitar e, talvez, quem sabe, até servir como propaganda para a Gazeta do Triângulo o registro de seus ilustres leitores, visto que o fotógrafo Geraldo Vieira era amigo de Afif Rade, então proprietário do jornal. Porém, a maneira como a cena foi elaborada trouxe outros

elementos que poderiam ter ficado de fora: o menino com trajes modestos e pés no chão sugere os limites com os quais os trabalhadores da cidade tinham que lidar. Porém, partindo da visão da época, o foco também pode ter sido elaborado com a intenção de mostrar o que se esperava das crianças das classes trabalhadoras da cidade: que elas também fossem futuros trabalhadores ordeiros.

Buscando ultrapassar as possíveis intenções que levaram o fotógrafo a produzir estas fotografias, importa refletir sobre elas como evidências de modos de viver das classes trabalhadoras. Indícios de como o trabalho faz parte do viver desses sujeitos que, desde muito pequenos, ajudam seus pais nas tarefas diárias, contribuindo para a conquista do pão de cada dia.

Para isso foi importante construir um diálogo entre elas e as narrativas orais, buscando compreender como esses viveres, que ganharam espaço nessas fotografias, se articulam às temporalidades das memórias dos trabalhadores que entrevistei.

Nessa direção, dialogando com o senhor Wilson sobre os primeiros trabalhos que realizou, ele narra:

eu ajudei minha mãe a carrega lenha na cabeça no pasto da prefeitura aqui. A gente ia busca e tinha uma cruz, ela falava “meu filho vamo ajuda sua mãe busca lenha pra, pra lava roupa”. Nós levava água na cruz pra chove. Até no bairro Maria Eugênia tinha uma cruz lá, um cruzeiro, na saída do Capim Branco e “vamo lá pra ajuda seu pai pra gente compra roupa pra vocês, compra lençol, vira”. Então ela comprava, não tenho vergonha de fala e nem pode tê porque tem gente que só, eu não sou bem de vida, sou um cara rico, milionário porque não tem dinheiro, mas tem humildade, é mais do que tê dinheiro, então quero tê, né? Quero tê humildade, eu peço a Deus. Então ela falava assim, aí ela comprava saço de açúcar daqueles fino e fazia é camisa, é bermuda, lençol, vira.²⁶⁶

Assim como o pai, sua mãe surge em suas memórias a partir da lembrança do trabalho. Mãe que, se no campo trabalhava não só em casa, mas também em outros afazeres como o da ordenha, continuou a trabalhar na cidade entre outros ofícios exercendo a atividade de lavadeira.

É importante destacar que, ao se recordar das atribuições que desempenhava junto de sua mãe, ajudá-la em seus afazeres fazia parte da vida doméstica. E é a partir desse viver que os espaços da cidade ganham sentido: a lenha buscada no “*pasto da*

²⁶⁶ Entrevista gravada com o Senhor Wilson Borges, 65 anos, na cidade de Araguari, no dia 14 de abril de 2011.

prefeitura” para ferver a água na qual a roupa seria lavada; o costume de levar água na cruz que ficava “*no bairro Maria Eugênia*” para pedir a Deus chuva; o trabalho de lavadeira de sua mãe, de onde vinha o dinheiro para comprar “*sacos de açúcar daqueles finos*” para que ela mesma costurasse as roupas de toda a família.

É nessa direção que, ao refletir sobre como os trabalhadores se colocaram nesse processo de alterações em seus modos de viver, procuro me aproximar das proposições apresentadas por E. P. Thompson que, ao trabalhar as mudanças dos padrões de vida no fazer-se da classe operária inglesa, coloca a experiência humana como fundamental para compreender as transformações nos viveres desta classe.

Segundo Thompson, é a experiência que permite superar a dicotomia entre estrutura e processo histórico, assim como, romper com a supremacia da determinação econômica. A partir da experiência, é possível compreender como os sujeitos elaboram e reelaboram seus modos de viver juntamente com seus valores. Assim, compartilhando desta perspectiva é que compreendo que é a partir de como as pessoas vivem suas experiências que as transformações vão sendo engendradas, e não simplesmente devido a uma estrutura de poder, como se esta fosse capaz de determinar, de maneira cabal, o viver desses sujeitos no social.²⁶⁷

As relações desiguais de poder que permeiam seus viveres enquanto trabalhadores eram vividas em suas experiências e transformadas a partir delas por meio do trabalho, mas também nas relações familiares, nas crenças e nos valores que buscam preservar, explicitando como se faziam e se fazem sujeitos da história na e a pesar da dominação. Ou seja, a partir de uma consciência afetiva e moral, afinal, como propõe E. P. Thompson,

as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e dos seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas.²⁶⁸

²⁶⁷ Cf.: THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. v. 2.

²⁶⁸ THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: _____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**; uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 189.

Tendo em vista este horizonte de reflexão, interpreto a narrativa da senhora Cleusa Aparecida Vieira dos Reis como evidência de um processo social no qual construiu suas experiências a partir da cultura da classe trabalhadora. Referindo-se a outra temporalidade – década de 1960 – ela narra sobre sua infância e sobre os trabalhos realizados nos espaços da cidade como constitutivo de uma dinâmica que era também familiar:

Minha mãe era lavadeira. Lavava roupa em casa. Eu me lembro que a gente era criança, né? Tinha meus oito anos, nove anos, minha mãe e a gente atravessava a avenida pra buscar mala de roupas pra lavar, aquelas malona na cabeça, a gente buscava de manhã, à tarde levava aquela mala de roupa eu mais dois irmãos que eram os mais velhos, né? A gente carregava aquelas malas de roupa na cabeça e ela lavava roupa a semana toda, de segunda a sábado ela tava lavando roupa.²⁶⁹

Assim como a narrativa do senhor Wilson, a narrativa da senhora Cleusa indica como as experiências de trabalho de crianças nas famílias de trabalhadores era uma realidade que fazia parte da própria organização familiar²⁷⁰. Todavia, para além de apontar que esta era uma realidade comum nessas famílias, importa refletir como esses sujeitos vão se fazendo presentes na cidade a partir de seus modos de viver, e como fazem dela um campo de possibilidades para sobrevivência e para manutenção de suas culturas.

No tempo de sua infância, a senhora Cleusa morava nas proximidades do Córrego Brejo Alegre, espaço que surge em suas memórias como lugar de moradia, de brincadeiras e de trabalho, e que pode ser interpretado também como uma fronteira social: “a gente atravessava a avenida pra buscar mala de roupas pra lavar”²⁷¹. Esta fronteira era “atravessada” para chegar ao “outro lado”, à área considerada central, buscada por ela e seus irmãos como um espaço de trabalho. Espaço que em sua narrativa remete também a lembranças do seu tempo de infância:

Eu lembro que a gente era criança então era brejo, a gente atravessava ia pro brejo brincar. O córrego era um brejo, né? A gente ia pro brejo brincar e ali eu fiquei ali é, é, até os dez anos, aí dos dez anos eu fui

²⁶⁹ Entrevista realizada com a senhora Cleusa Aparecida Vieira dos Reis, 54 anos, no dia 28 de janeiro de 2013, em Araguari.

²⁷⁰ Para essa reflexão foi importante a leitura de THOMPSON, E. P. Padrões e experiência. In: _____. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 179-224. v. 2. Neste texto, Thompson faz pensar sobre a necessidade de enxergarmos para além dos padrões e da estrutura, as experiências dos sujeitos com os quais trabalhamos.

²⁷¹ Entrevista realizada com a senhora Cleusa Aparecida Vieira dos Reis, 54 anos, no dia 28 de janeiro de 2013, em Araguari.

pra rua Tamandaré que é duas ruas pra frente também, bem pertinho lá também, aí da Tamandaré foi onde eu saí de lá com quinze anos e fui lá pra Santa Helena.²⁷²

Nas memórias dos trabalhadores esses são espaços públicos vividos por eles como lugar de moradia, trabalho e sociabilidade. Por isso, seus significados estão profundamente vinculados aos sentidos de vida socialmente constituída nas relações de classe, nas diferenças e diversidade produzidas na circulação, assim como, na permanência; no trabalho, no lazer, na religiosidade, enfim, em práticas que, produzidas socialmente, definem a centralidade do lugar. Silenciar sobre esses sentidos significaria silenciar também sobre as diferentes formas que diferentes pessoas têm de significá-los e de neles se fazerem sujeitos na história.

Nessa direção é que se fez relevante refletir sobre como as transformações impostas a esses espaços de vida coletiva modificam também o sentido de público e, conseqüentemente, as práticas sociais neles construídas.

Essa foi uma questão fundamental que nasceu principalmente do diálogo com o barbeiro Nivaldo Alves da Silva. Ao iniciar a entrevista com ele solicitei que falasse sobre como é para ele trabalhar em Araguari, cidade na qual exerce a profissão de barbeiro há mais de cinquenta anos e ele narrou apresentando uma imagem positiva sobre a cidade:

Araguari é uma cidade tranquila, é, população muito ajeitada, muito boa, Araguari é tranquilo. Muito boa a cidade pra se viver. Sempre morei aqui, fiquei apenas alguns anos fora, mas mais de cinquenta anos vivendo aqui em Araguari. Então, Araguari para mim mesmo é tranquila, a cidade muito boa pra se viver.²⁷³

Todavia, em que pese essas qualidades destacadas por ele, quando pergunto sobre algumas fotografias antigas – produzidas entre 1920 e 1950 – da Praça Manoel Bonito, da Igreja Matriz, da Rua Marciano Santos e da Praça Getúlio Vargas, que estavam afixadas nos espelhos da barbearia, indagando-lhe o porquê da escolha desses espaços, o senhor Nivaldo passa a falar de uma cidade que se transformou, uma cidade bonita e tranquila, mas que não é mais a mesma.

²⁷² Entrevista realizada com a senhora Cleusa Aparecida Vieira dos Reis, 54 anos, no dia 28 de janeiro de 2013, em Araguari.

²⁷³ Entrevista realizada com senhor Nivaldo Alves da Silva, 69 anos, no dia 30 de agosto de 2011 em Araguari.

Inicialmente ele afirma ser coincidência a escolha de fotografias desses períodos, sua intenção era apenas “*mostrar o que era Araguari no passado e hoje olhando o que é Araguari do presente*”²⁷⁴. No entanto, ao dialogar com ele sobre as transformações pelas quais a cidade passou o senhor Nivaldo fala sobre as seguintes mudanças:

Parece que Araguari era uma comunidade assim que cê tinha mais amizade, você conhecia todo mundo, você tinha um relacionamento melhor. Hoje infelizmente é cada um pra si e num tem aquele, aquela comunhão que tinha no passado. Araguari era assim, eu creio que no passado era bem melhor do que hoje no presente.²⁷⁵

A princípio, sem compreender o que o senhor Nivaldo estava querendo me dizer, quis inferir se não seria devido ao crescimento populacional da cidade, no entanto, as mudanças às quais se referiu vão muito além disso, indicando transformações que levaram à perda de reconhecimento social. Falava sobre mudanças que fizeram o espaço público deixar de ser o espaço do encontro entre pessoas, que passam a se fechar em suas casas ou em outros espaços privados:

Era, assim, de fato Araguari era bem menor, nessa época de, de sessenta, setenta Araguari era tinha cinquenta, sessenta mil habitantes, então era mais no miolo, mas não mudou tanto assim também não. O tamanho da cidade, ela deve ter dobrado também a população dela dessa época pra cá, mas naquele tempo existia mais amizade, a gente sentia que existia mais amizade, Araguari não tinha tanta a televisão porque hoje a televisão tirou o povo da rua, então chegou seis horas da tarde todo mundo vai vê novela, ninguém convive mais com, com, com os vizinhos, não existe isso mais hoje, mas antigamente sim a gente tinha mais comunhão com todo mundo.²⁷⁶

Isso fez pensar que aqueles eram seus espaços de sociabilidade e trabalho e que por isso tinham significados profundos para ele: durante trinta anos a barbearia na qual trabalha localizou-se na Praça Manoel Bonito, depois foram mais dez anos na rua Rui Barbosa e agora está ele ali, trabalhando há dezessete anos, na rua Marciano Santos, espaço também considerado centro da cidade, mas o qual procurou devido o aumento nos preços dos aluguéis nas proximidades da Praça Manoel Bonito.

²⁷⁴ Entrevista realizada com senhor Nivaldo Alves da Silva, 69 anos, no dia 30 de agosto de 2011 em Araguari.

²⁷⁵ Entrevista realizada com senhor Nivaldo Alves da Silva, 69 anos, no dia 30 de agosto de 2011 em Araguari.

²⁷⁶ Entrevista realizada com senhor Nivaldo Alves da Silva, 69 anos, no dia 30 de agosto de 2011 em Araguari.

Todavia, embora permaneça nesses espaços eles são vividos no tempo da produção da entrevista de forma diferente. Transformados em espaços de circulação, negam a convivência social, estimulando o individualismo, sendo um dos seus indícios o ato de se fechar em casa em frente à televisão, afastando-se de amigos e vizinhos.

São as transformações nesses modos de viver que levam o senhor Nivaldo a lamentar as reformas que foram empreendidas na Praça Manoel Bonito:

A praça Manoel Bonito era uma das praças, era uma das praças mais lindas daqui da região, não tinha outra igual. Hoje não, hoje é, sei lá, não sei nem, pra a gente, nem atravessa ela mais [inaudível], atravessa ela tranquila, bonita, sentar, os bancos bonitos pra você sentar a tarde, uma árvore, arvoredado, tudo, hoje não tem nada, não tem nem lugar pra você sentar.²⁷⁷

Possivelmente a praça bonita e agradável de permanecer à qual se refere é aquela que aparece na fotografia 22 reproduzida anteriormente, um espaço que, por diversos motivos, congregava e acolhia diferentes pessoas. Assim, sua narrativa expressa como foram experimentadas essas intervenções nos modos viver. Dentre elas está a reforma que foi empreendida nesta praça no início dos anos de 1960. Durante o governo de Miguel Domingos de Oliveira (1963-1967) foi contratado o arquiteto João Jorge Coury que, inspirado pelo modernismo, retirou a fonte luminosa, ergueu um palco elevado, retirou o jardim e as árvores, redesenhando uma praça na qual não havia mais espaço para permanência²⁷⁸.

O fazer-se desses sujeitos nos espaços públicos da cidade, enquanto espaços que constituíam em suas relações de trabalho e de sociabilidades, foi um tema que me acompanhou ao longo da produção das entrevistas e que emergiu também das fotografias pesquisadas. Essa percepção fez pensar como as intervenções nesses espaços significavam, sobretudo, intervenções nos modos de vivê-los, afinal, era nos espaços

²⁷⁷ Entrevista realizada com senhor Nivaldo Alves da Silva, 69 anos, no dia 30 de agosto de 2011 em Araguari.

²⁷⁸ Este é um processo que não ficou restrito a Araguari. As reformas nas praças aconteceram em várias cidades. Sobre elas ver: GUERRA, Maria Eliza Alves. **As “Praças Modernas” de João Jorge Coury no Triângulo Mineiro**. 1998. 180 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, 1998. Importa destacar que, em outra temporalidade – década de 1980 –, essa e outras praças foram utilizadas por outros trabalhadores como seus espaços de sociabilidades. Isso permite inferir que embora sejam impostos projetos e tentativas de intervenção na cidade, estes não são assimilados e vividos por todos da mesma maneira. Sobre isso ver as reflexões presentes no primeiro capítulo desta tese. Ver Fotografia 9 reproduzida no Capítulo 1, feita após as reformas empreendidas no início da década de 1960.

públicos, espaços de vida coletiva, que esses sujeitos reafirmavam seus modos de viver, colocando em disputa os sentidos atribuídos aos espaços da cidade.

Assim, para além da circulação, dos negócios e da “ordem”, também o senhor Augusto Gilberto Tormim narra sobre a Praça Manoel Bonito como um de seus espaços de sociabilidade:

A gente, quando era rapazinho, a gente quando era assim: domingo a gente futiava, né? Colocava um terninho e descia pra lá, eu tinha meus amigos, né? E chegava e encontrava lá e as moças ficam fazendo vai e vem ali na, em frente ao Palace Hotel, aquela coisa, ia até o Rex e voltava e a gente ficava lá plantado lá na rua. Chegava até a interditar pra num passar carro.²⁷⁹

Assim como para o senhor Nivaldo, o senhor Augusto fala sobre espaços públicos de convivência social, nos quais foram produzidas sociabilidades e, como veremos a seguir, também diferenças sociais, que dizem respeito a muitos moradores/trabalhadores de Araguari, para além de outros significados que se fundamentam nas memórias dos grupos que se fizeram dominantes.

Assim como esses narradores, também o senhor Wilson significou esses espaços a partir das sociabilidades vividas neles. Ao dialogarmos sobre o que havia para fazer na cidade nos momentos de lazer, ele disse:

Demais aqui, a gente ia no cinema mais pobre aqui, porque tinha o Rex que é onde da pessoa mais rica e o Lux.

[...] Eles chamavam de pulguento.

P: O Lux?

É, pulguento dos pobres, e aqui da classe mais alta. Eu vinha aqui pro, a gente ia pra fazer bagunça, fazer bagunça e arruma namorada. Assobiava. Aí eu lembro muito bem quando aquelas máquina de roda filme aí rebentava, né? Aí nós gritava “tá roubando hein”, rebentava, né? A gente já sabe que eles tava roubando, mas eu num acho que é isso não. Aí então eu participei muito aqui no Lux.

P: E tinha diferença de valor na entrada do Lux pro Rex?

Ah tinha, porque aqui da classe mais...²⁸⁰

²⁷⁹ Entrevista realizada com o senhor Augusto Gilberto Tormim, 75 anos, no dia 7 de dezembro de 2011, em Araguari.

²⁸⁰ Entrevista gravada com o Senhor Wilson Borges, 65 anos, na cidade de Araguari, no dia 14 de abril de 2011.

A forma como reelabora em suas memórias as experiências que viveu reafirma o lugar social que ocupa enquanto trabalhador, evidenciando diferenças sociais que se fazem também nos espaços de vida coletiva, sejam eles públicos ou privados.

Tendo como referência que o momento de sua juventude – década de 1960 – coincidiu com um período no qual ainda eram comuns bailes no Clube Recreativo²⁸¹, especialmente os bailes de carnaval, fiz referência a eles perguntando ao senhor Wilson se ele tinha algo a dizer sobre eles e nosso diálogo se deu da seguinte forma:

Ah, demais, os carnaval aqui era demais.

P: E aí vocês iam também, ou também era mais dividido?

Não, no carnaval eu, eu carnaval ficava na rua, na rua Rui Barbosa, o carnaval era na Rui Barbosa, na época do lança perfume.

P: Mas, e ao mesmo tempo acontecia os bailes no Recreativo? Aí era mais caro?

Recreativo, inclusive o carnaval era um, um, o carnaval o, o não era o Recreativo lá, Recreativo é o é o espera aí eu tô me trocando as bola. Recreativo num é o que tem ali encima?

P: Isso, mas parece que ele era na esquina de baixo, né?

Pois é, na esquina aqui na esquina aqui ó, aqui que era o Recreativo, aí o pessoal no carnaval tinha aquelas banda, então eu não entrava lá, pobre, né? Pé no chão, como é que eu vou entra?²⁸²

A forma como insinuei uma possível importância desse clube fez com que o narrador concordasse com minha fala. Afinal, se eu, enquanto pesquisadora, estava perguntando sobre o clube, isso seria possivelmente um sinal de que ele não poderia negar tal importância. Assim, embora inicialmente não negue seu valor, a forma como dialogou comigo neste momento fez pensar, novamente, como não é possível impor um consenso, assim como recolocou como central a importância do espaço público como o espaço no qual a vida coletiva ganha sentido para as classes trabalhadoras.

Por isso, a tentativa de impor a ele regras por meio de códigos, normas, regulamentos, intervenções e reformas, higienizando-o, disciplinando-o, reproduzindo nele fronteiras sociais que exprimem diferenças classistas.

²⁸¹ O salão do Clube Recreativo de Araguari localiza-se na Praça Manoel Bonito e apareceu diversas vezes ao longo da pesquisa como um espaço importante na cidade; logo descobri que, embora seja referência nas memórias da maioria dos moradores com os quais dialoguei, nem todos tiveram acesso a ele da mesma forma.

²⁸² Entrevista gravada com o Senhor Wilson Borges, 65 anos, na cidade de Araguari, no dia 14 de abril de 2011.

Desse modo, sua narrativa traz à tona também referências culturais articuladas às suas experiências e consciência de classe. Para ele é claro o motivo pelo qual não frequentava o Cine Rex e não participava do carnaval no Clube Recreativo: estes eram espaços reservados “*a pessoa mais rica*”, pobre não entrava lá²⁸³. Por isso tem dificuldade em recordar do Clube Recreativo, uma vez que ele não fazia parte de suas vivências, mostrando que em suas memórias o espaço mais importante continua sendo a rua, espaço que naquele período ainda guardava um sentido de público enquanto espaço de todos.

Porém, essa experiência de desigualdade não se dava apenas nos espaços privados, ela alcançava também os espaços públicos e estão presentes nas memórias dos moradores da cidade, independentemente do lugar social que ocupavam.

Ao dialogar com dona Nenê sobre o período em que viveu em Araguari, ela, voltando-se para sua infância, diz:

Ah, quando a gente era criança que, que é, a gente brincava muito, as ruas eram sem calçamento e a gente brincava muito na rua. Meninas com meninos jogando bola, correndo atrás, machucava muito os pés com prego, com caco de vidro que tinha na rua, isso tudo lá pra nós era normal. Agora depois que agente ficou moço o nosso passeio lá era ir na praça Manoel Bonito e lá ficava assim: três repartições, uma dos ricos, outra dos médios e outra dos pobres. Então os, a gente ficava fazendo vai e vem ali no jardim era o passeio nosso e às vezes ia no cinema, mas não todo o domingo porque os pais não deixavam. Era, ia na sessão das seis, nove horas terminava, e pra ir no cinema aquele tempo os moços tinham que por terno, gravata, num era como hoje que andam mal arrumando não.

[...]

P: Como que era esse...

Era assim: a calçada onde tem as lojas andava os ricos, no meio da rua andava os médios e os pretos, os mais pobres andava na calçadinha da praça Manoel Bonito, assim, era três pistas, mas tudo junto. Você entende como?

P: Entendo.

Aqui era as lojas, aqui era a rua larga e aqui era outra calçadinha onde andava os pobres e os pretos. Ficava passeando pra lá e pra cá, pra lá e pra cá, era o passeio que existia.²⁸⁴

²⁸³ Importa dizer que tanto o Cine Rex quanto o Clube Recreativo funcionavam em prédios localizados na Praça Manoel Bonito.

²⁸⁴ Entrevista realizada com a Sra. Inês Aguiar Pinto, 82 anos, em sua casa na cidade de Uberlândia no dia 12 de julho de 2011. Também o Sr. Augusto Gilberto Tormim, 75 anos, entrevistado por mim em Araguari no dia 7 de dezembro de 2011, narrou sobre essa separação entre pobres e ricos, negros e brancos.

Suas memórias trazem lembranças de vivências em Araguari nas décadas de 1940 e 1950. De brincadeiras de infância nas ruas de chão que circundavam a estação de passageiros da Estrada de Ferro Goiás. Na convivência com as crianças da vizinhança, não parece haver em suas memórias nenhuma diferença de classe, gênero ou etnia. Porém, ao se tornar moça, seu passeio deixou de ser feito nas ruas de seu bairro, sendo direcionado para um espaço no qual as diferenças sociais vividas marcam fortemente suas lembranças, assim como um dia marcaram fortemente suas vivências. Essas são lembranças que a incomoda e isso fica claro por ter iniciado sua narrativa a partir dela.

O enredo que construiu colocou em foco vivências permeadas por experiências de desigualdade. Ao falar sobre as igrejas nas quais costumava ir à missa, prática que durante o período escolar se constituía em uma obrigação para as alunas do colégio Sagrado Coração de Jesus, dona Nenê narra:

A igreja que nós frequentava era aquela [*referindo-se à capela que ficava dentro do colégio Sagrado Coração de Jesus*], tinha missa seis horas da tarde, antes, no meu tempo de estudante mesmo a missa era às oito horas, às sete horas da manhã era a missa pros pobres, porque as freiras tinha um colégio que chamava São Luiz que era tocado por freiras também, é tipo de uma filial, e tinha esse colégio grande que a gente estudava que tem essas meninas aí, atravessava a rua assim do lado de baixo, ainda tem lá, tinha uma escola que chamava São Luiz. Então a missa das sete horas era pra essas crianças mais pobre e a missa das oito era pras meninas do colégio²⁸⁵.

Sua narrativa evidencia um viver marcado por limites de classe e é a partir desses limites que percebe seu lugar social, e como ele não era único. Nessa direção, tanto dona Nenê quanto o senhor Wilson, embora tenham ocupado lugares sociais diferentes na cidade e, portanto, também vivido experiências diferenciadas, expressam em suas narrativas um ponto de fusão, memórias compartilhadas que se encontram também em outros suportes de memórias produzidas sobre Araguari²⁸⁶. Desta forma, mais do que interpretações sobre o passado, suas memórias expressam as marcas e os limites dessas práticas sociais em suas vidas.

Não era apenas a escola São Luiz que atendia “*essas crianças mais pobre*” das quais dona Nenê se lembra. Conversando comigo sobre seu tempo de infância, o senhor Josias fala de uma realidade compartilhada por muitos filhos de trabalhadores:

²⁸⁵ Entrevista realizada com a Sra. Inês Aguiar Pinto, 82 anos, em sua casa na cidade de Uberlândia, no dia 12 de julho de 2011.

²⁸⁶ Aqui me referencio em fotografias produzidas sobre a cidade e que estão sendo discutidas ao longo deste capítulo.

Eu tive aqui dois mês aqui na casa da minha vó, mãe da minha mãe, na praça Nader, Na, dos turcos, é Nader, onde é aquele prédio antigo. Dois meses de escola meu pai, e eu era o caçula, precisava ajudar meu pai, porque era de família pobre, trabalhava pra se manter, então eu tinha que tá junto com ele trabalhando, então precisavam de mim, tiraram da escola.²⁸⁷

Em sua narrativa, o senhor Josias traz a lembrança de haver estudado em uma escola da qual não recordava o nome, possivelmente pelo curto tempo em que nela esteve ou por realmente não ter tido um nome:

Não, num tinha nome, eu vou te contar, citá onde que era ali a escola, você sabe a escola, a casa do, do pai do [inaudível] Nader? É perto lá da praça... Do lado de baixo, era uma casa velha de assoalho, a escola era naquela casa, montada ali. Então ali eu tive dois mês de escola.

Só tinha uma lousa, um livro e um caderno. O livro quando estudei pelas primeiras vezes ainda tinha caricatura nas costas do livro com o nome Rosinha, como é que era? Chardoca Rosinha Inhanhá. Era uma caricatura que tinha nas costas do livro. Chardoca Rosinha Inhanhá, era meu livro, era mulequinho assim, né? Calcinha três quarto, andava descalço, compreendeu?²⁸⁸

Devido à diferença de idade, não é possível inferir se esta é a mesma escola na qual estudou o senhor Wilson. Todavia, em sua narrativa ele também fala do tempo no qual estudou em uma escola localizada na mesma praça. Sem ser indagado sobre isso, ele mesmo toma a iniciativa de falar de sua escola dizendo: “*Eu estudei também na escola São João*”²⁸⁹. O que me fez perguntar: São João? Levando à seguinte fala:

Estudei na escola São João aqui na praça Farid Nader perto da, da maçonaria. Eu me lembro muito bem, também até nessa época foi a primeira escola que eu estudei. É meninoti. É meninoti. Aqui, eu tinha um pezão no chão, a dona Lourdes falava assim, eu e meu primo, meninada tudo pobre, ela falava “ô Wilson, vai busca o pão pra nós, porque cê anda de pressa”. Eu punha um saco nas costas, branco, da escola e vinha aqui na Padaria das Família. É uma coisa que a gente não esquece. Tinha baia, muito cavalo, era carrinho de padeiro, de cavalo, hoje não, hoje tá moderno. Então ela falava, “busca o pão” e eu, ó, ia de pezão no chão e falava agora eu vou comer rosca com chá. Então foi tudo isso.²⁹⁰

²⁸⁷ Entrevista realizada com o Sr. Josias Vieira de Lima, 96 anos, em sua casa na cidade de Araguari no dia 5 de maio de 2011. (Falecido em 25/09/2011).

²⁸⁸ Entrevista realizada com o Sr. Josias Vieira de Lima, 96 anos, em sua casa na cidade de Araguari no dia 5 de maio de 2011. (Falecido em 25/09/2011).

²⁸⁹ Entrevista gravada com o Senhor Wilson Borges, 65 anos, na cidade de Araguari, no dia 14 de abril de 2011.

²⁹⁰ Entrevista gravada com o Senhor Wilson Borges, 65 anos, na cidade de Araguari, no dia 14 de abril de 2011.

Ao narrar sobre as escolas que frequentaram trazem à tona outros espaços que faziam parte de seus viveres. Embora a escola São João não exista mais fisicamente, a Praça Farid Nader, conhecida como Quebra-Pedra – por ter sido o lugar onde foram instaladas máquinas para produzir blocos de pedra para o calçamento das ruas da cidade –, surge em suas memórias como um espaço produzido também a partir de suas práticas sociais. Afinal, eram para eles espaços de estudo, de convivência, outras vezes de sobrevivência, onde comiam “*rosca com chá*”.

Importa problematizar, também, que as mesmas instituições de ensino que para uns, como dona Nenê, significaram um tempo da infância no qual se dedicaram aos estudos, para outros remetem a um tempo de trabalho. Logo que começou a trabalhar como carroceiro fazendo entregas, o senhor Josias encontrou outro emprego, então, no colégio Regina Pacis, localizado na Avenida Minas Gerais. Sobre esse trabalho ele narrou:

Aconteceu um fato que o padre diretor de lá precisou de uma pessoa porque o que tomava conta do açougue, porque naquela época isso foi pra mais de sessenta tinha o colégio aqui e tinha os internos, estudante, quatrocentos internos na época. Então lá nesse Regina aí tinha lavanderia, tinha farmácia, tinha padaria lá do coisa e tinha uma lagoa com os pato também, então e conversando com esse cunhado meu, diretor o padre precisava do, do açougueiro porque tinha aquela despesa tudo dentro lá do e nessa chácara dele lá que fornecia a, a vaca e o porco que tirava de lá pra tira pra cá, né? Eles precisava de um açougueiro pra cuidar daquilo pra esse monte de gente pra dá de come. Meu cunhado conversando com o padre diretor falou pro, pro padre “olha eu tenho um cunhado meu que é capaz de faze esse serviço que você tá precisando aí”. “É melhor traze ele aqui, eu preciso de uma pessoa”. Aí chegou lá combinei com o padre pra mexe com açougue, mas num só mexia com açougue não, acabava de faze o açougue, lavava o açougue, passava [inaudível] e ia faze compra pros padres, né? Faze compra pros padres. Tinha naquele tempo lá era um fogão econômico gastava muita lenha, tinha cinza todo dia, tinha que tira cinza do fogão pra leva lá, pra por lá encima na [inaudível] pra, pra desocupa o fogão.²⁹¹

No diálogo com ele, percebi que suas obrigações extrapolavam aquela para a qual fora contratado, o que despertou o interesse em compreender se todos aqueles trabalhos eram realizados por ele. Isso fez com que ele passasse a narrar sobre as pressões que lhe foram impostas:

²⁹¹ Entrevista realizada com o Sr. Josias Vieira de Lima, 96 anos, em sua casa na cidade de Araguari no dia 5 de maio de 2011. (Falecido em 25/09/2011).

É tudo, fazia faxina.... mas hoje eu vou te conta um fato, então lá e tinha um rapaz que fazia o serviço um dia sim no outro dia era eu que fazia isso também lá no colégio, e eu chego no refeitório de manhã um dos colegas de trabalho falou “o padre diretor tá ali nervoso com você”. Eu falei: “Ué mais por que será que ele tá nervoso comigo? Eu num dou nenhum motivo, vou lá fala com ele”. E fui. Fiquei lá e comecei a conversa e nós começo a andá envolta do prédio do colégio: “padre num foi eu que fiz o carro que tirou as cinzas não, foi o Oswaldo”. E ele não queria aceita, não queria aceita que fosse o Oswaldo, tinha que ser eu. E nós discutia envolta do prédio, a aí me perdi a paciência e falei: “padre quando o empregado não tá bom no lugar o patrão despacha, eu tô saindo do colégio”. Ah, foi como dá uma paulada no padre. Depois de tudo ajeitado o padre fazia aquilo. Ele pensou naquilo “não, eu não ti dou as suas conta”. Aí ele volta pra trás e “num te dou as suas contas”. Eu falei “Dá. Num dá de um jeito dá de outro”.

Então ele jogou encima de mim, queria que fosse eu, que eu não fiz o serviço. Aí aconteceu essas coisas ali. Falei “padre eu vou te conta, num fico mais no colégio não”. Mais aí já foi tarde de mais, né? Aí os empregados meus colegas de trabalho falou “não sô, não sai, você tá de cabeça quente, cê tá empregado, fica quieto, não sai”.

Saí. Toda vida eu tive muita opinião, né? Aí saí. Saí, no dia do pagamento peguei o pagamento, no outro dia nove horas mandaram ir atrás de mim lá “fala pro padre, já falei pro padre que não ia, eu não vou”. Ficou. Tinha um crescente aqui dessa igrejinha...

P: Tinha um o quê?

Um crescente da capelazinha que era pequeno então eu tive que fazer um aumento. Então o engenheiro que pegou o serviço lá eu trabalhava com ele lá, nesse serviço lá. E eu tava chegando lá e o padre diretor me viu lá “não cê num vai trabalha, cê vai trabalha lá no açougue”. “Não vou padre, eu vou trabalha aqui”. Naquele tempo eu era custoso, né?²⁹²

No momento da entrevista, enquanto (re)elabora em suas memórias as experiências que viveu, o senhor Josias escolhe se colocar como o agente principal da história. Não importa se trata-se de uma instituição que teve sua memória cristalizada na cidade como tradicional, tão pouco se são padres que estão envolvidos nas relações conflituosas. Ao narrar ele toma as rédeas de sua história, colocando em segundo plano a primazia que foi dada a esta instituição nos critérios de escolha que a transformaram em um marco de memória para a cidade.

Em sua narrativa as instituições de poder aparecem em uma relação conflituosa, evidenciando, assim, como os valores impostos por elas entravam em tensão com os interesses e modos de viver dos trabalhadores que, se em alguns momentos resistiam às

²⁹² Entrevista realizada com o Sr. Josias Vieira de Lima, 96 anos, em sua casa na cidade de Araguari no dia 5 de maio de 2011. (Falecido em 25/09/2011).

pressões impostas, decidindo que o melhor era “*ficar quieto*”, em outros agiam como um “*custoso*” e lutavam contra a dominação imposta pedindo “*as contas*” e procurando outro emprego.

Para além da teimosia, adjetivo que atribui a si próprio ao longo de sua narrativa, o senhor Josias recoloca no centro das reflexões a memória como um lugar de disputas. Assim como naquele presente ele enfrentou uma relação de dominação, que tentava anulá-lo enquanto sujeito ativo daquele processo social, ao narrar, mais uma vez ele disputa seu direito ao passado como alguém que jamais aceitou a dominação como algo natural.

Por meio das memórias do senhor Josias, fui encontrando, também, diferentes espaços e pessoas que foram selecionadas a partir da década de 1980 como importantes para a história da cidade. Porém, em sua narrativa eles são colocados em segundo plano, para que ele possa se tornar protagonista de sua própria história.

Fazendo referência a uma fábrica de pedras para calçamento das ruas, que foi instalada em Araguari, o senhor Josias fala sobre o convite que recebeu para nela trabalhar antes de fechar seu armazém, ou seja, antes de ter trabalhado na fábrica de macarrão “Trineiro”:

É que eu vim, eu pus um armazém ali na praça da Matriz e isso anunciou era [inaudível] sujeito bom, prosa boa, um dia veio conversa comigo: “seu Josias vou monta uma indústria aqui, você não quer trabalhar comigo não?” “Trabalho”. Eu falei por fala. Eu tinha, eu tava mexendo com armazém ainda e esse homem sumiu, foi lá pra Belo Horizonte mexeu pra lá até que ele veio de volta, demorou tempo, eu já tinha acabado com o meu armazém. [...] e ele chega lá na minha casa a tarde, ele chegou e disse pra mim “bem, como é que é, vamos trabalha? As maquina tão chegando”. Eu falei “vamos”. Eu já tava desiludido mesmo, aí eu tive que trabalha. Ele pegou e alugou o barracão lá perto do Supermercado União na Avenida Bahia, né? Então eu preciso que você vai mexer com aquilo lá. Ele fez umas propostas muito boa na época. Ele foi e fez eu ir pra casinha velha que eu arrumei lá por causa dessa indústria que eu tô te contando agora. Que ia faze? Arrumei a casinha pra fica perto do trabalho, né? Bom, aí começou, arranjou um empregado que foi comigo pra nós monta o barracão onde ia começa a indústria dele. Tá lá, não tinha na época, aí naquele tempo aqui não tinha CEMIG não, era PRADA, ainda era a, a companhia que era PRADA, então foi na PRADA pra eles liga a força pra eles mexe com o movimento lá da indústria, a PRADA não quis fornecer a força pra gente.

P: Por quê?

Ruindade, ruindade, sem mais e sem menos. Bom, aí quê que ele fez? Ele foi e comprou um motor e nós ligou a motor quando eles ia no

barracão tocava as máquinas a motor, tocava a motor a força. Bom, aí veio as máquina pra faze, pra começa, pra faze aqueles ladrilhos na Rui Barbosa. Aquele tipo que tem ali de calçada na Rui Barbosa era daquele tipo. Então eles tinha muito ideal, né? Pros cataco dele pra aumento pra indústria dele. Mas começava a não querer bater e tinha uma máquina que ponha aqui e saía umas quinze pedra dentro de três minutos daquilo. Aquelas pedra saía o tanto que dava, tirava do tanque lá e ia pro depósito e já ia pra calçá rua. Mas muito bem, as máquina chegou eu já tinha arrumado o que tinha de arruma pra servi das coisas. Eu trabalhei uma semana de experiência nessa máquina pra sair as quinze pedra, tinha que sair as quinze pedra, né? Saía dez, saía oito, saía nove, então era uma semana de experiência. Num saía, até que no fim da semana numa sexta-feira saiu as quinze pedras. Pede pra registra a indústria que saiu as pedras, saiu e saiu. E o Eduardo Rodrigues da Cunha aquela época era prefeito daqui, era fazendeiro foi lá, ele não quis assina a escritura também.²⁹³

O enredo que construiu sobre este momento de sua vida indica como interpreta uma relação de poder que é desigual. O senhor Josias era consciente do lugar que ocupava nesta relação com um patrão que “*tinha muito ideal... pros cataco dele pra aumento pra indústria dele*”²⁹⁴. Embora já estivesse “*desiludido*” ele tinha que trabalhar por isso aceita o convite para este novo emprego no qual volta a ser um “faz-tudo” trabalhando desde a construção do barracão até a produção dos blocos de pedra.

Mais uma vez, colocando-se como sujeito na história, o senhor Josias, ao elaborar ao longo da narrativa sua experiência social, traz à tona outras disputas de poder que se faziam na cidade, denunciando as ações daqueles que em sua visão tinham autoridade para interferir sobre as práticas de outros sujeitos.

De certa forma, ao mostrar sua contrariedade com as decisões que foram tomadas pela companhia que fornecia eletricidade e pelo próprio prefeito, a narrativa do senhor Josias leva a refletir sobre a possibilidade de questionar não só as ações desses sujeitos, mas inclusive as memórias que se tornaram pública sobre eles e que os transformaram em sujeitos importantes pelo fato de terem estado envolvidos nas modificações e “melhorias” empreendidas sobre a cidade.²⁹⁵

²⁹³ Entrevista realizada com o Sr. Josias Vieira de Lima, 96 anos, em sua casa na cidade de Araguari no dia 5 de maio de 2011. (Falecido em 25/09/2011).

²⁹⁴ Entrevista realizada com o Sr. Josias Vieira de Lima, 96 anos, em sua casa na cidade de Araguari no dia 5 de maio de 2011. (Falecido em 25/09/2011).

²⁹⁵ No livro “Araguari: cem anos de dados e fatos” são listados aqueles que seriam os principais feitos dos prefeitos municipais e, entre estes, ganha espaço Eduardo Rodrigues da Cunha, que foi prefeito de Araguari de 1955 a 1957 pela “Coligação Democrática de Araguari”, aliança entre PTB, PSD, PR e PSP. Ver: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI **Araguari: cem anos de dados e fatos**. Araguari: Edição Prefeitura Municipal de Araguari, 1988, p. 39-40.

Interessada em compreender sua visão sobre essa atitude tomada pelo prefeito da época, lhe pergunto quais seriam os motivos para que ele negasse a liberação dos documentos e nosso diálogo segue da seguinte forma:

Ruindade, perversidade porque era fazendeiro e num interessava muito pela cidade e nada, tinha as fazenda pra lá, aqui era assim naquela época, né?

P: Isso foi quando?

Ah, foi agora, foi quase uns setenta é que ocorreu isso aí. Aí ele já tinha gastado uns trezentos contos lá e aquela coisa toda ele falou “Josias eu tô indo pra Jundiá, São Paulo, vamos embora pra lá?” “Pra São Paulo eu num vou não”. Arrancou tudo e foi embora, compreendeu? E perdeu isso tudo, né? Porque é igual, é igual aqui, na época tinha um doutor aqui que foi prefeito a dezenove anos.

P: Quem?

Há dezenove anos.

P: Como ele chamava?

Ele era prefeito, né?

P: O senhor lembra o nome dele?

Lembro, Jehovah Santos. Jehovah Santos, né? Então a Coca era pra ser aqui, de Uberlândia, dentro do Bosque aqui, né? Então e aquela rua da Matriz que vinha no Bosque era de chão, a companhia também fazia aquele serviço, compreendeu? E montava a Coca dentro desse parque por causa de quatro anos de isenção de imposto foi feita isso lá em Uberlândia, levou a Coca pra lá, isso é o passado de Araguari, compreendeu? Então, nós podíamos ter uma boa cidade, aqui que é minha terra, adoro isso aqui, nasci aqui, adoro Araguari, mas infelizmente nós num temos pessoas competentes pra tomar conta disso aqui, é onde falta muitas coisas pra nós e deixa o que tem, deixa tirá pra fora.²⁹⁶

Minhas reflexões sobre as experiências de exploração, vividas por ele e por outros trabalhadores na relação com fazendeiros, conduzem a ver que, não era apenas por ser fazendeiro, mas era a relação de dominação patrão/empregado que era saturada pela perversidade de um sistema contra o qual o senhor Josias passou toda sua vida lutando.

Ao narrar, ele recolocou disputas que foram silenciadas pela versão da história que foi instituída, e ao mesmo tempo reinventou caminhos alternativos, por meio dos quais outra história seria possível. Desta forma, retirou do pedestal os grupos que se fizeram dominantes na cidade trazendo para o “chão” os significados e consequências

²⁹⁶ Entrevista realizada com o Sr. Josias Vieira de Lima, 96 anos, em sua casa na cidade de Araguari no dia 5 de maio de 2011. (Falecido em 25/09/2011).

que essas relações desiguais de poder tiveram para sua vida, assim como, para a própria cidade.

Ao mesmo tempo, ao expressar a maneira como percebia as relações de dominação, recusou e se afastou de práticas que se impuseram como dominantes. No lugar de uma história na qual a cidade aparece em uma evolução constante, o senhor Josias expôs jogos de poder que colocavam em primeiro lugar interesses particulares, em detrimento de interesses coletivos.

A temporalidade à qual se refere, especialmente em relação ao governo do prefeito Jeovah Santos, quando diz que foi “*há dezenove anos*”, não condiz cronologicamente com o período em que este esteve no poder²⁹⁷. O tempo da minha vida e inclusive da minha pesquisa, em descompasso com o tempo da vida do senhor Josias, possivelmente foi o gerador dessas dificuldades em lembrar de datas²⁹⁸. Todavia, mais importante do que os eventos são os significados que lhes são atribuídos. Quando ele falava sobre esses eventos, o mais relevante foi a forma como os interpretava e como se inseria neles.

À sua maneira, o senhor Josias, narrando sobre a luta travada por meio do trabalho, forneceu sentidos inclusive à disputa regional acirrada que existe entre as cidades de Araguari e Uberlândia, na qual Araguari sai perdendo, segundo ele, porque não teve “*pessoas competentes pra tomar conta disso aqui*”.²⁹⁹

Enquanto narrava buscando dar sentido ao seu passado, assim como, ao seu presente, o senhor Josias produziu uma memória que não é apenas individual, mas principalmente social. A forma como interpretou, e ao mesmo tempo se colocou nos processos sociais que produziram a história da cidade, dizem muito sobre a forma como ele se via nesse social e como este poderia ser diferente se outros projetos não tivessem sido vencedores.

²⁹⁷ Jeovah Santos foi prefeito de Araguari de 1934 a 1944 e de 1959 a 1963. Cf.: GALERIA de Prefeitos de Araguari. Disponível em: <http://www.araguari.mg.gov.br/2012/index_historia.php?pg=ex-prefeitos>. Acesso em: 18 out. 2013.

²⁹⁸ PORTELLI, Alessandro. O momento de minha vida. Funções do tempo na História Oral. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). **Muitas Memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2000, p. 296-313.

²⁹⁹ Entrevista realizada com o Sr. Josias Vieira de Lima, 96 anos, em sua casa na cidade de Araguari no dia 5 de maio de 2011. (Falecido em 25/09/2011).

Quando o senhor Josias disse: “*isso é o passado de Araguari, compreendeu?*”³⁰⁰, seu questionamento à pesquisadora se havia compreendido o que ele havia narrado fez pensar como esse passado, sobre o qual ele escolheu narrar, foi produzido nas tensões e disputas que permeiam as relações que são de classe.

As vivências que emergiram nas memórias que foram elaboradas nas entrevistas e também nas fotografias rompem com a cidade “ordenada” e sem conflitos que as versões que se tornaram públicas tentaram hegemonizar. Nessas linguagens, os sentidos do passado pluralizam-se ao evidenciar valores, sentimentos e modos de viver que foram relegados a um esquecimento socialmente produzido no interior das disputas pelas memórias e pela própria cidade. Por isso, levam à compreensão de que o “*conhecimento do passado e do presente também é produzido no transcorrer da vida cotidiana*”.³⁰¹

³⁰⁰ Entrevista realizada com o Sr. Josias Vieira de Lima, 96 anos, em sua casa na cidade de Araguari no dia 5 de maio de 2011. (Falecido em 25/09/2011).

³⁰¹ GRUPO Memória Popular. Memória popular: teoria, política, método. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’água, 2004, p. 284.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido até aqui foi traçado com a intenção de problematizar o processo que instituiu socialmente memórias e esquecimentos sobre a cidade de Araguari. O objetivo foi desvendar a produção de uma história que durante tantos anos gerou em mim estranhamento e a sensação de não fazer parte deste lugar – pelo menos não na versão que foi “oficializada”.

Dentre os caminhos que poderia seguir, optei por retomar a década de 1980, refletindo sobre ela como um período de transformações que indicavam a multiplicidade de vivências que constitui a cidade. Para isso, voltei-me para o centenário de Araguari em 1988, um momento de comemorações no qual algumas memórias foram escolhidas para serem ativadas enquanto outras foram deixadas em segundo plano.

Essa opção conduziu a uma teia de relações que se constituíam nas disputas que se faziam sobre a cidade e também sobre seu passado. Conduziu também a outras temporalidades que indicaram caminhos para refletir sobre a produção de memórias públicas sobre Araguari. Ao mesmo tempo, a leitura dos materiais pesquisados a contrapelo, possibilitou problematizar marcos de memórias que foram construídos ao longo do tempo.

Para isso busquei, nos mesmos suportes que foram por diversas vezes utilizados para consagrar uma versão da história de Araguari, brechas para encontrar neles outras memórias e histórias vividas nesta cidade. Viveres que foram produzidos nas relações entre diferentes classes sociais e que apontaram outros sentidos para os processos históricos vividos nesta cidade, para além daqueles que foram selecionados como *a* história de Araguari.

Essa proposta foi traçada no diálogo com abordagens teórico-metodológicas que propõem trazer à tona

outras histórias da realidade social, valorizar novas temáticas, desconstruir periodizações consagradas em arranjos oficiais que, em nome de um bem geral e da harmonia social, pretendem uniformizar contextos históricos, extirpando da história tensões, conflitos, padrões e valores alternativos.³⁰²

³⁰² MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras Histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'água, 2006, p. 5.

Foi nessa direção que, ao refletir sobre o processo de produção de memórias que se tornaram públicas, foi possível compreender como as disputas por memórias não podem ser desvinculadas das disputas pela própria cidade. Esta opção levou também às reflexões sobre como a cidade é produzida socialmente e como as intervenções sobre seus espaços são também tentativas de intervenção sobre os diferentes modos viver de seus moradores, especialmente dos trabalhadores.

Essas disputas se refazem no tempo e no espaço, visto que a cidade é uma produção social dinâmica que está em constante transformação. Por isso, para compreender sua natureza histórica foi necessário refletir sobre ela como o lugar da pluralidade e da diferença, no qual diferentes sujeitos contribuíram para sua produção a partir de seus modos de viver e de trabalhar que tensionavam – e ainda tensionam – os projetos de intervenção que busca(va)m “ordená-la”.

Para isso, o desafio que se fez constante foi o de apreender a categoria cidade como proposto na introdução do livro “Muitas Memórias, Outra Histórias”:

para além de suas manifestações políticas e culturais (no sentido tradicional dos termos), alcançando-as em suas direções pouco visíveis e excluídas da história conhecida, mas presentes nas memórias de seus habitantes e passíveis de serem capturadas em seus equipamentos, seus monumentos, seus espaços...³⁰³

Para enfrentar esse desafio, foi necessário assumir a perspectiva na qual as fontes pesquisadas são compreendidas como linguagens produzidas socialmente. Portanto, expressões de experiências sociais e que, por isso, não são apenas documentos que comprovam, mas expressão de relações e de acontecimentos vividos³⁰⁴. Essa postura conduziu à necessidade de compreender e problematizar os interesses que as produziram, como uma forma de fugir das armadilhas das macro-explicações e revelar a dialética da produção do conhecimento.³⁰⁵

Todavia, ao escrever estas últimas linhas deste texto recoloca-se a reflexão sobre as dificuldades em tentar colocar um ponto final no processo de conhecimento. Afinal,

³⁰³ FENELON, Déa Ribeiro. Introdução. In: _____ et al. (Org.). **Muitas Memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2000, p. 9-10.

³⁰⁴ MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras Histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'água, 2006.

³⁰⁵ Conforme: THOMPSON, E. P. Intervalo: a lógica histórica. In: _____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 47- 62.

se este é entendido como um constante fazer-se significa que não se encerra aqui. Desta forma, não cabe a pretensão de considerar como simplesmente resolvida a temática pesquisada. As questões presentes nesta tese podem ser refeitas por outros pesquisadores, de modo diverso em outros momentos e com outros interesses.

Importa dizer que, pessoalmente, trata-se do encerramento de um ciclo que teve início ainda quando ingressei na graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Aquele foi o passo inicial que considero ter sido um dos mais importantes da minha vida e que chega ao seu término, abrindo, ao mesmo tempo, outras possibilidades que naquele momento jamais haviam sido imaginadas.

Por esse motivo, considero significativo “fechar” este período de minha vida com a produção desta tese, na qual busquei expressar este processo de amadurecimento intelectual e humano. Ao escrever estas últimas linhas, percebo que, parte daquela estranheza da qual falei ao longo dos capítulos que se seguiram, já estavam presentes naquela menina que reencontro em minhas lembranças, caminhando pela primeira vez pelos corredores do Bloco H da Universidade Federal de Uberlândia.

Trata-se da produção de um trabalho acadêmico, mas que jamais esteve desconectado das minhas vivências enquanto filha de uma família de trabalhadores e da professora de história que me tornei atuando na rede estadual de ensino de Minas Gerais. Desta forma, procurei não separar o trabalho intelectual de minhas vivências, delineando assim minha forma de conceber o trabalho do historiador sem desvinculá-lo do compromisso com o social e com o tempo presente.

Quando amadureci as reflexões que estavam sendo produzidas ao longo da pesquisa, me enxergando também como parte da história dessa cidade sobre a qual escrevia, foi que percebi que o mais importante não era fazer simplesmente um inventário das diferenças, mas sim buscar outro olhar para compreender a dinâmica do processo histórico vivido na cidade de Araguari.

Por isso, mais que trabalhar novos temas e abordagens, busquei propô-los tendo como horizonte as transformações no presente e a possibilidade de construção de um futuro diferente.

À vista disso, ao concluir este trabalho, importa apontar as possíveis contribuições que por meio dele foram abertas. No tempo de sua produção, os espaços que nesta tese surgiram nas disputas pela cidade ganhavam visibilidade a partir de

práticas de preservação e de revitalização que, a partir da década de 1990, foram estimuladas pela Prefeitura Municipal de Araguari.

Nessa direção, chama atenção o fato de que aquele espaço, que durante décadas foi alvo de regulamentações, que dentre outras intenções buscavam impedir o estabelecimento de moradias de trabalhadores, foi transformado em uma zona de tombamento e de preservação ao patrimônio histórico – ZTPPH.

De acordo com o parágrafo primeiro do artigo 64 do Plano Diretor de 2004:

A ZTPPH [Zona de Tombamento e Preservação do Patrimônio Histórico] compreende as áreas de preservação ao Patrimônio Histórico, tendo grande relevância para a história do Município e, todo o projeto de construção no seu entorno estará sujeito à aprovação, pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, segundo legislação específica, sendo representada pelo entorno da Praça Padre Nilo Tabuquini e Rua Aurélio de Oliveira, entorno da Praça Manoel Bonito e complexo da antiga Estação Ferroviária³⁰⁶.

Não por acaso, são os mesmo espaços da zona especial, os mesmos que foram referenciados nos marcos selecionados e publicizados em 1988. Isso indica um processo que se refaz nas disputas pela cidade e que está em constante movimento de transformação. Indica também uma tentativa de produzir um centro histórico para a cidade. Todavia, este seria valorizado a partir de quais critérios?

Assim, mais que conclusões, o ponto de chegada desta tese indica caminhos para repensar como vem sendo tratado o chamado patrimônio histórico-cultural de nossas cidades, afinal, este é um patrimônio de quem? Para quem?

As contradições que acompanham as possíveis respostas a estas questões, além de apontar para novas possibilidades de pesquisa, indicam, sobretudo, a necessidade de repensarmos – nós professores de história, historiadores, técnicos do patrimônio e demais intelectuais que trabalham direta ou indiretamente com esta temática – como temos lidado com a produção do conhecimento histórico, o direito à memória e à diferença.

Afinal, quais caminhos de reflexão e de prática política os trabalhos que produzimos e as escolhas que fazemos ao ensinarmos e “divulgarmos” a história, seja em sala de aula ou fora, tem apontado no sentido de superação de versões que apenas

³⁰⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI. Lei complementar nº 34, de 28 de dezembro de 2004. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDU do Município de Araguari. Araguari, 2004.

reiteram marcos de memória que silenciam sobre a pluralidade que constituem o viver de homens e mulheres?

Essas são inquietações que ainda permanecem na finalização deste trabalho e acredito que continuarão a me acompanhar. Isso porque, mais do que respostas, o que propus foi apontar e refletir sobre problemas para os quais não há uma fácil solução e que são recolocados de formas diferentes ou mesmo semelhantes ao longo do tempo.

ACERVOS E FONTES

Fotografias:

- Acervo fotográfico “Geraldo Vieira” – 1935-1975. Acervo do Arquivo Público Municipal e Museu Histórico “Dr. Calil Porto”.
- Acervo pessoal da senhora Inês Aguiar Pinto.
- Outros fotógrafos – 1920 a 1960 e década de 1980 – Arquivo Público Municipal e Museu Histórico “Dr. Calil Porto”.

Jornais:

- Jornal Gazeta do Triângulo (1937 a 2000) - Arquivo Público Municipal e Museu Histórico “Dr. Calil Porto”.
- Jornal Diário de Araguari – Arquivo Público Municipal e Museu Histórico “Dr. Calil Porto”. (A pesquisa perpassa vários números publicados entre os anos de 1990 e 2000)
- Jornal Botija Parda – Arquivo Público Municipal e Museu Histórico “Dr. Calil Porto”. (A pesquisa perpassa vários números publicados entre os anos de 1970 e 1990)
- Jornal de Domingo (2001, 2003, 2004 e 2006) – Arquivo Público Municipal e Museu Histórico “Dr. Calil Porto”.

Revistas:

- Revista dos Estados, Rio de Janeiro, n. 407, ago. 1955.
- Revista Roteiro, Araguari, de agosto 1998 a agosto de 2003.

Atas da Câmara Municipal - Acervo do Museu da Câmara Municipal de Araguari:

- Livro nº 6: 03/03/1950 a 22/08/1952
- Livro nº 7: 29/07/1952 a 24/04/1956

- Livro nº 8: 09/04/1956 a 13/10/1959
- Livro nº 9: 13/01/1959 a 15/12/1962
- Livro nº 23: 01/02/1983 a 12/09/1983
- Livro nº 24: 19/09/1983 a 22/05/1984
- Livro nº 25: 29/05/1984 a 20/04/1985
- Livro nº 26: 07/05/1985 a 25/03/1986
- Livro nº 27: 15/04/1986 a 02/06/1987
- Livro nº 28: 09/06/1987 a 31/05/1988
- Livro nº 29: 03/06/1988 a 30/12/1988
- Livro nº 30: 01/01/1989 a 20/12/1989
- Livro nº 31: 02/01/1990 a 30/04/1991

Obras Comemorativas e Coletâneas:

AMORIM, Adalberto de. **Ruma à terra**. Painéis rurais. Araguari: Tipografia São José, 1972.

GODOY, Maria Paula Fleury. **Do Rio de Janeiro a Goiás - 1896**. (A viagem era assim). S. l: s. n., 1961.

KEE, Padre Elói. **Histórico do Colégio Regina Pacis**. [Araguari]: [s.n.], [197-?] (Livro fotocopiado. Acervo do Arquivo Público Municipal).

MAMERI, Abdala. **Pelos caminhos da História**. Pessoas, coisas e fatos de Araguari. Araguari: Artgraf, 1988.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI. **Araguari: cem anos de dados e fatos**. Prefeitura Municipal de Araguari, 1988.

Fontes Orais:

- **Sr^a Inês Aguiar Pinto**, 82 anos de idade, filha e esposa de ferroviários, seu pai foi dono do Hotel Aguiar que ficava em frente à Estação Ferroviária,

depois de casada também tornou-se dona de uma pensão localizada ao lado do hotel. Entrevistada em 10 de junho de 2009 e no dia 12 de julho de 2011.

- **Sr. Wilson Borges**, 67 anos de idade. Radialista; presidente do Bairro Santa Helena; funcionário da prefeitura no setor de controle do patrimônio. Entrevistado em 14 de abril de 2011.

- **Sr^a Maria Consuelo Ferreira Montes Naves**, 57 anos, entrevistada em 15 de abril de 2011. Professora de História, arquivista da prefeitura, responsável pela organização do Arquivo Público Municipal quando de sua criação, coorganizadora do livro “Araguari Cem Anos de Dados e Fatos – 1888-1988”.

- **Sr. Josias Vieira de Lima**, 96 anos, entrevistado em 5 de maio de 2011. Trabalhador aposentado. (Falecido em 25/09/2011).

- **Nivaldo Alves da Silva**, 69 anos de idade. Barbeiro. Entrevistado em 30 de agosto de 2011.

- **Sr. Augusto Gilberto Tormim**, 75 anos, supervisor de eletricidade da Estrada de Ferro Goiás, aposentado. Entrevistado em 7 de dezembro de 2011.

- **Sr. Bruno Vieira**, 61 anos, fotógrafo e filho do fotógrafo Geraldo Vieira. Entrevistado em 18 de maio de 2012.

- **Cleusa Aparecida Vieira dos Reis**, 54 anos, moradora do Bairro Santa Helena. Trabalhou como doméstica, nas colheitas de café, na fábrica de sucos da Maguary e atualmente é funcionária do Museu da Câmara Municipal, local em que a conheci e onde a entrevista foi produzida no dia 28 de janeiro de 2013, em Araguari.

- **Olinda Squissato da Silveira**, 73 anos, entrevista realizada por Luciana Lemos Pereira da Silva em Araguari, no dia 20 de abril de 2007. SILVA, Luciana Lemos Pereira da. “**A Vila Operária, um lugar da cidade**”: memórias e experiências de trabalhadores ferroviários. Araguari – MG. 2008. 65f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

Legislação:

- BRASIL. Decreto-lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946. Proíbe a prática ou exploração de jogos de azar em todo o território nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9215.htm>. Acesso em: 12 nov. 2012.
- BRASIL. Lei nº 5941, de 22 de novembro de 1973 (Lei Fleury). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L5941.htm>. Acesso em: 23 set. 2012.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARY. Lei nº 50, de 4 de fevereiro de 1898. Determina alinhamento, nivelamento e demarcação de praças, ruas e avenidas identificadas por números. Araguay, 1898.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI. Lei nº 96, de 17 de outubro de 1901. Altera de número para nomes a denominação das ruas. Araguari, 1901.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARY. Lei nº 271, de 3 de novembro de 1923. Regulamento das Construções, reconstruções e demolições de obras na cidade de Araguay. Araguari, 1923.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI. Lei nº 32, de 4 de maio de 1948. Cria a Feira Livre. Araguari, 1948.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI. Lei nº 120, de 26 de novembro de 1949. Estabelece o Código de Posturas Municipais. Araguari, 1949.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI. Lei nº 171, de 11 de dezembro de 1950. Estabelece normas sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano. Araguari, 1950.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI. Lei nº 1.156, de 7 de julho de 1966. Estabelece a criação da bandeira de Araguari. Araguari, 1966.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI. Lei complementar nº 34, de 28 de dezembro de 2004. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDU do Município de Araguari. Araguari, 2004.

Outros documentos:

- Mapa Delineamento de Bairros de Araguari – 2013. Acervo: Arquivo Público Municipal e Museu “Dr. Calil Porto”.
- Mapa da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro em 1970. Fonte: <<http://oblogferroviario.blogspot.com.br/2013/01/cmef-n-980.html>>. Acesso em: 18 fev. 2014.
- Mapa do Trajeto da extinta Estrada de Ferro Goiás. (Sem data). Acervo: Arquivo Público Municipal e Museu “Dr. Calil Porto”.
- Planta Geral da Cidade de Araguari de 1944. Acervo: Arquivo Público Municipal e Museu Histórico “Dr. Calil Porto”.
- Guia Prático de Araguari produzido em 1948. Acervo: Arquivo Público Municipal e Museu Histórico “Dr. Calil Porto”.
- DADOS Históricos, Estatísticos e Comerciais. **Araguari em Revista**, Araguari, Prefeitura Municipal de Araguari, 1950.
- FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA. Disponível em: <<http://www.fcasa.com.br/sobre-a-fca/historia/>>. Acesso em: 20 ago. 2013.
- GALERIA de Prefeitos de Araguari. Disponível em: <http://www.araguari.mg.gov.br/2010/index_historia.php?pg=ex-prefeitos>. Acesso em: 11 mar. 2012.
- IBGE – Séries Históricas e Estatísticas. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD79>>.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico: dados distritais, tomo 3, v. 1, n. 14 (Minas Gerais). Banco de Dados do IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>.

REFERÊNCIAS

1. Obras e trabalhos acadêmicos sobre Araguari:

ALAMY FILHO, João. **O Caso dos Irmãos Naves**: um erro judiciário. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 1993.

AMORIM, Adalberto de. **Rumo à Terra**. Painéis rurais. Araguari: Tipografia São José, 1972.

ANDRADE JR.; Guimar Cordeiro de. **Cidade e patrimônio**: o direito à memória e a cidadania cultural. Araguari/MG – 2007. 73f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

ARAÚJO, Flávia Aparecida Vieira de. **(Re)configurações espaciais na cidade média**: a análise de Araguari no Triângulo Mineiro (MG). 2009. 299f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

BARBOSA, Fábio Macedo Tristão. **Ferrovia e organização do espaço urbano em Araguari (1896-1978)**. 2008. 179f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

BORGES, Jhonny de Oliveira. **As ruralidades do Fundão**: origens, valores sócio-culturais e representações comunitárias no município de Araguari-Mg. 2006. 235f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

CARMO, Maria Andréa Angelotti. **Lavradores de sonhos**. Saberes e (des)caminhos de trabalhadores volantes. 1980-2000. São Paulo: Educ, 2006.

CÉSAR, Edmar. **Afif Rade** – Um marco da imprensa de Araguari. Goiânia: Kelps, 2005.

ERBETA, Antonio Fernando Perón. **Tempos idos, tempos vividos**. Araguari-MG: Minas Editora, 2009.

FERNANDES, Vanusa Alves Viana. **Cultura e relações de trabalho na Fazenda Santa Cruz – Município de Araguari-MG (1985-2005)**. 2005. 134f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

FREITAS, Juvenil de. **Estórias que a História não escreveu**. Araguari: Minas Editora, 2008.

MAMERI, Abdala. **Pelos caminhos da História**. Pessoas, coisas e fatos de Araguari. Araguari: Artgraf, 1988.

OLIVEIRA, Ademir José de. **As linhas do progresso: a Estrada de Ferro Goiás e a ascensão da cidade de Araguari. 1920-1950**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2005.

PEIXOTO, Juscélia Abadia; VIEIRA, Aparecida da Glória Campos. **A ferrovia em Araguari**. Goiânia: Kelps, 2012.

PEREIRA, Viviane da Silva. **Memórias a todo vapor: a transferência da sede da Estrada de Ferro Goiás (1954) na imprensa araguarina (1947-1954)**. 2006. 80f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI. **Araguari: cem anos de dados e fatos**. Araguari: Edição Prefeitura Municipal de Araguari, 1988.

SILVA, Luciana Lemos Pereira da. **“A Vila Operária, um lugar da cidade”**: memórias e experiências de trabalhadores ferroviários. Araguari – MG. 2008. 65f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

SOUZA, Alexandre Jairo Campos de. **A formação da Vila Operária da Estrada de Ferro Goiás na cidade de Araguari – MG**. Trabalho e cotidiano cercados pelos muros da ferrovia. 2009. 94f. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

ZILLI, Rosani Aparecida. **Uma memória oculta**. 1997. 88f. Monografia (Graduação em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1997.

2. Geral:

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio**. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2003.

ARANTES, Antonio Augusto. **Produzindo o passado**. Estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. Entre casas de palha e jardins: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX. In: FENELON, Déa Ribeiro (Org.). **Cidades**. Programa de Estudos Pós-Graduados, PUC-SP. São Paulo: Olho d'água, 1999.

BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. **Famintos do Ceará**. Imprensa e fotografia entre o final do século XIX e o início do século XX. 2004. 311f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. Sobre história: imprensa e memória. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras Histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d'água, 2006.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 1).

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 1).

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 1).

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 1).

BENJAMIN, Walter. Infância em Berlim por volta de 1900. In: _____. **Rua de mão única**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. (Obras Escolhidas, v. 2).

BENJAMIN, Walter. O flâneur. In: _____. **Charles Baudelaire; um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras escolhidas, v. 3).

BRITES, Olga. Memória, preservação e tradição populares. In: DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1991. [Resoluções do Congresso “O direito à memória”].

BRITES, Olga. Imagens da Infância. São Paulo e Rio de Janeiro, 1930-1950. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, v. 19, p. 251-264, nov. 1999.

BRITES, Olga. **Infância, trabalho e educação**. A Revista Sesinho (1947/1960). Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

BRITES, Olga. Retratos de infância. Infância, história e fotografia: São Paulo nos anos de 1930. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras Histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d’Água, 2006.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CALVO, Célia Rocha. **Trabalho e ferrovia**: a experiência de ser ferroviário da Companhia Paulista. 1890-1925. 1994. 117f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

CALVO, Célia Rocha. **Muitas memórias e histórias de uma cidade**. Experiências e lembranças de viveres urbanos. Uberlândia 1938-1990. 2001. 295f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

CALVO, Célia Rocha. Uma praça, numa cidade: patrimônio histórico e cidadania cultural. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d’Água, 2006.

CALVO, Célia Rocha. Narrativas orais, fontes para investigação histórica: culturas, memórias e territórios da cidade. **História e Perspectiva**, v. 23, n. 42, p. 11-29, jan./jun. 2010.

CAMPOS, Gisélia Maria. **“Vou procurar o melhor lá dentro”**: vivências e memórias de crianças e adolescentes na FUNABEM (Viçosa, 1964-1989). 2007. 181f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. In: HOLLANDA, H. Buarque de (Org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Tema: Cidade, n. 23, p. 95-115, 1994.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Memórias de um candango em Brasília. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 163-180, 2004.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAUÍ, Marilena. O que comemorar? **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, v. 20, p. 35-62, abr. 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**. O direito à cultura. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2006.

CHAUÍ, Marilena. Cultura do povo e autoritarismo das elites. In: _____. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder**. Uma análise da mídia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CRUZ, Heloisa de Faria. **Trabalhadores em serviços**: dominação e resistência. (São Paulo - 1900/1920). São Paulo: Editora Marco Zero: CNPq, 1991.

CRUZ, Heloisa de Faria. A cidade do reclame: propaganda e periodismo em São Paulo – 1890/1915. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, v. 13, p. 81-92, jun. 1996.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta**: periodismo e vida urbana – 1890-1915. São Paulo: Educ: FAPESP: Arquivo do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial SP, 2000.

CRUZ, Heloisa de Faria. Imprensa popular, memória e comemoração. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, 19., 2008. São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUH-SP, 2008. 11p.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecos da Folia**. Uma história do carnaval entre 1880 e 1920. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

DAVIS, Natalie Zemon. Ritos de violência. In: _____. **Culturas do Povo**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

DAVIS, Natalie Zemon. O povo e a palavra impressa. In: _____. **Culturas do Povo**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1991. [Resoluções do Congresso “O direito à memória”].

EAGLETON, Terry. Versões da cultura. In: _____. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

EAGLETON, Terry. Cultura em crise. In: _____. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

FENELON, Déa Ribeiro. Políticas culturais e patrimônio histórico. In: DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1991. [Resoluções do Congresso “O direito à memória”].

FENELON, Déa Ribeiro. Introdução. In: _____. **Cidades**. Pesquisa em História, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, PUC-SP. São Paulo: Olho d’água, 1999.

FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’água, 2004.

FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular. História de classe ou história do povo? **Revista História e Perspectiva**, Uberlândia, v. 40, p. 27-51, jan./jun. 2009.

FONTANA, Joseph. A reviravolta cultural. In: _____. **A história dos homens**. São Paulo: Edusc, 2004.

FREITAS, Sheille Soares de. **Por falar em culturas...** Histórias que marcam a cidade. Uberlândia-MG. 2009. 290f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

FREUND, Gisele. Las relaciones entre las formas artísticas y la sociedad; La fotografía, instrumento político; La fotografía y la ley. In: _____. **La fotografía como documento social**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2004.

GOMIDE, Cristina H. **Antiga Vila Boa de Goiás** – experiências e memórias na/da cidade patrimônio. 2007. 192f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

GRANET-ABISSET, Anne Marie. O historiador e a fotografia. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, v. 24, p. 9-26, jun. 2002.

GRUPO Memória Popular. Memória popular: teoria, política, método. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’água, 2004.

GUERRA, Maria Eliza Alves. **As “Praças Modernas” de João Jorge Coury no Triângulo Mineiro**. 1998. 180f. Dissertação (Mestrado Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, 1998.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In: _____. **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HARVEY, David. Espaços de utopia. In: _____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOBBSBAWM, Eric. O sentido do passado. In: _____. **Sobre História**. São Paulo: Editora Schwarcs, 2005.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura 1 e 2**. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Lisboa: Presença, 1973. v. 1, v. 2.

INÁCIO, Paulo Cesar. **Sudoeste goiano**: seus trabalhadores, seus construtores, suas memórias – nossas histórias. 2009. 229f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). **Muitas Memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2000.

KOSSOY, Boris. Estética, memória e ideologia fotográficas. Decifrando a realidade interior das imagens do passado. **Acervo, Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1-2, p. 13-24, jan./dez. 1993.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

LEITE, Rogério Proença de Sousa. **Espaço público e política dos lugares**: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo. 2001. 393f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, 2001.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas, SP: Papirus, 1986.

LIMA, Soene Ozana de. Visões/concepções sobre patrimônio histórico em Uberlândia-MG 1950-1988. 2007. 126f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

LOFEGO, Silvio Luiz. **IV Centenário da Cidade de São Paulo**: uma cidade entre o passado e o futuro. São Paulo: Annablume, 2004.

MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio**. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”. São Paulo: EDUC, 1998.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa - 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). **Muitas Memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’água, 2004.

MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras Histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d’água, 2006.

MAUAD, Ana Maria. **Sob o signo da imagem**. A produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX. 1990. 340f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 1990.

MAUAD, Ana Maria. “O Olho da História”. Análise da imagem fotográfica na construção de uma memória sobre o conflito de Canudos. **Acervo, Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, v. 6, n. 1-2, p. 25- 40, jan./dez. 1993.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

MAUAD, Ana Maria. O olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual. **Revista ArtCultura**, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 33-50, jan./jun. 2008.

MORAIS, Isabel Rodrigues de. **São Miguel Paulista - Capela de São Miguel Arcanjo** - interfaces das memórias do patrimônio cultural. 2007. 242f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MORAIS, Sérgio Paulo. **Trabalho e cidade**: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia. 1970-2000. 2002. 168f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

MORAIS, Sérgio Paulo. **Empobrecimento e “Inclusão Social”**: vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia/MG (1980-2004). 2007. 230f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, Educ, 1993, dez, v. 10, p. 7-28.

OLIVEIRA, Carlos Alberto de. **Quem é do mar não enjoa**. Memórias e experiências de estivadores do Rio Grande/RS. (1945-1993). Tese (Doutorado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

PAOLI, Maria Célia. Trabalhadores e cidadania. Experiência do mundo público na história do Brasil moderno. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 40-66, set./dez. 1989.

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; CRUZ, Heloisa de Faria. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, Revista do Programa

de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, Educ, v. 35, p. 253-270, dez. 2007.

PESAVENTO, Sandra J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História** [online]. 2007, v. 27, n. 53, 2007. ISSN: 1806-9347. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882007000100002>>. Acesso em: 14 abr. 2011.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos Ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, Educ, v. 10, p. 41-58, dez. 1993.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos; narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento de igualdade. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, Educ, v. 14, p. 7-24, fev. 1997.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, Educ, v. 15, p. 13-33, abr. 1997.

PORTELLI, Alessandro. Debate com Alessandro Portelli. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, Educ, v. 15, p. 35-49, abr. 1997.

PORTELLI, Alessandro. O momento de minha vida. Funções do tempo na História Oral. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). **Muitas Memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2000.

PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia M. Dias; ALBERTI, Verena (Org.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz: FGV, 2000, p. 67-71.

POSSAMAI, Zita Rosane. Narrativas fotográficas sobre a cidade. **Revista Brasileira de História** [online]. 2007, v. 27, n. 53, p. 55-90. ISSN 1806-9347. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882007000100004>>. Acesso em: 22 jul. 2012.

RAMA, Angel. **A cidade das letras**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

REZENDE, Eliana Almeida de Souza. **Imagens da cidade: clichês em foco...** São Paulo e Lisboa (1900-1928). 2002. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

RIBEIRO, Suzana Barretto. **Percursos do olhar na fotografia profissional e amadora. Campinas (1900-1915)**. 2003. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

RODRIGUES, Marly. De quem é o patrimônio? In: ARANTES, Antonio A. (Org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, p. 195-203, 1996.

RODRIGUES, Rejane dos Reis Oliveira. **Brasília: espaços da cidade, lugares de memória**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

ROLNIK, Raquel. Lei e política: a construção dos territórios urbanos. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, v. 18, p. 135-154, maio 1999.

RONCAYOLO, Marcel. Região. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984. v. 8, p. 161-189.

RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984. v. 8, p. 396-487.

RONCAYOLO, Marcel. Território. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984. v. 8, p. 262-290.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. A cidade e seus bens culturais: a dimensão urbana da tutela na abordagem dos documentos internacionais. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, v. 40, p. 223-257, jan/jun. 2010.

SADER, Eder. **Quando outros personagens entram em cena**: experiências, falas e luta dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMUEL, Raphael. Historia y teoría. In: _____. **Historia popular y teoría socialista**. Barcelona: Editorial Crítica, 1984. p. 48-70.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 219-243, set. 1989/fev. 1990.

SAMUEL, Raphael. Teatros da memória. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, v. 14, p. 41-81, fev. 1997.

SAMUEL, Raphael. Escopofilia. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, v. 21, p. 25-37, nov. 2000.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos Santos. **Nem tudo era italiano**. São Paulo e Pobreza (1890-1915). São Paulo: Anablume: FAPESP, 1998.

SANTOS, Marina de Souza. **Memórias, trajetórias e viveres**: a experiências de ser nordestino(a) em Dourados-MS (1940-2002). 2003. 162f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma nova geografia**. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1978.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro, 2007.

SARLO, Beatriz. A história contra o esquecimento. In: _____. **Paisagens Imaginárias**. São Paulo: Edusp, 1997.

SARLO, Beatriz. **Tempo presente**. Notas sobre a mudança de uma cultura. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2004.

SARLO, Beatriz. Um olhar político. In: _____. **Paisagens imaginárias**: intelectuais, arte e meios de comunicação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SILVA, Dalva Maria de Oliveira. **Memória: lembrança e esquecimento**. Trabalhadores nordestinos no pontal do Triângulo Mineiro nas décadas de 1950 e 1960. 1997. 151f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

SILVA, Lucia Helena Pereira da. **Luzes e sombras na cidade**: no rastro do Castelo e da Praça Onze 1920/1945. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2006.

SILVA, Marcos A. da. O trabalho da linguagem. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 45-61, set. 1985/fev. 1986.

SILVA, Marcos A. da. Patrimônios históricos. In: _____. **História**: o prazer em ensino e pesquisa. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

SILVA, Patrícia Rodrigues da. **Disputando o espaço, construindo sentidos**: vivências, trabalho e embates na área da Manaus moderna (Manaus/AM – 1967-2010). 2011. 286f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, Paulo Sérgio de Souza e. **Políticas culturais e arquivos públicos**: difusão cultural, acesso e preservação do patrimônio cultural em Minas Gerais – 1995-2005. 2008. 197f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SOUZA, Leno José Barata. **“Cidade Flutuante”**. Uma Manaus sobre as águas. (1920-1967). 2010. 354f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

THOMPSON, E. P. “Mesa, você existe?”. In: _____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: _____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, E. P. Os filósofos e a História. In: _____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, E. P. Intervalo: a lógica histórica. In: _____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, E. P. Tempo, trabalho e capitalismo industrial. In: _____. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: _____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. v. 2.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória; questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, v. 15, p. 51-71, abr. 1997.

THOMSON, Alistair. Debate com Alistair Thomson. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, v. 15, p. 73-84, abr. 1997.

THOMSON, Alistair. Histórias (co)movedoras: História Oral e estudo de migração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 341-364, 2002.

TURAZZI, Maria Inez (Org.). **REVISTA DO IPHAN**. Fotografia, n. 27, 1998.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia e o fato**: uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo: Hucitec; História Social da USP, 1997.

WILLIAMS, Raymond. Cultura. In: _____. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WILLIAMS, Raymond. Estruturas de sentimento. In: _____. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WILLIAMS, Raymond. Língua. In: _____. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **Revista USP**, n. 66, p. 212-224, jul./ago. 2005.

WILLIAMS, Raymond. Meios de comunicação como meios de produção. In: _____. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**; na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, v. 4, p. 89-102, jan./dez. 1985.